UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FORMAÇÃO TERRITORIAL SUL PIAUIENSE:

Modernização Agropecuária e Resistência Camponesa

Vicente Eudes Lemos Alves

Orientadora: Profa. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta

São Paulo
Julho / 2000

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FORMAÇÃO TERRITORIAL SUL PIAUIENSE:

Modernização Agropecuária e Resistência Camponesa

Vicente Eudes Lemos Alves

Orientadora: Profa. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

São Paulo
Julho / 2000

Em memória de meu irmão, Valdo e da minha tia, Didi.

Partiram, mas deixaram saudades.

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho como este constitui momentos de solidão e de enormes esforços individuais, no entanto, não seria possível concretizá-lo sem a ajuda e o incentivo de inúmeras pessoas e instituições. A todas elas meus mais sinceros agradecimentos, em especial:

Aos meus pais, seu Raimundo e dona Raimunda, pelo enorme esforço para que os filhos pudessem estudar;

A minha ex-esposa, Ofélia, e a meu filho, Vinícius, pelo carinho e compreensão presentes em todos os momentos;

Aos meus irmãos Corina, Wildes, Edson e Daniel pelo carinho e ajuda indispensáveis para o desenvolvimento de meus estudos;

A Mônica , pelos incentivos, sugestões e ajuda em todas as etapas desse trabalho;

A meu primo-irmão, Milvanês, pela convivência durante toda minha infância;

Aos meus familiares e amigos que me acolheram durante o trabalho de campo:

em Redenção do Gurguéia (Joveci, Calu, Robeires, tia Nezita, Maires, Izinha, Salvador, Zé, tia Melândia, Cristóvão, Tim, Mundico, tio Eliziário e tia Claudina);

em Monte Alegre do Piauí (Mivaldo, Milonês, Milvan, Jussara, tio Marcos, Naidi, Neide e João);

em Teresina (Luiza Maria e Marta Linhares);

A Walquíria, por me ceder gentilmente, durante sua ausência, o seu quarto no CRUSP;

A Anselmo e Cristina, pelas contribuições dadas na elaboração dos mapas e na leitura e correção do texto;

A Marta pelas indicações e ajuda na elaboração dos gráficos;

A minha amiga Aída, pelas leituras e recomendações feitas ao trabalho;

Ao Marcos Yamada, pela enorme ajuda que vem me concedendo desde o TGI;

Aos eternos amigos Rinaldo e Ana, pelo incentivo;

Ao amigo Otávio, de Belém, pelas discussões e ajuda mútua durante parte da pós-graduação;

Aos amigos do Laboratório de Geografia Agrária, Rosicleide, Dimas, Antonia, Reinaldo, Edson, Cacá, Larissa, Araçatuba e Edu, pela convivência ao longo desses anos;

Aos professores Ariovaldo Umbelino de Olivera e Regina Sader, pelas críticas e pelos novos caminhos apontados no exame de Qualificação;

Ao CNPq por me conceder uma bolsa de estudo durante dois anos e meio, sem ela não seria possível a realização de algumas das etapas desse trabalho;

Finalmente, a minha orientadora, Profa. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta, pelo incentivo, orientação e forma carinhosa com a qual acolhe seus orientandos.

RESUMO

A expansão da fronteira agrícola, envolvendo áreas de cerrado, que teve início na década de 60 pela região Centro-Oeste do Brasil chega, no final da década de 70 e, principalmente na de 80, também ao sul do Piauí. Define ali, a partir de então, uma nova dinâmica sócio-territorial. As formas pelas quais vem se manifestando esse processo são o foco principal desse trabalho. Para tanto, busca-se decifrar, por um lado, as transformações decorrentes da instalação de novos grupos interessados em desenvolver atividades agropecuárias em moldes capitalistas, utilizando técnicas mais modernas e produzindo novas formas de ocupação e uso do espaço. Busca-se analisar, por outro lado, o que permanece das organizações sócio-espaciais construídas historicamente pela população local, cuja relação com a dinâmica da natureza se define como o fator mais importante.

Procura-se, nesse trabalho, compreender de que maneira o encontro entre dois modelos de ocupação e uso das terras dos cerrados piauienses, comandados por grupos sócio-econômicos diferenciados, vem contribuindo para o aparecimento de novas modalidades de tensões sociais naquele território.

Palavras-Chave: Formação Territorial, Estado, Cerrados,
Modernização Agropecuária, Modo de Vida Camponês.

RESUMEN

La expansión de la frontera agrícola, cubriendo áreas del cerrado, que comenzó en la década del 60 por la región del Centro-Oeste de Brasil, llega, al final de la década del 70 y, principalmente en la del 80, también al sur de Piauí. Allí define, a partir de entonces, una nueva dinámica sócio-territorial. Las formas mediante las cuales este proceso está manifestándose son el foco principal del presente trabajo. Para esto, se busca decifrar, por um lado, las transformaciones provenientes de la instalação de nuevos grupos interesados en desarrollar actividades agropecuarias de tipo capitalista, utilizando técnicas más modernas y produciendo nuevas formas de ocupación y uso del espacio. Se busca analizar, por otro lado, aquello que permanece de las organizaciones socio-espaciales construídas historicamente por la población local, cuya relaçión con la dinámica de la naturaleza se define como el factor más importante.

En este trabajo se procura compreender de qué manera el encuentro entre dos modelos de ocupación y uso de las tierras de los cerrados piauienses, comandados por grupos socio-económicos diferenciados, está contribuyendo para el surgimiento de nuevas modalidades de tensiones sociales en aquel territorio.

Palabras-Clave: Formación Territorial, Estado, Cerrados,
Modernización Agropecuaria, Modo de Vida Campesino.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

I – AS BASES HISTÓRICAS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL PIAUIENSE 8

1.1 – O Domínio da Pecuária 20
1.2 – A Importância do Vaqueiro na Ocupação do território Piauiense 26
1.3 – O agregado e o Posseiro 29
1.4 – Resistência e Luta na Construção Territorial Piauiense 33
1.5 – A Decadência da Pecuária e o Surgimento de Novas Atividades Econômicas 36

II – O ESTADO E A FORMAÇÃO TERRITORIAL PIAUIENSE 45

2.1 – O Estado Brasileiro e as Políticas de Modernização Agropecuária 46
2.2 – A expansão da Fronteira Agrícola para os Cerrados Brasileiros 53
2.3 – A Ação Estatal na Formação Territorial Piauiense 57
2.3.1 – Os Programas Governamentais Destinados à Modernização do Setor Agrário Piauiense 62
2.3.2 – As Políticas Governamentais de Ocupação dos Cerrados Piauienses 66
2.3.3 – A Criação do PRODECER e sua Atuação no Piauí 80

III – TRANSFORMAÇÕES NA OCUPAÇÃO DAS TERRAS DOS CERRADOS SUL PIAUIENSE

3.1 – A Natureza na Área de Estudo 84
3.2- Uma Transformação Diferenciada da Natureza 84
3.3 – O Aproveitamento das Técnicas na Área de Estudo 96
3.4 – A Expansão do Capital e sua Lógica de Ocupação 112
3.5 – Apropriação Privada das Terras: Grilagem e Valorização 121
3.5.1 – A Grilagem 122
3.5.2 – A Valorização 131
3.6 – Uma Nova Etapa da Ocupação 135

IV – TRADIÇÃO E RUPTURA NO UNIVERSO SÓCIO-ESPACIAL DOS CERRADOS PIAUIENSES 143

4.1 – Estrutura Fundiária, Relações de Trabalho e Produção 153
4.2 – O Tempo Cósmico e a Organização da Sociedade Piauiense 156
4.3 – Permanência e Ruptura no Uso da Terra Comum 190

CONSIDERAÇÕES FINAIS 208

BIBLIOGRAFIA 213

SUMÁRIO DOS QUADROS, GRÁFICOS, MAPAS E FOTOGRAFIAS

QUADROS

QUADRO 1 - Dinâmica da produção de algodão no Piauí (1857 – 1865) 40

QUADRO 2 – Nordeste: Área total, número de projetos e área média das propriedades incentivadas – 1965 – 1976 66

QUADRO 3 – Superfície, população e local de residência (em %) da população de municípios selecionados nos cerrados piauienses 99

QUADRO 4 – Estabelecimentos e área ocupada segundo estratos de tamanho em municípios... 154

QUADRO 5 – Estabelecimentos e área em uso com lavouras (temporárias em permanentes) em municípios... 156

QUADRO 6 – Estabelecimentos por grupos de área com lavoura em municípios... 157

QUADRO 7 - Estabelecimentos e área ocupada com pecuária em municípios... 159

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Máquinas agrícolas de plantio e colheita (em número de unidades) em municípios selecionados dos cerrados piauienses 103

GRÁFICO 2 – Arados de tração animal (em número de unidades) em municípios... 104

GRÁFICO 3 – Arados de tração mecânica (em número de unidades) em municípios... 106

GRÁFICO 4 – Tratores (em número de unidades) em municípios ... 106

GRÁFICO 5 – Produção de arroz em casca (em toneladas) em municípios... 107

GRÁFICO 6 – Área plantada (em hectares) com arroz em casca em municípios... 108

GRÁFICO 7 – Pessoal ocupado (em %), de acordo com a categoria, em municípios.... 111

GRÁFICO 8 – Pecuária bovina (em número de cabeças) em municípios... 169

MAPAS

MAPA 1 – Expansão da pecuária no Nordeste a partir de meados do século XVI: principais focos de irradiação 10
MAPA 2 – Expansão da pecuária no Piauí na Segunda metade do século XVIII 12
MAPA 3 – Sistema multimodal de transportes no Nordeste brasileiro – 1997 79
MAPA 4 – Distribuição espacial do cerrado no Piauí – 1983 85
MAPA 5 – Uso da terra: município de Redenção do Gurguéia – Piauí 94
MAPA 6 – Migração populacional para e da região dos cerrados do sul piauiense 118

FOTOGRAFIAS

FOTO 1 – Características geológicas do sul do Piauí 90
FOTO 2 - Áreas preservadas dos platôs da "chapada" 90
FOTO 3 – Vista panorâmica do município de Redenção do Gurguéia 92
FOTO 4 – Área de vazante 92
FOTO 5 – Área de vazante. Presença de matas nativas de buritis 95
FOTO 6 – Área de vazante. Produção de telhas em olarias 95
FOTO 7 – Camponeses comercializando seus produtos nas feiras-livres 97
FOTO 8 – Pequenos estabelecimentos comerciais de piauienses 98
FOTO 9 – Loja de maquinários agrícolas em Bom Jesus 98
FOTOS 10 e 11 – Acampamento de posseiros da fazenda Barro Vermelho 129
FOTO 12 – O símbolo da sociedade dita moderna e o da tradicional 143
FOTOS 13 e 14 – Açougues instalados em municípios do sul do Piauí 144
FOTO 15 – Culto da igreja luterana na casa de famílias "gaúchas" 145
FOTO 16 – Presença dos vaqueiros na sociedade piauiense 167
FOTO 17 – Caminhões de intermediários 170
FOTOS 18 e 19 – Aração com tração animal e uso das queimadas 174
FOTO 20 – Confecção de cestos com palha de buriti 180
FOTOS 21 e 22 – Camponesas em seus trabalhos de fiação e produção de potes 181

FOTO 23 – O tempo da festa. Festejos em homenagem ao santo padroeiro 183
FOTO 24 – O tempo da festa. Vaquejadas e corridas de cavalo 190
FOTOS 25 e 26 – Platôs planos da chapada do sul do Piauí 192
FOTO 27 – Terras de uso comum da "chapada" próximas ao núcleo urbano 202
FOTO 28 – Rebanho bovino em área dos projetos agropecuários 206

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Entender o território brasileiro em suas múltiplas dimensões (sociais, culturais, econômicas, espaciais, naturais, etc.) requer um exercício de conhecer suas partes e as especificidades que elas apresentam. Definir esse recorte torna-se fundamental, pois pode-se, através dele, chegar às manifestações particulares presentes em cada lugar e, ao mesmo tempo, desvendar aquelas que são conduzidas por um movimento exterior, global, mas que interfere na organização sócio-espacial local.

A idéia desse trabalho é a de estabelecer um elo entre as manifestações geográficas particulares, ou seja, que ocorrem nos limites de uma região, e o movimento estabelecido fora desse contexto local, mas que vai ali interferir, acarretando, inclusive, mudanças decisivas na configuração sócio-espacial pré-existente. Pode-se citar aqui as políticas formuladas no âmbito nacional e internacional, mas que foram conduzidas para a apropriação/exploração de espaços específicos, transformando-os e incluindo-os dentro do circuito do capital. A Amazônia ou as regiões de cobertura de cerrados são bons exemplos de como ocorre esse processo e como ele vem se gestando no território brasileiro.

Tal movimento, entretanto, não se instala sem um embate entre as forças que chegam, estabelecendo novas formas de produção e uso do espaço, e as que ali estavam com suas organizações sócio-espaciais próprias, calcadas numa relação com seus pares e com a natureza do lugar.

Tenta-se, assim, nesse estudo, compreender as novas manifestações que vêm sendo produzidas nos cerrados do sul do Piauí, a partir da instalação, naquela região, de novos agentes sócio-econômicos, interessados em impor uma outra lógica de ocupação do espaço distinta dali existente. Da mesma forma, tenta-se entender o que permanece da cultura o

das formas de organização e apropriação da terra e de outros elementos da natureza, definidas pela população local.

Apesar de constituir-se em um estudo cuja principal preocupação é analisar uma organização sócio-espacial que vem sendo gestada recentemente na região sul do Piauí, o enfoque inicial será o período colonial piauiense. Procura-se, assim, destacar de que maneira foram construídas as bases da formação daquele território, muitas das quais ainda presentes atualmente. Nesse sentido, tenta-se reconhecer a importância da história como instrumento necessário ao desvendamento de certos traços que permanecem na paisagem, estes podendo representar formas de resistência a novos elementos econômicos e culturais nela introduzidos.

A pecuária possui um papel importante na ocupação do solo piauiense, na medida em que ela tornou-se a principal atividade econômica garantidora de um modelo de organização econômico-espacial ainda vigente em várias localidades do território piauiense. Desse modo, são a atividade pastoril juntamente com a pequena produção agrícola camponesa - esta última assentada nos fundos de vale - os principais elementos definidores da formação territorial piauiense. Pretende-se, então, no primeiro capítulo, analisar o período histórico que vai desde a chegada dos primeiros povoadores portugueses no Piauí até momentos mais recentes, final do século passado e início deste, quando aparecem novas formas de uso daquele espaço, através do extrativismo vegetal (babaçu e maniçoba) e a exploração da agricultura para exportação (algodão). A intenção aqui não é a de estabelecer uma linearidade histórica dos fatos, mas tão somente perceber alguns momentos importantes no processo da formação desse território.

Dito processo, baseado sobretudo na pecuária extensiva e na pequena produção camponesa, mas com épocas de surtos em atividades associadas à exploração extrativista e do algodão, marca uma longa fase da formação piauiense. É somente na década dos 70

desse século que começa a verificar-se uma nova etapa da organização econômico-espacial daquela unidade da federação, quando ali se observa a emergência de formas mais capitalizadas no setor produtivo, sobretudo agropecuário, para o qual, nesses últimos anos as mudanças, foram mais sensíveis.

Nessa nova etapa do desenvolvimento piauiense destaca-se um elemento de fundamental importância na condução das transformações verificadas a partir de então, qual seja, o papel ativo do Estado. É ele quem vai definir, em aliança com o capital, um modelo de apropriação e uso daquele território. Modelo esse que inclui não somente o Piauí, mas abrange a quase totalidade das terras brasileiras. Tal participação estatal se manifesta a partir de grandes investimentos públicos, distribuídos através de programas governamentais. Estes destinavam-se a criar condições para a instalação do capital em áreas até então de baixo rendimento produtivo, como as regiões do interior do Nordeste e as fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e Norte do Brasil. Verificou-se, nesse processo, que os investimentos foram públicos, mas as benesses recaíram, em sua maior parte, sobre os grupos econômicos mais privilegiados, seja uma empresa dita moderna que mantinha ou não vínculo com o setor agropecuário, seja o latifundiário dito tradicional. Todos eles deitaram suas raízes sobre o Estado.

O capítulo 2 é uma tentativa de discutir essa aliança que se forma entre o Estado e o capital, criando as condições de ocupação das áreas de fronteiras agrícolas brasileiras. Nosso foco de análise, nesse capítulo, será de entender, de um lado, as políticas destinadas à ocupação dos cerrados brasileiros, e de outro, a participação dos programas governamentais em território piauiense e, de que forma, tais programas influenciaram um maior interesse pelas terras dos cerrados do sul do Estado.

No capítulo 3 discute-se o processo de ocupação recente dos cerrados piauienses, a partir da década de 80, quando novos agentes sócio-econômicos ali se instalam. Priorizou-

se aqui selecionar quatro municípios dessa região (Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Bom Jesus e Redenção do Gurguéia), os quais servirão de referência para nossa análise de como se manifesta esse fenômeno. Nestes, busca-se sobretudo analisar as características do inicio da ocupação: os grupos envolvidos, as motivações que os levaram a procurar essa região, as mudanças por eles empreendidas nas formas de uso e organização do espaço, bem como sua participação na introdução de novas técnicas agrícolas. Uma das questões debatidas no capítulo refere-se a maneira pela qual ocorreu a apropriação privada das terras dos cerrados, a maioria delas, até então, devolutas. Nesse item, tenta-se mostrar alguns dos mecanismos adotados, muitos deles irregulares, envolvendo órgãos públicos estaduais e várias personagens da sociedade piauiense e dos novos empreendedores, visando a transferência de terras públicas para o domínio de particulares.

Ao longo desse trabalho utilizarei as expressões novos agentes sócio-econômicos, novos grupos sócio-econômicos, grupos econômicos capitalizados, ou, ainda, novos moradores dos cerrados para designar àquelas empresas ou àquelas pessoas de outras regiões do Brasil, sobretudo do Sul e Sudeste, que se instalam nos cerrados do sul do Piauí a partir da década de 80, deste século.

Se, por um lado, esses agentes sócio-econômicos que se instalam nos cerrados piauienses introduzem novas formas de ocupação e uso da terra, via de regra, mais capitalizadas, por outro, estão presentes ali também as organizações sócio-espaciais produzidas pela sociedade piauiense dos cerrados, cujo funcionamento se define a partir de outras bases, tanto no que diz respeito às características de apropriação dos recursos da natureza quanto na maneira de administrar o tempo do trabalho e das outras dimensões da vida. De fato, a população local ainda produz o seu modo de vida baseando-se na lógica da natureza. Nesse sentido, a proposta, no capitulo 4, é a de analisar a maneira pela qual se caracteriza a sociedade sul piauiense em suas distintas dimensões: a lógica que permanece

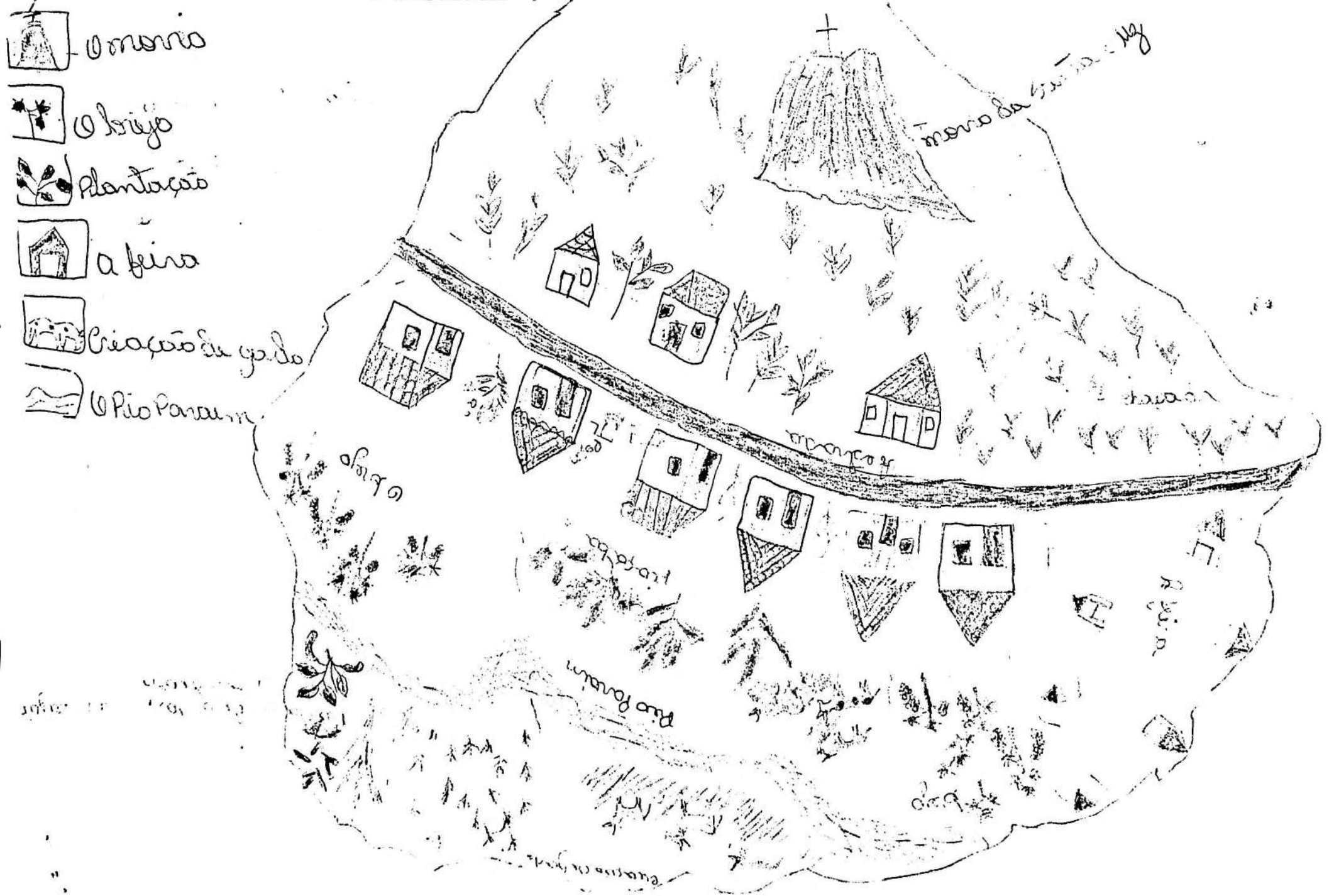
no aproveitamento dos recursos da natureza; as formas de organização do espaço na produção dos meios de vida, de moradia e de convivência coletiva; o tempo do trabalho e das festas, ambos ritmados pela dinâmica da natureza; as relações de produção e de trabalho, a maioria delas regidas ainda a partir de relação não capitalista, etc. Enfim, permanece naquela sociedade uma lógica de funcionamento que lhe é particular, mas que já é possível identificar ali os primeiros sinais de ruptura do modo de vida local, que resultam da interferência de um novo modelo de produção do espaço implantado nessa área pelos novos agentes sócio-econômicos. É o caso do domínio das terras dos platôs planos da chapada, que são as preferidas para ser adquiridas por aqueles que se instalam na região. Os novos agentes, juntamente com uma parcela da população local utilizam essas terras tanto para desenvolver atividades agrícolas quanto para mantê-las como reserva de valor. A partir de então passa a ocorrer, de maneira mais intensa, uma incorporação privada dessas terras, que se manifesta com os cercamentos. Tal situação vem provocando alterações nas formas de uso que a população local mantinha com as terras desse domínio, qual seja, as de uso comum: para a criação de gado, extração de lenha, madeira, mel, frutos, etc.

Por último, esse trabalho encerra-se com uma reflexão final sobre a presença dos dois modelos diferenciados de produção do espaço dos cerrados do sul do Piauí, um comandado pelos novos agentes econômicos o outro pela população piauiense. Preocupa-se principalmente em identificar suas especificidades e algumas das contradições que vêm sendo produzidas por tais modelos.

Do ponto de vista metodológico, é oportuno lembrar que essa pesquisa contou, além do apoio da bibliografia citada no corpo desse trabalho, também com as informações obtidas durante os trabalhos de campo, realizados na área de estudo, sul do Piauí, e na capital do Estado. Em ambos os lugares foram consultados órgãos públicos federais,

estaduais e municipais, além de sindicatos (a sede da FETAG-PI, em Teresina, e dos sindicatos nos municípios visitados) e setores organizados da igreja católica (CPT-PI). O contato com esses órgãos teve como meta recolher uma documentação referente ao processo recente de ocupação dos cerrados piauienses, e também realizar entrevistas com alguns de seus representantes. Nos municípios visitados dos cerrados piauienses (Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Bom Jesus e Redenção do Gurguéia) obteve-se um importante material de apoio a essa pesquisa, resultante, principalmente, de entrevistas gravadas com as personagens que fazem parte desse processo, quais sejam, os novos habitantes recém instalados no sul do Piauí e a população local. Priorizou-se sobretudo, nestas entrevistas, não apresentar questionários fechados que pudessem limitar a fala dos entrevistados, mas seguindo um roteiro de questões abertas, procurou-se dar liberdade para que as pessoas expressassem livremente os seus pensamentos. No total ocorreram dois trabalhos de campo: o primeiro deles entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997, correspondendo a 30 dias; o segundo entre outubro e dezembro de 1997 (40 dias). Incorporou-se também no texto entrevistas realizadas no ano de 1994, em Redenção do Gurguéia, por conta de um outro trabalho de campo naquela área destinado à elaboração do Trabalho de Graduação Individual (TGI), exigido pelo curso de graduação junto ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Para finalizar, esse trabalho inicia-se apresentando um dos desenhos elaborados por crianças moradoras em Redenção do Gurguéia. Nele, assim como em outros inseridos no capitulo 4, pode-se descobrir a maneira pela qual a população local percebe a organização de seu espaço.


O morro
O brejo
Plantação
a feira
Criação de gado
O Rio Paraíba
morro da
brejo
Rio Paraíba

CAPÍTULO I

I - AS BASES HISTÓRICAS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL PIAUIENSE

Devido à crescente ocupação das terras da Zona da Mata nordestina pela agricultura canavieira, praticamente monopolizando-as para a fabricação de açúcar, criou-se a necessidade de se buscar outras áreas para o desenvolvimento daquelas atividades que seriam auxiliares ao funcionamento dos engenhos: gêneros agrícolas alimentares, carne, lenha, couro, animal de tração e de transporte, etc. Tal situação provocou uma expansão portuguesa para além do domínio das unidades de produção de açúcar.

A pecuária que se constituiu na mais importante atividade subsidiária dos engenhos e destes dependente[1], tornou-se também a principal desencadeadora do movimento que iria povoar vastas áreas do território brasileiro. Isso deve-se ao fato de que desde o seu início adquiriu um caráter itinerante, cujo favorecimento pode ser atribuído às suas próprias características, não necessitando de grandes investimentos de capital e de pessoal para o seu funcionamento, além disso, ocorriam grandes extensões de terras disponíveis fora da faixa litorânea com excelentes pastagens. Para ABREU (1969:159), a prática da pecuária nos sertões do Nordeste apresentava como vantagem o fato de que:

"O gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal sem tranquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício, fornecia alimentação constante superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha (...)."

[1] FURTADO, C. - Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1967. p.62

Esse processo de povoamento do território brasileiro apresentou na região Nordeste, ainda no século XVI, dois centros pioneiros de irradiação: Pernambuco e Bahia.[2]

O primeiro deles possui como seu foco de irradiação a cidade de Olinda e de suas cercanias espalhou-se em direção ao Norte acompanhando a faixa litorânea, atingindo as terras da Paraíba, Rio Grande do Norte chegando até a bacia do rio Jaguaribe, no Ceará. Nesta área encontra-se com o outro movimento que sai da Bahia.[3] É este último que nos interessa mais diretamente, na medida em que dele resulta o povoamento das terras do Piauí.

É indiscutível que a pecuária teve seu principal foco de irradiação na Bahia, mais precisamente na cidade de Salvador, centro agrícola fundada em 1549 para abrigar a sede do governo geral. Das cercanias desse núcleo urbano partem os primeiros criadores tocando seus gados e instalando currais[4] rumo ao interior do Brasil, em áreas antes somente habitadas pela população nativa. Esse movimento que, deslocando-se de maneira contínua, atinge o curso médio do rio São Francisco ainda na primeira metade do século XVII, onde foram concedidas sesmarias e instaladas várias fazendas de gado. Dali o povoamento segue em direção às chapadas do Araripe e Mangabeiras. Após transpor esses divisores de água do São Franciso-Parnaíba, chega ao lado oriental da bacia do Parnaíba, onde são instalados os primeiros currais, nos principais afluentes daquele rio. É essa área que vai constituir-se o território piauiense (MAPA 1).

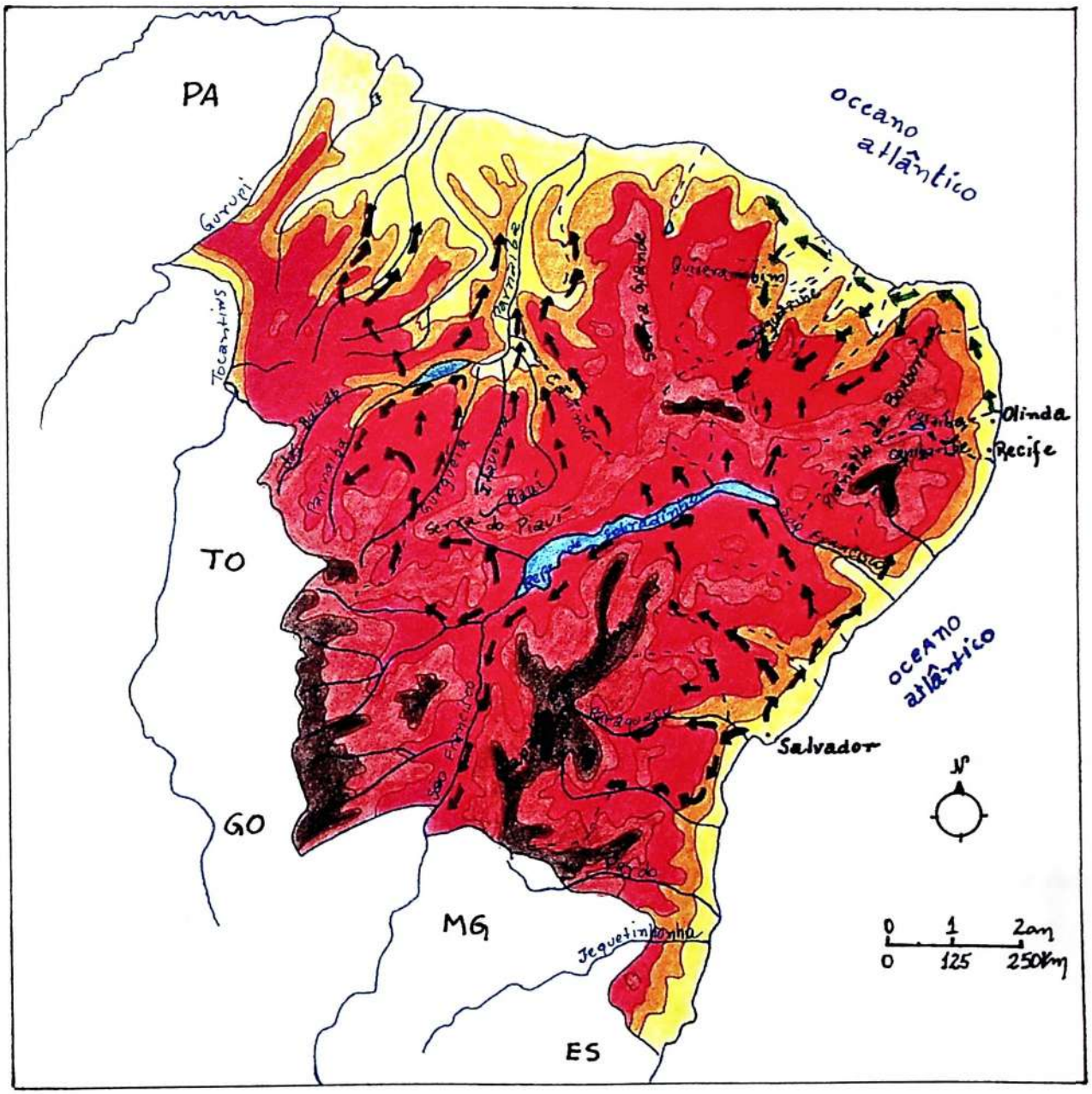
---

[2] PRADO JR., C. - Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense.1987. p.61

[3] IBID. p.64

[4] No período colonial, curral apresentava uma conotação diferente de fazenda. Era um tipo de estabelecimento pecuarista característico da fase de penetração do gado para o interior do Nordeste, ou seja, possuía um caráter essencialmente itinerante, pois para montar uma fazenda era necessário possuir o título da terra, que somente era adquirido em momentos posteriores à conquista da terra. IN: BARBOSA, Tânya M. B. - A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder. Doutorado, FFLCH-USP.1993.

Expansão da pecuária no nordeste brasileiro a partir de meados do século XVI
Principais focos de irradiação



Fonte: Abreu, J.C. - "Capítulos de História Colonial" (1500-1800) - Briquet - 1963
Andrade, M.C. de - "A terra e o homem no Nordeste" - Brasiliense - SP - 1964
Prado Jr. Caio - "Formação do Brasil Contemporâneo - Brasiliense - SP, 1987
Mapa Base: Sinielli, Mª Elena - "Geoatlas básico" - Ática - 1997
Adaptação: Vicente Eudes Lemos Alves
Organizador: Anselmo Alfredo - JUN/2.000

A ocupação das terras do Piauí, as quais correspondiam a uma parte da área do "Sertão de Dentro"[5], ocorreu na segunda metade do século XVII, e se iniciou pela costa leste e sul do território, pelas margens dos rios Piauí, Canindé, Paraim e Gurguéia (MAPA 2). Não demorou muito para a atividade criatória atingir também o Parnaíba, ultrapassando rapidamente para o lado ocidental de sua bacia, já em território maranhense. Neste, os currais espalharam-se tanto em direção à montante do Parnaíba, chegando às margens do rio das Balsas e a região de Pastos Bons, quanto em direção ao curso médio e jusante daquele rio, de onde segue em direção aos vales dos rios Itapecuru e Mearim. De acordo ainda com ABREU(1969:158):

"Em 1751 a Capitania [do Maranhão] contava oito freguesias, cinco engenhos de açucar, duzentas e três fazendas de criar gado, das quais quarenta e quatro em pastos bons e trinta e cinco em aldeias altas."

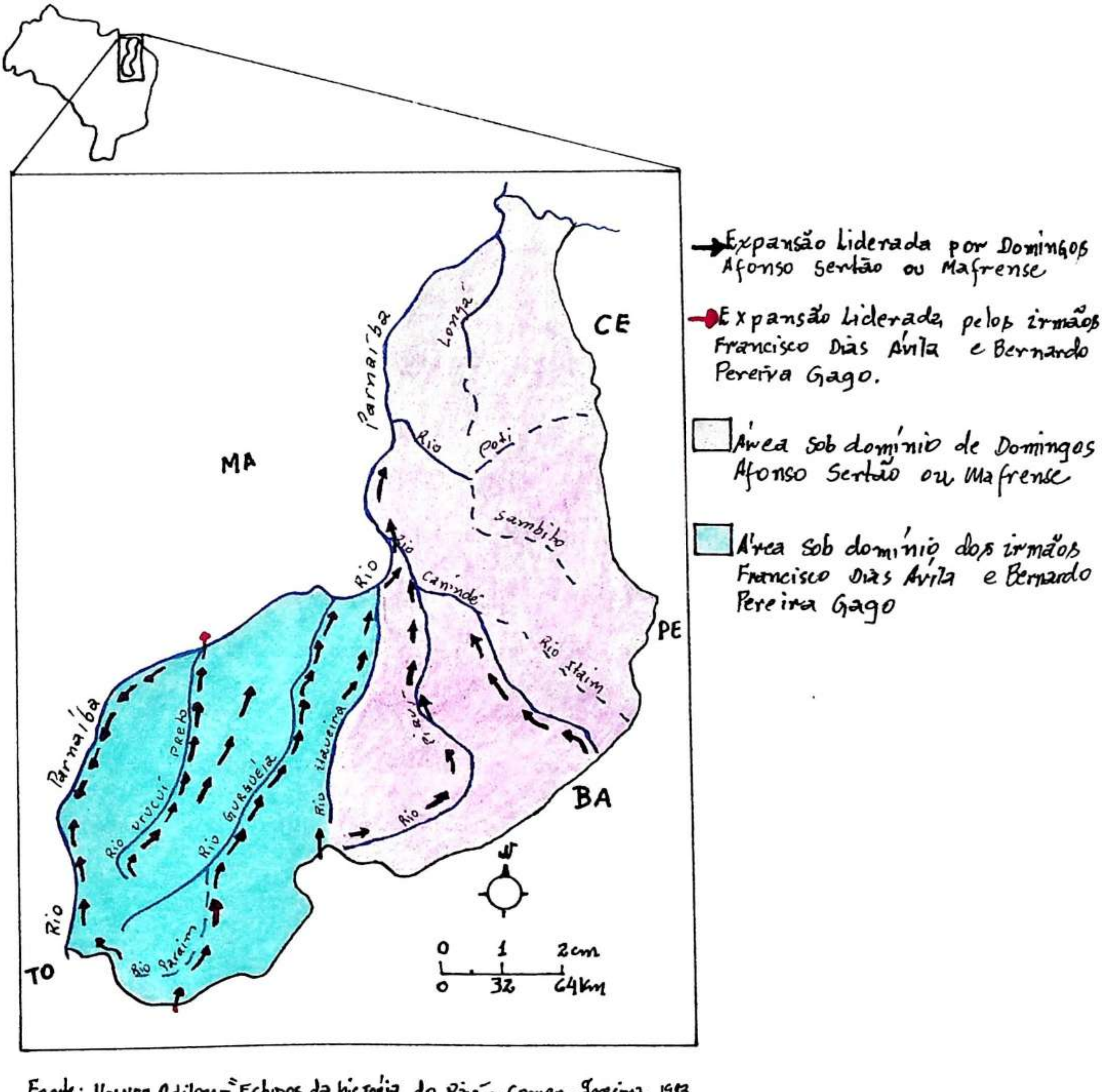
O povoamento do território piauiense possui uma relação direta com a expansão e a conquista de terras empreendidas pela Casa Torre, instituição fundada e administrada pela família Ávila, da Bahia, cujo principal objetivo era financiar aventureiros, um misto de apresadores de índios e conquistadores de terras destinadas à pecuária, para que eles desbravassem os Sertões. Após descobertas das novas terras, os Ávila requeriam-nas através de sesmarias que normalmente abrangiam, cada uma, extensões de 10 a 12 léguas em quadro. Na impossibilidade de ocupar todas elas com o plantel de gado possuído pela família, eram repassadas, geralmente em lotes de uma légua, para aqueles rendeiros que se aventurassem a ocupá-las. Por volta de 1711, escreve ANTONIL (1967:309) que as terras dos domínios dos sertões da Bahia pertenciam apenas a dois grupos familiares, sendo a maior parte delas repassadas a terceiros através de arrendamento:

---

[5] ABREU, op.cit. p.164

Mapa 2

Expansão da Pecuária no Piauí a partir da segunda metade do Século XVIII



Fonte: Nunes, Odilon – "Estudos da história do Piauí" – Comep - Teresina, 1983
Sobrinho, Barbosa Lima – "História de uma Sesmaria e suas Aventuras" – Rev. de História – vol LV. nº. 110 abril/jun – 1997 – São Paulo.

Adaptação: Vicente Eudes Lemos Alves
Organizador: Anselmo Alfredo – jun/2.000

"Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nascença do rio das velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios, e parte dos que arrendam sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro."

Um dos rendeiros da família Ávila era o bandeirante português Domingos Afonso Mafranse ou Sertão, o qual liderou uma das frentes de penetração nos Sertões do Piauí, tornando-se um dos primeiros colonizadores daquelas terras[6]. No início da década de 1670 instalou-se Mafrense no vale do rio Canindé e dali expandiu-se para metade do que viria a ser o território piauiense, onde funda, principalmente nas margens dos rios Canindé e Piauí, cerca de 30 fazendas de gado, a maioria delas confiadas à administração de vaqueiros[7]. Nasce daí o germe do povoamento piauiense, que apresentava na atividade criatória o modelo dominante de ocupação do território[8].

Ao mesmo tempo em que Mafrense juntamente com seus sócios, dentre eles o seu próprio irmão, Julião Afonso, desbravavam os vales dos rios Canindé e Piauí, onde obtinham sesmarias, os também irmãos Francisco Dias Ávila e Bernardo Pereira Gago, herdeiros diretos da Casa da Torre requeriam junto ao governo de Pernambuco várias outras sesmarias com aproximadamente dez léguas em quadro. Estas estendiam-se desde as cabeceiras do rio Gurguéia até o rio Parnaíba, cuja área ficou conhecida como sertão do

---

[6] Alguns registros históricos apontam que nesse mesmo momento ou um pouco antes da chegada de Mafrense ao Piauí, já havia penetrado naquelas terras um grupo liderado pelo bandeirante paulista, Domingos Jorge Velho, cujo destino era o Quilombo dos Palmares. Tal bandeirante e seu grupo também requereram sesmarias em território piauiense. IN: NUNES, Odilon - Estudos de História do Piauí. Teresina, 2ª ed., COMEPI, 1983. p. 16.

[7] Ao morrer, em 1711, Domingos Afonso Mafrense possuía em solos piauienses, entre fazendas, sítios e roças, cerca de 1.206.612 hectares de terra. In: NUNES,O. - Pesquisas Para a História do Piauí. Teresina, Imprensa Oficial do Estado do Piauí, 1966, vol.I, p.174.

[8] MOTT, Luiz R.B. - Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade. Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1985. p.72.

Parnaguá, pertencente, nesse momento, à Capitania de Pernambuco[9]. O grupo dos Mafrense e o dos Ávila foram os primeiros a serem outorgados com títulos de terras no Piauí, propriedades que, se somadas as suas extensões, correspondiam a quase totalidade daquele território[10]. Esses grupos passaram, desde então, a empreender em suas possessões uma administração com extremo autoritarismo, poucos eram aqueles que ousavam a desafiar o poder de tais famílias em seus respectivos domínios. Referindo-se aos Mafrense e aos Ávila e aos seus métodos de justiça impostos aos moradores do Piauí, diz NUNES (1983:20):

"Mais tarde, Domingos Afonso Serra, sobrinho de Sertão [Mafrense], à testa de escravos e índios, força o padre Carvalho a abandonar a freguesia [da Mocha], arrasa as casas que o cura fundara para acomodar os paroquianos, quando na época das festas religiosas. Ascenso Gago, em sua carta ânua de 25 de julho de 1697, relatando as intimidações dos Ávila, também informa: 'porém tudo se pode crer dos que em este Sertão tão distante, fora das justiças e governadores, e tão esquecidos de Deus (Viera também dissera: largados de deus e do mundo), vivem à lei da vontade, sem obedecer a outra alguma, mas que a casa da Torre, de que dependem'."

Do que se deduz dos primeiros relatos da capitania do Piauí, não se pode atribuir a conquista daquelas terras a um seleto grupo de desbravadores, associados à Casa da Torre. Na realidade, tal feito é de quase inteira responsabilidade de pessoas anônimas, especialmente arrendatários e vaqueiros, que correndo riscos de suas vidas adentram nos sertões em busca de novas terras, as quais posteriormente eram repassadas aos seus

---

[9] SOBRINHO, Barbosa Lima - História de uma Sesmaria e suas Aventuras. São Paulo. Revista de História, v. LV, nº110, abr.-jun.,1977.

[10] Em 1697, o padre Miguel Coutinho, vigário da então freguesia de Nossa Senhora da Vitória, dissera que as terras piauienses pertenciam a apenas dois donos, como fica claro em suas palavras. "(...) De todas estas terras são senhores. Domingos Afonso Sertão [Mafrense] e Leonor Pereira Marinho [viúva de Francisco Dias Ávila], que as partes de meias, têm nelas algumas cabeças de gados seus, as mais arrendam a quem lhe quer meter gados pagando-lhe 10 réis de foro por cada sítio, e desta sorte estão introduzidos donatários das terras sendo só sesmeiros para as povoarem com gados seus; no entanto que até as igrejas querem apresentar, e esta nova queriam fundada debaixo do título de sua." Pe. Miguel d. Coutº- Descrição do Sertão do Piauí. Endereçada ao bispo de Pernambuco, Francisco de Lima, em 02 de março de 1697. In: ENNES, Ernesto - As Guerras dos Palmares (Subsídios para a sua História). São Paulo, Cia ed. Nacional, 1938. V.1 p.370/89.

tradicionais donatários, ficando em prejuízo os verdadeiros conquistadores. Sobre essa questão diz PORTO (1974:62):

"A concessão de sesmarias acompanhava passo a passo a marcha da conquista. Mal se divulgava o desbravamento de uma faixa de terra, acudiam pressurosos requerentes, armados de recomendações. Evidentemente, nenhum desses magnatas pensaria em participar do árduo trabalho de povoamento, todo ele entregue ao posseiro anônimo, de passo vacilante, que penetrava os sertões e enfrentava os perigos. De fato, na história da colonização do Piauí é insignificante o número de doações feitas aos verdadeiros povoadores, o que atesta o poder e a força dos sesmeiros."

Como se vê, poucos eram os donos de terras que participavam efetivamente do povoamento do território piauiense. O próprio Mafrense que era, na Bahia, arrendatário da família Ávila, mas chega no Piauí já na condição de sesmeiro, não permaneceu ali, entretanto, por muito tempo. Após assegurar o título das terras e disseminar fazendas de gado em área piauiense, retorna à Bahia, onde fixa residência em Salvador. As ditas fazendas foram arrendadas ou administradas por vaqueiros. Vê-se, assim, que o absenteísmo dos proprietários das fazendas constituiu-se em uma prática comum no povoamento do Piauí. Os relatos do padre Miguel Coutinho apontam que naquele ano havia 129 fazendas, porém poucas eram as que recebiam administração direta de seus donos, a maioria delas estavam sob responsabilidade de vaqueiros[11]. Essa característica, no entanto, não se restringiu somente ao Piauí, mas se estendia a todo o Sertão Nordestino, onde predominava a atividade criatória. Tal situação foi constatada por SPIX & MARTIUS, no início do século XIX, quando passavam pelo Sertão da Bahia:

"Os proprietários dessas grandes fazendas raramente moram no Sertão. Gastam as rendas em distritos mais populosos, muitas vezes com luxo incrível, deixando a fiscalização a um mulato (...)"[12]

---

[11] MOTT,L.B. - op.cit.p.98.

[12] SPIX & MARTIUS - Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo, Melhoramentos, 1938.

A ausência de proprietários de terras no povoamento piauiense pode ser explicada pelas precárias condições de vida que apresentavam aqueles sertões, onde faltava de tudo. O isolamento era o que predominava, visto que as comunicações com centros urbanos do litoral eram quase inexistentes, mesmo o contato com outras fazendas do Piauí era muito difícil, dado as grandes distâncias entre elas, as quais normalmente ultrapassava a 2 léguas. Acrescenta-se a isso, os perigos constantes que corriam os povoadores com ataques dos índios, considerados os mais "*bravos, valentes e guerreiros entre os quais se acham alguns que se governam com alguma rústica política, tendo entre si rei chamando os seus distritos de reinos, como são os Rodeleiros que se contam com sete reinos, e são tão guerreiros que até agora não foram ofendidos nem de dentre eles se tem apanhado lingua sendo muitas vezes acometidos por grandes tropas de Paulistas (...).*"[13]

O padre Miguel Coutinho deixa também as seguintes impressões sobre a vida dos habitantes daquelas terras:

"*(...) comem estes homens só carne de vaca com laticínios e algum mel que tiram pelos paus, a carne ordinariamente se come assada, porque não há panelas em que se cozinha, bebem água de poços e lagoas, sempre turva e muito assalitrada. Os ares são muito groços e pouco sadios, desta sorte vivem estes miseráveis homens vestindo couros e parecendo tapuyas.*"[14]

Esse caráter rústico, extensivo e disperso contribuía para o isolamento da população piauiense, cuja vida se resumia ao trabalho dentro das fazendas, sem muito contato com o mundo exterior, ocorrendo somente com os transportadores das boiadas que levavam e traziam notícias de outras áreas. Tal situação teve como consequência a quase

---

[13] Pe. Miguel d. Coutº - Descrição.... In: ENNES, E. - op. cit.p.370/89
[14] ibid.

ausência de núcleos urbanos nos anos iniciais do povoamento daquela área. Somente no final do século XVII surge a primeira povoação no Piauí, a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, elevada à categoria de vila na segunda década do século XVIII. A vila da Mocha, como foi batizada, localizava-se em terras de uma das fazendas de Mafrense, às margens do rio Piauí. É ela que vai transforma-se na sede do governo, recebendo o nome de Oeiras (quando o Piauí torna-se uma capitania autônoma). A pouca urbanização, no entanto, que caracterizava o povoamento do Piauí não resultava da falta de população, pois esta havia em número considerável, o que se verifica é que, como vimos, os habitantes permaneciam nas fazendas, poucos optando pela vida nas cidades.

"A capitania do Piauí é falta de povoações formadas, não há falta de povoadores, que moram e vivem dispersos em suas fazendas de gados, as quais requerem para sua boa criação grande extensão de terras. De sorte que se os seus moradores se unissem em povos, bastariam para formar várias cidades e vilas."[15]

A baixa urbanização do Piauí se manteve à medida em que seu povoamento avançava, aproximadamente 80 anos após a chegada dos primeiros portugueses àquela área, os núcleos urbanos ainda não passavam de pequenas povoações de população flutuante, como constata o vigário da vila da Mocha, Antônio Luiz Coutinho, em meados do século XVIII:

"Acha-se situada esta freguesia de Nossa Senhora da Vitória no centro do sertão do Piauí; não tem outra povoação, vila ou lugar mais que a vila da Mocha, que consta de 60 moradores, pouco mais ou menos, e pouco ou nenhuns permanentes, por serem os mais deles solteiros, e se hoje se acham nela, amanhã fazem viagem e o que avulta nela são os oficiais de justiça. Tem circunvizinhos alguns moradores na distância de 1 légua, que tratam de algumas pequenas roças de mandiocas, milhos, arrozes, que nem a terra admite agricultura abundante por mui seca no tempo do verão e não haver com que regar, e por serem muitas as enchurradas no tempo do inverno. Como a maior parte dos fregueses são criadores de gado vacum e cavalar e não podem comodamente morar

[15] NUNES, O. - op. cit. p.155, nota 55.

junto da vila se acham dispersos por vários riachos, morando com suas famílias para com comodidade tratarem da criação de seus gados."[16]

Tal característica foi presenciada também por vários viajantes que passaram pela capitania no século XIX, confirmando que esse caráter dispersivo e de população ausente dos núcleos urbanos foi uma das marcas do povoamento do Piauí. Como se verifica nas impressões deixadas por SPIX & MARTIUS (op.cit:263), que motivados pelo que ocorria no Piauí dizem:

"(...) Talvez não exista país algum, opulento de dons naturais, com tão poucas casas de moradia como aqui."

Também o viajante inglês GEORGE GARDNER (1975:139) deixa, em 1839, suas constatações a respeito da vila de Parnaguá, principal povoação, nesse período, do Sul do Piauí:

"A vila, situada na parte oriental de grande lagoa, contém, ao todo, uma centena de casas, das quais apenas metade são habitadas, pertencendo as demais aos fazendeiros que as ocupam só nos dias de festas(...)."

Ao mesmo tempo em que se observa, durante um longo período da história do Piauí, a pouca importância dos núcleos urbanos, pois congregavam uma parcela muito pequena da população piauiense, verifica-se também que a instalação destes ocorria de maneira bastante irregular pelo território piauiense, o que pode ser estendido para toda a população daquela área. A explicação para tal fenômeno reside, além das questões apontadas anteriormente, em um dos fatores fundamentais que direcionou a ocupação dos sertões nordestinos, qual seja, a água. Esse precioso líquido constituiu em um importante fio condutor do povoamento do Piauí. Em torno dele vão se definir certas características

[16] Relação da freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Vila da Mocha, do sertão do Piauí, do bispado do Maranhão, pelo vigário Antônio Luiz Coutinho, 11 de abril de 1757 (fl.502/510). In: MOTT, L.R.B. - op.cit.p.46.

da formação territorial piauiense, e em cujas marcas permanecem ainda nos dias de hoje na maneira como uma parcela significativa do povo piauiense organiza seu espaço de morada e de trabalho, como veremos no capítulo 4.

Destacam-se, dentre outras características, o fato de que os cursos d'água foram os condutores do povoamento do Piauí, na medida em que se tornaram na mais importante referência para a fixação do homem à terra. Foi nas proximidades destes cursos que se instalaram os sítios, as fazendas de gado e a maioria das aglomerações urbanas. Nesse sentido, os cursos d'água vão empreender o movimento da vida do povo piauiense. Referindo-se à importância da água na condução do povoamento dos sertões nordestinos, diz PRADO JR.(1985:67):

"(...) Os fatores naturais, em particular a ocorrência da água, tão preciosa neste território semi-árido, têm aí um papel relevante. É sobretudo na margem dos poucos rios perenes que se condensa a vida humana. No São Francisco, nos rios do Piauí, e do alto Maranhão. Intercalam estas regiões mais favorecidas extensos desertos a que somente as vias de comunicação emprestam algumas vida. (...) As "cacimbas" (poços d'água) congregam quase todo o resto do povoamento; assim, onde o lençol de águas subterrâneas é mais permanente e resiste mais as secas prolongadas, bem como onde ele é mais acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população local, o povoamento se adensa. "Olho d'água" é uma designação que aparece frequentemente na toponímia do interior nordestino: a atração do líquido é evidente."

Os cursos fluviais desempenharam também um relevante papel como locais de referência para requerimentos de terras no Piauí. Era uma prática comum, desde os primeiros povoadores, instalar-se ou solicitar doações de terras ao longo dos principais rios perenes. Mesmo posteriormente, quando em 1753, o rei de Portugal reduziu o tamanho das sesmarias, que passam a ser concedidas com 3 léguas de comprimento e uma de largura, costumava-se utilizar a área que correspondia à largura partindo do curso de um rio ou riacho, de onde eram traçados os limites da data de terra. Em 1697, o padre Miguel Coutinho faz as seguintes considerações sobre a localização das fazendas de gado no Piauí:

da formação territorial piauiense, e em cujas marcas permanecem ainda nos dias de hoje na maneira como uma parcela significativa do povo piauiense organiza seu espaço de morada e de trabalho, como veremos no capítulo 4.

Destacam-se, dentre outras características, o fato de que os cursos d'água foram os condutores do povoamento do Piauí, na medida em que se tornaram na mais importante referência para a fixação do homem à terra. Foi nas proximidades destes cursos que se instalaram os sítios, as fazendas de gado e a maioria das aglomerações urbanas. Nesse sentido, os cursos d'água vão empreender o movimento da vida do povo piauiense. Referindo-se à importância da água na condução do povoamento dos sertões nordestinos, diz PRADO JR.(1985:67):

"(...) Os fatores naturais, em particular a ocorrência da água, tão preciosa neste território semi-árido, têm aí um papel relevante. É sobretudo na margem dos poucos rios perenes que se condensa a vida humana. No São Francisco, nos rios do Piauí, e do alto Maranhão. Intercalam estas regiões mais favorecidas extensos desertos a que somente as vias de comunicação emprestam algumas vida. (...) As "cacimbas" (poços d'água) congregam quase todo o resto do povoamento; assim, onde o lençol de águas subterrâneas é mais permanente e resiste mais as secas prolongadas, bem como onde ele é mais acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população local, o povoamento se adensa. "Olho d'água" é uma designação que aparece frequentemente na toponímia do interior nordestino: a atração do líquido é evidente."

Os cursos fluviais desempenharam também um relevante papel como locais de referência para requerimentos de terras no Piauí. Era uma prática comum, desde os primeiros povoadores, instalar-se ou solicitar doações de terras ao longo dos principais rios perenes. Mesmo posteriormente, quando em 1753, o rei de Portugal reduziu o tamanho das sesmarias, que passam a ser concedidas com 3 léguas de comprimento e uma de largura, costumava-se utilizar a área que correspondia à largura partindo do curso de um rio ou riacho, de onde eram traçados os limites da data de terra. Em 1697, o padre Miguel Coutinho faz as seguintes considerações sobre a localização das fazendas de gado no Piauí:

"Tem o Sertão do Piauí pertencente a nova matriz de N.S. da Vitória quatro rios correntes; vinte riachos, cinco riachinhos, dois olhos d'água e duas lagoas, a beira dos quais estão 129 fazendas de gado (...)"[17]

Mesmo a organização espacial de uma fazenda de gado piauiense obedecia como primeiro critério a presença de água, era nas proximidades dela que se instalavam a sede da fazenda, os currais[18] e muitos dos equipamentos necessários na lida com o gado. Media-se, ainda, o valor de um sítio ou de uma fazenda pela distribuição e disponibilidade de água neles encontrada, como fica evidente na citação que segue:

"As fazendas de gado vacum estão situadas sobretudo nas fraldas de vários olhos d'água que delas nascem. Para que no sertão uma fazenda mereça o nome de boa, deve ser primeiro bem provida de água, porque sendo o Piauí sujeito a secas, como todos os altos sertões do Brasil, as fazendas faltas de água são as primeiras que ficam despovoadas de seus gados."[19]

1.1 - O DOMÍNIO DA PECUÁRIA

Como vimos, a ocupação do território piauiense resultou da expansão da pecuária, que ali encontrou várias condições favoráveis ao seu desenvolvimento, melhores do que as existentes nos sertões da Bahia, destacando-se, dentre outras: a disponibilidade de terras, repartidas em grandes propriedades, quase todas elas servidas de cursos d'água e pastagens naturais permanentes; chuvas mais abundantes e com melhor distribuição. Acrescenta-se a tais condições, as facilidades de instalações das fazendas para as quais despendiam poucos esforços, não somente de equipamentos, mas também de recursos humanos, na medida em

[17] Pe. Miguel d. COUTº - Descrição... In:ENNES, E. - op. cit. p. 370/89.
[18] Nesse momento currais já apresenta uma outra conotação, como local cercado destinado ao confinamento do gado por um intervalo curto de tempo.
[19] PEREIRA D'ALENCASTRO, J.M. - "Memória Chronológica, Histórica e Corografica da Provincia do Piauhy", Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XX, 1° trimestre de 1857,p.5

que com um número reduzido de pessoas era possível colocar em funcionamento uma fazenda de criação de gado.

Sobre a instalação das fazendas em terras piauienses, observa um dos primeiros viajantes que passou por ali no século XVIII:

"Não há neles aquele horroroso trabalho de deitar grossas matas abaixo, e romper as terras à força do braço! Neles pouco se muda na superfície da terra; tudo se conserva quase no seu primeiro estado. Levanta-se uma casa coberta pela maior parte de palha, feitos uns currais e introduzidos os gados, estão povoadas três léguas de terra, e estabelecida uma fazenda."[20]

Apresentava-se, assim, o Piauí como uma área de grande potencial para a prática da pecuária, o que de fato se confirmou ao longo do povoamento, pois teve nessa atividade econômica seu principal suporte, e em torno da qual passa a movimentar toda a dinâmica da vida daquela população. A grande proliferação das fazendas de gado pelo Piauí[21] permitiu que tal capitania se tornasse, no século XVIII, uma das mais importantes zonas produtoras de gado vacum e cavalar do Brasil. Os rebanhos eram enviados, a princípio, para Pernambuco e Bahia, os primeiros mercados consumidores da pecuária piauiense. Como as fazendas de gado disseminaram-se por todo o território piauiense, os rebanhos destinados àqueles centros consumidores saiam de duas áreas distintas do Piauí, definidas de acordo com as distâncias e com as condições naturais[22] que era preciso enfrentar para levar o gado ao seu destino. Neste caso, as fazendas localizadas nas margens dos rios Piauí, Canindé, Parnaíba (no curso médio e na sua jusante) e Apodi destinavam-se ao mercado de Pernambuco, enquanto que aquelas localizadas nos cerrados

---

[20] Roteiro do maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí, em Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro. Vol. LXII. Parte 1ª ,1900. In:NUNES, O.- op.cit. p.6

[21] Enquanto que em 1697 havia 129 fazendas de gado instaladas no Piauí, em 1772 esse número já era de 578 fazendas. In: MOTT, L.R.B. op. cit.p.57.

[22] Na maioria das vezes, era necessário percorrer mais de mil quilômetros atravessando caminhos difíceis de serem transpostos, principalmente pela falta d'água.

do Sul do Piauí, destinavam-se ao de Salvador, como sugere os registros deixados por ANTONIL (op.cit:308), no início do século XVIII:

"Os currais desta parte [...rio de cabaços, o rio de São Miguel, as duas lagoas com o rio do Posto do Calvo, o do Paraíba, o dos cariris, o do Açu, o do Apodi, o de Jaguaribe, o das Piranhas, o Pajeú, o Jacaré, o Canindé, o de Parnaíba, o das Pedras, o dos Camarões e o Piauí] hão de passar de oitocentos, e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas e para o fornecimento das fábricas dos engenhos, desde o rio São Francisco até o rio Grande." Enquanto que "(...) tirando os que acima estão nomeados, desde o Piauí até a barra de Iguaçu, e de Parnaguá e rio Preto, porque as boiadas destes rios vão quase todas para a Bahia, por lhes ficar melhor caminho pelas jacobinas, por onde passam e descansam."

Apesar das grandes distâncias percorridas e da perda significativa do rebanho durante o transporte,[23] a pecuária era uma atividade bastante lucrativa para os fazendeiros piauienses, o que justifica a rápida proliferação de fazenda de gado por todo aquele território. Mesmo tendo de pagar um quarto da criação ao vaqueiro, o dízimo e os prejuízos ocasionados pelas doenças, poucas atividades superavam a renda obtida na pecuária.

À medida que crescia o número de fazendas de gado no Piauí, expandiam-se também os mercados para onde se destinavam os seus rebanhos. No século XVIII, estes abasteciam não somente os já citados mercados de Pernambuco e Bahia, mas eram mandados para os do Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O volume comercializado pela pecuária piauiense atingiu cifras significativas. Na segunda década do referido século, por exemplo, somente a cidade de Belém, no Pará, comprava, anualmente, do Piauí, cerca de 28.000 a 30.000 cabeças de gado.[24]

Assim como a economia, toda a organização sócio-espacial do Piauí, definia-se de acordo com a atividade criatória. Poucos eram aqueles que, no início do povoamento,

---

[23] Em períodos de estiagens prolongadas chegava-se perder, em média, no deslocamento das boiadas da área de origem até o seu destino, cerca de 50% das reses. In: SPIX & MARTIUS, op. cit.
[24] BARBOSA, T.M.B. -op. cit. p.15.

praticavam a agricultura, atividade considerada secundária pelos piauienses e por muitos desprezada. Acrescenta-se, a isso, o fato de que quase não havia terras destinadas ao cultivo, pois aquelas que apresentavam aptidão para tal, eram ocupadas inteiramente para a pastagem do gado. Desenvolveu-se, dessa maneira, uma sociedade cujo modo de vida associava-se à dinâmica da pecuária. Dos hábitos alimentares à cultura material, praticamente todos recebiam influência da atividade pastoril. O consumo de carne e leite, por exemplo, não era um privilégio dos mais abastados, mas um costume diário da grande maioria dos piauienses, e que, por vezes, constituía a base alimentar daquela população. Como fica claro nos registros deixados sobre os hábitos da alimentação dos piauienses no período colonial:

"(...) comem estes homens somente carne de vaca com laticínios e algum mel que tiram pelos paus."[25]

"(...) Porque é costume abater o ano todo, diariamente, um boi gordo para o uso do proprietário e da gente da fazenda (...)."[26]

O mesmo ocorria em relação ao couro, utilizado em várias situações do cotidiano da sociedade piauiense: vestimentas, utensílios domésticos, equipamentos auxiliares na lida com o gado etc. A sociedade do Piauí colonial, assim como todas aquelas dos sertões, sob domínio da pecuária, vivia a cultura do couro, como esclarece ABREU (1969:162):

"(...) De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os pastos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar o cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas da faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para o cortume ou para apurar o sal; para os açudes, o material de atêrro era levado em couro puxado por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz."

---

[25] Pe. Miguel d. Cout°. In: ENNES, E. - Op. cit. 370/89.
[26] GARDNER, G. - Op.cit. p.118.

O fato da pecuária predominar no Piauí, com rápida expansão em um curto intervalo de tempo, permitiu a construção de fazendas com grandes planteis de gado, com os quais ocupava-se a maioria da população, e contribuiu para que se tornassem comuns e de fácil acesso a todos os produtos dela derivados. Consequentemente esses apresentavam baixos preços. Tal situação provocava uma disparidade nas trocas por outros produtos sem a mesma frequência no Piauí. As palavras de MOTT (1985:68) são esclarecedoras a esse respeito:

"(...) Entre 1752-1754, uma arroba de carne de vaca custava no Piauí $ 200 réis, ou seja, aproximadamente $ 013 réis por quilo. Três ovos de galinha custavam pouco mais do que um quilo de carne, com o valor que se pagava a um queijo flamengo ou a um chapéu muito ordinário, podia-se comprar o equivalente a 73 quilos de carne bovina. Um par de meias de seda ordinária valia o exorbitante preço de 4 $ 000, ou seja, quase a mesma quantia que se pagaria por dois bois dos mais gordos e mais corpulentos. Por volta de 1764, vemos que pelo preço de uma vaca gorda e grande podia-se comprar 5 galinhas, ou 5 patos, ou 2 perús ou 3 frascos de aguardente comum. Se se tratasse de aguardente de boa qualidade, trocava-se 2 vacas das melhores, por 2 frascos e meio de tal bebida. Dois freios de cavalo ou dois pares de esporas valiam mais do que um boiote. Era preciso o equivalente ao valor de duas vacas das melhores para se mandar fazer uma porta de uma casa, vindo acompanhada de seu portal (batente). Em se tratando da confecção de um vestido, caso o tecido fosse ordinário, o oficial alfaiate cobrava o equivalente a duas vacas; caso fosse um vestido de veludo, ou de seda, aí então seu feitio representava o tanto quanto valiam 3 vacas das melhores. Um par de botas custava mais do que duas vacas inferiores."

A configuração espacial do Piauí possui também uma estreita relação com a dinâmica empreendida pela atividade criatória. Isso fica constatado não somente nos limites territoriais que adquire o Estado hoje, apresentando alargamento no interior e afunilamento à medida que se aproxima do litoral,[27] mas também na sua organização espacial interna na qual as fazendas de gado definiram uma lógica caracterizada pelo predomínio das grandes propriedades fundiárias, dispersão da população, rusticidade no

[27] Inclusive essa última parte não pertencia ao Piauí, somente mais tarde, no século XIX, ela foi adquirida, através de troca pela área de Crateus, junto ao Ceará.

uso das técnicas, utilização de pouca mão-de-obra e aproveitamento das pastagens naturais.

No que diz respeito a estas últimas, representaram um fator de suma importância para o sucesso da atividade criatória no Piauí, dado que se espalhavam por vastos domínios daquela capitania, podendo ser consumidas praticamente o ano todo. Neste caso, nas épocas chuvosas mantinha-se o gado nas pastagens próximos aos principais cursos fluviais, enquanto que nas estiagens, soltava-o nas pastagens dos vastos platôs das chapadas. Encontrava-se, no Piauí, duas categorias de pastagens; as do agreste e as de capim mimoso. Estas últimas apresentavam melhor qualidade e que proporcionavam maior rendimento ao rebanho, como se verifica na citação a seguir:

"Nas fazendas de pastos agreste, 300 vacas produzem 130 bezerros, sendo que as que parem em um ano, descansam o ano seguinte; nas fazendas chamadas de mimoso, em que o pasto é bastante suculento, 300 vacas produzem 250 bezerros anualmente, isto é, sem interrupção. O que se diz acerca do gado vacum é extensivo ao cavalar."[28]

A pecuária foi responsável, ainda, pelo surgimento de várias freguesias e vilas no Piauí. Muitas delas formaram-se ao longo dos caminhos percorridos pelos tangedores de boiadas, que as levavam para os centros consumidores. Nessas áreas permaneciam alguns moradores, comumente lavradores, que sobreviviam de suas pequenas roças, onde plantavam para sua subsistência, e os excedentes comercializavam com os viajantes que passavam pelo local. Instalavam-se ali também os prestadores de serviços ao gado e aos seus transportadores, ou às vezes, pequenos fazendeiros que se sustentavam do comércio de reses. Estes compravam aquelas em péssimas condições, estropiadas pelas longas e

[28] PEREIRA d'ALENCASTRO, J.M. - "Memória Chronológica, Histórica e Corografhica da Província do Piauhy", revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XX. 1° trimestre de 1857.p.5. In: MOTT, L.R.B. - Op. cit. p.63.

estafantes viagens, recuperavam-nas e revendiam ou trocavam por outras junto àqueles que atravessavam os caminhos dos sertões.

"E assim se iam povoando os sertões de gente e de novas fazendas, num itinerário doloroso e temerário, porém edificante."[29]

1.2 - A IMPORTÂNCIA DO VAQUEIRO NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

O vaqueiro foi dos personagens mais importantes na expansão dos currais pelos sertões nordestinos. No Piauí pode ser atribuído a ele o verdadeiro povoador daquelas terras, tendo em vista que na maior parte do tempo o fazendeiro estava ausente, não somente porque muitos deles moravam em núcleos urbanos fora do Piauí, mas também pelo fato de possuírem várias fazendas, e se alternarem entre elas. Era designado ao vaqueiro, neste caso, manter ou ampliar o patrimônio do patrão. Para merecer o comando de uma fazenda ele deveria ser de inteira confiança do patrão, que somente conferia-lhe o cargo após longos anos de serviços prestados.[30] O vaqueiro possuía a responsabilidade de comandar todo o andamento da fazenda, tais como: expansão, manutenção e comercialização do rebanho, condução dos escravos, etc. As tarefas atribuídas a ele eram árduas, poucos eram os donos das fazendas que se propunham a fazê-las. Segundo ABREU (1969:162):

"Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas

[29] NUNES, ° - Op. cit. 35.
[30] O vaqueiro somente era remunerado após 4 ou 5 anos de serviços prestados na fazenda. In: ABREU, J.C. - Op.cit.p.162.

e bebedouros. Para cumprir bem com o ofício vaqueiral, escreve um observador, 'deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras'".

Apesar das dificuldades em conduzir uma fazenda, o vaqueiro superava-as com grande esforço e destreza, mesmo porque era do sucesso de sua administração, principalmente no que diz respeito ao crescimento do rebanho, que dependia os seus ganhos. Nessa relação de trabalho, em regime de parceria e cujo acordo era firmado verbalmente, cabia ao vaqueiro receber uma rês de cada quatro que nascia, sendo a divisão realizada através de sorteio, fato que poderia favorecer qualquer uma das partes. Era possível, dessa maneira, que após alguns anos exercendo essa profissão, o vaqueiro lograsse acumular um patrimônio considerável em reses, às vezes, suficiente para tornar-se um sitiante ou até mesmo um fazendeiro. Nesse sentido, ser vaqueiro era o grande sonho da população despossuída piauiense, que via nesta profissão um sustentáculo para atingir a ascensão social, não somente em termos material, mas também em prestígio, na medida em que a profissão de vaqueiro podia conferir-lhe uma honrosa posição diante do povo piauiense. Não são raros os casos de vaqueiros que exerciam cargos de autoridades públicas junto às vilas e freguesias do Piauí colonial.

Nas observações de um dos viajantes que passou pelo Piauí no século XVIII, aparece de forma nítida a admiração daquele povo pela profissão de vaqueiro, como relata:

"Esta gente perversa, ociosa e inútil pela aversão que tem ao trabalho, é muito diferente empregada nas ditas fazendas de gado. Tem a este exercício uma tal inclinação, que procura com empenho ser nele ocupado, constituindo toda a sua maior felicidade em exercer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são

títulos honoríficos entre eles, e sinônimos, com que se distinguem aqueles cujo cargo, está a administração e economia das fazendas".[31]

O fascínio pela profissão de vaqueiro, que despertava na população piauiense, deve-se também aos fatos de que nela podia-se demonstrar atos de coragem e perícia, cujos traços ainda nos dias de hoje prevalecem na psicologia da sociedade agrária daquele Estado. Tinha-se nesse ofício, portanto, a oportunidade de provar o seu valor. Era, acima de tudo, uma maneira de alcançar o reconhecimento, para que todos o tratassem como igual. Sobre o sentimento de igualdade que a vaqueiragem despertava, diz NUNES (op.cit.:35):

"Efetivamente era essa a psicologia do vaqueiro, e quem aqui não fosse vaqueiro, seria um frustrado, um tipo deficiente. Se se extinguiram as lutas com os indígenas, onde demonstrar sua bravura? No vaquejo do gado ou no banditismo que eram os esportes do tempo, o regime de vida heróica em que o homem exibe seus predicados máximos de animalidade. Vemos, portanto, a par da característica democrática, reflexos da organização feudal, em que o heroísmo era a característica psicológica preponderante."

Os próprios escravos se beneficiavam desse sistema, na medida em que, por um lado, a lida com o gado exigia uma grande mobilidade pelos campos da fazenda e fora dela, portanto longe das vistas do senhor. Por outro, a perícia adquirida no campeamento e o conhecimento do funcionamento da fazenda, permitiam que muitos deles ascendessem à profissão de vaqueiro, um fato até certo ponto comum no Piauí, se considerarmos que o número de trabalhadores negros nas fazendas criatórias era muito superior ao dos brancos.[32] Isso é permitido supor que muitos deles conseguissem mais facilmente livrar-se da servidão e até mesmo galgar alguns degraus da ascensão social no Piauí. Mesmo a

---

[31] Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí, em Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. LXII. Parte 1ª 1990. P.88. IN: NUNES. O. Op. cit. p.34.

[32] Tendo por base o levantamento das fazendas e dos moradores do Piauí, em 1697, realizado pelo padre Miguel Coutinho em sua Descrição do Sertão do Piauí. MOTT observa que, naquele ano, 1/4 das moradias piauienses eram habitadas por um branco e um negro, sendo que 1/3 das fazendas, o número de negros superava ao de brancos. Esse autor identificou também que em 13 fazendas do Piauí (em um total de 129) viviam somente escravos. Pode-se, imaginar, portanto, que a administração delas fosse de responsabilidade dos próprios cativos. In: MOTT, L.R.B. - op.cit.p.58.

relação escravo-senhor parecia funcionar a partir de uma outra dimensão, como é possível apreender da seguinte citação:

"(...) embora havendo no Piauí, aliás como no resto do país, resistência e revolta por parte da escravaria contra a servidão, parece que as condições e relações de trabalho, assim como as perspectivas de alforria eram muito melhores na zona da pecuária do que nos engenhos de açúcar. A vida do escravo vaqueiro, montado a cavalo, vagueando e vaquejando longe do curral de seu senhor, livre do olho e da chibata do feitor, recebendo como alimentação diária em média 1 kg de carne e 1/2 kg de farinha por certo que em pouca coisa diferiam tais escravos dos demais trabalhadores livres, camaradas, agregados e vaqueiros, companheiros no mesmo labutar."[33]

1.3 - O AGREGADO E O POSSEIRO

Além dos escravos e do vaqueiro e de sua família, e algumas vezes do próprio proprietário, habitava também no interior da fazenda o **agregado**. Este teve também um importante papel no povoamento do Piauí, na medida em que ajudou ao fazendeiro a assegurar a posse de seus vastos domínios. Normalmente, ao agregado atribuía-se, na fazenda, uma condição distinta da do escravo, era um homem livre, mas dependente do fazendeiro, que cedia, em seus domínios, um pedaço de terra. Ali o agregado podia construir uma residência precária e plantar pequenas lavouras de subsistência, assim como criar aves, porcos e um número reduzido de reses. Entretanto, o uso das terras da fazenda, na maioria das vezes, somente era permitido mediante o cumprimento de um acordo pré-estabelecido, no qual cabia a ele, agregado, prestar serviços na fazenda, comumente auxiliando na lida do gado, ou ainda trabalhar na lavoura, cuja produção obtida era repartida com o fazendeiro que a usava para alimentar seus escravos e empregados.

---

[33] MOTT,L.R.B. - op.cit.p.85.

Ao que consta em relatos históricos, havia no Piauí uma outra categoria de agregado, que diferentemente da descrita anteriormente, não possuía uma obrigação direta de prestação de serviços ou do pagamento de uma renda ao fazendeiro. A permanência dele na fazenda era permitida pela simples razão de que com ele o fazendeiro tornaria-se mais respeitado. Tal procedimento se justificava pelo fato de que em um lugar onde a justiça se fazia com as próprias mãos e de forma violenta, cercava-se o fazendeiro de um "exército" de desvalidos com o qual procurava fazer valer seus interesses.

Em um outro importante documento sobre o Piauí colonial, elaborado em 1772, pelo ouvidor daquela capitania, Antônio José de Morais Mourão, intitulado "DESCRIÇÃO DA CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ", aparecem algumas impressões sobre esse último tipo de agregado encontrado em território piauiense. Acredito que transparecem em suas colocações a respeito da índole dessa personagem certos exageros, contudo é válido a reprodução de um trecho de tal descrição, principalmente porque ela representa um dos poucos registros em que se faz uma caracterização mais detalhada dessa categoria de trabalhador, no Piauí.

"Além dos senhorios das fazendas ou seus feitores, vaqueiros, fábricas e mais pessoas que nelas moram, como uma só família, há outras muitas a que chamam agregados, e são de duas formas: uns que em algumas ocasiões servem como criador inerentes às famílias, outros que nem servem, nem na família se incluem, antes têm fogo separado, posto que dentro da mesma fazenda. Os primeiros, dado que maus, são toleráveis, mas os segundos, são péssimos e danosos em todo o sentido. Disfarçam estes refinados vadios, preguiçosos, ladrões, matadores e pestes da república a sua péssima conduta com duas raízes de mandioca ou de tabaco que fabricam e que nunca chega para os sustentar e suas famílias mais que um ou dois meses no ano, mantendo-se o resto do mesmo, do que furtam e caloteiam na mesma fazenda em que moram e nas circunvizinhanças, porque nenhum deles tem outro ofício nem qualquer que seus filhos aprendam. Os donos das fazendas os toleram com semelhante vida e com prejuízo seu, parte por medo, pois se os encontram ou querem dela expulsar, só se expõem a um tiro, parte por dependência, porque se fazem mais respeitados com o seu auxílio; e quando se querem vingar de alguém têm prontos os seus agregados para toda a casta de despique (...). Os seus bens são a casa de palha, que se fabrica num dia, um cavalo, uma espada, uma faca e alguns cachorros que facilmente consigo mudam e com a mesma facilidade sustentam enquanto

lhes é preciso andar no mato. São estes demônios encarnados os curibolas, mestiços, cabras, cafus e mais catres de que a terra só é abundante, que acossados pelas justiças das outras capitanias em que delinquem e onde lhes não é fácil ocultar-se por povoadas e abertas, buscam esta como um infalível asilo das suas maldades e lugar próprio para continuarem nelas com todo o desafogo e sossego".[34]

Apesar da tolerância de agregados em várias fazendas, os proprietários evitavam conceder moradias em números exagerados em suas terras. Em algumas fazendas não era nem ao menos permitido sua presença, visto que representava o comprometimento de uma parte de seus domínios, mesmo que essa fosse pequena, se levarmos em conta o tamanho das propriedades. Além do que os agregados construíam suas moradias em terrenos úmidos, próximos a olhos d'água, cacimba, etc., o que afugentava o gado de seus tradicionais bebedouros.

A resistência dos fazendeiros piauienses em permitir a presença de agregados em suas fazendas foi observada por SPIX & MARTIUS (op.cit:263), quando passaram pela capitania:

"Só raramente os chamados agregados, em geral pretos forros ou mulatos, constroem, aqui e acolá, na vastidão desse domínio, pequenas moradas ou quintais, pois os proprietários das grandes fazendas não querem ceder porção alguma de suas terras, por considerarem indispensáveis às grandes extensões para atender à criação do seu gado."[35]

Quanto aos **posseiros**, apesar de aparecerem pouco na bibliografia histórica do Piauí, sabe-se que estes estiveram em grande número desde os primeiros anos de colonização daquela capitania. Eram constituídos de uma população marginal piauiense, que sem direito à propriedade da terra e recusados como agregados nas fazendas de gado, saíam em busca de outros locais, fora dos domínios dos fazendeiros, para fixar suas moradias. Avançavam, quase sempre, sobre terras habitadas por grupos indígenas, o que

[34] DURÃO, A.J.M. - "Descrição da capitania de São José do Piauí". In: MOTT, L.R.B. -op.cit.p.26/7.
[35] SPIX & MARTIUS, op.cit.p.263

representava grande riscos para suas vidas. Essas terras serviram durante muito tempo de palco para violentos conflitos entre posseiros e indígenas.

Muitas das vezes, essa população posseira era utilizada, pelos próprios fazendeiros e autoridades públicas piauienses, como estratégia de afugentar os nativos para áreas mais afastadas. Nesse sentido, constituía-se a "linha de frente" no enfrentamento com o indígena.

Em sua descrição, MOURÃO sugere que fossem utilizados os agregados nessa tarefa de conquistar os territórios dominados pelos índios, como é possível apreender do trecho que segue:

"Bom era de fabricar com eles, colônias que entrando nas terras dos gentios e estabelecendo-os nelas, servissem de barreira, cobrindo esta capitania, pois ao passo que se saneava fora esta pestífera raça, se evitavam aos descontos, vexações e despesas que o povo faz na conquista daqueles e os graves prejuizos que causam, ainda depois de serem aqui metidos e aldeados".[36]

São essas pessoas, muitos antigos agregados, que vão dar origem aos posseiros que se espalharam por todo o Piauí, estabelecem-se sobretudo nos chamados baixões, onde aparecem as terras úmidas dos brejos e das vazantes. Nessas áreas, comumente, dedicaram-se à agricultura de subsistência, em pequenas roças com plantação de arroz, milho, feijão, mandioca, etc. Ainda hoje presencia-se, como veremos em outro capítulo, na paisagem agrária piauiense famílias de posseiros vivendo nas mesmas condições de seus antepassados.[37]

---

[36] DURÃO - A.J.M. - Descrição...IN:MOTT,L.R.B. op. cit.p.27

[37] No sul do Estado, muitas dessas áreas de baixões, principalmente as que se localizam junto aos platôs planos da chapada, vão ser ocupadas recentemente pelos novos agentes sócio-econômicos que se instalam na região, provocando a expulsão de posseiros dessa terras, conforme veremos nos próximos capítulos.

1.4 - RESISTÊNCIA E LUTA NA CONSTRUÇÃO TERRITORIAL PIAUIENSE

Os conflitos que ocorreram no Piauí relacionados à questão da terra não se restringiram, entretanto, apenas às populações posseira e nativa, mas deles participou também a oligarquia piauiense, possuidora de quase a totalidade das terras daquela capitania. Aliás, é contra o domínio absoluto dessa última classe que vai se voltar a população desposuída do Piauí, isso desde os primórdios do seu povoamento pelos portugueses. No início do século XVIII, por exemplo, esse embate já era evidente, e estava diretamente relacionado, por um lado, ao fato de que ocorrera, desde o início do referido século, um aumento considerável da população piauiense, resultado tanto do crescimento vegetativo quanto dos fluxos migratórios de pessoas originárias de outras capitanias. Por outro lado, a propriedade fundiária constituía-se patrimônio exclusivo dos grandes senhores. Essa situação contribuiu para que aqueles não possuidores de terra investissem sobre áreas devolutas ou dos domínios dos grandes proprietários.

As notícias de confrontos envolvendo proprietários e não proprietários de terras aparecem desde o final do século XVII e sempre foram motivos de grandes preocupações das autoridades portuguesas, que temiam embates mais generalizados e a perda do controle sobre aquela área. Esse fato demonstra que a construção do território piauiense deu-se, desde o seu início, sob tensão, em cujo centro incitador estava a questão da posse da terra. Como fica evidente nas palavras de NUNES (1969:21):

"Em 1699, o conselho ultramarino sugeria que se recomendasse ao governador de Pernambuco, em face das informações de D. Francisco de Lima, bispo de Pernambuco, a respeito do desassossego em que viviam os habitantes do Piauí, por questões de terras, que 'faça muito pelos compor de maneira que não cheguem aquele rompimento de que se pode temer algumas ruínas, dando-lhes a entender que nestas suas contendas devem esperar o recurso da justiça, sem se valerem de meios violentos'. Desde então a luta entre sesmeiros e posseiros constituiu o eixo de nossa história, por um período assaz longo. A

metrópole ora atende a uma das facções, ora a outra, e assim segue uma política dúbia que se dilata por decênios. E o Piauí, dessa forma, ia vivendo o fermento revolucionário."

Esse quadro de tensão em que vivia a sociedade do Piauí, estimulado pela concentração da propriedade da terra, desencadearam, durante o século XVIII, conflitos de diferentes magnitudes, dos quais participaram, de forma isolada, grupos de proprietários rurais, posseiros, índios, etc. Na primeira metade do século XIX esse quadro havia se avolumado, a tal ponto que desencadeou um dos mais sérios conflitos já vividos pela sociedade piauiense, e que ficou conhecido como a Balaiada. Esta, apresentava-se como um movimento político que nasceu no Maranhão e se expandiu para várias províncias do Nordeste. Registram-se várias as causas para a eclosão desse movimento,[38] é inegável, todavia, que as estruturais tiveram um grande peso. Tanto no Maranhão quanto no Piauí as condições de vida da maioria da população eram precárias. No caso do Piauí, era flagrante a miséria de seu povo, provocada, sobretudo, pela péssima distribuição da riqueza produzida, a qual concentrava-se em poder da oligarquia piauiense, a mesma que monopolizava a maioria das terras. Acrescente-se a estas condições, o fato de que, desde do final do século XVIII, a pecuária, base da economia piauiense, estava em franca decadência, como veremos em outro momento desse texto.

Uma das famílias representantes da oligarquia do Piauí era a do Barão de Parnaíba, grande proprietário de terras que governou a província com extremo autoritarismo de 1823 a 1843. Sua administração déspota e que privilegiava os familiares e os aliados da

---

[38] Nesse movimento havia tanto questões de ordem político regional, para a qual congregavam interesses da oligarquia agrária nordestina, principalmente a piauiense e maranhense, até reivindicações de setores populares. Destacam-se, dentre outras, as seguintes questões: manifestações em favor da emancipação política do restante do país; recrutamento militar forçado de camponeses; implantação da "lei dos prefeitos" municipais, que criava a figura do prefeito, com atribuições administrativas e policiais, nomeado pelo presidente da província, prejudicando-se, assim, os juizes da paz, até então principal autoridade local, eleita pelos proprietários rurais; levantes de escravos aquilombados, que lutavam pela liberdade de outros negros; etc.

elite agrária piauiense contribuiu para o aumento da revolta de uma grande parcela daquela população.

Em seus relatos, o viajante GEORGE GARDNER (op.cit.), que passou por aquelas terras no momento em que a população de vários distritos do Piauí aderia à balaiada, aparecem de maneira clara várias situações do cotidiano daquele povo, as quais propiciaram as condições para a disseminação do movimento pelo território piauiense.

Sobre as condições da tropa que guardava, em Oieras, a sede do governo:

"(...) O palácio, como é chamado, situa-se na parte mais alta da cidade, tem um só andar e é de aspecto muito ordinário. Ao chegar à porta, encontrei-a guardada por uma sentinela, criatura da mais abjeta aparência inimaginável. Era um mulato moço, vestido com o uniforme de tropa de linha, que parecia não lhe ter saído do corpo pelos últimos seis anos; o boné de pano era velho e ensebado; a jaqueta azul, metade remendos, metade buracos, estava aberta na frente, mostrando-lhe o peito mí, porque o homem não podia gabar-se de possuir uma camisa; as calças eram pouco melhores que a jaqueta; e os seus pés sem meias estavam metidos até os calcanhares num sapato velho com os dedos à mostra. Não fora sua posição ereta e o uso do mosquete eu o teria sem dúvida tomado por mendigo." (GARDNER:123)

Sobre a dificuldade de recrutamento de soldados para combater os rebeldes, o tamanho da propriedade do sobrinho do Barão de Parnaíba e a adesão da população de Parnaguá (Sul do Piauí) ao movimento, diz o viajante:

"Em Raposa [hoje, município de Redenção do Gurguéia] encontrei o major José Martins de Sousa a quem levava cartas de apresentação da parte de seu tio, o Barão de Parnaíba. Sua casa ficava a cerca de trinta léguas de distância; mas, como tinha recebido ordens de levantar tropas para enviá-las à cidade, fizera ele aqui o ponto de reunião geral. Cerca de quatro anos antes comprara, por cinco contos de réis, no distrito de Paranaguá, um vasto tracto de terra, num total de noventa e seis léguas quadradas, dividindo-se em seis fazendas de gado, (...). Disse-me que no distrito, de que era prefeito, havia mil e setecentos homens capazes de pegar em armas, mas tudo o que pudera reunir no curso de uma semana eram vinte e dois. Toda a população era pior que selvagens aos quais nenhuma eloquência podia persuadir a erguer-se em defesa do seu país. Temia até que desordens semelhantes às que pertubavam a Província de Maranhão chegassem em breve a este distrito, pelo que tencionava, o mais breve possível, levar para a cidade a esposa e os filhos. Creio que o fez logo depois, e ainda bem que o fez, porque cerca de um mês após o nosso encontro, o distrito de Paranaguá se levantou para unir-se aos rebeldes, e o

major, que se deixara ficar para trás, a custo se livrou de cair vítima da fúria dos habitantes, ao mesmo tempo que foi destruído quase todo o gado de suas fazendas. Em sua jornada de Raposa, para a cidade desertaram todos os seus recrutas, com exceção de dois ou três." (op.cit.:136)

1.5 - A DECADÊNCIA DA PECUÁRIA E O SURGIMENTO DE NOVAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

A partir da segunda metade do século XVIII a atividade criatória piauiense manifesta os primeiros sinais de declínio, adquirindo crise profunda no século seguinte. As fazendas de gado, que até então proliferavam pela província, caracterizando o mais importante suporte de sua economia já não apresentavam o mesmo dinamismo de tempos anteriores, quando foram responsáveis pelo abastecimento dos centros urbanos do litoral e das minas gerais.

As causas de tal declínio relacionam-se tanto à maneira como se organizava estruturalmente a atividade criatória na província, quanto na conjuntura em que viviam, naquele momento, as regiões compradoras dos rebanhos piauienses.

A estrutura interna da economia piauiense pode ser apontada como uma das vertentes responsáveis pelo aprofundamento da crise de sua pecuária, na medida em que o modelo adotado ali pelos fazendeiros baseava-se numa atividade criatória de exploração extensiva e em grandes latifúndios, com centros urbanos com pouca importância e dispersos pelo território. Além disso, o comércio dentro da capitania ocorria de maneira precária, as transações comerciais estabelecidas eram em grande parte concretizadas fora dos limites de seu território, vendia-se o gado e comprava-se mercadorias em outros centros, caracterizando, assim, uma dependência do mercado externo. Acrescenta-se ainda, o fato de que raros eram os investimentos realizados numa fazenda, tudo se dava

quase ao natural. Havia nela apenas casas simples, uns cercados que se chamavam de currais e alguns instrumentos rudimentares na lida com o gado. As pastagens utilizadas eram, comumente, naturais, necessitando apenas realizar pequenas queimadas em determinadas épocas do ano, para que crescessem com melhor qualidade e de forma mais abundante. Quando elas se escasseavam mudava-se o gado para outras áreas; poucas eram as fazendas que recebiam cercamento, o que favorecia a circulação do gado por vastas áreas, muitas vezes para fora dos próprios limites da fazenda, não havendo nenhum impedimento, já que nas concessões das sesmarias era obrigatório por lei deixar uma légua de área livre entre duas datas de terra.

Raros eram aqueles fazendeiros que se preocupavam investir em empreendimentos industriais mais sofisticados, ou em novas técnicas de beneficiamento da pecuária. Os processos adotados eram sobremaneira simples e de forma rudimentar. Este foi um fator importante que contribuiu para a fragilidade da atividade criatória no Piauí, superada facilmente no momento em que surgiram outras áreas que entraram na concorrência pelo mercado das minas, como é o caso do Rio Grande do Sul. Não que nesta área houvesse uma indústria ligada à pecuária com técnicas mais aprimoradas, mas as condições naturais eram muito mais favoráveis,[39] o que consequentemente obtinha vantagem sobre a pecuária nordestina, particularmente a piauiense.

Em sua passagem pelo Piauí, em 1869, o engenheiro e filósofo alemão, GUSTAVO DODT, contratado para prestar serviços ao Ministério da Agricultura, descreve como ocorria o processamento da pecuária piauiense:

"(...) Atualmente reina a rotina mais trivial possível, achando-se a criação quase entregue a revelia. Solta-se o gado, o vaqueiro olha às vezes para ele a fim de saber se há alguma rês com bicheiras e neste caso leva-a para o curral a aplicar um remédio, se ele não preferir por causa de sua preguiça e para evitar o trabalho de pegar a rês, a aplicação de uma simpatia estúpida, que eles chamam "curar pelo rasto" de cuja eficácia com toda a

[39] PRADO JR. C. - História Econômica do Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1985. p. 98

razão se pode duvidar. No inverno recolhem-se os bezerros ao curral, até que eles se acostumam a gente e finalmente são marcados a ferro quente. Não se tem a menor idéia de melhorar a raça do gado pela escolha de bons marruás; ao contrário, para este mister escolhem-se muitas vezes novilhos defeituosos, enquanto os melhores são destinados para o serviço de puxar carros, ou para serem vendidos para o consumo. (...) Devia-se adotar um sistema racional de criação e além disso estabelecer outras indústrias, que podem auferir vantagens maiores, entre os quais conto principalmente a conservação da carne. Para este fim não se presta muito o método geralmente usado no Brasil de secar a carne ao sol depois de ser retalhada em mantas finas, e salgada. Esta carne, conhecida como charque ou carne do Ceará, nunca poderá achar mercado fora do Brasil, e todavia é a necessidade da Europa tamanha, que se importam na Inglaterra todos os anos quantidades enormes de carne vinda da Austrália, portanto quatro vezes mais longe do que do Brasil (...)."[40]

A pecuária piauiense, entretanto, logrou, durante longo período, manter a dianteira no fornecimento de seus rebanhos para as principais praças da colônia, mesmo ela apresentando, como vimos, deficiência em seu processamento industrial e tendo que vender sua principal mercadoria em feiras longínquas, onde o gado chegava cansado e magro. Somado a isso o mesmo apresentava um preço mais elevado em razão dos custos dos transportes.

A segunda metade do século XVIII é marcada também por uma conjuntura externa desfavorável à pecuária piauiense, o que contribuía para ampliar a crise de sua economia. Verifica-se, por exemplo, que as tradicionais regiões consumidoras do gado do Piauí já não dispunham do mesmo desempenho econômico de anos anteriores, ou, ainda, podiam contar com os produtos da pecuária de outros centros.

Pode-se incluir na primeira situação a Zona da Mata Nordestina, onde os engenhos de açúcar já estavam em franca decadência, em função da concorrência do açúcar produzido nas Antilhas, pela Inglaterra e Holanda, e dos interesses dos portugueses voltarem-se para as regiões de produção de minérios. Reduzia-se, assim, na zona de predomínio dos engenhos, a demanda pela pecuária, não somente da carne e do couro, mas

---

[40] DODT, Gustavo - Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1981. p.48.

também de animais de tração e transporte, essenciais no funcionamento dos engenhos. O prejuízo dessa crise recaía, principalmente, sobre o rebanho piauiense, na medida em que este necessitava percorrer maiores distâncias até o litoral, portanto levava desvantagem em relação à pecuária do Agreste.

A segunda situação verifica-se, dentre outras, nas regiões das Minas Gerais, que passa a representar, nesse momento, o mais importante centro econômico da colônia e que desde o início de suas atividades tinha na pecuária sertaneja, incluída aqui principalmente a piauiense, o principal fornecedor de charque, couro e animais vivos. Entretanto, inclui-se aqui (nesse caso) a participação de outras áreas fornecedoras de rebanhos bovinos e cavalares, com destaque para as províncias do Maranhão[41] e, principalmente, do Rio Grande do Sul. No que se refere a esta última, logo se tornara a mais importante fornecedora de gado para as regiões das Minas, cujos rebanhos chegavam ali em melhores estados. A pecuária sulista foi responsável pela ampliação da crise da atividade criatória piauiense. As causas responsáveis pelo declínio da pecuária dos sertões são apontadas nas seguintes palavras de PRADO JR. (1985:68):

"Em meados do século XVIII o sertão do Nordeste alcança o apogeu do seu desenvolvimento. O gado nele produzido abastece, sem concorrência todos os centros populosos do litoral, desde o Maranhão até à Bahia. O gado é conduzido através grandes distâncias em manadas de centenas de animais. Cruzando regiões inóspitas, onde até a água é escassa e não raro inexistentes (contentando-se então os homens e os animais com as reservas líquidas de certas plantas hidrófilas), o gado chega naturalmente estropiado a seu destino. A carne que produz, além de pouca, é de má qualidade. Assim, somente a falta de outras fontes de abastecimento alimentar explica a utilização para isto de tão afastadas e desfavoráveis regiões. Em fins do século elas sofrerão golpes ainda mais severos. As secas prolongadas, que sempre foram aí periódicas se multiplicam e estendem ainda mais, dizimando consideravelmente os rebanhos que se tornarão de todo incapazes de satisfazerem às necessidades de seus mercados consumidores. Serão substituídos pela carne-seca importada do Sul da colônia."

[41] A província do Maranhão, principalmente a área de cultura algodoeira, deixa não somente de consumir produtos da pecuária piauiense, mas transforma-se também em um dos seus mais importantes concorrentes nordestinos nas regiões das Minas.

Mesmo em crise, a pecuária piauiense continuou como principal atividade econômica do Piauí até meados do século XIX, portanto cem anos depois dos primeiros sinais de decadência. Na segunda centúria daquele século aparecem em território piauiense novas formas de exploração, representadas, sobretudo, pela agricultura comercial e pelo extrativismo vegetal. O algodão constituiu em um dos produtos que a partir de então ganha destaque no cenário econômico do Piauí, passando a contribuir, juntamente com a pecuária, para o aumento das receitas da província. Desde o seu início a produção algodoeira piauiense manteve-se, quase que exclusivamente, voltada para atender o mercado externo, tendo seu crescimento associado, principalmente, ao período da Guerra de Sesseção, nos EUA, quando a produção de algodão daquele país praticamente paralisou. Nesse momento, o algodão piauiense adquiriu sua maior expressividade (Quadro 1). O declínio da produção algodoeira piauiense acontece com o fim da guerra civil norte americana, quando aquele país retoma novamente a produção e as exportações dessa matéria-prima destinada às indústrias têxteis européias. A atividade algodoeira piauiense passa-se, então, de forma modesta, a atender o mercado brasileiro, especialmente, o regional.

QUADRO 1 – Dinâmica da produção de algodão no Piauí (1857 – 1865)

Exercício	Algodão em rama (arroba
1857 - 58	10.476
1858 - 59	18.000
1859 - 60	22.000
1860 – 61	16.250
1861 - 62	13.750
1862 - 63	21.750
1863 - 64	30.083
1864 - 65	36.684

Fonte: Santana, R.N.M. de – Evolução histórica da economia Piauiense. Teresina, Cultura, 1964. p.74

Atribui-se, entretanto, à exploração do algodão importantes mudanças sócio-espaciais no Piauí, principalmente no que diz respeito às relações de trabalho e à estrutura fundiária. Verificou-se, por exemplo, que no auge da produção algodoeira, ocorreu um acréscimo da mão-de-obra escrava piauiense, passando de um contigente de 13.823, em 1855, para 19.204, em 1865,[42] sem contar a participação também da mão-de-obra livre que era predominante. É na estrutura fundiária, no entanto, que são sentidas os maiores efeitos da cultura do algodão, na medida em que ela se torna um pouco mais flexível. O latifúndio deixa de reinar absoluto em território piauiense, como na época do predomínio da pecuária. Com o algodão, as pequenas propriedades ganham mais evidência, sobretudo porque em grande parte cultivava-se tal planta em terras de posseiros e pequenos arrendatários, como sugere as palavras de BANDEIRA (1993:54):

"Ademais, a produção algodoeira pode ter contribuído para a diversificação da estrutura fundiária, à medida que introduz no cenário agrário piauiense a pequena unidade produtiva agrícola, praticada em grande parte por posseiros. (...) Outro efeito da cultura do algodão foi a variação da grande unidade pecuarista, que passa a intercalar a produção pecuária com o algodão, ampliando o conjunto de relações sociais de produção no interior da grande fazenda (...)"

No final do século XIX, com destaque para a primeira metade do atual, o **extrativismo vegetal** torna-se uma atividade relevante no cenário econômico do Piauí. Sua exploração aconteceu em várias regiões do Estado, sendo que a concentração de maniçobeiras se deu especialmente no sudeste, sudoeste e norte, enquanto o babaçu e as carnaubeiras apareceram no norte e centro-norte piauienses, onde eram aproveitadas as matas nativas. Assim como o algodão, a atividade extrativa no Piauí teve seu desenvolvimento atrelado à demanda internacional. Nesse sentido, sua produção adquire um comportamento muito instável, na medida em que passa a depender da variação da

[42] BANDEIRA, W.J. - Os Programas e Projetos Governamentais e seus Efeitos sobre a Estrutura Agrária Piauiense Pós-70. Tese de Doutorado, IE, UNICAMP, 1993. p.53

conjuntura externa. Quando ela estava favorável aumentavam as exportações e as divisas piauienses, quando desfavorável, declinava ou entrava em decadência a atividade extrativa. Tal situação foi presenciada invariavelmente com todos os setores do extrativismo piauiense. Inicialmente ocorreu com a borracha de maniçoba, que após tornar-se, entre 1901 a 1913, o principal produto de exportação do Piauí, entra em crise profunda, praticamente desaparecendo nos princípios da década de 20, momento em que os Estados Unidos deixam de ser os mais importantes compradores desse produto.

As mesmas oscilações são registradas com a exploração da carnaúba (cera) e do babaçu (amêndoa e óleo). Em ambas as atividades, o mercado internacional foi o mais importante regulador do ritmo empreendido em suas explorações. Verifica-se, por exemplo, que, nos dois casos, os melhores desempenhos aparecem justamente nos períodos entre e imediatos às duas guerras mundiais. Neste caso, o auge das explorações da carnaúba, principalmente para a produção de cera, ocorreu entre as décadas de 20 e início da de 40, quando entra em declínio, surgindo logo em seguida a exploração da amêndoa de babaçu, que apresentou seus melhores índices nos anos de 1942 a 1951. Nessa última atividade, entretanto, ocorreram dois períodos distintos de aproveitamento e destinação do produto. Nos anos de 1942 a 1948, sobressai a exploração da amêndoa do babaçu, vendida "in natura" para o mercado externo. Na segunda etapa, o consumo da amêndoa passa a ser maior internamente, enquanto que, para as exportações, destinava-se o produto beneficiado, em forma de óleo. O aumento das vendas para fora do país do óleo de babaçu, no período supracitado, deve-se à proibição do governo brasileiro em vender o produto sem beneficiamento.[43] Isso favoreceu o desenvolvimento de pequenas indústrias beneficiadoras em solos piauienses.

[43] BNADEIRA, J. W. - op. cit. p.48.

Na década de 50 a produção extrativa perde sua importância no mercado externo, e se volta quase que exclusivamente para o abastecimento do mercado brasileiro, especialmente o nordestino.

O extrativismo pouco alterou a estrutura fundiária piauiense, a terra continuou concentrada em poder de poucas famílias. Predominava nestas áreas os latifúndios explorados, em sua maioria, por grupos de famílias que arrendavam as reservas extrativistas, mediante o pagamento de uma renda, normalmente em produto ou trabalho. A exploração em tais reservas ocorria de forma associada com o trabalho na agricultura de subsistência, como esclarece-nos ROCHA (1988:34):

"[Na] combinação, extrativismo-agricultura de subsistência, o que interessava à grande propriedade era o produto de maior importância comercial, ou seja, a amêndoa do babaçu ou o pó da folha de carnaúba. Enquanto esses produtos continuavam valorizados, a agricultura de subsistência cumpria a função de manter e ajudar a reprodução da força de trabalho envolvida no extrativismo. A renda da terra, da terra cedida aos produtores diretos, era obtida através de relações de parceria, meia, terça, etc., que se consubstanciava na forma de renda produto, ou quando não na forma de renda trabalho, ou seja, mediante trabalho gratuito do morador na propriedade; construção de cercas, limpas, etc."

Com a decadência do extrativismo, os latifúndios adquirem ainda mais um caráter rentista, pois com os prejuízos anunciados em tal atividade, as terras são repassadas a terceiros, que as utilizam para a prática da agricultura, obedecendo as relações de trabalho especificadas acima. Mesmo naquelas áreas onde continuaram tradicionalmente desenvolvendo a atividade criatória, como os cerrados do sul do Estado, com uma importância relativa apenas no extrativismo da maniçoba, os grandes proprietários também implementaram os sistema de arrendamento em suas terras, divididas em pequenas parcelas repassadas a rendeiros e parceiros. Foi utilizando-se desse mecanismo que a

partir da década de 50 a pequena unidade produtiva ganha destaque no espaço agrário de algumas regiões do Piauí.

No Sul do Piauí, na região de cerrado, continuou basicamente associado à pecuária extensiva e a pequena produção camponesa, esta última instalada nos fundos de vale, com maior umidade, denominado pela população local de "baixão", ou nas planícies de inundação, denominadas de vazantes. As grandes porções de terras dessa região, doadas através de sesmarias continuaram existindo, contudo, muitas delas tornaram-se, ao longo do tempo, devolutas. Estas áreas passam a ser utilizadas de forma indiscriminada por toda a população principalmente como local de uso comum, conforme apontaremos no capítulo 4.

CAPÍTULO II

II - O ESTADO E A FORMAÇÃO TERRITORIAL PIAUIENSE

As políticas públicas têm exercido uma participação considerável no processo de expansão do espaço agrário brasileiro, particularmente o das regiões de fronteiras agrícolas, incluídos aqui os cerrados do Sul do Piauí. Com efeito, a ocupação dos cerrados piauienses resultou de um direcionamento de políticas públicas as quais visavam a criar condições para que o capital pudesse despertar interesse por aqueles domínios haja visto que até há pouco tempo, assim como toda a área dos cerrados brasileiros, representavam um espaço limitado do ponto de vista econômico. Nesse sentido, coube ao Estado desenvolver estímulos (créditos subsidiados, isenção de impostos, criação ou ampliação de infra-estrutura viária, de comunicação, etc.) capazes de seduzir o capital monopolista. A territorialização do capital que se deu mais recentemente, década de 80, nos cerrados do Piauí, Maranhão e Tocantins resulta da expansão da fronteira agrícola que nasce pelas terras de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Oeste da Bahia. Isso significa que, apesar de ocorrer em momentos históricos diferentes, essa ocupação é parte de um mesmo processo. Nesse sentido, é necessário compreender quando se inicia essa articulação do Estado com o grande capital cuja estratégia era criar um novo modelo de produção no campo brasileiro.

Tal processo, segundo OLIVEIRA (1999), aconteceu de "forma desigual e combinada", pois ao mesmo tempo em que se verificou um avanço substancial na base técnica da produção agropecuária, continuaram se reproduzindo as relações não-capitalistas, seja, através de regimes de trabalho nos quais predominam a extrema exploração da mão-de-obra do trabalhador do campo, em muitos casos apresentando traços de semi-escravidão, seja em regimes de parceria nos quais a família camponesa trabalha para o capitalista em troca da concessão de um pedaço de terra para plantar. A

permanência de tais relações, de acordo também com OLIVEIRA (op.cit), no campo brasileiro fazem parte da lógica de desenvolvimento do capital.

A tentativa neste capítulo é justamente a de mostrar a maneira pela qual o Estado patrocinou a implantação do capital no Piauí, particularmente nos cerrados, e como esse mesmo capital se apropria dos recursos públicos para territorializar-se, ao mesmo tempo que se utiliza da sua lógica para acumular mais riquezas.

2.1- O ESTADO BRASILEIRO E AS POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

A década de 30 representa o marco das grandes transformações econômico-sociais do território brasileiro, momento em que o modelo agroexportador, predominante até então, perde espaço para o de base industrial. A consolidação desse último torna-se mais visível na década de 50, ainda no governo Vargas, quando o Estado decide participar mais diretamente da expansão econômica brasileira, definindo políticas públicas que atendessem ao interesse do grande capital. A estratégia era não somente financiar a implantação do capital privado, mas investir em empreendimentos industriais estatais do setor de bens de produção, os quais dariam suporte às empresas estrangeiras que se instalariam no Brasil, principalmente as do setor de produção de bens de consumo de massa. Aparecem aí os primeiros passos para a definição do padrão de acumulação capitalista brasileiro, que tem continuidade, embora seguindo outras orientações, nos governos posteriores. A ampliação desse processo ocorre no governo de Juscelino Kubtschek, mais precisamente com o Plano de Metas, quando o país apresenta várias condições que garantiam o padrão de acumulação do capital. Conforme OLIVEIRA (1977:84) Destacam-se dentre outras:

1 - O período governo JK foi favorecido por uma acumulação de renda no setor privado ocorrido no segundo governo Vargas, resultado dos "*salários reais praticamente constantes e aumentos da produtividade logrados no chamado setor produtivo estatal transferido ao setor privado, eis a fórmula da incipiente concentração*";

2- A incorporação dos países periféricos dependentes na divisão internacional do trabalho permitiu que estes passem a produzir não somente matérias primas, mas também que entrem no circuito de produtores de bens de consumo;

3- Não se esboçaram resistências das classes populares à implantação das políticas estatais de favorecimento a acumulação privada. Ao contrário, o apoio desse segmento a tais políticas tornou-se o elemento chave para o avanço das mudanças empreendidas no governo JK.

Se de certa maneira havia um cenário econômico e político favorável à industrialização brasileira, o governo de JK defrontava com outros desafios, quais sejam: o problema do financiamento externo e interno para atrair capital ao país. Segundo ainda a argumentação de OLIVEIRA (op. cit), no que diz respeito ao financiamento externo, a solução encontrada foi utilizar investimentos diretos de capital de risco. Já o interno se tornaria mais difícil de encontrar uma resolução, tendo em vista que o Estado ainda não havia incorporado o excedente produzido pela industria de bens de consumo de massa, entretanto necessitaria manter os investimentos na área de infra-estrutura básica (sistema rodoviário, energia elétrica, etc.). Tal situação, para OLIVEIRA, "*levaria o Estado a utilizar no limite sua capacidade fiscal"(pag.84).*

Apesar desses percalços na rota da industrialização, as políticas do governo JK lograram assegurar a entrada do grande capital no país. Entretanto, a continuação dessa política pelos governos posteriores requeria o enfrentamento de novos desafios, tais como,

a necessidade de aumentar as exportações para garantir o equilíbrio na balança comercial e continuar financiando o capital industrial; suportar o processo crescente de urbanização brasileiro, desencadeado pela industrialização concentrada em uma parcela do território brasileiro (o Sudeste) e ampliar o mercado consumidor de maquinários e insumos agrícolas, setores estes que apresentaram substancial expansão na década dos 50.

Essas situações contribuíram, com destaque nos governos militares, para que o setor agropecuário se tornasse fundamental na estratégia do Estado de amenizar os problemas citados. Era para a agropecuária que também se voltariam os interesses do capital, pois tal atividade constituía-se numa fonte segura de acumulação, garantida pelas políticas públicas que se destinariam ao financiamento do capital. Foi a partir de então que o Estado passa a não medir esforços para produzir as condições necessárias à territorialização do grande capital também no campo, direcionando políticas capazes de dinamizar tal segmento da economia. Observa-se, nesse momento, que o setor agropecuário passa a representar a mola de salvação do modelo industrialista brasileiro. Para inserir o país na lógica do capitalismo mundial, os governos passaram a encarar as exportações dos produtos agrícolas como uma saída para continuar financiando a entrada de capital, ou para saldar compromissos com a dívida externa.

Em meados da década de 60, foi institucionalizado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o primeiro instrumento utilizado pelo Estado, nesse novo estágio da história brasileira, para garantir a modernização do campo. A estratégia, nesse caso, passa ser a promoção da modernização agropecuária e, ao mesmo tempo, a criação de mecanismos, via crédito subsidiado, para que pudesse transferir recursos públicos ao grande capital, sem que esse corresse maiores riscos. Nasce daí a aliança do capital industrial e financeiro com o Estado. E é ela que vai conduzir as transformações que

ocorrerão no campo brasileiro a partir de então. Como esclarece-nos DELGADO (1985:34):

"(...) o processo de modernização [agrícola] somente encontrará dinamismo e abrangência significativa a partir de meados dos anos 60, até o final dos anos 70, quando a conjugação de um sistema financeiro apropriado - o Sistema Nacional de Crédito Rural; a implantação de novos blocos de substituição de importações de meios de produção para a agricultura, patrocinada pelo II PND, e uma certa folga cambial nas transações externas possibilitam a introdução maciça das transformações na base técnica da agricultura."

Esse impulso à modernização foi intensificado ainda mais na década de 70, quando aparecem novas situações que vão favorecer uma maior dinamização do setor agropecuário. Destaca-se nesse cenário: a necessidade de produzir alimentos para atender ao consumo da população urbana que crescia em ritmo acelerado e que pressionava a estabilidade inflacionaria; a crise do petróleo, decretada nos primeiros anos dos 70, e que comprometeu as divisas brasileiras no contexto internacional, fazendo com que o país optasse de maneira mais incisiva nas exportações de produtos agrícolas. Ao mesmo tempo decide-se por uma política de limitação às importações, principalmente de derivados de petróleo, que são substituídos pelo álcool, da cana-de-açúcar. O resultado de tudo isso foi uma maior participação das políticas governamentais de subsídios, destinadas ao grande capital, que ampliou ainda mais sua base de acumulação quando optou por produtos que garantiam um maior e mais rápido retorno financeiro, aqueles destinados às exportações ou ao setor da agroindústria (cana-de-açúcar, soja, laranja, trigo, café, etc.)[44].

O esforço do governo em utilizar o setor agropecuário como estratégia para continuar promovendo a industrialização brasileira, inclusive aproveitando do momento favorável da demanda externa para o consumo de alimentos, aparece com destaque nas

[44] É preciso considerar que juntamente com essa política de incentivo à modernização do setor rural, permanecia, no próprio campo, a concentração da propriedade da terra. Essa se tornaria também um dos vetores responsáveis pela expulsão de trabalhadores rurais que se deslocariam para as cidades contribuindo para o seu aumento acelerado.

diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79), elaborado pelo governo do general Geisel , como se pode comprovar em algumas passagens do documento:

"O extraordinário dinamismo do setor não agrícola da economia, em anos recentes, criou as condições para tornar viável a modernização agrícola progressiva nas áreas já ocupadas. Tal ocorreu principalmente do ponto de vista de demanda e em especial se considerarmos as oportunidades que as perspectivas mundiais de carência de alimentos estão abrindo".

"Ao mesmo tempo passando a agropecuária a servir de modo mais eficaz à estratégia, a elevação mais rápida de sua renda líquida ajudará a sustentar o alto dinamismo do resto da economia (através da demanda por insumos e por bens de consumo), além de distribuir de forma mais significativa para a redução do déficit na balança do comércio"[45].

As políticas estatais de incentivos à modernização do campo brasileiro, iniciadas com a institucionalização do SNCR, privilegiaram principalmente determinados segmentos sociais, da produção agrícola e industrial. Destaque para os grandes proprietários de terras, sobretudo, do Sudeste e Sul do País. Estes, que, em sua grande maioria, já usufruíam de técnicas modernas em suas propriedades, terão facilidades na obtenção de créditos. Além disso, beneficiaram-se também adquirindo recursos públicos subsidiados e terras a preços baixos quando passam a instalar seus capitais nas fronteiras agrícolas. Ocorre a partir de então um amplo favorecimento às culturas de exportação para onde serão destinados parte dos investimentos governamentais, colocando para segundo plano aquelas destinadas ao consumo interno.[46] Favoreceram-se, ainda, as industriais agropecuárias situadas a montante (insumos modernos, tratores, máquinas, fertilizantes, etc.) e a jusante (compradoras, beneficiadoras e comercializadoras dos produtos agrícolas), que aproveitaram tanto dos subsídios para instalação das fábricas quanto do crescimento

[45] Brasil. Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). p.42. IN: Neto, W.G. – Estado e Agricultura no Brasil. São Paulo, Hucitec,1997.

[46] Produtos como a soja tiveram uma taxa de crescimento de 8,18%, entre 1950/59, para 35,03%, entre 1967/76. Enquanto o arroz (produto do consumo básico das famílias brasileiras) obteve uma queda na sua produção, nos mesmos períodos passou, respectivamente, de 3,6% para 2,47%. IN: HOMEM DE MELO, F. - A agricultura nos anos 80: Perspectiva e Conflitos entre Objetivos de Política. Estudos Econômicos 10 (2),1980.

do mercado consumidor para aumentar suas margens de lucros. Implanta-se, nesse sentido, um modelo de modernização agropecuário cujo arcabouço financeiro e tecnológico passa a ser apropriado de maneira desigual pelos diferentes grupos sócio-econômicos que farão parte desse processo. Essa etapa coincide com a emergência de novos movimentos sociais no campo, que vão desenvolver lutas pela posse da terra.

A ação devastadora desse modelo é sentida quando se analisa a distribuição, de acordo com os grupos sócio-econômicos, dos recursos que a principio se destinariam ao melhoramento das condições do campo brasileiro (créditos agrícolas subsidiados, acesso a maquinários e insumos agrícolas, etc.). Todos os estudos[47] a esse respeito indicam privilegiamento de determinados setores, representados pelos grandes e médios proprietários de terras, que ao longo desses anos de direcionamento das políticas à modernização da agropecuária concentraram grande parte dos recursos.

Apoiado nos levantamentos estatísticos do censo agropecuário de 1985, OLIVEIRA (1999:80) detecta as seguintes situações de acesso a créditos agrícolas no Brasil:

"(...) Outra característica do acesso aos financiamentos agrícolas pelos estabelecimentos agropecuários no Brasil está relacionada à sua concentração em determinados grupos de área. Quando analisamos os dados referentes ao ano de 1985, a obtenção desse crédito estava dirigido socialmente, pois 3% do total chegou aos estabelecimentos com menos de 10 ha; 28% aos de 10 a 100 ha; e os restantes 72% foram destinados às propriedades de mais de 1000 ha. Em síntese, a realidade sobre os financiamentos agrícolas foi a seguinte em 1985: 24,2% dos estabelecimentos que receberam financiamentos tinham menos de 10 ha;, enquanto os estabelecimentos com mais de 1000 ha, que eram 1,5%, ficaram com 27,1% dos financiamentos. Isso faz com que tenhamos uma relação financiamento/estabelecimento que expressa a seguinte realidade: no Brasil a maior parte dos financiamentos agrícolas tem ficado com médios e grandes estabelecimentos agropecuários."

---

[47] Entre os trabalhos destinados a analisar as políticas de modernização agropecuária, destacam-se: GRAZIANO DA SILVA, J. (1996); DELGADO, G.C. (1985 e 1988); WILKINSON, J. (1986); GOLDIN, I. & REZENDE, G.C. (1993); MARTINE, G. (1990); NETO, W.G. (1997); HOMEM DE MELO, F. (1979, 1980 e 1983); SZMERCSÁNYI, T. (1983); MOREIRA, R.J. (1982); OLIVEIRA, A.U. de (1999).

Essas vantagens em obter de maneira facilitada recursos estatais via políticas de crédito, além do interesse em assegurar a posse da terra, contribuíram para que no final dos 70 a agricultura fosse disputada por grupos econômicos que não necessariamente mantinham vínculo com este setor. O que se identifica nessa nova etapa da agricultura brasileira é a incorporação de outros segmentos do capital, essencialmente urbanos. Estes passaram a atuar amplamente no campo brasileiro. São exemplos desses grandes grupos de diferentes ramos econômicos, mas que não mantinham vinculo com quaisquer atividades relacionadas diretamente à produção agropecuária: a Andrade Gutierrez (construção civil, etc.), Antunes-Caemi (mineração, siderurgia, etc.), Bamerindus, Sul América, BCN, Bandeirantes, Brasesco, Itaú (bancário e financeiro, etc.), Vokswagem (automobilístico, etc.), entre outros.[48] A presença de tais corporações no setor agropecuário passa a indicar um novo direcionamento no rumo das políticas agrícolas governamentais. Por conta disso acentuaram-se ainda mais as contradições desse setor, como assegura GRAZIANO DA SILVA (1996:35):

"(...) Até 1979 o crédito rural era um crédito específico destinado a desencadear e sustentar a modernização agrícola, com linhas específicas de financiamento a insumos químicos, sementes selecionadas e investimentos rurais. Na década de 80 esse padrão de financiamento é rompido, inserindo-se o crédito rural num sistema financeiro geral, apenas com taxas de juros e prazos de carências diferenciados, o que se torna atrativo para capitais de outros setores (industrial, bancário, etc.), que passam a disputar essa fonte de financiamento com os empresários rurais propriamente ditos. Assim, num primeiro momento a política de crédito 'força' a modernização agrícola, estando esta assegurada, no momento seguinte, o novo padrão de financiamento atua no sentido de favorecer a integração de capitais. Os resultados mais evidentes desse novo período são a concentração e centralização de capitais e de terra."

[48] Delgado, G.C. - op.cit.

2.2 - A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA PARA OS CERRADOS BRASILEIROS

Se as políticas estatais, sobretudo as de créditos, foram importantes para atrair capital ao setor agropecuário, elas constituíram um ponto fundamental para que esse mesmo capital migrasse para fora do eixo de maior concentração de riquezas do país, as regiões Sudeste e Sul. Dirigem-se agora para as novas fronteiras agrícolas localizadas no Centro-Oeste, Norte e parte do Nordeste do Brasil. Vão se aproveitar não somente das vantagens de créditos oferecidas pelo governo, mas de toda a rede de infra-estrutura (sistemas viários, de armazenamento, eletrificação, comunicação, etc.) construída pelo poder público nessas áreas. Além disso, apropriam-se de vastas extensões desse território, em alguns casos para o uso efetivo dele. No entanto, na maioria das vezes, eram terras adquiridas para transformá-las em reserva de valor, na medida em que apropriavam-se delas, em muitas situações, de maneira irregular, e em pouco tempo valorizavam-se em vista das melhorias incrementadas pelo Estado. Isto gerava, em contrapartida, um enorme processo especulativo. Variados estudos[49] apontaram que no mesmo momento em que ocorria a posse das terras das fronteiras agrícolas, sobretudo as devolutas, pelos grupos privados, estas já havia incorporado um preço várias vezes superior ao que se pagou por elas.[50] Isto sem mencionar, é claro, a valorização incorporada ao longo do tempo à medida que fossem implantados os equipamentos necessários a reprodução do capital. É essa capacidade que as terras das fronteiras agrícolas possuem em adquirir valorização rápida,

[49] Vários são os trabalhos que estudam a problemática das fronteiras agrícolas, entre eles: MARTINS, J. de S. (1975, 1981, 1982,1983, 1985, 1993 e 1997); SANTOS, J.V.T. dos (1993); VELHO, O.G. (1972); IANNI, O. (1978); MARTINS, S.M.M. (1993); PINTO, M.G. (1981); JATENE, H.S. (1983); OLIVEIRA, A.U. de (1996 e1997); PEIXINHO, D.M. (1998); HAESBAERT, R. (1997);

[50] IANNI, Octávio – A Luta pela Terra, Petrópolis, Vozes, 1978.

de tal maneira que passam inclusive a serem comercializadas no mercado financeiro, a explicação da grande migração de capital do Sul e Sudeste ao Nordeste e Norte.

Uma das conseqüências desse processo de ocupação das terras que ainda não se inseriam no circuito do capital, como as da fronteira agrícola, foi o fato de que ao passo que essa terra se transforma em mercadoria, passível de especulação, distancia-se da dimensão que as comunidades camponesas e indígenas sempre tiveram dela, qual seja, como o bem mais valioso de suas vidas. Nela está todo o significado de suas vidas, onde estão enterrados seus antepassados e a principal fonte de sobrevivência, seja através da caça, da pesca, ou do cultivo de gêneros alimentícios. É o lugar, nesse sentido, de produção e reprodução da vida. Para MARTINS (1982:60), o que se caracteriza como diferença entre a terra do camponês e a do capitalista é o fato de que,

"quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra para explorar o trabalho de quem não tem terra; *ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura."*

São exatamente estas questões identificadas por MARTINS as que mais aparecem na lógica da ocupação das fronteiras agrícolas brasileiras. Destes vastos espaços brasileiros, interessa-nos as áreas dos cerrados, mais particularmente as políticas direcionadas à ocupação destes domínios e às transformações que neles ocorreram a partir de sua inclusão nas estratégias do capital, como grande produtor agrícola e pecuário, principalmente de produtos destinados à exportação.

Considerados até a década dos 60 como impróprios para o desenvolvimento de atividades agrícolas, os cerrados brasileiros pouco despertavam interesse do capital. Seu aproveitamento restringia-se, em sua quase totalidade, ao extrativismo de frutos e

madeiras; a uma agricultura incipiente praticada por camponeses nos vales úmidos e, de forma mais dominante, ao criatório extensivo de gado.

Na década de 70, esse quadro muda de maneira significativa, passam a ser definidas políticas de ocupação dos cerrados. As iniciativas partiram sobretudo do Estado brasileiro que concedeu estímulos, sob forma de créditos subsidiados e infra-estrurura de armazenamento e escoamento da produção. São tais iniciativas as principais estimuladoras da entrada de capital nesses vastos domínios. Faz-se opção, nesse caso, por aqueles grupos econômicos que podiam praticar uma agricultura mecanizada com uso de mão-de-obra assalariada e destinada a produção de culturas que atendiam aos interesses do mercado externo. Cria-se, assim, um padrão de ocupação dos cerrados que privilegia as grandes e médias propriedades, comandadas por um tipo de agricultor que estivesse sintonizado com o modelo tecnológico que se pretendia implantar no campo brasileiro.

Em seu trabalho de mestrado, PEIXINHO (1998:35) aponta que o novo produtor rural dos cerrados passa ser concebido como aquele sujeito "*capaz de incorporar um modelo tecnológico baseado no consumo de máquinas e insumos produzidos pela indústria e que se voltasse para uma produção de culturas de exportação. Com esta concepção, e nisso ela é ideológica, criou-se um 'modelo ideal' de produtor empresário do tipo urbano. Este tipo ideal excluía o latifundiário do tipo atrasado e o pequeno produtor familiar.*"

As próprias autoridades públicas encarregadas desse processo eram enfáticas na defesa desse modelo, como fica claro nas palavras do então Ministro do Planejamento, Reis Veloso, um dos principais articuladores das políticas de ocupação dos cerrados:

" (...) O cerrado não gosta da agricultura tradicional e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologia avançada e de mecanização. É uma oportunidade que temos de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil."[51]

[51] Reis Veloso, citado in Pastoral da Terra 2. Posse e Conflitos – estudos da CNBB (13), p.130, SP,1976.

Para conduzir políticas mais direcionadas à ocupação dos cerrados, seguindo para isso as diretrizes do II PND (de tornar viável economicamente as terras do Brasil central, da Amazônia e do Agreste e Sertão nordestinos), o governo do general Geisel criou através do decreto nº 75.320 de 19 de janeiro de 1975, o POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. O objetivo era tornar ainda mais atrativos esses domínios ao capital nacional e estrangeiro. Para tanto continuou mantendo a política de crédito subsidiado, além de ampliar a rede de infra-estrutura de comercialização, principalmente de transporte e armazenamento. Investiu também na criação e ampliação de empresas de assistência técnica e de pesquisas, estas últimas sob responsabilidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Tal empresa se encarregaria de investir em pesquisas para o melhoramento genético das culturas agrícolas, sobretudo no caso da soja, amplamente favorecida por esse Programa, e, ainda, de difundir o uso de tecnologias para o aproveitamento dos cerrados.

O exemplo da soja é bem ilustrativo do tipo de exploração que se desejava para os cerrados, e que tem no POLOCENTRO suas principais diretrizes. A soja foi a cultura que melhor recebeu tratamento por parte dos pesquisadores da EMBRAPA, inclusive sendo criado dentro desse órgão um setor específico (o Centro Nacional de Pesquisa da Soja) que se preocuparia somente em melhorar e expandir o cultivo dessa cultura. Obteve-se, como resultado de tal política, a maior taxa de crescimento, nesses últimos anos, dentre os produtos agrícolas brasileiros e uma considerável participação nas exportações do país. Como as exportações dessa leguminosa restringe-se basicamente ao farelo, os outros derivados do produto são impostos ao consumo dos brasileiros. É o caso, por exemplo, do óleo que praticamente domina o mercado de óleos vegetais no país, portanto forçando a população brasileira a mudar o seu hábito de consumo.

2.3 - A AÇÃO ESTATAL NA FORMAÇÃO TERRITORIAL PIAUIENSE

Nos últimos anos vêm-se presenciando no Piauí mudanças importantes tanto em sua estrutura econômica quanto na ocupação e uso de seu território. Essa unidade da federação mostra os primeiros sinais de superação da estagnação econômica em que permaneceu durante muito tempo, conduzida pelo fraco dinamismo de sua economia. Nesse caso, baseada na pecuária extensiva que teve alguma importância durante um determinado período do Brasil colonial, mas que logo entrou em declínio, também no extrativismo vegetal cujas relações de trabalho e de produção assentavam-se de forma arcaica, além de uma grande dependência do mercado externo e, finalmente, na agricultura camponesa, voltada basicamente para o abastecimento da própria família. A verdade é que a economia piauiense desde o seu início ocupou sempre uma posição marginal tanto no contexto regional quanto nacional. Tal fato agravou-se sobremaneira com a decadência da economia açucareira, na zona da mata nordestina, e com o ciclo do ouro.

Em anos recentes, essa situação passa por alterações. As taxas de crescimento econômico piauienses são superiores a da maioria dos outros Estados nordestinos. No período de 1985/1995 manteve-se entre os três Estados do Nordeste de maior crescimento do PIB global (3,7%), ficando atrás apenas do Maranhão (5,8%) e do Rio Grande do Norte (5,4%). Apresentou também um acréscimo significativo na participação das exportações. No período citado obteve a segunda maior taxa das exportações do Nordeste, em torno de 13,58%, enquanto a média da região permaneceu em 5,32%. Somente o Maranhão apresentou um desempenho melhor do que o Piauí, cerca de 23,30%.[52]

Embora continuem predominando na pauta das exportações piauienses produtos derivados do extrativismo vegetal (cera de carnaúba) e da pecuária (couros e peles de

[52] SILVA FILHO, Leonides Alves da – Piauí: Opção de Desenvolvimento. Recife,1996

bovinos, caprinos e ovinos), a agricultura vem ganhando cada vez mais destaque no cenário econômico do Estado. Esse setor obteve um desempenho favorável nos últimos anos. Sua participação no PIB estadual, por exemplo, passou de 22,3%, em 1980, para 24,9%, em 1995,[53] mesmo ocorrendo um declínio acentuado do cultivo do algodão, produto com uma significativa presença nas exportações do Piauí. Tal situação demonstra que o Estado vem conduzindo seu desenvolvimento associado ao setor rural, embora com menor participação do algodão e da agricultura camponesa, que também perde espaço no cenário econômico piauiense. Prevalece, nesse caso, uma clara tendência a um maior domínio das culturas produzidas em bases modernas, principalmente daquelas voltadas para o grande mercado interno e externo, tais como soja, arroz e castanha de caju.[54]

Apesar dessa territorialização do capital no Piauí apresentar como um dos reflexos a diminuição da produção camponesa, não há sinais do seu desaparecimento. O próprio capital vem criando condições para a manutenção da unidade camponesa. Isso fica bastante evidente na região dos cerrados, com destaque para as áreas de predominância da pecuária desenvolvida em bases capitalistas.

Esse desenvolvimento econômico presenciado no Piauí não é, porém, exclusividade dessa unidade do Nordeste, mas um movimento geral que ocorre em quase toda a região. Desde a década de 60, o Nordeste vem confirmando taxas de crescimento econômico que supera a média nacional.[55] Os três setores da atividade econômica tiveram desempenho favorável, com destaque para o secundário que passa predominantemente de produtor de bens não-duráveis (alimentar e têxtil, sobretudo) para também de bens duráveis e principalmente intermediários. Já se observa, nesse último segmento, áreas importantes do

---

[53] Ibid

[54] Nos últimos doze anos, por exemplo, o crescimento médio anual do setor de *agribusines* ficou em torno de 5,2%, de acordo com os dados do IBGE. In: Relatório da gazeta mercantil Latino-Americana – Pólo dinâmico do Piauí – de 24 a 30 de agosto de 1998., p.24.

[55] ARAÚJO, T.B. de – Nordeste, Nordestes: que Nordestes? IN: AFFONSO, R.B.A. & SILVA, P.L.B. (orgs.) – Federalismo no Brasil: Desigualdades e Desenvolvimento. São Paulo, FUNDAP/Ed.da UNESP, 1995.

Nordeste, tais como: a Bahia, com seu pólo petroquímico de Camaçari; Alagoas, com sua indústria de fertilizantes; e Maranhão, com seu complexo minero-metalúrgico.[56]

O crescimento das exportações é também um dos destaques do Nordeste, que não se restringe a produtos derivados das indústrias que se instalam na região, mas já há uma importante participação de produtos da agropecuária, setor que vem ganhando espaço na economia nordestina, apesar de sua diminuição quando comparada a sua participação no contexto nacional. Diminui, nesse sentido, a presença de produtos tradicionais do setor rural nordestino (cana-de-açúcar, cacau, algodão), mas aumenta a participação de outros produtos da agropecuária, principalmente frutas obtidas em áreas irrigadas e agricultura de grãos plantados nos cerrados com maquinários modernos. A menor participação da agropecuária nordestina no contexto nacional é resultado do crescimento mais acelerado desse setor na região Centro-Oeste, que adquiriu uma grande importância no cenário econômico brasileiro nas últimas décadas. A maior participação da agropecuária do Centro-Oeste deve-se à ocupação dos cerrados destinados à produção de gado e grãos em larga escala, utilizando-se de técnicas modernas.

Nesse novo contexto que se insere a região Nordeste, algumas características de seu desenvolvimento merecem destaque[57]:

1- A área de maior dinamismo econômico vem cada vez mais se deslocando da tradicional Zona da Mata nordestina para a região Centro-Ocidental, onde já despontam centros produtores importantes agroindustriais e minero-metalúrgico: o vale médio do São Francisco, os cerrados do oeste da Bahia, sul do Maranhão e Piauí e o centro-norte do Maranhão;

---

[56] Ibid

[57] Ibid

2 - A forte participação de grupos econômicos de fora do Nordeste que, juntamente com a diversificação da produção industrial e agropecuária e a ampliação do sistema de transporte, provocaram maior integração com outras regiões do país, principalmente com o Centro-Sul. Tal situação permitiu, entre outras coisas, ampliar a base de comercialização com diferentes áreas do Brasil.

3 - A economia nordestina torna-se bastante heterogênea, fato que dificulta a sintonização de interesses entre as diferentes partes do Nordeste. Isso faz com que algumas delas mantenham muito mais laços de afinidades com outras áreas que extrapolam os próprios limites do Nordeste. Esse fenômeno vem acontecendo atualmente, por exemplo, com a região Centro-Ocidental, muito mais vinculada ao Centro-Oeste do Brasil do que ao Nordeste.

Todo esse processo sentido na região Nordeste não pode ser atribuído, no entanto, a um movimento autônomo do capital, ou seja, a um espírito empreendedor de alguns capitalistas que se deslocaram para aquela região e que de posse de recursos decidem aplicá-los em diferentes ramos econômicos. A migração de capital para o Nordeste deve-se em grande medida à participação do próprio Estado. Foram as políticas públicas impulsionadas, principalmente a partir da década de 60, as responsáveis pela ampliação da economia nordestina sentida atualmente. O Estado tornou-se nas últimas décadas o principal financiador do capital privado no Nordeste: fornecendo infra-estrutura básica (produção de energia elétrica, redes de transportes, sistema de telecomunicações, etc.) ou, ainda, financiando de forma direta o capital, através de incentivos fiscais, créditos subsidiados, etc.

O principal órgão formulador e gestor das políticas para o Nordeste, a partir da década de 60, ficou, em sua grande maioria, a cargo da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Esta instituição esteve, no entanto, sempre atrelada ao

comando do poder executivo federal, principalmente durante os governos militares, para os quais o planejamento regional deveria submeter-se às prioridades das políticas nacionais. Destacam-se, nessa concepção, vários programas implantados a partir de então. É o caso, por exemplo, do Programa de Integração Nacional (PIN), parte integrante do I PND. O PIN apresentava como principal objetivo promover a integração do território brasileiro, através de ações direcionadas principalmente para as regiões Nordeste, onde grande parcela de sua população vivia em situações precárias o que provocava grandes fluxos migratórios especialmente para o Sudeste, e para a Amazônia com enorme potencial natural, mas que ainda permanecia pouco povoada. Desse programa surgem grandes obras como as rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuibá-Santarém (BR-165), o Plano de Irrigação do Nordeste e a destinação de dez quilômetros de cada lado das novas rodovias amazônicas para o assentamento de colonos. Os recursos para a execução do PIN seriam gerados pelos incentivos fiscais através do artigo nº 34/18, que depois se transformaria no FINOR (Fundos de Investimentos do Nordeste).[58]

O outro programa de impacto formulado pelos governos militares é o II PND; nele a orientação de prevalecer o planejamento nacional sobre o regional torna-se mais contundente, no sentido de que a ação das políticas públicas para o desenvolvimento regional passa a ser centralizada na esfera federal. Uma das concepções centrais do II PND era a de promover um desenvolvimento rural integrado, mantendo articulação com vários outros setores econômicos. Nascem daí os pólos de desenvolvimento agropecuários e minerais: POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO e POLONORDESTE. Nesse último, por exemplo, sua execução atendia a concepção de planejamento defendido pelas políticas

[58] REDWOOD III, J. & BARRETO, F. – Avaliação dos Programas de Desenvolvimento Rural: Regiões Norte e Centro-Oeste. IN: PIMES – Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro, Recife, 1984.

federais, pois procurava para o caso nordestino integrar os projetos de irrigação, com o de modernização e, ainda, o de colonização.[59]

No Piauí, a ação das políticas públicas iniciou-se de forma mais incisiva com a implantação do Polonordeste na década de 70. A partir desse momento o fio condutor do desenvolvimento piauiense passa a ser em grande medida associado à atuação do Estado, como veremos nos próximos itens.

2.3.1 - OS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO DO SETOR AGRÁRIO PIAUIENSE

As mudanças que se verificam no Piauí se acentuaram sobremaneira nas últimas três décadas, com destaque para o espaço agrário onde as transformações foram mais sentidas, especialmente no que diz respeito a implantação de infra-estrutura básica (construção de rodovias e ramais, eletrificação rural, telecomunicação, etc.); à produção agropecuária, a partir da incorporação técnicas agrícolas modernizadoras; às relações de trabalho, com o aumento do assalariamento; e, até mesmo, à estrutura de posse e propriedade da terra, com uma acentuação da concentração fundiária. Tais alterações, em sua grande maioria, resultaram de investimentos públicos dos vários programas de desenvolvimento regional executados principalmente a partir dos governos militares. Neles, a preocupação era proporcionar condições para que a economia de áreas do interior do Nordeste, tradicionalmente de baixo rendimento produtivo, pudesse integrar-se ao mercado nacional. Foram criados, nessa direção, programas como o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo e o Programa de Irrigação do Nordeste, destinados a dinamizar a

[59] CARNEIRO,R., SAMPAIO,Y. & GOMES,M.G. – Os Programas de Desenvolvimento Rural: Região Nordeste. IN: PIMES – Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. Recife,1984.

produção agropecuária do Agreste e do Sertão nordestinos. O Piauí é parte integrante em todos eles.

Dentre os programas governamentais de atuação no Piauí, o POLONORDESTE constituiu-se no de maior importância, do ponto de vista da extensão da área e do volume de recursos destinados aos proprietários de terra. É apontado como o principal responsável pela condução inicial do processo de modernização da agropecuária piauiense.

A abrangência do POLONORDESTE ocorreu em quase todo o território piauiense, exceto em algumas localidades dos cerrados daquele Estado, para os quais foram encaminhadas outras linhas de créditos. Diversos estudos[60] da realidade piauiense já apontaram que, a partir da atuação do POLONORDESTE, a agropecuária do Estado adquiriu uma nova dinâmica, ao menos no que diz respeito a alguns indicadores. Constatou-se, por exemplo, um aumento de estabelecimentos agrícolas que tiveram acesso a crédito bancários entre os anos de 1970 a 1980, passaram de 4,2%, em 1970, para 15,2%, em 1980, ou seja, um crescimento de 11%. O mesmo ocorreu com a mecanização (tração mecânica) apresentando nesse mesmo período um acréscimo de quase 10% (de 0,5%, em 1970, para 10,4%, em 1980).[61] Apesar de ainda pouco significativo, se comparado com a incorporação de técnicas modernizadoras na agricultura de outras regiões do Brasil, o POLONORDESTE contribuiu, sem dúvidas, para a incorporação de técnicas mais modernas em algumas propriedades agrícolas do Piauí.

Dos recursos direcionados pelo POLONORDESTE para a modernização agropecuária, beneficiaram-se principalmente a camada dos médios e grandes proprietários rurais piauienses. Nesse sentido, não foi muito diferente do que ocorreu no restante do Nordeste em relação ao público atingido pelos recursos desse programa. De

---

[60] Destacam-se, dentre outros, sobre essa questão os seguintes trabalhos: BANDEIRA, W.J. (1985, 1993 e 1994); TORRES, R.W.C. (1994); ROCHA, J. (1988).

[61] BANDEIRA, W.J. - A Nova Dinâmica do Setor Rural Piauiense. In: CEPRO. Teresina, v.11,nº1,jan-jun/94.

certo modo era este o objetivo da política conduzida pelo POLONORDESTE, na medida em que se buscava orientar os recursos para aqueles proprietários de estabelecimentos que teriam condições de tornarem-se auto-suficientes. Observa-se, nesse caso, que tanto as diretrizes do POLONORDESTE quanto as do POLOCENTRO apresentam uma grande conformidade no que se refere ao público a ser atendido e ao resultado obtido. Ambos os programas objetivavam inserir a agricultura de sua respectiva área de atuação no circuito do capital agroindustrial, para tanto seriam atendidos aqueles que pudessem responder mais imediatamente em termos de resultados da produção agropecuária, ou seja, os grandes e médios proprietários. No Piauí, o POLONORDESTE excluiu uma grande parcela dos produtores rurais, constituídos de pequenos proprietários e não proprietários (moradores de condição, parceiros, arrendatários, posseiros, etc.), moradores em estabelecimentos cuja área dificilmente ultrapassa 5 ha. Estes representam a maioria absoluta da estrutura agrária piauiense (cerca de 81% do total de estabelecimentos).[62] Portanto uma ampla parcela ficou à margem de quaisquer benefícios diretos oferecidos pelo POLONORDESTE.

Mesmo outras vantagens do Programa, como a infra-estrutura implantada (estradas, eletrificação rural, etc.) e o acesso à assistência técnica oferecida por órgãos do Estado, contribuíram mais para a valorização das terras dos grandes proprietários do que a dos camponeses. Referindo-se aos beneficiários do POLONORDESTE em uma região do Piauí, Vale do Fidalgo, BANDEIRA (1993:170) faz a seguinte colocação:

"O maior volume de recursos foi aplicado em estradas vicinais (37,2%), elemento que, embora facilite a vida do pequeno produtor, tem capacidade de beneficiar muito mais os médios e grandes proprietários, notadamente, quando não há nenhuma ação fundiária. As estradas intensificam o potencial produtivo das terras desses titulares, aumentando seu valor e dificultando ainda mais o acesso à terra aos pequenos produtores. Isto sem falar no fato de que a valorização das terras e a integração aos mercados incentivam o interesse dos grandes latifundiários ao incremento da produção agrícola, o que traz,

[62] Censo Agropecuário da FIBGE de 1985. In: BANDEIRA, op. cit.

como consequência, o acréscimo das rendas cobradas aos produtores parcelários, além de fortes transformações nas relações de trabalho, nem sempre favorável aos pequenos produtores."

Sem mencionar, ainda, o fato de que pouco se alterou a estrutura fundiária, no sentido de uma maior distribuição da propriedade da terra, mas ao contrário, o que se presenciou foi uma maior concentração. Isso fica evidente quando se analisam os estratos de área que mais receberam recursos desde o início da implantação da política de subsídios ao setor rural nordestino.

Levantamentos realizados sobre o destino dos incentivos entre os anos de 1965 a 1976, do então artigo nº 34/18, permitem verificar que, de todos os Estados nordestinos, foi o Piauí onde se presenciou a maior área média das propriedades beneficiadas com recursos do programa. A extensão da área média alcançou mais 12.000 hectares, enquanto para o restante do Nordeste essa extensão ficou aproximadamente entre os quatro mil hectares. Somente os Estados da Bahia e Maranhão superaram essa média, mas muito abaixo da verificada no Piauí, conforme se observa no Quadro 02. Essa realidade se manteve nos anos posteriores já sob a administração do FINOR. Acrescenta-se, ainda, o fato de que, nos anos que se seguiram, uma parcela significativa das terras obtidas com os diferentes incentivos, tais como os do FISET (Fundos de Investimentos Setoriais) e, principalmente, os do FINOR, processou-se de maneira ilegal, como se verificou nos inúmeros casos de "grilagem" presenciados no Estado, particularmente nos cerrados.

QUADRO 2 –NORDESTE: Área Total, Número de Projetos e Área Média das Propriedades Incentivadas – 1965 –1976

ESTADOS	Nº PROJETOS APROVADOS	ÁREA TOTAL (ha)	ÁREA MÉDIA (ha)
Maranhão	55	440.760	7.286
Piauí	42	532.783	12.685
Ceará	33	218.614	2.350
Rio G. do Norte	36	116.296	3.230
Paraíba	111	140.713	1.267
Pernambuco	96	141.410	1.473
Alagoas	6	8.825	1.470
Sergipe	4	7.137	1.784
Bahia	58	386.346	6.611
Minas Gerais	73	286.051	3.918
Nordeste + Minas Gerais	574	2.238.935	3.900

Fonte: SUDENE DIN/CI. IN: PIMES (SUDENE) – op.cit.p.138.

2.3.2 - AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE OCUPAÇÃO DOS CERRADOS PIAUIENSES

O POLONORDESTE no Piauí, que tinha como objetivo criar infra-estrutura e modernizar a produção agropecuária do Estado, atingiu mais diretamente um determinado

segmento da sociedade piauiense, representado pelos médios e grandes proprietários de terra. Na mesma direção caminharam os outros programas que tiveram sua atuação posterior, ou concomitante, ao POLONORDESTE. Quase todos eles conduzidos de maneira semelhante. Alguns criados com objetivos claros de atender ao grande proprietário de terra. É o caso, por exemplo, do FINOR, administrado pela SUDENE. Neste programa uma parcela significativa dos recursos destinava-se a atender o setor rural, com destaque para a pecuária nordestina, cujo funcionamento ocorria com técnicas convencionais, como a de criar o gado solto alimentando-se de pastagens naturais. Dos projetos agropecuários aprovados pela SUDENE, entre os anos de 1965 e 1976, a pecuária bovina foi a que obteve mais participação (64,4% do total dos projetos) nos destinos dos recursos.[63] Isso confirma que havia uma grande preocupação das políticas públicas em modernizar esse segmento.

No Piauí, a atuação dos projetos do FINOR agropecuário concentrou-se, em grande parte, na região centro sul, com destaque para os cerrados piauienses, onde muitos tradicionais fazendeiros do próprio Estado e, em menor número, de outras unidades da federação beneficiaram-se obtendo recursos públicos facilitados, através de linhas de créditos nos bancos oficiais (Banco do Brasil e do Nordeste). Tais recursos teriam como destino a princípio o melhoramento da capacidade produtiva das tradicionais fazendas de gado (aquisição e melhoramento do rebanho, plantação de pastagens, etc.), e, em menor volume, a formação de fazendas extrativas. Complementando ao FINOR surgiram ainda recursos de outros programas que tiveram ampla atuação nos cerrados piauienses, como os do FISET, os quais prioritariamente destinavam-se ao reflorestamento (no caso dos cerrados do Piauí, principalmente com caju) recebendo financiamento do Banco do Brasil, via IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). Nenhum desses programas,

[63] CARNEIRO,R., SAMPAIO, Y. & GOMES,M.G. - PIMES (SUDENE), op. cit. p.140, tabela 2.8.

entretanto, cumpriram verdadeiramente o objetivo que havia sido estabelecido para o Piauí, qual seja, o de sustentar o desenvolvimento agropecuário e florestal para as regiões semi-árida e dos cerrados do Estado. Em contrapartida, o que se presenciou foi um aumento da concentração fundiária. No caso especificamente dos incentivos do FINOR, ficou demonstrado que estes no Piauí destinaram-se especialmente aos grandes proprietários rurais.

No que diz respeito ainda à atuação do FINOR no Piauí, principalmente a forma como foi conduzida a ocupação dos cerrados do Sul do Estado, BANDEIRA (1993:195), faz a seguinte avaliação:

"Uma característica importante dos projetos do FINOR Agropecuário é a extensão, pois, poucas vezes, possuem áreas inferiores a 5.000 ha. No início, as terras eram adquiridas, sobretudo, na região dos cerrados, diretamente, ao governo estadual, a preços simbólicos, desde que era de interesse da administração, à instalação dos referidos projetos no Estado. A 'Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI)' era o órgão encarregado das negociações, mas face ao desconhecimento da quantidade de terras existentes e da situação em que se encontravam, podiam ser vendidas a mais de um projeto, culminando com a expulsão das pessoas que se encontravam em situação de posse. Em outras zonas, as terras eram adquiridas de proprietários e, via de regra, eram terras ***'griladas'****. Isto porque, grandes proprietários da região registravam imensas extensões de terra em seus nomes e, depois, as vendiam aos projetos, mesmo com a ressalva de que o preço da terra era baixo."* (Grifo de Bandeira).

Referindo-se à questão dos incentivos do FINOR e os interesses envolvidos na ocupação dos cerrados, particularmente nos municípios da micro-região do Alto Parnaíba Piauiense[64], para onde, no Estado do Piauí, foram alocados um maior volume de recursos do citado programa, o mesmo autor acrescenta:

"A maior parte dos projetos instalados em Uruçui e Ribeiro Gonçalves teve uma história tumultuada. Os primeiros proprietários não tinham intenção de levá-los adiante. Assim, aproveitaram o fato de que o governo estadual dava facilidades na cessão de terras e, juntamente com o prestígio que tinham no contexto regional, formaram forças suficientes para ***'arrancarem'*** *da SUDENE, através do FINOR Agropecuário - e, antes, do artigo n°*

[64] Os municípios pertencentes a essa micro-região são: Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Bertolínia e Uruçuí.

34/18 - recursos, depois desviados para outros negócios, conforme pesquisadores do IPEA constataram, ao longo da avaliação desses projetos."

Continua o referido autor:

"Posteriormente, as áreas, quase intocadas foram vendidas a empresários paulistas, gaúchos, paranaenses e catarinenses, que vieram, na verdade, recebendo ***novos financiamentos da própria SUDENE****, a desenvolver atividades produtivas, com uma parte da área utilizada com arroz, pastagens e até caju, e a outra como reserva de valor, de cunho especulativo. Outras pessoas também adquiriram espaços para lotear e vender para os que ainda estão chegando, emergindo, assim, um mercado de terras em franca expansão."* (grifos de Bandeira).

Fica claro, nas palavras de BANDEIRA que os incentivos do FINOR Agropecuário foram fundamentais para atrair os primeiros grupos econômicos aos cerrados piauienses, que via de regra, adquiriam recursos públicos subsidiados e grandes extensões de terras. A maioria delas atualmente pertencem a um pequeno grupo de piauienses ou de pessoas de outros lugares que as vendem para os que se deslocam para os cerrados. Muitos desses supostos proprietários garantem a posse da terra até que estas adquirem melhores preços, conforme vão sendo implantados na área instrumentos que as tornem mais valorizadas. Constata-se, no entanto, que o principal beneficiado, inicialmente, foi o tradicional fazendeiro local. Este teve acesso não somente aos recursos do FINOR, mas a várias outras modalidades de políticas públicas, tais como: disponibilidade de créditos, assistência técnica, ajuda na formação de cooperativas, construção de ramais viários ligando as fazendas à sede dos municípios e destes a centros econômicos mais dinâmicos, no caso do Sul do Piauí, a Barreiras, Brasília e Teresina.

De certa forma, a modernização do tradicional fazendeiro estava em consonância com as estratégias de desenvolvimento que se pretendia para o Nordeste. No Piauí, não ocorreu de maneira diferente, na medida em que se objetivava com a política de incentivos e créditos adequar esse agente econômico (via de regra pecuarista que criava seu gado de maneira extensiva e com técnicas tradicionais) para que ele pudesse produzir em bases

capitalistas. Nesse sentido, pode-se também atribuir o início da modernização agropecuária nos cerrados piauienses ao tradicional fazendeiro. Em alguns municípios da região é possível assegurar que esse fazendeiro teve importância como agente modernizador, inclusive com maior participação que os grupos capitalizados de outras regiões. Isso pode se confirmar pelo fato de que na segunda metade da década de 70 já aparecem nos indicadores econômicos sinais de modernização agropecuária em vários municípios do Sul do Piauí, entretanto, a participação mais efetiva de grupos capitalistas de fora da região somente vai ocorrer no final da década de 70 e, principalmente, na de 80. Portanto, em um momento imediatamente posterior à defragação desse processo.[65]

O impulso dado à modernização do tradicional fazendeiro do Piauí se deu pela pecuária. Os principais beneficiados na região do cerrado, através do FINOR, localizavam-se nos municípios da Microrregião do Alto Parnaíba. Em sua grande maioria estes financiamentos destinaram-se à melhoria da atividade criatória. Assim, do que se observa, a opção das políticas estatais caminharam, ao menos em seu princípio, na direção de continuar mantendo aliança com os velhos representantes do poder local. Essa aliança concretizou-se quando o Estado decide investir recursos públicos para que os tradicionais grupos econômicos se modernizassem, ou seja, haveria uma reformulação na maneira de produzir, sem, no entanto, romper com as velhas estruturas. Nesse sentido, a condução das políticas de modernização segue uma lógica baseada na chamada "via prussiana" de desenvolvimento, isto é, direcionar as políticas para tornar moderno aqueles grupos tradicionais.

---

[65] Dos grupos que chegaram aos cerrados piauienses destacam-se nordestinos de outras áreas, mas principalmente empresas e pessoas capitalizadas das regiões Sul e Sudeste do país. Observa-se que principalmente esses últimos, vão se dedicar mais à atividade agrícola do que à pecuária. Isso se explica pela própria tradição desses grupos no seu lugar de origem, como analisaremos no terceiro capítulo.

Essa situação foi bem característica em municípios dos cerrados do extremo sul do Piauí, como por exemplo, Parnaguá e Corrente. Nestes, verificou-se uma significativa melhoria da atividade criatória, que já era ali predominante, entretanto funcionando de maneira extensiva. Ocorrem, neste caso, determinadas alterações principalmente na sua forma de produção: substituição das pastagens nativas pelas plantadas,[66] melhoramento do rebanho, etc. O aumento do trabalho assalariado, predominantemente temporário, foi também sentido, mas em grau bem menor. Tais mudanças foram em sua plenitude motivadas pelas políticas públicas.[67] Em contrapartida, essa modernização da atividade criatória dos municípios citados continuou mantendo relações de trabalho existentes anteriormente, apresentando caráter pré-capitalista. A maior parte da mão-de-obra utilizada pertencia a pequenos lavradores os quais continuavam trabalhando para o fazendeiro no sistema de arrendamento. Apresentava-se, inclusive, como também em vários outros municípios dos cerrados, contraditoriamente, um crescimento da categoria de ocupantes. Nesse caso, corresponde àqueles camponeses que trabalham na propriedade de um grande fazendeiro em troca de um lote de terra para o sustento da família.[68] Esta relação consiste em o fazendeiro ceder uma parte de sua propriedade para que o rendeiro faça uma pequena roça, porém este último fica obrigado ao final da colheita ou, antes, em outra área indicada pelo fazendeiro, semear capim que será utilizado para o abastecimento do gado do fazendeiro. Nesta relação o proprietário consegue obter uma grande acumulação de capital. Primeiro, porque ele não está movimentando o seu próprio capital, mas dinheiro público, adquirido através de financiamento de bancos estatais, sendo poucos aqueles que saldam suas dívidas. Segundo, porque ele terá a pastagem plantada sem

[66] Entre os anos de 1975 e 1980 os municípios de Parnaguá e Corrente tiveram um acentuado crescimento da área com pastagens plantadas, respectivamente 465% e 476%. In: BANDEIRA, W.J.. – op.cit.p.421.
[67] No caso desses dois municípios o início da modernização da pecuária se deu muito mais pela ação do POLONORDESTE e PRDI do Vale do Gurguéia do que propriamente pelos incentivos do FINOR.
[68] BANDEIRA, W.J. – op. cit. p.421, tabela 70.

precisar recorrer ao assalariamento, mas apropriando-se da renda gerada pela terra e, ainda, da exploração da mão-de-obra camponesa.

De acordo com OLIVEIRA (1999:80):

"(...) Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metarmofose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não-capitalistas."

Retomando a questão dos incentivos, os do FINOR e FISET foram apenas alguns dos motivadores da ocupação dos cerrados piauienses. Aconteceram paralelamente outras políticas encabeçadas por órgãos públicos estaduais cujas estratégias eram criar condições para que o Estado pudesse despertar interesse de grupos econômicos, principalmente aqueles que fossem capazes de produzir em larga escala, utilizando-se de técnicas modernas. Assim, as políticas visavam, dentre outras metas, apresentar programas de incentivos para que esses grupos se instalassem preferencialmente nos cerrados. Tais incentivos ocorreram em diferentes direções, tais como: dotar a região de infra-estrutura (assistência técnica, construção ou melhoramento do sistema viário, aumento do potencial de energia elétrica, etc.); abater obrigações fiscais para todos aqueles que demonstrassem interesses em desenvolver projetos agroindustriais e agrominerais nos cerrados piauienses.

Atualmente, o Estado vem conduzindo uma política de ampliação do leque de opções de incentivos para que grandes grupos econômicos sejam atraídos. Destacam-se, neste caso, a redução do ICMS em até 100%, pagamento dos custos de energia elétrica nos projetos de irrigação, disponibilidade de recursos do FNE (BNB), FINOR e do sistema

BNDES.[69] O texto a seguir é revelador do esforço do governo piauiense para atrair capital ao Estado, tanto do setor industrial quanto agropecuário:

"(...) Se forem levados em conta os índices sobre a renúncia fiscal no Brasil, levantados pela Federação Nacional da Indústria (CNI) – cujas taxas médias da região Nordeste chegam a 12% -, o Piauí pode ser considerado um 'paraíso fiscal', no **bom sentido**, *por causa das vantagens fiscais e financeiras oferecidas para estimular novos negócios. (...) é o Estado que oferece ao empresariado 'os mais generosos incentivos' do país (...). Um dos principais instrumentos criados pelo governo para estimular e atrair novos investimentos é a lei nº 9.734, de 13 de março de 1997, que estendeu as vantagens da lei de incentivos fiscais que vigorava até então. A nova lei prioriza a entrada de empreendimentos industriais e agroindustriais e chega a dispensar o pagamento de ICMS por até 15 anos para as empresas que querem implantar, relocalizar, revitalizar e ampliar as fábricas na capital e no interior."*[70] (grifo meu)

No início da década de 90 foi lançado um outro programa executado com recursos do FNE, destinados especificamente ao apoio da produção de grãos nos cerrados nordestinos. No Piauí, esse programa contemplará vários municípios do Sul do Estado, e terá como principal meta capacitar a região para a produção agrícola e de matérias-primas agroindustriais, utilizando-se para isso tecnologia moderna.[71]

No que diz respeito à condução do processo de ocupação dos cerrados piauienses, esta esteve a cargo da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI) que tinha a responsabilidade de cadastrar, administrar e repassar aos grupos econômicos as terras devolutas que pertenciam ao Estado piauiense,[72] muitas delas habitadas por famílias de posseiros, que desenvolviam pequenas roças nos baixões. Do que foi possível constatar junto a técnicos do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), da própria COMDEPI e de pessoas residentes no sul do Piauí, a ocupação dos cerrados conduzida pela COMDEPI foi

---

[69] Governo do Estado do Piauí - Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação (SEAAB). Mimeo, s/d.
[70] Gazeta Mercantil Latino-Americana. Op. cit. P.22.
[71] Fundação CEPRO - Cerrados Piauienses....p.50.
[72] Segundo os levantamentos censitários do INCRA, A COMDEPI constava entre os 27 maiores proprietários de terras do país, acumulando um total de 1.076.752 ha, foram essas terras, muitas delas localizadas no Sul do Estado, o alvo dos grupos econômicos que se instalaram nos cerrados piauienses.

demasiado confusa[73], para o qual se tinha pouco conhecimento da verdadeira extensão das terras pertencentes ao Estado[74]. Este fato possibilitou (muitas vezes, por má fé dos funcionários da COMDEPI também do INTERPI, neste caso, tanto da sede em Teresina quanto dos escritórios regionais) aos chamados "projeteiros"[75] adquirirem lotes de terra com extensões normalmente superiores as que constavam no contrato de compra. Sabe-se que, em muitas situações, o comprador solicitava à COMDEPI uma área com preços menores e ocupava uma outra, aquela de seu interesse, naturalmente mais valorizada. Acrescente-se a isso, a participação de fazendeiros locais, políticos do próprio Estado e de seus parentes, donos de cartórios e de gerentes de bancos, os quais foram responsáveis pela transferência de forma ilícita das terras devolutas para um pequeno número de pessoas. Muitas delas continuam de posse das terras, outras repassaram-nas, através da venda, para grupos do próprio Piauí ou de outras unidades da federação que se instalaram na região. Como se vê, o próprio poder público criou as condições para que diferentes agentes econômicos pudessem se apropriar das terras dos cerrados sem que eles precisassem dispor de seu capital, ou seja, sem correrem quaisquer riscos de perderem dinheiro.

Nesse processo os grandes prejudicados foram os posseiros que sem nenhuma assistência jurídica viram-se obrigados a deixar seus locais de moradias, transformando-se em trabalhadores temporários nos projetos agropecuários[76] instalados nos cerrados. Quando isso não ocorre (por vezes a situação mais comum) deslocam-se para as pequenas

---

[73] Pode ser também parte da estratégia que visava facilitar o repasse de terras públicas a particulares.
[74] De acordo com informações obtidas, os técnicos da COMDEPI traçavam os lotes apenas nos mapas e do próprio escritório sem muito monitoramento de campo. O mesmo ocorria com a distribuição de terras, para a qual muitos políticos e pessoas influentes do Estado participavam da decisão de quem e onde se instalariam os conteplados.
[75] Pessoas capitalizadas que adquirem terras nos cerrados piauienses pretensamente para desenvolver projetos agropecuários.
[76] Denomina-se "projetos agropecuários" aqueles que são concedidos por alguma instituição pública para desenvolver uma atividade agropecuária.

cidades da própria região, onde muitos vivem na absoluta miséria, ou às vezes, migram para centros maiores. As cidades mais requisitadas são Barreiras (BA) e Brasília.

Visando adequar o Nordeste ocidental com mais infra-estrutura e, mesmo, mostrar a potencialidade dessa região para investimentos futuros de capitais, os governos do Maranhão e Piauí criaram em 1991, com apoio da SUDENE e do Ministério da Integração Regional (MIR), um outro programa, o PRODEPAR (Programa de Ação para o Desenvolvimento do Vale do Parnaíba). Embora sua área de atuação ocorra em toda a bacia do rio Parnaíba (incluindo inclusive municípios do Ceará), há uma preocupação especial em destacar os cerrados piauienses e maranhenses como uma área de grandes potencialidades econômicas que se encontra à espera do grande capital agroindustrial. É um programa, nesse sentido, que prioriza sobretudo desenvolver um "marketing" em torno de vantagens comparativas que o capital pode obter investindo na Bacia do rio Parnaíba, em particular na área dos cerrados. Nesse sentido, tenta-se seduzir o capital mostrando que as possibilidades de lucros são muito maiores ali do que se obteria investindo em outros lugares do mundo, principalmente no que se refere aos baixos preços da terra e da mão-de-obra.

Outras recomendações de ganhos ao grande capital aparecem no programa ou em estudos sobre esse novo pólo de desenvolvimento. Aponta-se, por exemplo, que deslocar investimento para área da bacia do Parnaíba "assegura elevadas rentabilidades com retorno garantido, sendo consequentemente, um grande negócio empresarial."[77] Para tanto, as unidades da federação nele envolvidas devem garantir as políticas de financiamento, bem como, providenciar condições de viabilidade para atuação do capital. Nesse último ponto destacam-se: adequação e ampliação dos sistemas de transmissão de energia elétrica e a construção de uma ampla rede de infra-estrutura viária na área de abrangência do

[77] SILVA FILHO, L.A.da –op.cit. p.37.

programa. No caso do Piauí já há uma mobilização do governo estadual para injetar vultosos investimentos nesses dois setores, principalmente na infra-estrutura viária para a qual já existem projetos ambiciosos de melhoria dos sistemas de escoamento rodoviário, ferroviário e hidroviário. Todos eles atualmente ainda funcionam no Estado de forma precária.

No que se refere aos sistemas ferroviário e hidroviário, estes não atuam na região dos cerrados e o rodoviário apresenta grandes deficiências. A proposta, entretanto, é que, em um intervalo curto de tempo, o Estado piauiense terá uma moderna rede viária interna com aproveitamento dos três sistemas de escoamento funcionando de forma multimodal. Estes, por conseguinte, ligando aos principais corredores viários, como o Corredor Norte, por onde será escoada prioritariamente a produção agropecuária não somente do sul do Piauí e Maranhão, mas também nordeste de Tocantins, sudeste do Pará e noroeste da Bahia.

No caso piauiense, o corredor representa uma das melhores alternativas para enviar a produção dos cerrados ao mercado externo, utilizando-se, para isso, das vantagens geográficas (maior proximidade para atingir o grande mercado consumidor dos Estados Unidos e Europa) e da logística do Porto de Itaqui (MA). O acesso a esse porto ocorrerá a partir de várias alternativas podendo ser utilizados os três sistemas de escoamento.

Uma das alternativas do transporte da produção do sul do Piauí seria através dos sistemas rodo-ferroviário. Nestes o percurso se daria da seguinte forma: num primeiro trecho percorrido estaria a cargo do rodoviário, utilizando-se das rodovias BR-230 e BR-010, ligando os municípios piauienses de Floriano e Ribeiro Gonçalves a Imperatriz (passando por Balsas e Estreito) em território maranhense. Em Imperatriz a produção passa a ser transportada por trens, inicialmente pela Ferrovia Norte-Sul até Açailândia-PA, em seguida, pela Estrada de Ferro Carajás, que descarregará no terminal de Ponta da

Madeira, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no porto de Itaqui (MAPA 3). A distância percorrida dos cerrados do Sul do Piauí até o sistema portuário de São Luís, no Maranhão é de 1376 Km (saindo de Floriano) e de 1103 Km (saindo de Ribeiro Gonçalves).[78] O custo do transporte para os produtores sul piauienses que optassem por essa rota seria de aproximadamente U$$ 38 a tonelada.[79]

Estão ainda incluídas outras alternativas para escoar a produção dos cerrados do Sul do Piauí, tais como a utilização dos sistemas portuários de Suape-PE, Fortaleza-CE e o de Luís Correia (em fase de implantação), no próprio Piauí. A conclusão desse último é de grande interesse para os grupos econômicos instalados principalmente nos cerrados do Piauí, visto que o transporte da produção dessa área com destino ao porto poderá ocorrer pela hidrovia do rio Parnaíba cujo estudo de navegabilidade já foi realizado pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA). Nesse estudo - que é parte do projeto de cooperação técnico financeira entre o governo Japonês e o do Piauí, visando ampliar a ocupação produtiva da área dos cerrados piauienses, conforme mencionaremos mais adiante -, propõem-se a utilização das águas do Rio Parnaíba como principal escoadoro da produção, principalmente agrícola, realizada na bacia daquele rio. A proposta é que se aproveite as condições de navegabilidade do citado rio como alternativa viável e mais barata para o transporte dessa região. A alternativa apontada em tal estudo prevê a construção de um porto em Santa Filomena (PI)/ Alto Parnaíba (MA) dali sendo percorrido via hidrovia 830 km até Teresina, dessa ocorreria o transbordo para trens, os quais percorreriam um trajeto de 420 km por ferrovia até São Luis (porto de Itaqui). Seguindo essa rota o preço da tonelada transportada do sul do Piauí cairia para

[78] A alternativa por Ribeiro Gonçalves não está concretizada, pois ainda necessita construir uma ponte sobre o rio Parnaíba, ligando este município piauiense ao de Balsas, no Maranhão.
[79] Governo do Estado do Piauí. Projeto Piloto de Transporte Hidroviário na Bacia do Rio Parnaíba. Piauí, SEPLAN, dez. de 1995, anexo V, mimeo.

aproximadamente U$$ 27.[80] Esse sistema, tendo como principal centro escoador o rio Parnaíba, atenderia ainda outras regiões dos cerrados setentrionais do Brasil, tais como, sul do Maranhão, oeste da Bahia e nordeste de Tocantins.

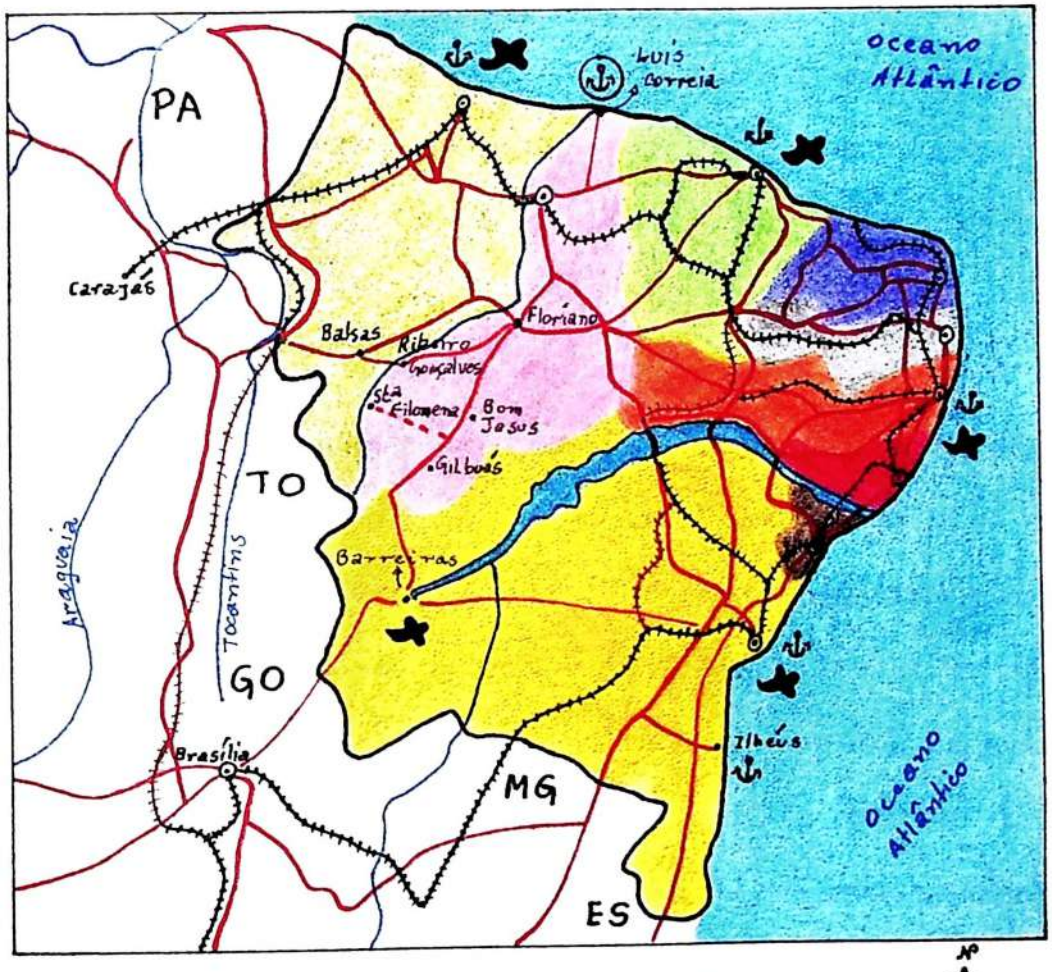
Os cerrados piauienses despertam interesses dos grupos econômicos também em razão de sua localização estratégica, já que ficam relativamente próximos de um potencial mercado consumidor interno, representado pelos centros urbanos do próprio Nordeste e da região Centro-Oeste. O sul do Piauí, sobretudo a parte oriental, possibilita que em um raio de aproximadamente 1500 quilômetros atinja as nove capitais nordestinas, sem contar com centros urbanos menores. Ocorre, nesse sentido, uma pressão de grupos privados para que o Estado se mobilize o mais rápido possível para implementação de uma rede de infra-estrutura que possibilite escoar a produção.

O que vem chamando a atenção nos programas governamentais (é o caso do PRODEPAR), com vistas a incluir o Estado do Piauí na lógica do capital, particularmente os cerrados, é o fato de que em várias de suas diretrizes aparecem claramente uma opção pelo produtor capitalista. Esse caso, seria aquele dotado de condições de investir na produção de culturas de interesse do setor agroindustrial, utilizando-se para isso maquinários modernos e mão-de-obra assalariada. Nesse sentido, as políticas encaminhadas vão de encontro ao interesse do grande capital. Essa opção de desenvolvimento tem se refletido nas características de ocupação do território piauiense, principalmente na área dos cerrados do Estado, onde nos últimos anos já são sentidos os efeitos da ação de médios e grandes grupos econômicos, como veremos.

---

[80] Governo do Piauí, (op.cit.)

Sistema Multimodal de Transportes no Nordeste Brasileiro - 1997



Estado	Capital
Maranhão	(São Luís)
Piauí	(Teresina)
Ceará	(Fortaleza)
Rio Gde. do Norte	(Natal)
Paraíba	(João Pessoa)
Pernambuco	(Recife)
Alagoas	(Maceió)
Sergipe	(Aracaju)
Bahia	(Salvador)

- Rodovia
- Estrada s/ pavimentação
- Ferrovia
- Ferrovia projetada
- Rio navegável
- Capital
- Outras localidades

- aeroporto
- Porto
- Porto em implantação

0 1 2cm
0 160 320km

Fonte: Banco do Nordeste, 1997 - apud. Giordano, Samuel Ribeiro - "Competitividade regional e globalização" - Doutorado - Geografia - FFLCH - USP - SP, 1999.

Adaptação: Vicente Eudes Lemos Alves
Organizador: Anselmo Alfredo - Jun/2000

2.3.3 - A CRIAÇÃO DO PRODECER E SUA ATUAÇÃO NO PIAUÍ

Além dos programas que tiveram como agente condutor o próprio Estado, responsável pela elaboração das estratégias de atuação, bem como, da disponibilização de recursos, houve também, nessa tentativa de modernizar o campo brasileiro uma aliança do Estado com o grande capital privado nacional e estrangeiro. Na mais importante dessas articulações resultou o PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para Desenvolvimento do Cerrado), que teve um papel de destaque na ocupação dos cerrados brasileiros, principalmente por sua filosofia de desenvolver nesses domínios uma agricultura essencialmente capitalista. Esta deveria priorizar aqueles produtos que tivessem rápido retorno financeiro, ou seja, aqueles destinados ao grande mercado consumidor, executada em grandes propriedades e com maquinários modernos.

As bases do acordo do que viria a ser o PRODECER foi firmado em 1974, pelo então, governo do general Geisel, no qual envolvia, de um lado, o governo brasileiro, de outro, o japonês. Teria como meta aplicar capital de empresas dos dois países na modernização dos cerrados brasileiros. Em 1976 foi consumado o acordo que resultou na criação do PRODECER. Esse programa seguia uma estratégia muito próxima do que havia sido estabelecido para o POLOCENTRO destinado a capacitar os cerrados brasileiros para produção agrícola moderna em larga escala (de milho, sorgo, trigo, café e soja). Buscava-se principalmente ampliar a produção para abastecer o mercado externo, com destaque para o japonês. Não obstante, o que diferencia o POLOCENTRO do PRODECER é o fato desse último não vincular-se à responsabilidade direta do Estado brasileiro, mas passa a ser administrado por uma empresa privada, a CAMPO (Companhia de Promoção Agrícola), cujo comando pertenceria a executivos brasileiros e japoneses. As garantias dos empréstimos junto ao governo e aos grupos privados japoneses ficam a cargo

do governo brasileiro. Aqui já se percebe uma nova situação no que diz respeito a essa aliança do Estado com o capital, qual seja, o governo brasileiro passa não apenas a financiar diretamente o capital, concedendo a ele (capital) as mais variadas formas de ganhos, mas age agora também como um avalista que assegura a esse capital sua instalação no país sem que se arrisque em obter algum prejuízo. Como se vê, essa nova fase da economia brasileira, neoliberalista, garante ganhos ao capital não somente junto ao mercado financeiro, ou industrial, mas também através da ampliação do setor agropecuário.

Participam da CAMPO grandes grupos econômicos brasileiros (Banco do Brasil, Cica Norte, Manah, Eucatex, Brahma, Florestal Acesita, Cia Vale do Rio Doce, etc.) e japoneses (Mitsubishi, Bank of Tokio, Mitsui, Toshiba, JICA, etc.). O capital japonês na CAMPO está a cargo de 48 grandes empresas, sendo a JICA (Japan International Cooperation) a detentora de 50% do capital do lado japonês.[81] Esta empresa atua em vários países da Ásia, África e América Latina. Suas funções são, dentre outras, as de cooperação técnica (envio de técnicos japoneses aos países conveniados e profissionais destes para estágios no Japão, fornecimento de equipamentos, estudo de implementação de projetos - viabilidade de navegação de rios, de desenvolvimento agrícola nos cerrados e de exploração mineral) e financeira (intermediação de empréstimos junto ao governo japonês).[82]

O PRODECER, cuja estratégia é incentivar a apropriação dos cerrados pela agricultura capitalista moderna, concedendo créditos supervisionados, com juros reais e empréstimos a médio prazo, atualmente encontra-se na terceira fase. Sua atuação nas duas

---

[81] OLIVEIRA, A.U. de - Agricultura Brasileira: Transformações Recentes. In: ROSS, J.L.S. (org.) - Geografia do Brasil. São Paulo, EDUSP,1995.

[82] Cooperação Técnico-Econômica do Governo Japonês e Cooperação Técnico da JICA. Documento elaborado por Isao Kaburaki, coordenador da JICA para cooperação técnica, mimeo, 1993.

primeiras (PRODECER I e II) iniciou-se pelos territórios de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso (sobretudo no Sul), Goiás, Distrito Federal e Oeste da Bahia. O PRODECER III, formulado na década de 90, avança em direção aos cerrados de Tocantins, Maranhão, Rondônia, Pará e Piauí, todos eles incluídos na proposta de atuação do Programa cuja finalidade é a de produzir grãos. Essa terceira fase do Programa foi dividida em duas etapas, como segue:

Na primeira delas, definida como a do Projeto Piloto, incluí apenas os territórios do Maranhão e Tocantins, e os investimentos estariam vinculados, sobretudo, a pesquisas de viabilidade econômica de áreas específicas desses Estados (respectivamente Balsas e Pedro Afonso). A outra etapa, definida como a da expansão do Programa, se agregaria novas áreas de Tocantins, os Estados de Rondônia, Pará e Piauí. Nessa última etapa, os recursos viabilizados seriam destinados para aquisição de áreas agrícolas e novos estudos, principalmente relativos às alternativas de escoamento da produção. A primeira etapa do PRODECER III foi executada, no entanto, a segunda, está à espera da definição de um acordo financeiro envolvendo o governo brasileiro e o japonês.

No que diz respeito à presença desse Programa no Piauí, sua atuação é prevista basicamente para as regiões dos cerrados do Sudoeste e extremo Sul do Estado. Esta área atende às especificações definidas pela CAMPO, tais como: localização (engloba a área que será contemplada pela melhoria do sistema viário, principalmente com o funcionamento da hidrovia do rio Parnaíba); características da cobertura vegetal (cerrado); relevo (propício a mecanização); clima (pluviosidade acima de 1000 mm/ano e com menos frequência de estiagens); e, ainda, aptidão do solo para a agricultura. A previsão é que o PRODECER desenvolva inicialmente projetos pilotos no Piauí numa superfície

agrícola útil de aproximadamente 120 mil hectares, na qual se produzirá prioritariamente soja.[83]

Por enquanto, o que há de concreto da participação de capital japonês no Piauí é o firmamento de um acordo, realizado em 1992, de cooperação técnica internacional entre os dois governos destinado especificamente ao "Estudo de Viabilidade da Navegação na Bacia do Rio Parnaíba", executado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA -, concluído em 1995. Nele aponta para a realização de investimentos em duas etapas, afim de transformar o rio totalmente navegável: o projeto de navegação piloto e o de navegação pleno. O primeiro, o piloto, teria um custo de U$$ 14.683.000, e o segundo de U$$ 123.800.000. A grande parte do dinheiro seria adquirida do governo japonês em forma de empréstimo, sendo o governo brasileiro o avalista nesse empréstimo.[84]

Em suma, todo esse processo no qual o território brasileiro passa a fazer parte da lógica do grande capital, que se deu pela ampliação de seu padrão de acumulação, concretiza-se mediante a ação efetiva do Estado que concede garantias para que esse capital pudesse estabelecer suas bases no país. Completada a fase de assegurar a implantação do capital industrial no Brasil, sobretudo no Sudeste, a partir de meados da década de 60 e intensificado na década de 70, ocorre uma nova preocupação do governo brasileiro em promover a ocupação capitalista em áreas periféricas aos grandes centros econômicos do país. Destacam-se as áreas passíveis de maiores retornos imediatos ao capital, como as novas fronteiras agrícolas do Centro-Oeste, Norte e parte do Nordeste brasileiro. A ocupação recente dos cerrados piauienses nada mais é do que parte desse processo, que apresenta o mesmo modelo de atuação das políticas estatais, assim como, as mesmas contradições empreendidas pelo capital, como veremos no capítulo que segue.

---

[83] Fundação CEPRO - Cerrados Piauienses (Estudo Preliminar) Teresina, 1992, p.49.
[84] Governo do Piauí, (op.cit.)

CAPÍTULO III

III – AS TRANSFORMAÇÕES NA OCUPAÇÃO DAS TERRAS DOS CERRADOS SUL PIAUIENSES

As políticas governamentais implementadas principalmente a partir da década de 70 constituíram o mais importante motivador para que grupos econômicos capitalizados procurassem as terras piauienses, sobretudo, aquelas áreas de cobertura de cerrados do sul do Estado. São tais grupos que vão empreender uma nova dinâmica de ocupação e uso dessa área. Nesse sentido, esse capítulo terá como eixo central observar a condução desse processo e o resultado que se tem dele atualmente. Antes disso, entretanto, iniciarei realizando uma breve análise da natureza do lugar, pois acredito que ela constitui em um fator relevante de atração dos novos grupos, assim como é a principal referência para a dinâmica da vida da população dos cerrados piauienses.

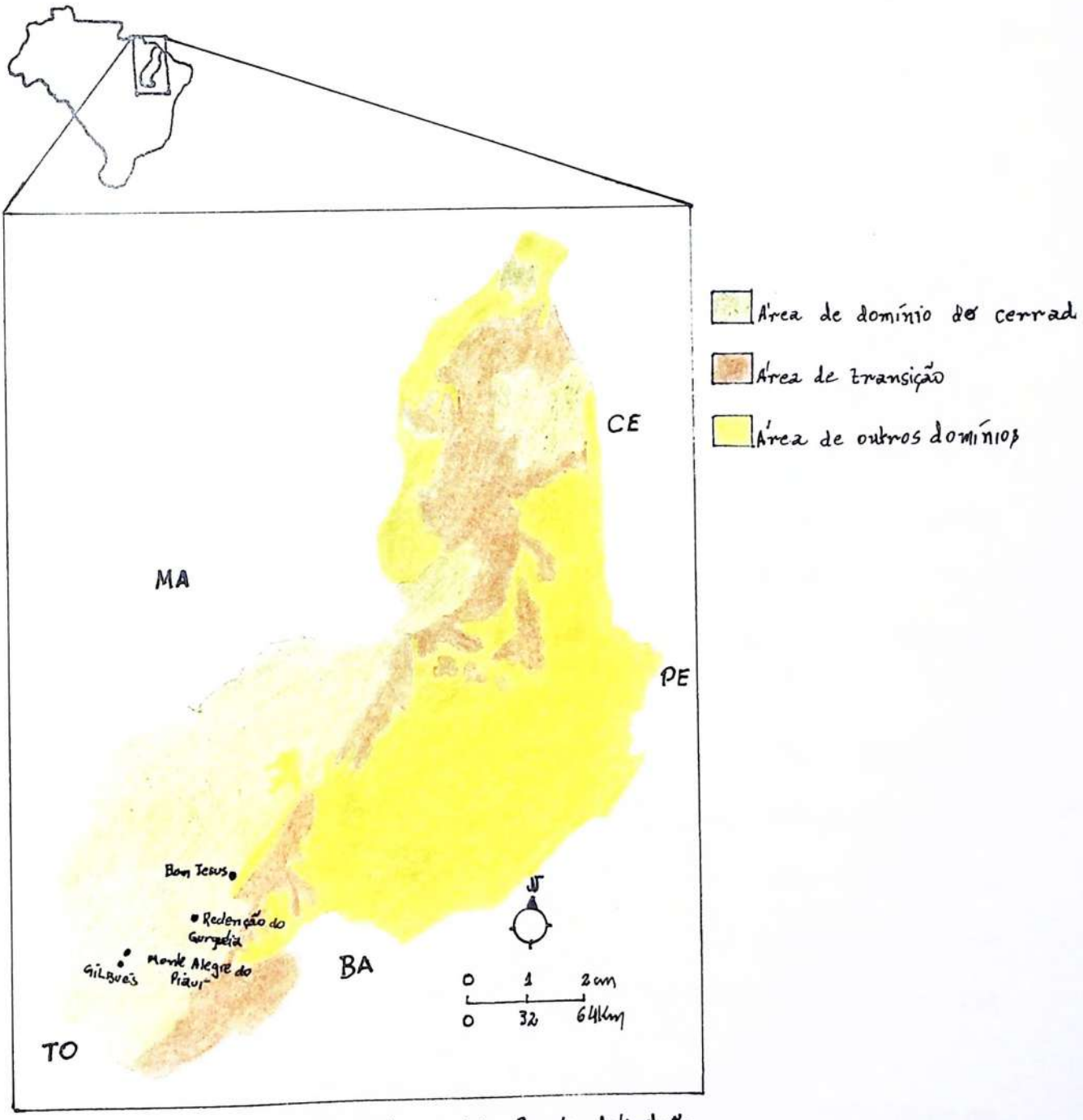
3.1 - A NATUREZA NA ÁREA DE ESTUDO

O Piauí ocupa uma área de cobertura de cerrados de aproximadamente 11,5 milhões de hectares. Situa-se na quarta posição dentre as unidades da federação brasileira com esse tipo de vegetação, correspondendo a 6% em relação a área de cerrados do território nacional. Dentro do Estado essa área ocupa cerca de 46% da superfície total, cobrindo 31 municípios, principalmente no Sudoeste e Extremo Sul piauiense[85] (MAPA 4).

[85] FUNDAÇÃO CEPRO – Cerrados Piauienses. (Estudo Preliminar). Teresina, 1992, p.19.

Mapa 4

Distribuição espacial do cerrado no Piauí - 1983



Fonte: Mapas das primeiras formações vegetais. Projeto delimitação e regionalização do Brasil semi-árido - CNPq, SUDENE, FUPPI, 1983

Adaptação: Vicente Eudes Lemos Alves

Organizador: Anselmo Alfredo - JUN/2.000

Desses vastos domínios tentarei concentrar a análise em um núcleo de quatro municípios (Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Bom Jesus e Redenção do Gurguéia), integrantes da micro-região (segundo a classificação do IBGE) do Alto Médio Gurguéia, no Sudoeste Piauiense. Entretanto, em alguns momentos citarei exemplos de outros municípios dos cerrados, tomando o cuidado de selecionar aqueles que estão próximo ao núcleo aqui definido.

A área selecionada situa-se numa zona de transição entre o semi-árido e a Amazônia. Assenta-se sobre terrenos sedimentares de origem paleozóica da bacia do Parnaíba (FOTO 1); margeiam essa área, a oeste e a leste, respectivamente, as Depressões do Tocantins, a sertaneja e do São Francisco (ROSS, 1990). O relevo, em sua compartimentação regional, pertence aos chapadões do Alto-Médio Parnaíba, apresentando uma topografia de superfícies tabulares alternadas por vales encaixados[86]. A altitude média da área varia de aproximadamente 600 metros (Gilbués) a 200 metros (Bom Jesus)[87]. A cobertura vegetal se caracteriza predominantemente pela ocorrência de campos cerrados[88] associados a matas ciliares de fundo de vale, mas aparecem também em alguns pontos isolados manchas de caatinga.

O clima da região apresenta duas estações com características bem definidas: uma chuvosa, iniciando-se no mês de outubro e terminando em abril; a outra, seca, de maio a setembro. De acordo com o levantamento da SUDENE (em seus postos de medição de chuvas, sete deles instalados em três dos quatro municípios aqui analisados, exceto em Redenção do Gurguéia), verifica-se que a média pluviométrica dessa área oscila[89] de 1.174

---

[86] SALES, M.C.L. – Estudo Da Degradação Ambiental em Gilbués – PI. Reavaliando o "núcleo dee Desertificação". Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP,1997. pp.67.

[87] BRASIL, SUDENE-DPG-PRN-HME – Dados Pluviométricos Mensais do Nordeste – Estado do Piauí. Recife,1990.

[88] Nesse trabalho adotarei o termo cerrados piauienses para designar a área com predomínio desse tipo de vegetação, mas também aquela que vem despertando interesse do capital.

[89] Os dados aqui indicados foram recolhidos por equipes da SUDENE entre os anos de 1962 a 1985.

mm/ano (posto de Bela Vista, Gilbués) a 918 mm/ano (posto de Conceição, Bom Jesus)[90]. Pode-se assegurar, nesse sentido, uma média anual, para os municípios em questão, em torno de 1000 mm. Mesmo assim, ocorreram anos com pluviosidade média em torno de 600 mm. Isso demonstra uma razoável oscilação nos níveis de chuva, o que indica características de transitoriedade como predominante no clima da região. Esse fator é reflexo do contato de três grandes domínios fisiográficos: o das caatingas a leste-nordeste, dos cerrados a sul-sudoeste e das florestas tropicais úmidas a nordeste-noroeste[91].

O comportamento pluviométrico conforme identificado acima resulta da atuação de diferentes massas de ar, com destaque para a equatorial continental (EC), responsável pela a maior parte das chuvas que ocorrem nos cerrados piauienses. De acordo com DINIZ (1982:42):

"Nos anos normais, ditos bons, a CIT [Zona de Convergência Intertropical] e Ec cobrem a maior parte do interior do Nordeste levando suas precipitações convergentes e convectivas que vão de outubro a maio, variando ligeiramente de acordo com a posição geográfica do lugar. Nos anos anormais, o anticiclone do Atlântico, reforçado, imprime às massas tropical e equatorial suficiente energia para conter a expansão da massa EC e impedir que a faixa da CIT atinja a costa setentrional do Nordeste. Este fica, praticamente, sob domínio da massa TC [tropical continental], cujas características atrás citadas não favorecem chuvas suficientes."

Merece destaque nessa área a ocorrência de um outro fenômeno físico – mas que também está associado à ação antrópica -, qual seja, uma forte degradação ambiental que atua sobretudo nos municípios de Gilbués e Monte Alegre do Piauí. De acordo com que aponta SALES (op.cit), esse acentuado grau de degradação ambiental verificado na área resulta da dinâmica sócio-ambiental ali existente. No entanto, segundo essa autora, esse fenômeno não apresenta as características necessárias que indicaria a formação de um deserto, comumente apontado por variados pesquisadores. Difere de outras áreas com

[90] Ibid. pgs. 69,70,71.72,73,201209,210,222 e 223.
[91] SALES,M.C.L. – op.cit.p.89

forte avanço de desertificação, como em determinadas localidades do semi-árido brasileiro, principalmente porque no caso de Gilbués/Monte Alegre do Piauí, a degradação ambiental associa-se predominantemente aos processos *"de erosão hídrica feito pela ação das águas concentradas sobre solos extremamente friáveis, que têm na paisagem de 'bad land' sua maior visibilidade."*[92]

DINIZ (1982:57), faz observações semelhantes a respeito desse mesmo fenômeno na área identificada, entretanto classificando-o como desertificação, como relata:

"Nos chapadões do Sul do Piauí, na área de Gilbués, numa superfície de 20 por 30 Km (600 km2), está se observando uma intensa dissecação do modelado. Aí o relevo está sendo completamente arrasado, levando consigo a cobertura vegetal, uma vegetação do tipo cerrado ralo, ou campo sujo. Tal fenômeno de 'desertificação' deve estar relacionado à estrutura do relevo, clima e a ação antrópica. Queimadas regulares e periódicas, intenso pastoreio, garimpo, derrubada da vegetação para formar áreas de lavoura contribuem sem dúvida para a aceleração desse processo de desertificação, que, se não forem tomadas medidas urgentes, afetará em pouco tempo os sítios urbanos de Gilbués e Monte Alegre."

3.2 – UMA TRANSFORMAÇÃO DIFERENCIADA DA NATUREZA

A escolha dos municípios aqui selecionados deve-se ao fato deles apresentarem várias das características do que se pretende discutir neste e no próximo capítulo, qual seja, demonstrar, por um lado, um movimento de transformação sócio-espacial impulsionado por novos agentes econômicos que chegam aos cerrados. Por outro lado, a permanência de um modo de vida piauiense associado tanto ao universo camponês quanto dos tradicionais fazendeiros piauienses, ambos mantêm formas de organizações do espaço e de transformações da natureza diferenciadas daqueles grupos que se instalam naquela região.

---

[92] Ibid p.162.

Esses dois movimentos aparecem em tais municípios; no entanto, determinadas particularidades geográficas existentes entre eles, contribui para que em uns (Gilbués, Monte Alegre do Piauí e Bom Jesus) ocorra um maior dinamismo das transformações impostas pelos novos grupos, os quais vão desenvolver atividades econômicas, principalmente agrícolas, com o uso de maquinários modernos e uma produção essencialmente voltada para o mercado. Enquanto em outros municípios (em Redenção do Gurguéia, sobretudo, mas também em Bom Jesus)[93] o fenômeno produz-se de forma mista, ou seja, ocorrem mudanças em razão da instalação de novos grupos, mas há também uma forte presença de população camponesa explorando os domínios da vazante com seus sistemas de uso tradicionais. Isso contribui para uma maior resistência à incorporação de alterações na dinâmica da vida local.

Municípios como Gilbués, Monte Alegre do Piauí e Bom Jesus apresentam grandes extensões de áreas de Platôs, denominadas pela população local de "Chapadas", "Gerais"[94], ou, ainda, "Serras"[95] (FOTO 2). São estas áreas as que despertam maior interesse de grupos capitalizados que chegam à região, pretendidas para a prática de atividades agropecuárias ou como reserva de valor visto que, em pouco tempo, o preço da terra desse domínio se eleva, em razão da grande procura observada recentemente.

---

[93] O município de Bom Jesus apresenta as duas situações, isto é, é um município de forte atração dos novos grupos econômicos em razão de possuir uma vasta área de platôs com terrenos planos, mas também há um longo trecho de terras na vazante formada pelo rio Gurguéia, onde a população piauiense ocupa de forma intensa.

[94] O viajante George Gardner fez, em 1839, a seguinte referência aos Gerais, no caminho do Piauí à província de Goiás: "A região erma de mais de quarenta léguas de largura que ora tínhamos de transpor para chegar a província de Goiás é chamado pelos habitantes da terra os Gerais. Raro a atravessam outros que não boiadeiros, que levam seu gado do norte de Goiás para a Bahia. (...) O povo da região tem muito medo desta zona selvagem e desabitada e por isso, antes de nela entrar, frequentemente me perguntavam se não tinha receios de o fazer com tão poucos acompanhantes. (...)." In: Gardner, G. – Viagem ao Interior do Brasil. Ed.Itatiaia/Edusp,1975.p.144.

[95] Utilizarei estas três terminologias durante o texto para designar aquelas áreas caracterizadas por superfícies planas, situadas nas altitudes mais elevadas do planalto, com grande ocorrência de pastagens naturais, árvores frutíferas, madeiras e animais de caça e pouca presença de ocupação humana.

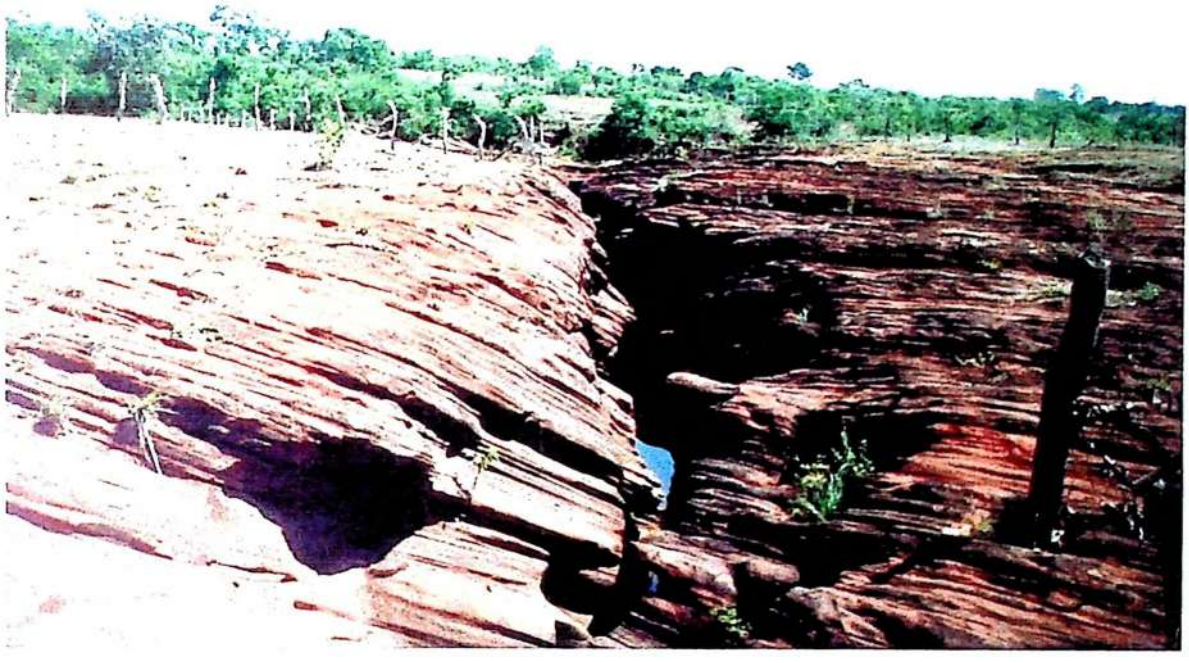


FOTO 1 – Características geológicas do sul do Piauí. Terrenos sedimentares com presença de diamantes.
Foto do autor, Monte Alegre do Piauí, em novembro de 1997.

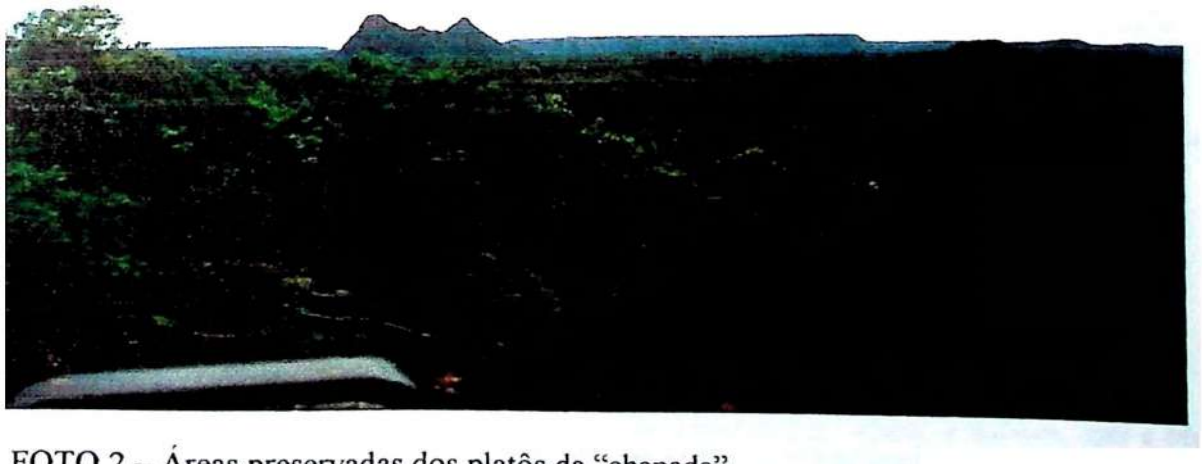


FOTO 2 – Áreas preservadas dos platôs da "chapada".
Foto do autor, Gilbués, em novembro de 1997.

Em contraposição às "chapadas", estão as vazantes, planícies de inundação que acompanham o curso de um rio principal. Caracterizam-se por apresentar maior umidade e solos com grande fertilidade natural, formados por sedimentos depositados em momentos das cheias dos rios.[96] Historicamente, a vazante constituiu-se no local preferido dos piauienses, seja pelo sesmeiro que solicitava terras ao longo dos cursos d'água perenes, seja pelos pequenos agricultores que procuravam implantar suas roças em locais com presença de água. Nesse sentido, a vazante passou a ser uma referência para o piauiense, como lugar de produção de seus meios de vida e de morada (nas bordas das vazantes), e por isso mesmo será intensamente ocupada.

No município de Redenção do Gurguéia e, também no de Bom Jesus, ocorre uma vasta área de vazante formada pelo rio Gurguéia (FOTO 3). Nela, desenvolvem variadas atividades, tais como: o cultivo agrícola, realizado predominantemente em pequenas roças; a pecuária de bovinos e em menor volume a de caprinos; o uso dos solos mais argilosos para a fabricação de telhas e tijolos que se destinam à construção das casas; à extração de frutos plantados ou naturais (manga, goiaba, buriti, etc.); a extração de água para beber advinda das cacimbas, utilizadas principalmente pela população residente fora dos núcleos urbanos; etc.

A área da vazante é composta, em sua grande maioria, de terras cercadas e o seu uso ocorre de forma particular pelos proprietários (FOTO 4), ou, quando concedidas, pelos

[96] Sobre a ocorrência das cheias e das vazantes do rio São Francisco, próximo a Juazeiro, Spix e Martius fizeram as seguintes observações: "Em geral, costuma encher no fim de janeiro, e as águas vão crescendo pelo menos durante dois meses. Vaza, então, muito mais rápido do que enche, e deixa os ingremes barrancos, que marginavam a cheia, em estado da mais exuberante fertilidade, de sorte que em reduzidíssimo espaço de tempo, se cobrem de viçosos capins e outras plantas. Essas margens altas da cheia, que os sertanejos chamam de vazantes, elevam-se até 20 pés de altura (...)." In: SPIX & MARTIUS – Viagem pelo Brasil (1817 –1820). São Paulo, Melhoramentos, 1938.

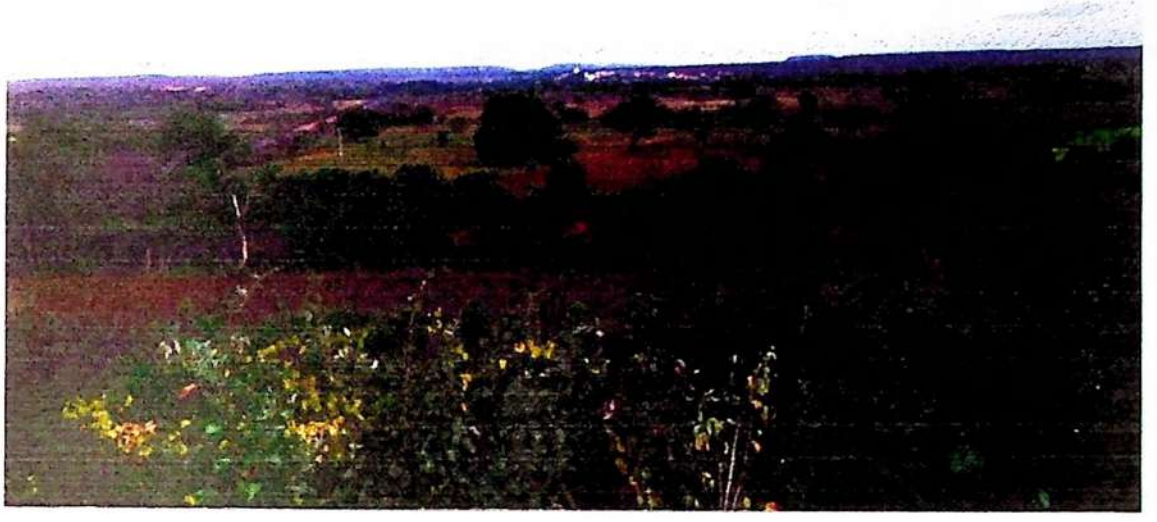


FOTO 3 – Vista panorâmica do município de Redenção do Gurguéia. No primeiro plano, o rio Gurguéia e a vazante, na borda desta a sede do município e, ao fundo, a "chapada".
Foto do autor, Redenção do Gurguéia, em janeiro de 1996.



FOTO 4 – Área de vazante, observa-se aquí uma grande fragmentação das propriedades instaladas nesse domínio.
Foto do autor, Redenção do Gurguéia, em novembro de 1997.

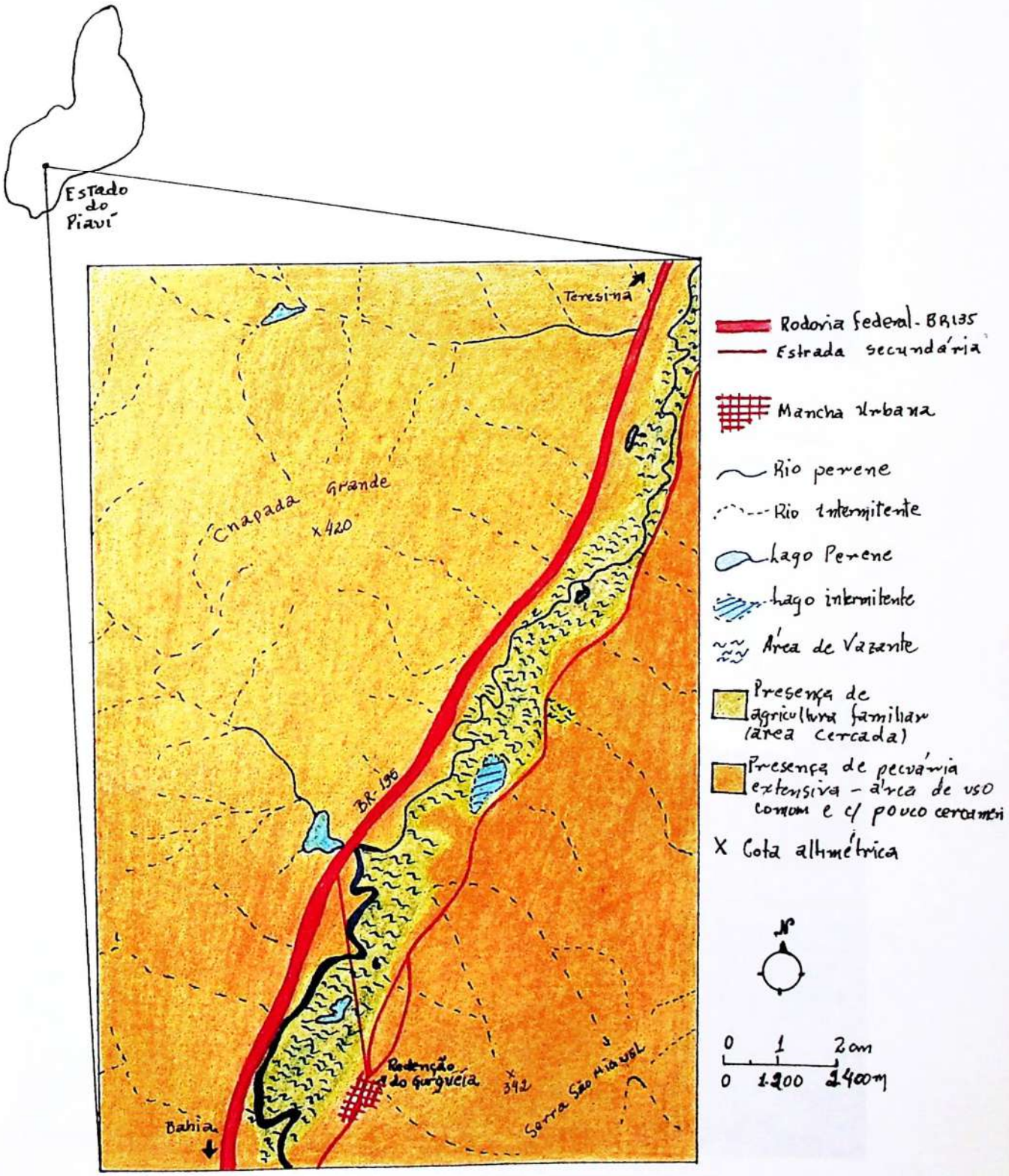
parceiros ou moradores de condição. O usufruto dos bens naturais existentes nessas terras, como as árvores frutíferas, ocorre com bastante frequência pela coletividade local, mas as pessoas somente adentram numa propriedade para coletar um determinado recurso caso haja o consentimento do dono ou do responsável pela área, quem desobedece essas regras é mal visto pela comunidade. Nesse sentido, a vazante é projetada no imaginário da população dos cerrados como um espaço privado cujo uso é limitado. É comum, por exemplo, quando alguém vai à vazante coletar manga, dizer que vai à roça de "fulano de tal" apanhar manga ou vai ao brejo de "fulano de tal" apanhar buriti, etc. Nesse caso, a pessoa sempre faz referência ao proprietário das terras. Isso, porém, não ocorre em relação ao espaço da "chapada" que é tido como coletivo, onde todos podem usufruir dos recursos daquele domínio (MAPA 5), trataremos dessa questão no capitulo 4.

Ao longo da vazante do rio Gurguéia aparecem setores encharcados isolados denominados de "Brejos"[97] em cujo interior aparecem as matas ciliares, principalmente os buritizais (Mauritia Vinifera). Esta vegetação possui grande importância para os moradores da região, pois dela retira-se além do fruto, consumido *"in natura"* ou em formas de sucos e doces, também a palha utilizada para cobrir as casas. Quando a planta é nova pode-se utilizar seus galhos para a confecção de artesanatos (balaios, chapéus, esteiras, tapetis, etc.). A predominância de solos hidromórficos nos "Brejos" e em seus arredores contribui para que essa área seja explorada também para produção de arroz, às vezes combinada com outros tipos de uso. Esses múltiplos usos da vazante são praticados tanto por camponeses quanto por fazendeiros. Dessa maneira, é ela quem comanda o ritmo da vida dos habitantes dos cerrados do sul do Piauí (FOTO 5 e 6).

[97] Brejo – "Terreno Plano, encharcado, que aparece nas regiões de cabeceira ou zonas de transbordamento de rios." In: Guerra, A.T. – Dicionário Geológico-Geomorfológico. Rio de Janeiro, Fundação IBGE,1969.

Uso da Terra

Município Redenção do Gurguéia - Piauí



Fonte: IBGE, 1985
Adaptação: Vicente Eudes Lemos Alves
Organizador: Anselmo Alfredo - Jan/2000



FOTO 5 – Área de vazante. Presença de matas nativas de buritis combinada com o uso pecuário em pequena escala. Nas atividades econômicas camponesas, além da superposição de vários tipos de uso, ocorre uma preocupação em preservar os recursos da natureza.
Foto do autor, Redenção do Gurguéia, em janeiro de 1996.



FOTO 6 – Área de vazante. Produção de telhas em olarias.
Foto do autor, Redenção do Gurguéia, em novembro de 1997.

3.3 – O APROVEITAMENTO DAS TÉCNICAS NA ÁREA DE ESTUDO

Os cerrados piauienses apresentam como características principais em seu uso do solo as atividades relacionadas à agropecuária, com destaque para aquelas associadas à pecuária extensiva e a agricultura praticada em pequenas roças[98]. Este predomínio de atividades ligadas ao campo contribuem para que as atividades essencialmente urbanas sejam limitadas, do ponto de vista de sua intensidade. As cidades dessa região abrigam poucos equipamentos urbanos, restringindo, em sua maioria, a pequenos comércios, um hospital precário, poucas escolas, uma ou duas agências bancárias (estas estão presentes, na área de estudo, somente nos municípios de Bom Jesus e Gilbués). Os serviços mais especializados são procurados em Teresina, Barreiras e Brasília, para as quais se tem acesso através de uma única rodovia que atravessa o sul do Piauí, a BR-135.

Os equipamentos urbanos dos municípios atende a população da cidade e a dos pequenos povoados, alguns deles distando, às vezes, várias léguas da sede cujo contato com esta acontece esporadicamente. A exceção fica com aqueles camponeses que produzem certos gêneros (frutos, artesanatos, mel de abelha, rapadura, óleo de coco, etc.) para serem vendidos nas feiras que ocorrem aos sábados (FOTO 7). Em muitos casos, as distâncias percorridas até a sede do município são enormes o que normalmente o camponês faz a pé ou montado em um animal[99].

---

[98] Ocorre em Gilbués e Monte Alegre do Piauí a exploração de diamantes, trabalho realizado por garimpeiros locais utilizando-se de práticas rudimentares.

[99] Em Gibués, entrevistando uma camponesa que trazia algumas garrafas de óleo de coco no lombo de jumento para serem comercializadas na feira do município, ela me informava que havia percorrido, durante um dia inteiro, sete léguas a pé (cerca de 44 quilômetros). Esse trajeto era realizado semanalmente por ela, mas isso se fazia necessário porque era aquilo que garantia a sobrevivência de sua família.

A atividade comercial de camponeses, pequenos produtores, é um tipo de modalidade que permanece e predomina nos municípios dos cerrados piauienses que são complementados por casas comerciais maiores, para as quais os camponeses, às vezes vendem os seus produtos e compram outros, normalmente de origem industrial (FOTO 8). Recentemente, estão sendo instaladas, em alguns municípios dos cerrados, lojas comerciais maiores, com destaque para as de maquinários e insumos agrícolas destinadas aos grupos com projetos agropecuários (FOTO 9).

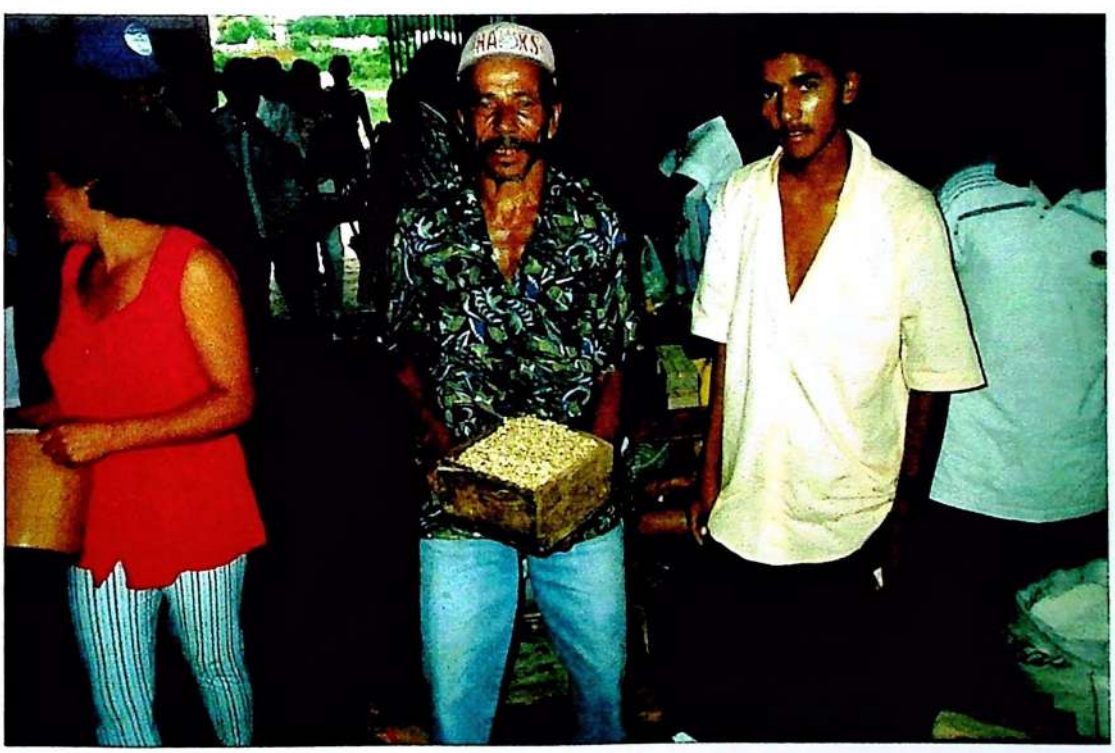


FOTO 7 – Camponeses comercializando seus produtos nas feiras-livres dos cerrados piauienses. Em destaque uma das unidades de medidas utilizada pela população local, o prato.
Foto do autor, Gilbués, em novembro de 1997.



FOTO 8 – Pequenos estabelecimentos comerciais de piauienses, vendem produtos variados, muitos deles adquiridos dos próprios camponeses.
Foto do autor, Monte Alegre do Piauí, em janeiro de 1996.

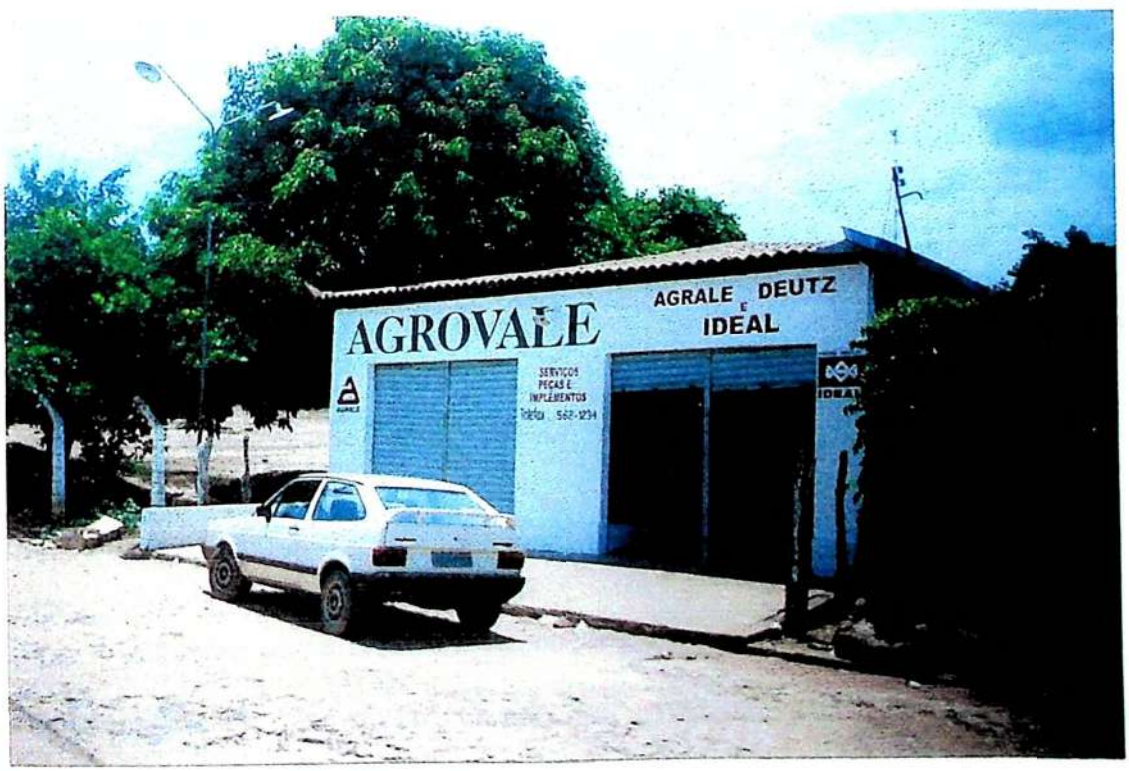


FOTO 9 – Loja de maquinários agrícolas instalada no ano de 1997 em Bom Jesus. Cresce o número de serviços para atender a demanda de novos moradores dos cerrados.
Foto do autor, Bom Jesus, em novembro de 1997.

Apesar de se observar um crescimento urbano nos municípios dessa região ainda predomina uma parcela significativa das pessoas vivendo nas áreas rurais, o que demonstra o forte caráter rural dessa população. O quadro 3 nos revela, além da dimensão espacial de cada município aqui analisado e sua participação em relação à superfície do Estado, também a distribuição de sua população entre a área urbana e rural. Estas informações serão importantes para um melhor entendimento de outras variáveis apresentadas nesse e no próximo capítulo.

QUADRO 3- Superfície, população total e local de residência (em %) da população de municípios selecionados nos cerrados piauienses

Municípios	Superfí - cie (km2)	% esta- dual	Popu- lação	% esta- dual	Urbana	% total do mun.	Rural	% total do mun.
Gilbués	3.484	1,40	11.335	0.42	4.421	39,0	6.914	61,0
Monte Al. do Piauí	2.236	0,89	9.414	0.35	2.421	25,8	6.993	74,2
Bom Jesus	8.783	3,50	18.410	0.68	9.373	50,9	9.037	49,1
Red. do Gurguéia	2.377	0,95	7.263	0.27	4.275	58,8	2.275	41,2

Fonte: Fund. CEPRO. Anuário Estatístico do Piauí, 1986/87.
- FIBGE. Censo Demográfico, 1996.

O quadro acima apresenta algumas situações que merecem considerações. Como mencionamos, são municípios com uma base agrária importante. Dos quatro municípios Gilbués e Monte Alegre do Piauí são os que apresentam maior percentagem de população vivendo em áreas rurais, respectivamente, 61,0% e 74,2%. Essa população corresponde, sobretudo, a pequenos lavradores, proprietários e agregados que residem no interior de

suas propriedades ou nas fazendas cedidas para moradias de condição ou, ainda, em pequenos povoados nas terras do município. Apesar dessa forte presença de população rural, vem se observando nos últimos anos, na década de 80 e principalmente na de 90, nos quatro municípios aqui analisados, um substancial êxodo rural. Em Gilbués, por exemplo, na década de 90, verificou-se um movimento bastante acelerado de pessoas que procuraram instalar-se na sede do município. Isso pode ser comprovado analisando os dados dos dois últimos censos demográficos do IBGE. O censo de 1991 registrava que 72,4% da população do município vivia em áreas rurais, cinco anos depois, o de 1996, apresentava uma queda nesse percentual para 61,0%.

Um outro fato interessante observado nesse quadro, ainda a respeito da população, ocorre nos municípios de Bom Jesus e Redenção do Gurguéia. Neles, a população urbana ultrapassa a rural. Apesar de tais municípios serem vizinhos aos outros dois (Gilbués e Monte Alegre), apresentam um comportamento, quanto ao local de moradia da população, com uma sensível diferença. A explicação para tal fenômeno pode estar associado, de certa maneira, às características geográficas dos municípios. Bom Jesus e Redenção do Gurguéia possuem uma considerável área de vazante formada pelo rio Gurguéia. Nela estão instaladas, além de muitas das pequenas roças de camponeses que ali trabalham, mas moram na sede do município, também médias e grandes fazendas.

Nestas fazendas, comumente, residiam um grande número de agregados que, nos últimos anos, estão sendo recusados ou expulsos pelos fazendeiros locais, que preferem repassar suas terras em regime de parceria a um trabalhador, sem que este resida na propriedade. Com esse procedimento o fazendeiro evita qualquer tipo de problema judicial caso o agregado reivindique os seus direitos pelos benefícios implantados por ele na fazenda. Mas principalmente esse não consentimento de agregação na fazenda se deve ao fato do dono da terra encontrar novas maneiras, mais vantajosas, de obtenção de renda

com a terra, por exemplo, estabelecendo outros tipos de relações sociais com o pequeno agricultor, é o caso da meação, a diária, a empreitada, etc.[100]. Substituir essa relação costumeira é ao mesmo tempo acabar com vários "arranjos sociais" estabelecidos a partir da agregação, é extinguir um modo de vida que ainda permeia determinadas sociedades agrárias brasileiras. Para MOURA (1988):

"Expulsar o agregado é banir da terra um modo de vida. Suprime-se a casa onde o agregado mora com a família, o quintal que o circunda, a roça onde planta lavouras, mediatizando, por nova lógica da renda da terra, aquilo que a cessão de rendas (terças) não permite mais manter. Para que isso aconteça, é preciso suprimir também um modo de pensar: as lealdades antigas, calcadas no compromisso assumido, são subjulgadas por valores dominantes: o favor exilado da convivência na fazenda, a impessoalidade trazida para essa mesma convivência, de modo a evitar que temas 'proibidos' sejam cogitados pelos subalternos. A preocupação do agregado, extensiva às demais frações sociais aqui analisadas, que consiste em querer a terra de volta, se transforma num limbo de indefinições que violenta o sentido das antigas práticas e concepções e implica conformar-se com as condições que lhe são oferecidas."

O depoimento recolhido de um ex-agregado que atualmente mora na cidade de Redenção do Gurguéia é revelador dessa nova situação vivida pelos agregados e como são estabelecidas agora as relações entre trabalhadores sem terra e o fazendeiro:

"Acontece muito hoje das pessoas vim pras cidade, é que antes o lavrador morava lá no mato, como agregado, hoje não, o dono logo precisa de sua área de terra. Às vezes você tá também com esse problema que acontece do sindicato hoje, quer dizer nenhum fazendeiro mais quer o morador, por causa do sindicato, porque quando o cabra passa

[100] O que ocorre nas relações de agregação estabelecidas recentemente nos cerrados piauienses é muito semelhante a que Margarida Maria Moura encontrou no Vale do Jequitinhonha/MG. Nela, o fazendeiro substitui uma prática costumeira de apropriação de renda da terra por outras. Segundo as palavras da referida autora: "A mortandade das relações de agragação (que não autoriza selar sua desaparição completa ou definitiva) se dá pelo deslocamento da lógica que preside a obtenção do equivalente de capital, a renda territorial capitalizada. A renda fundiária, que podia ser obtida sob diferentes formas legais ou costumeiras de relações sociais, torna-se inferior àquela que pode efetivamente ser extraída com outros arranjos sociais. A integração da região nos predicados da fertilidade e localização rentáveis do ponto de vista do capital faz com que a renda diferencial, que pode ser agora obtida pelo fazendeiro torne-se potencialmente mais alta. As terras tornam-se próximas de mercados de carne bovina. Isto obriga a extrair delas um rendimento equivalente ao de outras terras de igual situação. Nesse contexto, o trabalho do agregado não alcança o montante de renda que agora é possível de ser obtida de outra maneira. Daí a ânsia de tornar mais exploradoras as condições de trabalho dos lavradores (agregados e pequenos plantadores), até chegar à supressão de relações com os mesmos. Daí, também, a ânsia do fazendeiro em submeteer o posseiro para chegar a supressão de relações." Moura, M. M. – Os Deserdados da Terra. RJ, Bertrand, 1988. Nota de Rodapé número 12, p.94.

dos cinco anos quer criar direito em sua propriedade, quer dizer, criar direito em sua área de terra. Por isso o fazendeiro corre com o morador antes que ele faça isso. Aí tem que vim pra cidade porque não tem pra onde ir. Hoje é o que mais acontece, não é só aqui não, mas em vários lugares. Por causa do sindicato, o povo quando passa um certo tempo morando na fazenda aí já quer criar direito numa área de terra, dizendo que ele é o dono como posseiro, aí o fazendeiro tem que pedir, manda embora que é pra ele não criar o direito na propriedade dele. Aí o que o fazendeiro faz é chamar a pessoa que mora na cidade pra trabalhar na propriedade dele, mas pra trabalhar só um ano (...). Aí ele me dá a roça, a área de terra beneficiada, eu planto o arroz e milho pra mim e ele planta o capim. No outro ano aquela terra já não ocupa mais ninguém. Aí, no outro ano ele me chama e dá outra roça lá na frente. Quer dizer, eu não fiquei com o direito de plantar nenhuma coisa que eu possa provar pra você que aquele benefício foi meu, primeiro porque não fico com casa, estadia lá de dois, três, quatro anos. Não, eu vou e só trabalho, fico só seis mês na propriedade do fazendeiro. Aí, com seis mês eu colhi, aí tenho que carregá a minha parte para minha casa na cidade. Uns fazendeiro deixa até a soca do arroz ou feijão, mas a maioria deixa só a primeira panha e já bota gado lá, aí você não tem direito nem de voltá la."

(D., entrevista concedida em Redenção do Gurguéia, nov./97)

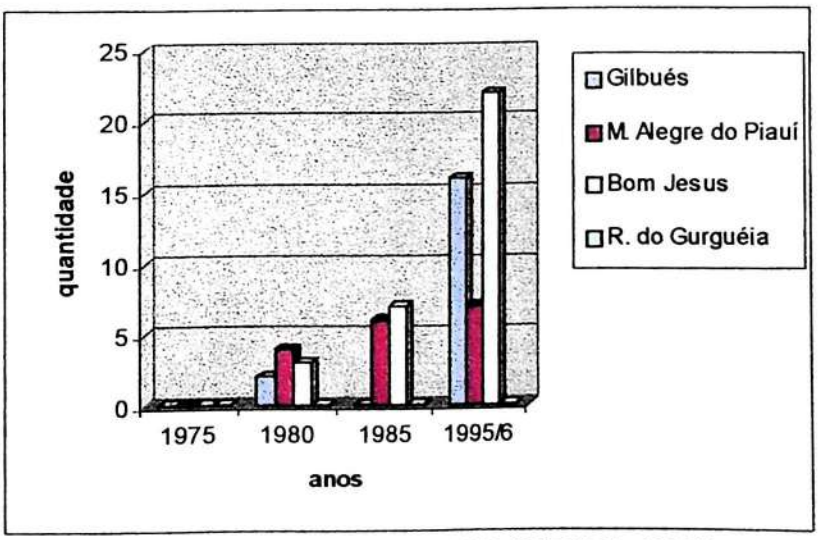
Além dessas alterações nas relações sociais que ocorrem nos cerrados do Sul do Piauí, essa área vem convivendo com novas formas de ocupação e uso do espaço, assim como, com a introdução de técnicas mais modernas destinadas ao processo de produção. O mesmo ocorre com implantação de novas culturas e variações de outras, é o caso, respectivamente, da soja e do arroz[101]. No que diz respeito ao arroz, a população dos cerrados cultiva-o tradicionalmente em áreas úmidas dos fundos de vale, nos "baixões" e vazantes, enquanto que os novos grupos destinam as áreas altas a esse tipo de cultivo, nas "Serras", onde desenvolvem, nessa cultura, basicamente o arroz de sequeiro. As mudanças nas formas de uso do solo e das técnicas são em grande medida de responsabilidade dos novos agentes econômicos que se instalam nos cerrados.

Nesse sentido, selecionamos algumas variáveis para demonstrar como ocorre o avanço das técnicas na área de estudo. Uma das aqui escolhidas diz respeito à

[101] O arroz tradicionalmente era cultivado, pela população local, em áreas úmidas de fundo de vale, nos "baixões" e vazantes, enquanto que para os novos grupos que se instalam nos cerrados a esse tipo de cultura são reservadas às áreas altas, nas "serras", onde desenvolvem o arroz de sequeiro.

incorporação de maquinários ao trabalho agrícola, relativa aos quatro municípios de nossa referência. Nesse item observou-se a ocorrência de uma sensível ampliação do número de equipamentos destinados à lavoura, principalmente no período que corresponde a 1985 e 1995/6, intervalo dos dois últimos censos agropecuários, o que coincide com a chegada, nessa área, dos novos agentes econômicos. No entanto, a utilização dessas técnicas não aparece de maneira proporcional entre os municípios, ocorrendo maior concentração, respectivamente, em Bom Jesus, Gilbués e Monte Alegre do Piauí, naqueles onde há maior presença dos novos moradores, enquanto que em Redenção do Gurguéia, esse fenômeno aparece, na maioria das vezes, de forma muito tímida. Acredita-se, nesse sentido, que são estes novos moradores os maiores responsáveis pela introdução de equipamentos mais modernos à agricultura da região, na medida em que estes vão se dedicar principalmente às atividades agrícolas que visam sobretudo ao mercado, portanto que demandam maior utilização de maquinários.

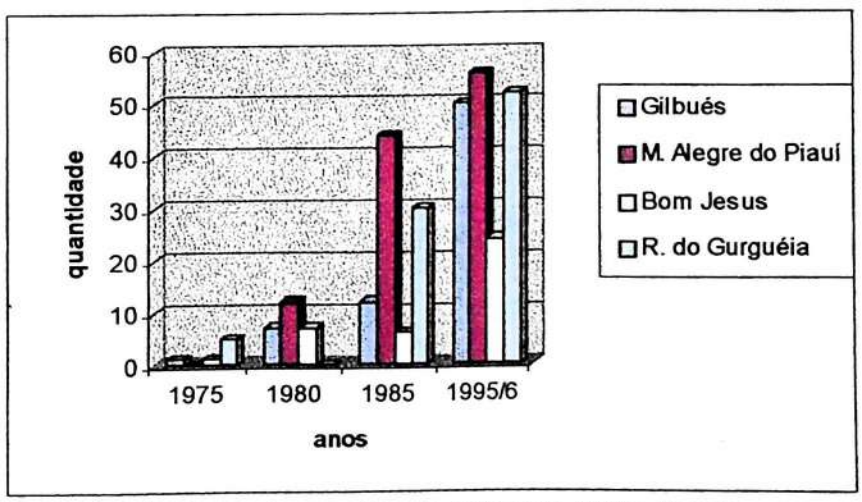
GRÁFICO 1 – Máquinas agrícolas de plantio e colheita (em número de unidades) em municípios selecionados dos cerrados piauienses



Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários de 1975,1980,1985 e 1995/6

Esse comportamento fica evidente quando se analisa, de acordo com cada município, o aproveitamento de máquinas agrícolas para o plantio e colheita (GRÁFICO 1). Nesse caso, o último censo agropecuário detecta um crescimento expressivo desse segmento, sobressaindo, aqui, os municípios de Bom Jesus e Gilbués, , justamente os que mais receberam migrantes nesse período. No entanto, em Redenção do Gurguéia não se verifica qualquer aquisição de equipamento desse porte, apontando que as terras dos platôs das chapadas sob seu domínio ainda não estão sendo aproveitadas para a agricultura destinada prioritariamente ao mercado. No que se refere a esse município, a concentração das atividades agrícolas acontece com maior intensidade nas terras de vazante (MAPA 5). Aí ocorre predominantemente a agricultura camponesa, em pequenas roças, praticada com técnicas tradicionais ou com equipamentos que demandam menos incorporação de tecnologia, como arados de tração animal.

GRÁFICO 2 – Arados de tração animal (em número de unidades) em municípios selecionados dos cerrados piauienses

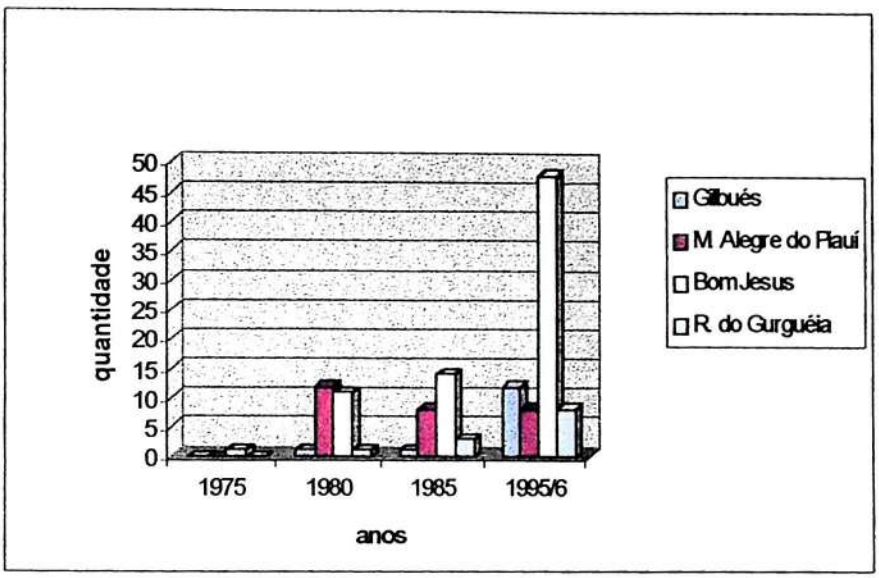


Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários de 1975,1980, 1985 e 1995/6

Nesse segmento, arados de tração animal (GRÁFICO 2), observa-se, por exemplo, que Redenção do Gurguéia apresentou o segundo melhor desempenho em número de unidades, demonstrando que há nesse município um grande predomínio de população camponesa, pois se subentende que o uso desse equipamento é quase de exclusividade dessa categoria de produtor. Entretanto, uma outra situação evidenciada no gráfico 2 é a de que houve um crescimento do número de arados de tração animal nos outros municípios, o que indica também uma forte presença camponesa em todos eles.

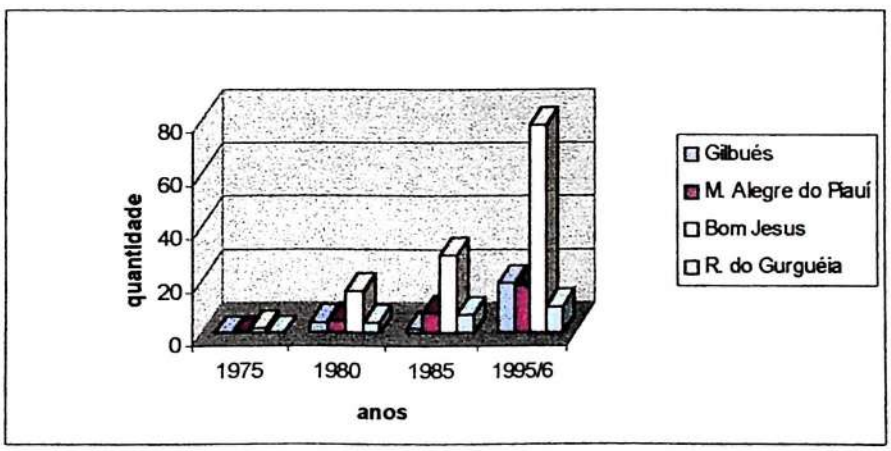
Quanto ao uso de arados de tração mecânica e tratores (GRÁFICOS 3 e 4, respectivamente), na área de estudo, observa-se também que há uma maior predominância desses equipamentos naqueles municípios que vêm recebendo grupos econômicos mais capitalizados. Aqui o destaque fica para Bom Jesus onde ocorreu, no período analisado, uma incorporação muito mais significativa de maquinário dessa ordem. Esse melhor desempenho nesse município pode estar associado a alguns fatores, a saber: a sua maior expressividade econômica na região, a existência de um maior número de camponeses remediados e fazendeiros que trabalham nas terras da vazante e além disso, à forte presença de novos moradores (dos quatro municípios Bom Jesus é o que mais recebe esses grupos) que aproveitarão as terras da "chapada".

GRÁFICO 3 – Arados de tração mecânica (em número de unidades) em municípios selecionados dos cerrados piauienses



Fonte: FIBE. Censos Agropecuários de 1975, 1980, 1985 e 1995/6

GRÁFICO 4 – Tratores (em número de unidades) em municípios selecionados dos cerrados piauienses

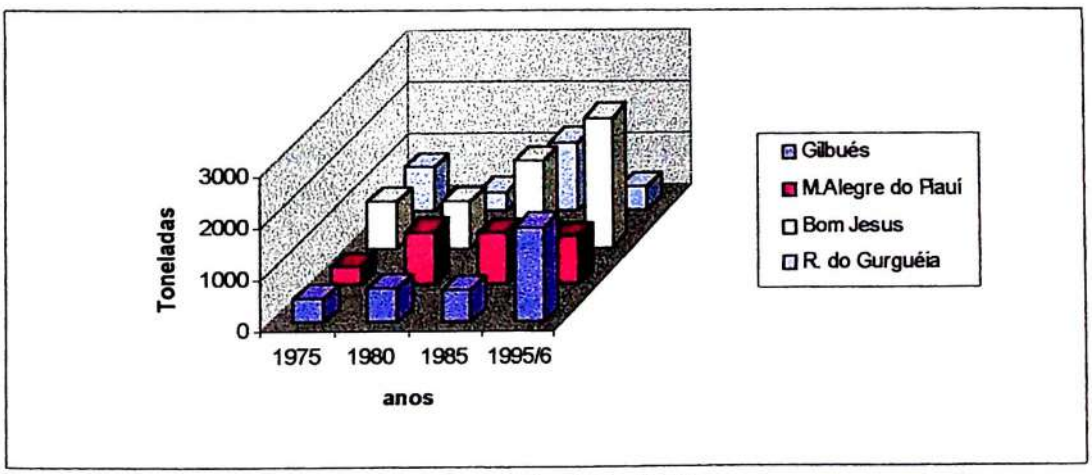


Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários de 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

Uma outra variável que pode ser utilizada como um indicador das mudanças empreendidas pelos novos grupos que chegam aos cerrados piauienses é a da produção

agrícola, particularmente a de arroz, o primeiro produto que se costuma plantar quando ocorre o desbravamento de uma área[102]. No caso da região aqui estudada esse produto é o que ainda domina nos projetos agropecuários instalados nas áreas recentes de ocupação agrícola[103]. Utilizaremos, nesse sentido, essa cultura para avaliar o impacto que os novos agentes econômicos vêm produzindo nos cerrados.

GRÁFICO 5 – Produção de arroz em casca (em toneladas) em municípios selecionados dos cerrados piauienses.

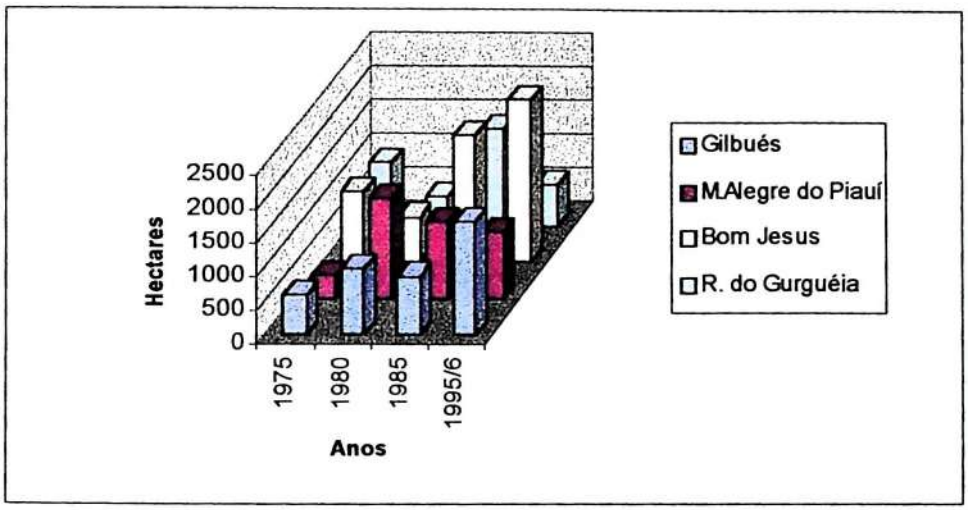


Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários 1975, 1980, 1985 e 1995/6

[102] Segundo informações de técnicos agrícolas e de donos de projetos agropecuários, o procedimento adotado é o de iniciar o cultivo de uma área com arroz. Isso deve-se ao fato de que esse produto apresenta determinados nutrientes químicos que facilitam a adequação da área ("amansar a área") para o cultivo de outro produto, normalmente a soja. O mais usual é que os dois ou três primeiros anos o arroz seja a única cultura (às vezes faz-se consorciamento com pastagem) produzida numa área.

[103] A intenção da grande maioria que implanta um projeto agrícola nos cerrados é a de iniciar com arroz, mas posteriormente introduzir soja, permanecendo esta última como cultura preferencial do projeto. Entretanto, do que se observou na área dos municípios aqui selecionados, o arroz ainda continua sendo o produto de amplo predomínio, mas já há uma tendência de sua substituição, em algumas propriedades, pela soja. Isso já vem ocorrendo nos municípios do Alto Parnaíba Piauiense. Não é possível, todavia, avaliar a dimensão da produção dessa última cultura na nossa área de estudo, na medida em que no censo agropecuário de 1995/6 não se faz menção de sua existência, mas já observa-se um avanço rápido dessa cultura em toda área dos cerrados do Piauí. Somente entre os anos de 1998 e 1999 a produção de soja no Estado (produz-se basicamente nos cerrados) teve uma variação de 65%, passando de 49.864 toneladas, em 1998, para 82.741, em 1999. In: IBGE – Levantamento sistemático da produção agrícola , outubro/99. IBGE/CEPAGRO.

GRÁFICO 6 – Área plantada (em hectares) com arroz em casca em municípios selecionados dos cerrados piauienses.



Fonte: FIBGE. Censos agropecuários 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

Os dados (GRÁFICOS 5 e 6) demonstram que já existe uma atuação efetiva desses grupos na estrutura produtiva da região, avaliada pelo crescimento mais acelerado da produção de arroz nos municípios de Bom Jesus e Gilbués, os preferidos pelos novos migrantes. A situação que mais chama a atenção aparece no município de Redenção do Gurguéia, onde ocorreu uma redução expressiva da extensão da área plantada, assim como, da quantidade produzida de arroz. Tal fenômeno se justifica dentro dessa nova lógica que se presencia nos cerrados do Piauí, na qual a agricultura voltada principalmente para o mercado se sobressai diante das outras formas de produção, principalmente aquelas baseadas no uso de técnicas tradicionais.

Especificamente no que se refere ao decréscimo da produção de arroz em Redenção do Gurguéia, de acordo com o que foi apontado pelas pessoas da região, este fenômeno está associado às dificuldades dos produtores de arroz dessa área em competir

com o produzido em larga escala nas terras planas das "chapadas" (arroz de sequeiro), utilizando-se de maquinários mais modernos. A utilização dessas novas técnicas resultava em uma maior produção, que, por conseguinte, reduz o preço desse produto[104]. Essa situação vem provocando algumas repercussões importantes nessa região, uma delas ocorre no sentido de que prejudica a produção do camponês, na medida em que parte dessa é enviada ao mercado para possibilitar a manutenção da família camponesa, que necessita adquirir outros gêneros não produzidos em sua roça. Mas, contraditoriamente, traz a ele benefícios, pois quando falta o produto em sua casa (situação comum no período que antecede a safra ou de longas estiagens) é possível comprá-lo mais barato. Isso dificilmente ocorria em anos anteriores em razão da ação de intermediários especuladores que deixavam escassear o produto para desfazer seus estoques, naturalmente cobrando preços extorsivos.

Por vezes, esse intermediário especulador é o próprio fazendeiro da região, que além de obter vantagens na relação com o camponês arrendatário, compra o arroz dos pequenos produtores durante a colheita, quando os preços do produto estão baixos revendendo-o em momentos posteriores.

Se, por um lado, observa-se um crescimento substancial da produção de arroz, conduzida sobretudo pelos novos grupos econômicos, por outro, não se pode dizer que ela foi obtida com grande utilização de mão-de-obra assalariada, como se costumam apresentar (nos meios de comunicação de massa e o governo piauiense) os benefícios dessa chamada modernização. Esses agentes anunciam com frequência que os trabalhadores da região, antes do início desse processo, apenas conseguiam (quando isso acontecia) empregar sua mão-de-obra por preços irrisórios e, agora, logram receber ao

[104] Uma parte significativa da produção de arroz obtida nos novos projetos agrícolas é comercializado na própria região.

menos um salário mínimo, o que, somente esse fato, representava uma revolução para a região. Nesse sentido, os cerrados piauienses começavam a substituir sua face atrasada pela moderna que chegava com o capital[105]. É verdade que alguns trabalhadores da região se beneficiaram com esse processo, empregando-se nos projetos agropecuários, às vezes empregam-se até mesmo em trabalhos mais especializados, como tratoristas, por exemplo.[106] No entanto, nas observações de trabalho de campo (os dados confirmam isso, GRÁFICO 7), constatou-se que o volume de trabalhadores empregados e a situação de assalariamento não condiziam exatamente ao que se apresentava. Verificou-se, por exemplo, que os trabalhadores empregados dos projetos agropecuários continuam recebendo salários irrisórios, às vezes, menos do que um salário mínimo, com o agravante de que, como mencionado anteriormente, muitos acabam trabalhando pela comida ou para saldar as dívidas que mantêm com os donos do projeto, pois seus salários normalmente não cobrem os gastos com transportes, alimentação, remédios, etc. Além disso, existem várias denúncias, principalmente no Ministério do Trabalho, de trabalhadores que executam serviços sem o devido registro em carteira (essa é uma regra geral em quase todos os projetos agropecuários), ou até mesmo de trabalho semi-escravo[107].

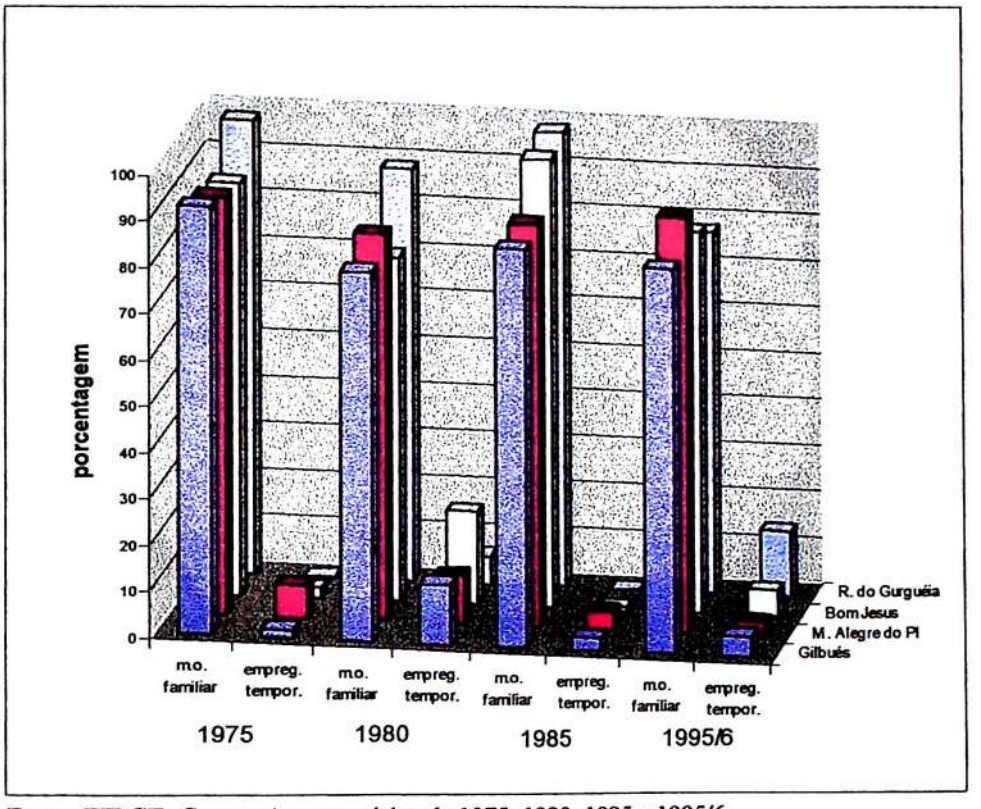
---

[105] Numa reportagem sobre a modernização da região dos cerrados piauienses produzida pela revista ISTO É, trazia o seguinte título: "O Piauí que dá Certo", em cujo otimismo no sucesso desse processo fica evidente. ISTO É, 03 de agosto de 1994, nº 1296,p.47.

[106] Paga-se em média na região 1,5 salários mínimos por um mês de trabalho de um tratorista.

[107] O jornal "O Dia" de 23/06/97 apresentou uma reportagem na qual aponta exploração de trabalhadores, em regime de semi-escravidão, em fazendas agropecuárias instaladas no sul do Piauí.

GRÁFICO 7- Pessoal ocupado (em %), de acordo com a categoria, em municípios selecionados dos cerrados piauienses



Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários de 1975, 1980, 1985 e 1995/6

Observa-se ainda, no GRÁFICO 7, que o trabalho temporário (o mais utilizado nos projetos agropecuários) sofreu um aumento pequeno entre os anos de 1985 e 1995/6 nos municípios aqui selecionados. Nestes predomina amplamente a mão-de-obra familiar, indicando que mesmo com o avanço de grupos mais capitalizados na região prevalece ainda o trabalho camponês. É provável que essa tendência se mantenha por mais tempo, visto que a agricultura capitalizada absorve pouco da mão-de-obra ali existente, em razão de quase todo o trabalho ser executado por máquinas. Uma estimativa realizada por um "projeteiro" de Gilbués, a pedido do pesquisador, apontava que era possível executar um

projeto agropecuário de uma extensão de área de 5.000 hectares com produção de soja, com apenas cinco pessoas. Este efetivo seria acrescentado, em épocas de plantio e colheita, para quinze pessoas que ali permaneceriam durante aproximadamente dois meses.

Desse modo, chega-se à conclusão que esse processo trouxe novas formas e novos significados na apropriação das terras dos cerrados piauienses. No entanto, não se pode considerar - como se constatou nos dados aqui apresentados - que ele seja absoluto, no sentido de que as transformações caminham em uma única direção, aquela impulsionada pela ação de agentes econômicos capitalizados. Observa-se, nesse caso, que esses grupos despertam maiores interesses pelas áreas que permitem desenvolver atividades agropecuárias em bases capitalistas (as terras com topografias planas), com grande potencial de comercialização[108]. Entretanto, esses mesmos grupos pouco se interessam pelas terras da vazante. É essa área, onde ainda não se faz tão presente a lógica do capital, a de maior concentração de população camponesa cujo grande conhecimento que possuí dela (vazante) permitirá a produção e reprodução do modo de vida camponês. Isso ocorre não somente com a vazante, mas também com as terras da "chapada" que desempenham um papel importante no universo da população dos cerrados piauienses.

3.4 - A EXPANSÃO DO CAPITAL E SUA LÓGICA DE OCUPAÇÃO

O capital que marcou presença a partir da primeira metade da década de 70 nas fronteiras agrícolas do interior do Brasil, particularmente nos cerrados do Centro-Oeste, no final dessa mesma década já ocupava vastas áreas da fronteira ocidental do Nordeste,

[108] Aqui esse potencial se eleva à medida em que surgem novas pessoas em busca de terras na região, ou onde o Estado implementa ou projeta implementar infra-estrutura que adeque aos interesses desse capital.

destacadamente o Oeste da Bahia[109] e algumas áreas do Sul do Maranhão e Piauí. A região de Balsas, no Maranhão, nesse momento já sentia os primeiros sinais de modernização agropecuária, observando-se um crescimento da área agrícola e do efetivo pecuário[110]. O mesmo ocorreu com os cerrados piauienses que também presenciaram alterações em sua estrutura produtiva no final da década de 70, com destaque para os municípios de Santa Filomena, Ribeiro Gonçalves e Uruçuí (Micro-região do Alto Parnaíba Piauiense) e Parnaguá e Corrente (Micro-região das Chapadas do Extremo-Sul Piauiense). Os municípios do Alto Parnaíba Piauiense, apesar de terem sido os mais beneficiados com projetos do FINOR destinados ao melhoramento da pecuária, presenciou-se inicialmente um aumento das áreas de lavouras, principalmente com produção de arroz, obtida com a utilização de técnicas modernas. Estas foram introduzidas por empresas e famílias capitalizadas de origem do Sul e Sudeste do país. Quanto aos municípios de Parnaguá e Corrente, na segunda metade da década de 70, os sinais de transformações aparecem no segmento da pecuária, já praticado na área com técnicas tradicionais. Passam, a partir de então, a aplicar técnicas mais modernas para o melhoramento do rebanho, assim como a praticar essa atividade em moldes capitalistas.

Na década de 80, entretanto, o processo de ocupação dos cerrados do sul do Piauí torna-se mais acelerado e se expande para outras áreas dessa região, com destaque para os municípios de Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Bom Jesus e Redenção do Gurguéia. O estímulo para a ocupação dessa área continuou sendo de responsabilidade do Estado que,

---

[109] Essa região já vinha despertando interesse de grupos capitalizados também desde a primeira metade da década de 70. Ver sobre essa questão HAESBAERT, R. – Des-territorialização e Identidade: A rede "Gaúcha" no Nordeste. Niterói/RJ, EDUFF, 1997.

[110] DINIZ, J.A.F. – Modernização e Conflito na Fronteira Ocidental do Nordeste. Ver. Geonordeste, ano I, nº 1, 1984,pp.12/20; GIORDANO, S. R. – Competitividade Regional e Globalização. Tese de Doutorado, FFLCH-USP,1999.

na década citada, ampliou as linhas de financiamentos ao capital. Contudo, outros fatores terão também importância para atração de grupos econômicos. É o caso, por exemplo, da possibilidade de adquirir grandes extensões de terras a preços muito abaixo em relação ao de outras regiões.

Particularmente, na segunda metade da década de 80, observa-se uma grande penetração de agricultores individuais, na maioria capitalizados, descendentes de europeus que nasceram principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Muitos deles, no entanto, não migravam diretamente desses Estados para o Piauí, mas já saíam de outras áreas de fronteira agrícola, com destaque inicialmente para o Mato Grosso do Sul (região de Dourados). Houve também a instalação de pessoas e empresas do próprio Nordeste, sobressaindo os pernambucanos. Dos quatro municípios de nosso estudo, a preferência desses grupos era por Gilbués, Bom Jesus e Monte Alegre do Piauí (principalmente os dois primeiros), onde se tinha notícia do comércio de terras e presença de agências de bancos estatais[111]. Percebe-se aqui que o deslocamento desses grupos para os cerrados piauienses era motivado por duas intenções básicas: a de obter acesso a créditos facilitados junto aos bancos estatais e a de adquirir terras a baixos preços. Buscavam-se aquelas terras que fossem favoráveis à produção agropecuária em larga escala, mas também tinha-se a expectativa de que estas pudessem incorporar maiores preços em um curto intervalo de tempo, à medida em que ocorresse um desenvolvimento da região, em razão das suas potencialidades naturais e econômicas. Nesse caso, havia uma finalidade explicita de se especular com a terra, como veremos mais adiante.

[111] O município de Monte Alegre não possui agência bancária, mas dista de Gilbués apenas 11 quilômetros, onde está instalada uma agência do Banco do Brasil. Em Bom Jesus estão instaladas uma agência do Banco do Brasil e outra do Banco do Nordeste, além de escritórios regionais do INCRA e do INTERPI. Redenção do Gurguéia não possui nenhuma agência bancária. distancia-se de Bom Jesus cerca de 60 quilômetros e de Gilbués 100 quilômetros.

No que se refere às facilidades na aquisição de créditos, atribui-se a esse fator uma das principais motivações para que empresas e grupos de famílias optassem por instalar-se no Sul do Piauí. Verificou-se que isso ocorreu sobretudo no começo dessa ocupação quando havia maior disponibilidade de recursos e menores exigências de acesso a eles. Tais facilidades em obter financiamentos governamentais chegavam ao conhecimento dos futuros moradores dos cerrados piauienses, principalmente no caso das famílias, através de um amigo ou de um conhecido que visitara a região, ou simplesmente de alguém que havia sido informado do fluxo de pessoas para o sul do Piauí. Portanto, na maioria das vezes, eram informações vagas, as quais não condiziam com a realidade encontrada naquele Estado. Mas, mesmo não conhecendo a fundo a real situação da região, muitos tomaram a decisão de se desfazer de seus bens e ir tentar a sorte no Piauí.

Uma das entrevistas realizadas com um médio agricultor, de origem gaúcha, mas que migrara ainda pequeno com sua família para Dourados/MS e passando posteriormente, em 1989, para Gilbués, é esclarecedora do otimismo excessivo que se tinha da fronteira agrícola piauiense. O diálogo ocorreu em Dourados, logo após o seu vizinho retornar do Piauí, onde havia ido comprar terras.

Nelson: *"Aí chegou meu vizinho lá em Dourados e disse":*
- "Nelson, eu vou para o Piauí."
Nelson: *- "Mas por que tu tá querendo ir para o Piauí? Por que, lá é bom?"*
Vizinho: *- "Lá é um paraíso. Lá tu só compra um cabo de aço para colocar no trator que o gerente do banco vem trazer o dinheiro em casa. Lá estão precisando é de gente, gente para trabalhar. O crédito é uma beleza lá no Piauí."*
Nelson: *"Eu disse: - Eu não sei. Olha, eu já tenho trabalhado com banco aqui, mas é muito difícil aqui você trabalhar... É difícil ele soltar dinheiro assim. Eu acredito que lá no Piauí eles não vão soltar dinheiro do jeito que você está pensando."*
Vizinho: *- "Não, lá é diferente o negócio... já tô levando um cabo de aço, vendi minha casa, comprei um pedaço de terra lá. Eles vão dá tudo. O gerente do banco vai financiar um trator, uma colheitadeira... É uma beleza lá, vai ser um céu aberto"*[112]

[112] Entrevista realizada com Nelson Kublic, em novembro de 1997, no município de Gilbués.

Exageros à parte, nesse diálogo transparece um pouco do que povoava o imaginário das pessoas de outros lugares sobre o que estava ocorrendo na ocupação dos cerrados piauienses. Essa visão de encontrar um certo paraíso no Piauí, como facilidade na obtenção de créditos e muita terra com pouco preço, motivou uma primeira leva de migrantes a deslocar-se para a região. Isso ocorreu entre os anos de 1985 e 1986. Relatos obtidos, durante os trabalhos de campo, apontavam que era comum, nesses anos, chegar em alguns dos municípios do Alto e Médio Gurguéia cerca de dois a três ônibus ao mês, trazendo migrantes procedentes da fronteira agrícola do Centro-Oeste, com destaque para o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas também pessoas que saíam diretamente do Sul do Brasil, principalmente gaúchos e paranaenses (MAPA 6). O que havia de semelhante entre eles era o fato de que a grande maioria já desenvolviam atividades agrícolas em suas regiões de origens. Entretanto, apresentavam diferentes posses de capital. Havia os grupos com certo volume de capital e com maquinários próprios transportados de suas propriedades anteriores. Estes lograram comprar terras e adquirir financiamentos em bancos estatais, fato que possibilitou o desenvolvimento de algumas atividades agrícolas, principalmente a plantação de arroz, o primeiro produto plantado nas áreas "desbravadas" das chapadas.

Os outros grupos desembarcaram no Piauí com pouco ou nenhum capital. Neste segmento, a maior parte das pessoas fracassou em seus projetos de sobreviver ou adquirir alguma riqueza no Piauí. Algumas lograram até mesmo comprar terras, mas não chegaram a produzir nos cerrados, face as dificuldades encontradas. Em várias das entrevistas com as que ainda hoje permanecem nos cerrados piauienses, apontam que muitos desses migrantes não dimensionaram os obstáculos existentes na abertura de uma nova fronteira agrícola. As dificuldades iam desde a preparação do terreno para a produção (retirada da

vegetação, destocamento, aplicação de corretivos agrícolas, perfuração de poços, etc.)[113], até ausência de ramais ligando as terras adquiridas a uma estrada principal. Além disso, poucos foram os que tiveram acesso aos financiamentos governamentais, reservados a uma determinada categoria de investidores dos cerrados piauienses, os grandes empreendedores.

Dentre as pessoas que tiveram problemas no Piauí encontra-se aquele vizinho do agricultor Nelson, que depois de muitas tentativas de desenvolver um projeto agrícola nas terras planas da chapada, sem sucesso, retornou para Dourados, como esclarece Nelson:

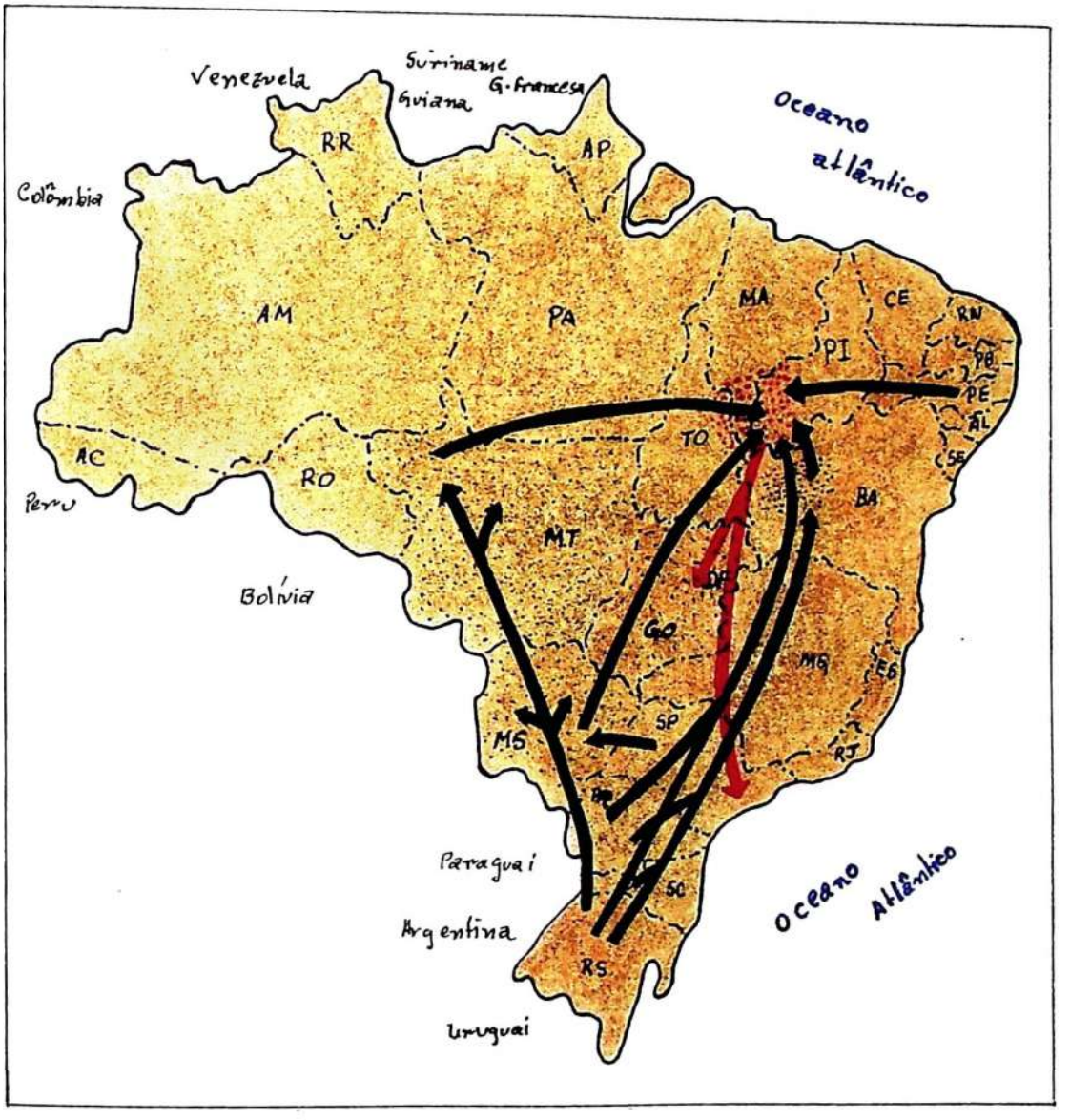
"(...) Veio pra cá, chegou aqui viu que o clima não era bem esse. Chegou aqui comprou uma terrinha... virou e mexeu... dali um tempo teve que vender o carro, a economiazinha que ele tinha se foi, daí ele quis vender a terra e não conseguiu... Vendeu tudo, os móveis que tinha dentro de casa e voltou novamente. O velho já era bem de idade, voltou novamente lá pra Dourados pra começar tudo de novo. Só ficou na ilusão de que Piauí era bom."

Quando perguntado do porque seu vizinho fracassou no Piauí, Nelson faz a seguinte avaliação:

"Ele se iludiu, ele achou que chegando aqui o banco ia dá crédito pra ele. Ia vir com a cara, a coragem e as idéias dele, o resto o banco tudo ia fazer, e não foi bem assim. Não conseguiu nenhum financiamento, de espécie nenhuma, porque não tinha 'café no bule', como costumamos dizer."

[113] De acordo com algumas estimativas, realizadas por pessoas que desenvolvem projetos agropecuários na região, o custo de implantação de 1 (um) hectare de terra equivalia, em 1997, deixando a ponto de produzir (desde o desmatamento até a aplicação de calcário) a aproximadamente R$ 240 ou o preço de 20 sacas de arroz de 60 quilos.

Brasil -
Migração Populacional para e da região dos cerrados do Sul piauiense, 1997



Fonte: Informações obtidas pelo autor, Vicente Eudes Lemos Alves, em trabalho de campo.
Organizador: Anselmo Alfredo - Jun/2000
Mapa base: Simielli, Maria Elena - "Geoatlas Básico" - Ática - SP, 1997.

Nesse grupo existiam também aquelas pessoas (estes saíram basicamente do Mato Grosso, Mato Grasso do Sul e Barreiras - BA) que migraram para o Piauí na esperança de ali empregar-se nos projetos executados nas "chapadas", especialmente para lidar com maquinários. Havia, ainda, grupos de sem-terra que deslocaram para a região em busca de terras doadas para assentar-se. Estes últimos não obtiveram qualquer sucesso nessa empreitada, todos eles optando em seguir para outro destino.

Dessa primeira leva de migrantes, são poucos os que ainda residem no Piauí. Destacam-se, alguns trabalhadores que se empregam nos projetos agropecuários, normalmente aqueles que sabem lidar com maquinários agrícolas, e agricultores mais capitalizados que abandonaram o projeto inicial de produzir grãos nos cerrados. Muitos deles optando por abrir um comércio nas cidades da região (lojas de defensivos agrícolas, restaurantes, hotéis, açougues, etc.). Permanecem também uma pequena parcela que desenvolve projetos agropecuários. A característica principal desse último grupo é que todos eles estão endividados com os bancos estatais, sem nenhuma perspectiva de saldar tais dívidas.

Mas, quais motivos levaram essa primeira leva de migrantes a fracassar na tentativa de ocupação dos cerrados piauienses?

Foram vários os motivos: as dificuldades encontradas em inserir um novo tipo de uso numa área onde ainda não estavam instaladas as condições necessárias ao uso que se pretendia (ausência de estradas e as existentes eram precárias, deficiência na geração de energia elétrica, custos altos de obtenção de água, através de poços artesianos, etc.); despreparo de algumas pessoas em lidar com uma situação nova e difícil, como se configura uma área de abertura de fronteira. Junta-se a isso o fato de que não ocorreu, contraditoriamente, uma ação do governo piauiense no sentido de definir regras claras de ocupação daquela área, consentindo que os grupos econômicos pudessem apropriar-se

livremente de terras e recursos públicos. Mas isso não foi obra do acaso, ou de uma displicência do poder público, é parte da lógica do capital que sempre agiu dessa maneira no Brasil, é apenas mais uma das engrenagens de um mesmo projeto do qual o Estado é o principal interlocutor do capital.

Os indícios apresentados sobre o processo de ocupação dos cerrados do Piauí apontavam na direção de que muitos daqueles pretensamente investidores em projetos agropecuários que obtiveram recursos públicos utilizaram-nos de forma irregular. Isso tornou-se facilitado porque não houve critérios bem definidos para avaliar quem realmente possuía condições e intenção de verdadeiramente produzir alguma coisa nos cerrados. Em muitas situações, verificou-se a ação de "aventureiros", os quais apresentavam-se como produtores, comparecendo com todos os requisitos burocráticos exigidos pelo banco e apresentando, como a garantia para o empréstimo, a terra recém adquirida nos cerrados. No entanto, após a apropriação do dinheiro público, tempos depois apresentava-se a falência do projeto, ou simplesmente o responsável desaparecia deixando as terras que cobriam apenas uma parte mínima da dívida. Às vezes nem isso, visto que aquelas terras, apresentadas como penhora, pertenciam ao Estado, pois haviam sido adquiridas de forma irregular, através da grilagem, mecanismo amplamente adotado por vários grupos econômicos para apropriação privada das terras dos cerrados piauienses, conforme veremos mais adiante. Suspeita-se, inclusive, da participação, na concessão de créditos, de gerentes e fiscais dos bancos estatais (também de políticos influentes no Estado), dado as enormes facilidades na liberação de recursos públicos, sem uma investigação prévia se a pessoa e/ou a empresa possuíam alguma experiência em atividades agropecuárias. Ou, ainda, apresentava-se uma estrutura adequada para comandar um projeto agropecuário de grandes dimensões, como normalmente se apresentava ao banco.

Um dos golpes mais utilizados nos cerrados piauienses ocorreu em relação às primeiras cooperativas que se instalaram nessa região. A regra era montar uma cooperativa, tudo conforme o exigido, apresentar-se ao banco que concedia vultosos recursos e posteriormente desfazer a iniciativa, sem ao menos plantar um grão de soja ou de qualquer outro produto. Outras vezes, plantava-se dois ou três anos, o projeto entrava em declínio e os donos desapareciam sem que o banco pudesse recuperar o dinheiro emprestado.

3.5 - APROPRIAÇÃO PRIVADA DAS TERRAS: GRILAGEM E VALORIZAÇÃO

Um outro motivo que teve importância na atração de novos moradores para os cerrados piauienses foi a possibilidade de adquirir terras a preços menores aos de outras regiões do Brasil. A maioria delas eram terras devolutas, antigas sesmarias que passaram para o poder do Estado, mas que eram habitadas por posseiros, principalmente as áreas de "boqueirões" ou "baixões"[114], onde pratica-se uma agricultura insipiente destinada à subsistência. As maiores extensões constituíam-se de terrenos planos, localizadas nos platôs das chapadas, como vimos, propícias ao desenvolvimento da agropecuária, utilizando-se de maquinários. Por isso mesmo, as mais requisitadas pelos chamados "projeteiros". A apropriação privada dessas terras nem sempre ocorreu de forma legalizada como queria o governo piauiense, que interessado em trazer grupos capitalistas para a região implantou um arrojado programa de distribuição de lotes destinados a diferentes grupos econômicos. O objetivo era fazer dessa região um celeiro de produção

[114] Termos comumente utilizados pela população sertaneja para designar os vales úmidos encaixados entre as serras, onde normalmente passa um riacho.

de grãos. O que se verificou, porém, foi uma ocupação desordenada da qual resultou uma ampla transferência, de maneira ilícita, de terras públicas para as mãos de particulares. Nos últimos anos vem se constatando o modo pelo qual se deu esse processo, com comprovações de inúmeros casos de grilagem, principalmente nos municípios do Sul do Estado[115].

3.5.1 – A GRILAGEM

Do que se observa da grilagem de terras no Sul do Piauí[116], há muito de semelhante ao que se presenciou em outras regiões do Brasil, destacamente no Centro-Oeste e Amazônia brasileira. Até porque esse é um fenômeno típico que aparece na ocupação de novas áreas[117]. Assim ocorreu com a apropriação privada das terras do Oeste de São Paulo, com o avanço da cultura cafeeira, no século passado; no Norte do Paraná, na década de 40 deste século, e mais recentemente na Amazônia Ocidental, nas décadas de 60 e 70. Esse fenômeno foi se sucedendo à medida em que uma nova fronteira agrícola era inserida na lógica do capital.

---

[115] Na tentativa de desvendar como as terras devolutas do Piauí passaram para o poder de um seleto grupo de pessoas, foi implantada na Assembléia Legislativa estadual, em 1997, uma comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) cujo objetivo era investigar esse fenômeno, mas foi interrompida sem finalizar os trabalhos de apuração, porque contrariava os interesses de grupos influentes no poder político piauiense.

[116] Não se pretende aqui desenvolver uma análise detalhada dessa questão, mas apenas apontar algumas informações recolhidas a partir de diferentes agentes dos cerrados do Sul do Piauí e da capital do Estado, Teresina. Nesta, os contatos ocorreram com pessoas ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Piauí (FETAG-PI), da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PI), do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), além de uma investigação na imprensa escrita. Entendo, no entanto, que o desvendamento desse complexo mecanismo de apropriação das terras públicas passa por uma investigação mais aprofundada de documentos primários, os quais poderiam indicar de maneira mais segura a intrínseca rede de relações que envolvem esse fenômeno. Todavia, por várias razões não foi possível concretizá-la nesse trabalho.

[117] Weibel, L. – Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1979. Apud Sader, M.R.C.T. – Espaço e Luta no Bico do Papagaio. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1986,p.156.

Falando sobre a grilagem na Amazônia Legal, ASSELIN (1982:12), diz que:

"(...) A grilagem de terra na Amazônia legal não representa um fato isolado ou, menos ainda, uma 'ação nefasta de maus brasileiros', mas faz parte de um modelo econômico, de uma estrutura sócio-política. Grilagem é problema estrutural e, por ser de ordem estrutural, ela é planejada e estruturada."

Desse modo, a grilagem não é um movimento espontâneo que nasce da noite para o dia e que envolvem grupos isolados, mas, de acordo com o que coloca ASSELIN, é planejada nos seus mínimos detalhes necessitando da participação de diversas instituições (cartórios, prefeituras, INCRA, institutos de terras, etc.), assim como de pessoas públicas (escrivães, juízes, polícia, técnicos, etc.). Enfim, em torno da grilagem passa a existir uma complexa rede de relações cujo principal beneficiado é o próprio grileiro que apropria das terras não com o intuito de torná-las produtivas, mas o de incluí-las no mercado de terras[118]. Ou seja, o grileiro é um mero especulador de terras.

No caso da grilagem piauiense calcula-se que o Estado perdeu mais de um milhão de hectares de terras, passados para mãos privadas de maneira ilegal, sobretudo nas região dos cerrados, onde a atuação dos grileiros foi intensa.

Mas, quem são essas pessoas e quais mecanismos elas utilizaram para transferir as terras de domínio público para o privado?

Constatei que são vários os personagens que agem de diferentes formas.

Segundo as informações recolhidas, a grilagem nos cerrados do sul do Piauí se intensificou entre os anos de 1984 a 1986[119], quando a região começa a despertar maior interesse do capital. Esse momento é imediatamente anterior, ou concomitante, ao fluxo mais acelerado de população que chega aos cerrados, após 1985. Se têm notícias de que antes dessa data eram poucas as pessoas que desembarcavam nos cerrados, mas os que ali

---

[118] SADER, M.R.C.T – op.cit.p.157.

[119] Esse processo já vinha ocorrendo desde a década de 70, quando começaram a ser implantados projetos agropecuários financiados pelo FINOR.

se instalavam procuravam logo se apoderar de grandes extensões de terras. É provável que dentre essas pessoas estejam alguns grileiros, os que vão comandar a apropriação das terras, aliados a grupos da própria região ou do Estado. Dentre estes últimos, incluem-se fazendeiros e políticos; donos dos cartórios dos municípios dos cerrados e, até mesmo de outros Estados, principalmente municípios baianos que se localizam na divisa com o sul do Piauí. Suspeita-se também de servidores do INTERPI, que participaram concedendo facilidades para atuação da grilagem, na medida em que esse órgão ficou encarregado de realizar a titulação das terras repassadas aos grupos privados. As denúncias apresentadas contra funcionários do INTERPI, principalmente dos escritórios regionais (é o caso do instalado no município de Bom Jesus) apontam que estes mantinham fortes ligações com grileiros. Acredita-se que tais servidores desempenharam um papel importante no sentido de permitir a acumulação de terras de maneira irregular por particulares. O principal deles era consentir a comercialização de títulos de terras emitidos pelo próprio órgão, mas que não eram permitidos, pois, tanto a constituição federal quanto a estadual vedavam qualquer transferência de títulos adquiridos para outra pessoa em um prazo mínimo de dez anos. No entanto, constatou-se que apenas um único indivíduo podia registrar vários títulos em seu nome sem que ocorresse qualquer interferência do INTERPI[120].

Sabe-se que um outro procedimento, muito utilizado na apropriação das terras devolutas, consistia em comprar uma área próximo a uma estrada principal ou a um ramal construído ou em projeto de implantação e anexar outras áreas, normalmente aos fundos da adquirida, depois entrava-se com um processo de usucapião.[121] Às vezes, combinado

[120] O jornal Diário do Povo em 20/05/95, noticiou que o procurador, juntamente com outros funcionários do Instituto de Terras do Piauí, do escritório de Bom Jesus, estavam sendo denunciados por fazer "vista grossa" a venda de títulos de terras nos cerrados. Segundo informou, "...um dos grileiros era o Sr. Adalto Gomes, que com o apoio do INTERPI de Bom Jesus, havia adquirido nove títulos de terras, emitidos pelo órgão, de outro grileiro, Gledston Peixoto Cavalcante. Os títulos foram registrados na cidade de Santa Filomena."

[121] Jornal O DIA – "Piauí perde terras com Grilagem no Sul." - Matéria publicada em 22/02/95, p.7.

com o dono de um cartório falsificavam documento como se o grileiro tivesse comprado de um antigo dono, este na realidade nunca existira, o nome era fictício e a terra pertencia ao Estado. Em muitos casos participavam também algumas pessoas dos próprios municípios onde ocorria a grilagem, conhecedores das terras da região. Estes funcionavam como "testas de ferro", na medida em que adquiriam terras com escritura falsificada e, posteriormente, repassavam para terceiros. Um caso típico dessa irregularidade ocorreu em Palmeira do Piauí, município próximo a Bom Jesus. As denúncias apresentadas indicam que um certo empresário do Mato Grosso do Sul, Felipe Aurélio Carboni, havia comparecido com uma escritura que atestava como sua uma área de 12.900 hectares. A área teria sido adquirida de um casal de moradores do próprio município, Davi Lira Luz e sua mulher. Entretanto, posseiros residentes na área em questão, duvidavam que o casal fosse realmente antigo dono dela. O jornal Diário do Povo (edição de 20/04/95) faz a seguinte menção a esse caso, complementando com o depoimento de um dos prejudicados:

"(...) Joaquim Martinho da Luz não hesita um só instante para afirmar que a escritura [da área] é falsa. Ele argumenta dizendo que o suposto vendedor das terras, Davi Lira Luz, é seu vizinho há muitos anos e nunca foi proprietário de nenhuma área naquela região. 'Ele é nascido e criado lá perto de nós e nunca teve terra nenhuma . Como é que ele agora aparece como transmitente da propriedade?', pergunta o produtor que está sendo expulso."[122]

Apesar de constituir-se em uma notícia veiculada por um jornal que precisava de uma investigação mais aprofundada sobre o caso, ela serve para mostrar alguns dos métodos adotados pelos grileiros dos cerrados do sul do Piauí.

Havia um outro mecanismo pelo qual também se apropriava das terras devolutas. Trata-se da ação de cooperativas, formadas justamente para o fim de adquirir maiores extensões possíveis de terras dos cerrados. Nesse caso, montava-se uma cooperativa com todos os nomes de pessoas que dela supostamente faziam parte. Em seguida apresentava-

[122] Diário do Povo – "Denunciada grilagem de terras nos cerrados." – matéria publicada em 20/04/95, p.3.

se ao governo piauiense um plano de ocupação da área, tudo conforme a lei, com os lotes organizados e demarcados para os cooperados, mas tudo de "fachada", pois após a concretização do negócio, os lotes passavam para um único dono. Descobriu-se que os nomes dos cooperados eram fictícios, ou compunham-se dos chamados "laranjas", ou seja, pessoas que por punhado de dinheiro (às vezes são incluídas sem ao menos saber) concordavam em incluir seu nome na lista dos cooperados. Constatou-se também que a grande maioria dessas cooperativas pertenciam a pessoas de outros Estados.

Um outro procedimento utilizado para grilar as terras dos cerrados piauienses se dá através de grupos que residem na Bahia, sobretudo em municípios que fazem fronteira com o sul do Piauí. Adota-se como estratégia, nesse caso, ocupar uma área do lado piauiense e registrá-la em cartórios baianos, como se tratassem de terras pertencentes a aquele Estado[123].

Dos casos de grilagem apresentados até agora, a maioria deles destinava-se a apropriar-se das terras devolutas localizadas nos "Gerais", ou seja, as terras propícias ao desenvolvimento da agricultura capitalista, as que em pouco tempo adquiriam maiores preços. Não se pode considerar, no entanto, que a grilagem de terras no Estado do Piauí seja um fenômeno recente, que nasce a partir do momento em que o capital visualiza nas terras dos cerrados piauienses uma oportunidade de maiores lucros. Na realidade esse fenômeno é bem mais antigo e envolvia, a princípio, de forma mais direta os agentes econômicos do próprio Estado. Tal fenômeno era facilitado pelas dificuldades que o governo piauiense possuía em manter controle das terras devolutas. Como vimos no primeiro capítulo, no século XVIII, estas já eram motivos de conflitos entre seus ocupantes. No século XIX e início deste, as disputas pelas terras devolutas haviam se expandido por todo o território piauiense e o próprio Estado sentia-se incapaz de resolver a

[123] Jornal Meio-Norte - "Baianos invadem terras no Piauí." – matéria publicada em 01/06/1995, p.3

situação. A esse respeito SILVA (1996:273/74), após analisar os obstáculos criados e os interesses envolvidos na demarcação de terras devolutas em vários Estados brasileiros nos primeiros anos da república, chega ao caso piauiense:

"Até 1903, nada havia sido feito no Piauí em matéria de demarcação de terras devolutas. Nesse ano, o governador, Arlindo Francisco Nogueira, afirmava que o desenvolvimento da cultura da borracha de maniçoba estava provocando uma intensa ocupação dos terrenos devolutos do estado, indicando a conveniência 'urgente e inadiável' de serem demarcadas as terras devolutas existentes em quase todos os municípios da região, a fim de protegerem-se os interesses públicos ameaçados pelas invasões particulares. Nesse sentido, pedia a autorização da Assembléia Legislativa para mandar a repartição de Obras Públicas fazer o serviço de demarcação – o que não deixa de ser surpreendente, tendo em vista que esta era uma das obrigações dessa repartição à qual estava subordinado o Serviço de Terras. Sugeria ainda que as terras públicas, uma vez demarcadas, fossem arrendadas conforme a legislação em vigor, o que proporcionaria grandes lucros ao estado. Mas, na Mensagem do ano seguinte, o governador lamentava não ter sido possível efetuar o serviço, pela falta de pessoal habilitado e em número suficiente . Concorrera com isso também o fato de não ter sido possível fornecer um aumento efetivo da força pública capaz de garantir as demarcações já realizadas."

Essa situação descrita por SILVA (op.cit.) prolongou-se levando inclusive a ocorrência de sérios conflitos entre grandes e pequenos posseiros, principalmente na região Sudeste do Piauí. Em 1908, o governador daquele Estado, em mensagem a Assembléia Legislativa do Piauí, reconhecia as dificuldades em reaver suas terras, apropriadas por particulares, assim como manter a ordem pública, conforme transparece em seu discurso:

"O serviço de terras públicas continua a reclamar enérgicas e urgentes providências em benefício do Estado, que é o mais lesado na anarquia que reina presentemente. Promulgada a lei nº 450 de 12 de julho do ano passado, dispondo sobre o processo de divisão e demarcação de terras devolutas, foi expedido o regulamento nº 346 de 8 de novembro do mesmo ano para a sua execução. Urge tornar efetivo o cumprimento dos serviços criados na referida lei, afim de nos prepararmos para enfrentar desassobradamente o problema da demarcação das nossas terras, retirando assim o patrimônio do Estado das mãos de invasores, que dele abusivamente se estão locupletando, e pondo um paradeiro à balbúrdia reinante entre os proprietários territoriais."[124]

---

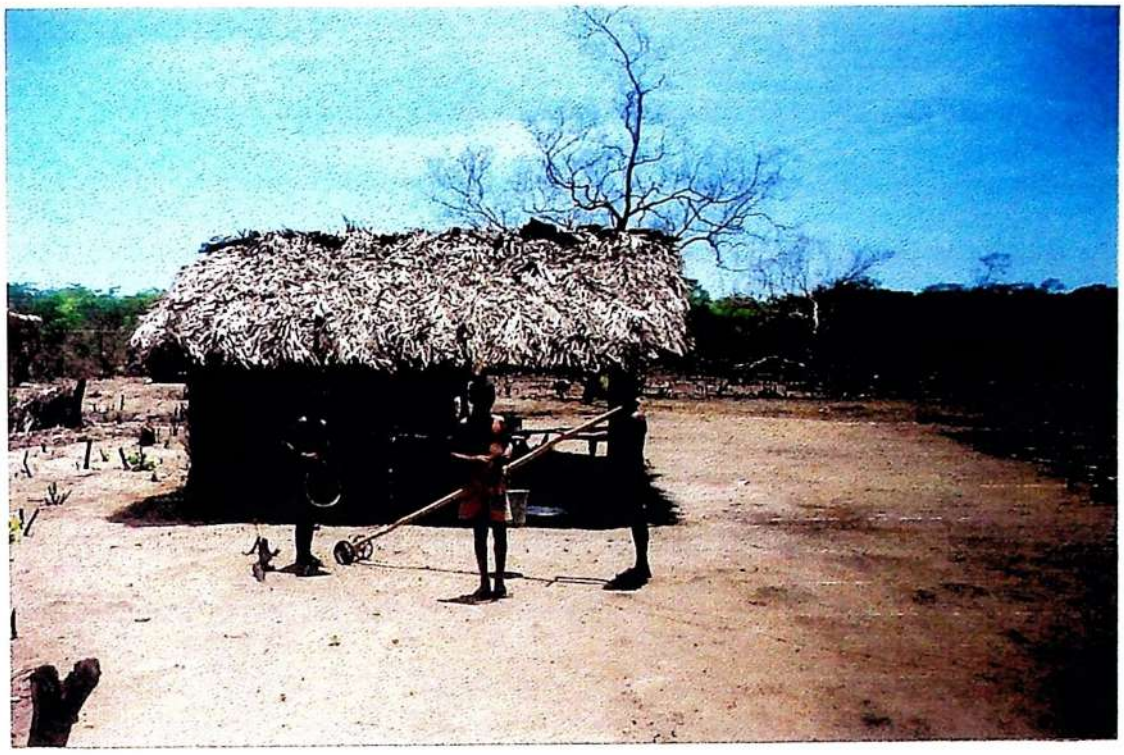
[124] Governador José Lourenço de Moraes Silva, Mensagem à Assembléia Legislativa do Piauí, p.7. In: SILVA, L.O. – Terras Devolutas e Latifúndio – Efeitos da Lei de 1850. Campinas/SP, Ed. da Unicamp, 1996. p.274.

O que diferencia a apropriação das terras destes a de outros que chegaram posteriormente ao Piauí, é o fato de que os latifundiários piauienses não apresentavam métodos tão sofisticados como os dos novos grileiros. Estes últimos criaram uma verdadeira escola, especializando-se em inventar técnicas de falsificar documentos para a aquisição de terras[125]. O fazendeiro piauiense de posse de informações privilegiadas simplesmente se apropriava das terras públicas, incorporando-as ao seu patrimônio. Poucos são aqueles que apresentam algum documento (verdadeiro ou falso) atestando a propriedade da terra. Em muitos casos, utiliza-se do artifício do usucapião para tomar posse definitiva da terra. A favor deles reside o fato de que as autoridades locais (juizes, prefeitos, donos de cartórios, polícia, etc.) comungam do mesmo universo social (às vezes, a autoridade e o fazendeiro trata-se da mesma pessoa), por isso mesmo, raramente são contrariados quando se trata de uma causa que envolvem seus interesses[126]

---

[125] ASSELIN (1982) acredita que a escola da grilagem tenha nascido no Oeste do Paraná, quando da ocupação dessa região, de lá expandiu-se para outras regiões brasileiras. Aponta que a apropriação das terras da Amazônia Ocidental ocorreu por membros dessa escola, participando, além de paranaenses, também, paulistas e mineiros. Nesse mesmo livro, o autor faz menção a um certo Walder de Freitas Apolinário, cearense, que na década de 60 era funcionário da secretária de fazenda do Piauí, no município de Corrente, extremo sul do Estado. Ele participara da grilagem de terras em Imperatriz, Maranhão. É bem provável que as ramificações dessa escola possam ser responsável também pela grilagem nos cerrados piauienses.

[126] Em Redenção do Gurguéia presenciei, em 1997, uma situação de conflito pela posse da terra na qual mostra bem como age o poder público quando estão em jogo os interesses de grandes fazendeiros. Tal conflito resultava da disputa pela posse de uma área cujos posseiros reivindicavam como sendo sua, pois permaneciam ali havia vários anos. No entanto, estavam sendo expulsos por uma determinada fazendeira que solicitara a justiça para requerer a posse da mesma área - que as pessoas apontavam como sendo grilada. Após anos de disputa judicial em várias instâncias, os posseiros finalmente tiveram ganho de causa, sendo publicado a desapropriação pelo INCRA de uma parte da fazenda para fins de reforma agrária. O decreto de desapropriação fora publicado em 20 de maio de 1997, mas até novembro daquele mesmo ano ainda não havia sido executado o assentamento das famílias posseiras que permaneciam acampados na área. Nesse intervalo estas famílias tornaram-se vítimas de inúmeras ameaças e agressões (FOTOS 10 E 11) comandadas pela polícia militar do município que se posicionou claramente a favor da fazendeira (Certidão de Ocorrência de 10 de novembro de 1997, expedido em Redenção do Gurguéia). O próprio juiz, pertencente a comarca de Bom Jesus, mesmo tendo conhecimento da desapropriação insistia em conceder mandados de reintegração de posse à fazendeira. Em um desses mandados (Mandado de Liminar de Reintegração de Posse, processo nº 1.910/97, Cartório do 1º Ofício, Comarca de Bom Jesus-PI) autoriza ao oficial de justiça a requisitar a força policial para que esta agisse com rigor para que as famílias abandonassem a área, o que realmente se efetivou conforme mostram as fotos. Dois fatos chamam a chama a atenção nesse episódio, o primeiro deles, refere-se à maneira pela qual sintonizam os interesses privados dos latifundiários com as decisões tomadas pelas autoridades públicas. O segundo é o fato de que começam a aparecer nessa região as primeiras manifestações de trabalhadores que ao perderem suas terras não permanecem calados, mas se organizam e partem para o enfrentamento direto com os latifundiários, ou forçam o poder público a reconhecer os seus diretos.





FOTOS 10 e 11 – Acampamento de posseiros da fazenda Barro Vermelho (município de Redenção do Gurguéia) antes e depois da invasão da polícia militar.
Fotos do autor (10) e da FETAG-PI (11), Redenção do Gurguéia, em novembro de 1997.

Uma outra característica da ação dos latifundiários locais, que difere da grilagem descrita inicialmente, ocorre no sentido de que as terras apropriadas por estes normalmente não pertenciam, em sua grande maioria, aos platôs das chapadas, mas, eram aquelas localizadas nos vales úmidos e em seus arredores. As minhas constatações indicam que é a apropriação privada dessas terras, por um número reduzido de pessoas, a causa mais frequente dos conflitos existentes nos cerrados piauienses. A explicação para a maior ocorrência de conflitos nos vales úmidos deve-se ao fato de que são as áreas mais intensamente povoadas pela população local, tanto por famílias posseiras e pequenos proprietários quanto por fazendeiros, isso ocasiona, consequentemente, maiores potencialidades de tensões pela posse da terra.

A existência de conflitos no domínio das "chapadas" entre posseiros e novos proprietários não aparece com mesma incidência. Tal fato se justifica em razão de que a ocupação dessa área pelos piauienses foi dispersa, apenas algumas poucas famílias de posseiros morando nos "baixões", onde praticavam (ou praticam os que ainda moram ali) uma agricultura familiar. Mas, algumas delas foram expulsas com a nova ocupação, principalmente porque o grileiro ao apropriar-se de uma determinada extensão de terra queria deixá-la livre de posseiros, para que ela pudesse adquirir melhores preços ou que pudesse facilitar a venda para os grupos que se instalavam na região. Entretanto, atualmente ainda é possível encontrar posseiros morando em terras adquiridas pelos "projeteiros", muitos desses posseiros são utilizados como mão-de-obra barata nos projetos agropecuários, principalmente para exercer aquelas atividades que demandam maiores esforços (construção de galpões, cercas, limpeza da área, etc.)[127].

[127] Uma das tarefas em que mais se utiliza a população posseira corresponde a de fazer "catação das raízes", que consiste em retirar todas as raízes quando ocorre o desmatamento da área, ou seja, a "quebra do cerrado". Paga-se para a execução desse serviço cerca de R$ 20,00 (em 1997) para cada hectare limpo. Às vezes, como expressou um "projeteiro" entrevistado, "muitos fazem o trabalho somente pela comida."

Observa-se, contudo, a apropriação privada das terras das "chapadas" provocar as maiores alterações no tipo de uso que a população local faz dessa área, ou seja, tal apropriação altera o lugar de uso comum, que se destina principalmente ao pastoril do gado, à coleta de madeira e frutos, à caça, etc. Nesse sentido, os tipos de tensões que acontecem no domínio da "chapada" ocorrem em outro patamar, estão associados, em sua grande maioria, às formas diferenciadas de uso da terra entre os novos e os velhos habitantes dos cerrados, conforme apontaremos no próximo capítulo.

3.5.2 - A VALORIZAÇÃO

O preço e a disponibilidade de terras constituíram atrativos importantes para o deslocamento de população aos cerrados piauienses. À parte a questão da especulação, que marca o início da ocupação da área, dela participando alguns piauienses e também pessoas de outros Estados, o que predominou, nesse processo, foram os grupos de famílias de posse de um certo capital, dispostas a adquirir terras. Estes saíram de suas antigas moradias alegando diferentes motivos, o principal deles referia-se ao fato das dificuldades, por parte dos pequenos produtores, de acesso à propriedade da terra. Distingue-se, nesse universo de migrantes que chegaram e chegam ao Piauí, duas situações.

A primeira delas corresponde às famílias que saíram diretamente do Sul do Brasil para o Piauí. Estes, invariavelmente, são descendentes de Europeus que nasceram principalmente nos Estados do rio Grande do Sul (destaca-se a região dos pampas) e Paraná (Norte e noroeste do Estado). Nesse caso, o motivo da saída está associado a ausência de terras para todos os membros da família, resultado do parcelamento da propriedade camponesa, tornando-a inviável à agricultura familiar. Há também o avanço

da agricultura capitalista nessas áreas impedindo que o trabalho e a propriedade camponesa possam se manter. Processo esse que teve início na década de 40 e 60 deste século[128] e segue se intensificando, o que leva a quase impossibilidade da reprodução desses sujeitos enquanto camponeses. Deslocam-se para o Piauí, como deslocaram-se para a Amazônia, em busca do "sonho da terra", como esclarece-nos SANTOS (1993: 81), analisando a migração de camponeses gaúchos para Canarana (MT):

"O projeto desses camponeses do Sul que partiram para Canarana, esta 'influencia', estendeu-se a diversas dimensões. Todos foram motivados pela falta de terras: uma terra que pudesse dar a eles e a seus filhos a possibilidade de também serem camponeses que não precisam trabalhar com tanto esforço, porque mecanizam o trabalho. Uma terra que lhes dê a possibilidade de ter a liberdade de um trabalho autônomo. Foi este projeto que, face a uma situação de expulsão, fê-los escolher este destino de colonos, de preferência a qualquer outro que também fosse possível. Esses colonos do Sul queriam partir para novas regiões para realizar seu sonho de terra, como nos dizia este velho colono:
'É um sonho que tenho desde a infância, e já tinha decidido vir ao Mato Grosso, porque sempre se falava do Mato Grosso, esse imenso paraíso.'"

É para realizar esse sonho, como evoca SANTOS, que os colonos do Sul do Brasil partem para os cerrados piauienses. Antes disso, decide-se, então, em muitos casos, vender a pequena propriedade ou parte dela ou, ainda, deixá-la para os pais ou o(s) irmão(s) mais velho(s). Os demais, na maioria das vezes, os mais novos, vão tentar a sorte no Piauí. O que mais favorece a empreender essa mudança do Sul do Brasil para o Piauí é o fato de existir uma diferença expressiva no que se refere ao preço da terra entre os dois lugares. A relação apresentada por migrantes "gaúchos"[129] instalados no Piauí, aponta que pelo mesmo custo de 1 (um) hectare de terra no Sul do Brasil pode-se adquirir 50 (cinquenta) hectares nos cerrados piauienses. É essa possibilidade de acesso a uma propriedade mais

[128] Martins, Sérgio M.M. – Cidade Sem infância no Universo Pioneiro de Chapadão do Sul (MS). Dissertação Mestrado, FFLCH-USP, 1993,p.54.
[129] Todos aqueles que têm sua origem na região Sul do Brasil, independente do Estado onde nasceram, são chamados pelos piauienses de "gaúchos".

extensa daquela que se tinha posse no Sul uma das principais motivações da migração para o Piauí.

A segunda situação, trata-se de famílias que migraram de fronteiras agrícolas do Centro-Oeste brasileiro, nesse caso, destaca-se os Estados do Mato Grosso do Sul (Região de Dourados) e Mato Grosso (região Noroeste). A grande maioria não é originária dessas áreas, mas é também do Sul do Brasil (principalmente Rio Grande do Sul e Paraná). Estas famílias migraram, comumente, para os cerrados do Centro-Oeste na década de 70, onde desenvolviam atividades ligadas ao setor agrícola (agricultura, comércio de maquinários, etc.).

O motivo dessa nova migração de população que sai do Centro-Oeste em direção ao Piauí também está associado à questão da terra, principalmente pelo fato de ter havido ali uma valorização delas. Muitos aproveitam, nesse sentido, o momento para vendê-las e adquirir uma área maior nos cerrados piauienses. Ocorre ainda uma situação semelhante daquela verificada na região Sul do Brasil, qual seja, um crescimento da família, decretando a necessidade de mais terras para acolher todos os seus membros. Devido à limitação de acesso a elas no Centro-Oeste, em razão também de sua valorização, preferia-se, então, buscar uma nova fronteira agrícola. Uma outra característica parecida ao que ocorreu no Sul refere-se ao fato de que a migração desse grupo é composta de população mais jovem, aquela que recém constituiu família. Trata-se, nesse caso, em sua grande maioria, de produtores remediados no Centro-Oeste que vão para o Piauí com a intenção de adquirir uma área maior. Atribui-se aqui, que o preço de 1 (um) hectare de terra no Centro-Oeste (a comparação foi feita em relação a Dourados/MS) equivale a 30 hectares no Sul do Piauí.

Contudo, essa valorização das terras do Centro-Oeste não é uma regra. Encontrei famílias instaladas em Gilbués, no ano de 1997, que deixaram o Noroeste do Mato Grosso

pelo motivo de que naquela região matogrossense ocorrera uma desvalorização de suas terras, além de outras dificuldades defrontadas ali. Sobre essa questão é claro o depoimento desse migrante de origem gaúcha, presidente da **Univerde**, cooperativa fundada em Juína/MT com a finalidade de levar 25 famílias para os cerrados do Sul do Piauí:

"(...) Esse grupo está vindo do Mato Grosso, daquela região do Noroeste do Estado: Juína, Aripuanã (...), então esse pessoal foi para o Mato Grosso quando ainda criança, quando os pais pensavam lá melhorar sua situação de vida, e não tiveram êxito nessa empreitada. Porque hoje nós sabemos lá que o governo tem muito pouco incentivo para a agricultura. Não existe incentivo e a atividade principal é a extração de madeira. Mesmo o incentivo que existe para a agricultura não favorece, porque não torna a agricultura competitiva, por causa do problema das longas distâncias. Existe também o Problema da população do Mato Grosso, ela é muito pequena. Isto é, não tem mercado e as estradas, que são muito ruins, não têm asfalto. Também não tem energia elétrica, a que existe é muito limitada, são geradores movidos a óleo diesel, motores, tornando inviável a produção agrícola. E todos que estão lá têm sua origem na agricultura, já vieram do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e só sabem trabalhar na agricultura. Então não entendem muito de gado, nem de extrair madeira. Por outro lado, existe a questão da Amazônia Legal, dentro dos paralelos 11 e 12, onde só podem ser exploradas 20% da área. Então, com isso, o valor da terra caiu muito, juntamente com a dificuldade de tirar de lá a produção, ela se torna inviável, não é competitiva. Então, a terra tem um valor muito pequeno. Aqui [Gilbués] não, aqui é o contrário, hoje a região esta crescendo, a gente poderia até utilizar a expressão 'explodindo' para a agricultura, principalmente as áreas de serras, são as chapadas que são próprias para a agricultura mecanizada. (...)".

(entrevista realizada com Guilherme Furks, presidente da Univerde, Gilbués, nov/97).

Fica claro no depoimento do Sr. Guilherme que as condições para desenvolver atividades agrícolas no Noroeste de Mato Grosso não eram muito boas, por esse motivo a idéia de fundar uma cooperativa naquela região e buscar uma nova área que fosse ao mesmo tempo favorável a agricultura mecanizada e que estivesse dentro das condições financeiras do grupo, daí a decisão de instalar-se, em 1997, em Gilbués.

De fato, o baixo preço da terra dos cerrados piauienses, principalmente nos municípios de nossa referência, continua sendo um importante atrativo de população para a região, mas já houve uma sensível valorização dessa terra. O preço de 1 (um) hectare na

área das chapadas custa em média seis sacas de soja,[130] sendo que por aquelas terras com melhor localização (próximo a uma estrada principal ou que se tenha acesso a elas através de um ramal) paga-se até o preço de dez sacas de soja o hectare. No final da década de 80 pagava-se pelo hectare o preço de uma saca de soja. Antes disso, no entanto, no início da ocupação da área, em meados da década de 80, as terras planas da chapada valia bem menos, costumava-se dizer que o hectare de terra poderia ser adquirido pelo preço de uma garrafa de cerveja. Observa-se aqui que a terra foi incorporando preço ao longo desse processo, fazendo aumentar os ganhos dos especuladores ainda com larga presença no comércio de terras na região.

3.6 - UMA NOVA ETAPA DA OCUPAÇÃO

Além das famílias individuais, que são as predominantes nesse processo de ocupação, e algumas empresas de porte médio associadas aos setores de produção agropecuário, de extração de calcário e de comércio de maquinários, há também a presença nos cerrados piauienses de conglomerados econômicos importantes. Estes ainda são poucos. Em 1997, dos quatro municípios estudados, havia somente um grande grupo, associado a Cosmos agropecuária, de origem de Chapecó (SC). Tal empresa possuía naquele município uma superfície de 37 mil hectares, adquirida, no mesmo ano de 1997, de outro grande grupo, a Varig Agropecuária. Este, por conseguinte, comprara essa mesma área da Talminas, empresa paulista do setor metalúrgico. Tanto a Varig quanto a Talminas abandonaram, após alguns anos, a região. As informações obtidas na região apontavam que a estratégia desses grupos era exatamente a mesma, qual seja, a de especular com a

[130] Referência utilizada para o comércio de terras na região. uma saca de soja (60 quilos) equivale em média R$ 18,00, valor referente a 1997.

propriedade da terra. O objetivo aqui consiste em manter uma parte da área produzindo, garantida com incentivos fiscais e créditos subsidiados, e a outra como reserva de valor, até que a terra adquira preço e aí, então, é repassada a terceiros.

No caso da Varig Agropecuária após dois ou três anos plantando arroz e soja numa área - segundo consta de 5.000 hectares, dos 37 mil existentes - abandonou o projeto repassando as mesmas terras para a Cosmos Agropecuária que vem mantendo, ao que parece, uma estratégia semelhante, pois destina apenas uma pequena área dessas terras para produzir, o restante permanece intocado[131].

O número desses grupos econômicos capitalizados, no entanto, tende a crescer nessa área, pois com o aumento das vantagens fiscais (incentivos fiscais e financeiros concedidos às empresas) tem contribuído para a instalação de novos empreendimentos industriais e agroindustriais no Estado, particularmente na região dos cerrados. Segundo a Secretária de Planejamento do Piauí, os cerrados tem despertado recentemente maiores interesses de grandes grupos nacionais e estrangeiros, destacam-se, nesses últimos, empresas japonesas interessadas na produção agrícola destinada à exportação. A instalação dessas empresas se tornaria facilitada também pela ação do PRODECER, que possui projetos de viabilizar recursos à produção agrícola de larga escala e investimentos em estudos para melhoramento da estrutura viária como, por exemplo, a navegabilidade do rio Parnaíba.

A partir da segunda metade da década de 90, os cerrados piauienses, especialmente nos municípios de nossa referência, passam a presenciar uma nova etapa de sua ocupação. Dos primeiros grupos que chegaram ao Sul do Piauí poucos são os que ainda ali permanecem, a maioria decidiu retornar ao lugar de sua saída, ou seguiram para uma outra

[131] O último contato mantido com produtores de Gilbués, em maio de 2000, estes me informaram que a Cosmos Agropecuária havia loteado parte de suas terras para outros empreendedores que se instalavam naquele município.

fronteira agrícola (destaca-se aqui Barreiras/BA). Dessa primeira leva (os que continuam morando no Piauí), somente uma pequena parcela deles continua levando adiante um projeto agropecuário; por vezes, a situação é a daqueles, como vimos, que passam a dedicar-se a uma outra atividade, principalmente associada ao comércio. No entanto, muitos deles continuam de posse das terras adquiridas, mas, a maioria delas, estão penhoradas junto ao banco.

Esse segundo momento caracteriza-se por apresentar grupos mais preparados para enfrentar a realidade da fronteira agrícola dos cerrados piauienses. Atualmente dificilmente comparece alguma família com pouco capital querendo explorar essa área de forma individual. As situações mais presenciadas, nesse momento, são as de grupos de famílias que mantêm vínculos de parentesco (irmãos, primos, tios, etc.) e se unem em sociedades para adquirir terras nos cerrados, ou, ainda, aquelas que já chegam amparadas por uma cooperativa[132]. Esses novos grupos instalados nos cerrados piauienses normalmente compram uma área contígua, dividida posteriormente entre os sócios ou os cooperados, cada um tendo parte em um lote. Estes trabalham tanto em conjunto na preparação da terra, utilizando-se dos mesmos maquinários, quanto de maneira individual.

Verifica-se que, em ambos os casos, o deslocamento para o Piauí não ocorre sem preceder de um amplo estudo das condições oferecidas pela região. A Univerde, por exemplo (aquela fundada por 25 famílias no Noroeste do Mato Grosso que montou sua sede no município de Gilbués), somente decidiu instalar-se ali após minuciosa pesquisa em outras áreas do Brasil que possibilitassem sua ocupação com agricultura mecanizada,

---

[132] É preciso mencionar que essas cooperativas, o que parece, diferenciam-se das primeiras instaladas no Piauí cujo objetivo, na maioria delas, era adquirir recursos e terras de maneira facilitada, constituíam-se mais como grupos especuladores, do que produtores. As instaladas mais recentemente são, em sua maioria, formadas de famílias, pequenas e médias proprietárias, que chegam aos cerrados com um projeto de produzir agricultura com auxílio de técnicas modernas.

tais como, Rondônia, Amazonas (Humaitá), Tocantins e Sul do Maranhão. Uma outra cooperativa (**Cotrirosa** – Cooperativa Tritícola de Santa Rosa), de origem da região de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, que, em 1998, estava instalando 114 famílias (segundo consta, no total serão seissentas famílias) entre os municípios de Uruçuí e Bom Jesus, chegaram a pesquisar uma área nos pampas argentinos, na província de Formosa.[133] Esse mesmo procedimento foi adotado por um outro grupo composto de 14 famílias descendentes de poloneses que somente deixaram o Paraná (região de Cafelândia) e Rio Grande do Sul (região de Santo Ângelo) para instalar-se, em 1997, em Bom Jesus após estudos detalhados de outras regiões.

A escolha dos cerrados piauienses por esses novos grupos resulta de algumas vantagens que essa região oferece em relação a várias outras pesquisadas. Destaca-se, nesse caso, a potencialidade natural da área, o preço da terra, maior agregação de valor ao produto, pela maior proximidade de portos importantes, como os de Itaqui (São Luís -MA) e futuramente (com menor importância que o primeiro) o de Luís Correia (principalmente quando efetivar sua construção e se concretizar a navegabilidade do rio Parnaíba), facilitando o escoamento da produção para a Europa e Estados Unidos. Além disso, a proximidade de um potencial mercado consumidor constituído pela população nordestina e do Centro-Oeste (sobretudo Brasília e Goiânia), torna interessante a ocupação das terras piauienses. Várias pessoas entrevistadas desses novos grupos, sobretudo seus representantes, me apresentaram essas questões como importantes na definição dos cerrados do Sul do Piauí para atuação.

Assim como a maioria dos migrantes "gaúchos" da primeira leva, o deslocamento desses novos grupos para os cerrados do Sul do Piauí está associado, em grande parte, à

---

[133] Gazeta Mercantil – "Direto dos pampas – Pequenos produtores gaúchos chegam ao coração do cerrado". Balanço anual 98, Piauí, ano I, nº 1, setembro de 1998.p.12.

fragmentação da propriedade camponesa em suas regiões de origem, impossibilitando que todos os membros da família continuem se reproduzindo enquanto camponês. Nesse sentido, para que ocorra a expansão de alguns, especialmente aqueles que querem produzir para o mercado, é necessário que outros tomem a decisão de partir em busca de terras em uma nova fronteira agrícola.

As características desses grupos que procuram recentemente o Piauí são as de que em muitos casos continuam pequenos proprietários, às vezes com uma área um pouco mais expandida do que aquela que tinham no Sul. Entretanto, a situação mais comum é daqueles que passam de pequenos proprietários nos Estados do Sul do Brasil (lotes menores do que 50 hectares) para médios proprietários (lotes maiores de 100 hectares, a média situa-se em torno 500 hectares) nos cerrados piauienses. As 600 famílias conduzidas para o Piauí pela Cotrirosa, por exemplo, adquiriram, cada uma, lotes de 125 hectares (estes serão trabalhados inicialmente de forma coletiva), no entanto, na Região de Santa Rosa/RS, 83% delas possuíam propriedades com menos de 20 hectares.[134] Já as 25 famílias associadas à Univerde, adquiriram em Gilbués uma área de 11.500 hectares, cabendo a cada uma um lote aproximado de 400 hectares, que serão trabalhados de forma individual, mas utilizando-se da infra-estrutura montada pela cooperativa.

Essa segunda leva de migrantes diferencia-se da primeira em razão também dela conduzir uma ocupação planejada por etapas. Isto é, não ocorre o deslocamento para os cerrados piauienses de todas as famílias ao mesmo tempo, mas em vários momentos, conforme vão se concretizando as condições para o assentamento de todos os cooperados. Observa-se, nesse caso, que na primeira etapa, somente alguns integrantes do grupo fixam residência no Piauí, individualmente ou com sua família. Estas estariam encarregadas de montar a infra-estrutura, enquanto as outras continuam em suas regiões de origem,

[134] Gazeta Mercantil, op. cit.p.12.

produzindo e enviando recursos para o andamento do projeto. Somente quando tudo estiver pronto é que ocorrerá a instalação definitiva de todo o grupo.

A situação das 14 famílias descendentes de poloneses é característico do procedimento utilizado por esses novos moradores. Em Bom Jesus permaneciam até aquele momento, novembro de 1997, o mesmo ano de aquisição da área, apenas três famílias responsáveis pela administração do negócio. Enquanto uma estabelecera residência na sede do município organizando o serviço burocrático, as outras duas permaneciam na propriedade adquirida na "chapada", onde auxiliavam na montagem da infra-estrutura (construção da sede da fazenda, perfuração de poços, desmatamento da área, etc.) que garantiria o funcionamento do projeto agropecuário. O restante do grupo continuava no Sul, esperando o melhor momento para migrar para o Piauí. A adoção desse procedimento, segundo alegam, deve-se ao fato de que o deslocamento de todas as famílias ao mesmo tempo e na etapa de implantação do projeto acarreta acúmulo de funções. As palavras do Sr. Guilherme, presidente da Univerde, são novamente esclarecedoras de como ocorre esse processo:

"(...) Nós fizemos uma coisa programada, eu disse no começo que primeiro pesquisamos os lugares onde deveríamos nos estabelecer. Uma vez encontrado o local e área do jeito que queríamos, nós então, começamos o processo de aquisição e documentação dessa área. Após cumprida estas etapas, então começamos o processo de agora tornar viável essa cooperativa. Porque se viéssemos todos juntos imagina que um iria estar trabalhando, talvez organizando todo esse grupo, mas os outros não teriam o que fazer, pois na época em que fizemos o negócio, que foi em maio [de 1997], já não era mais a época de quebrar cerrado. O momento de quebrar cerrado começa a partir de agora [novembro] ou daqui para frente. A partir de janeiro também é uma época boa. Então, esse pessoal ficaria parado e apenas gerando despesas. Lá no Mato Grosso, onde eles estão, bem ou mal, cada qual está fazendo alguma coisa, está se mantendo. Então, o que nós fizemos? Programamos as coisas por etapas. Primeiro veio o presidente, escolheu a cidade onde se queria estabelecer a base, fez-se uma pesquisa dos colégios, igreja e todo esse conjunto. A gente fez uma avaliação da qualidade de higiene da cidade, questão de medicina, como são os hospitais, etc. Levantamos todos esses dados, então escolhemos o lugar. Feito isso, o presidente da cooperativa veio e fixou residência e começou a construção das casas para mais algumas famílias, que são integrantes da diretoria. Estes,

agora, estão preparando a segunda etapa, que é a vinda de mais um grupo, ainda não são todos. Vindo esses, estando ambientados, todos introsados no trabalho, então vamos preparar a etapa da vinda do último grupo. Mesmo porque alguns desses que ainda não vieram é porque ainda têm crianças nas escolas. Seria muito compricado e difícil tirá-las das escolas e trazê-las para cá."

(entrevista concedida pelo Sr. Guilherme Furks, Gilbués, nov./97)

Se no início da ocupação dos cerrados piauienses os migrantes permaneciam nas sedes dos municípios, onde estabeleciam suas residências, os novos grupos que chegam aos cerrados do Sul do Piauí procuram fundar agrovilas na própria área adquirida, onde ali serão instalados todos os equipamentos necessários aos moradores tais como escolas, igrejas, etc. De acordo com o previsto, as 600 famílias gaúchas associadas a **Cotrirosa** que estão chegando aos cerrados piauienses serão instaladas diretamente na área comprada pela cooperativa, no domínio das "chapadas", onde se pretende futuramente fundar a cidade de **Nova Santa Rosa**.

Há aqui duas situações interessantes, as quais merecem registro. A primeira delas refere-se ao fato de que o modelo presenciado atualmente na ocupação dos cerrados por esses novos grupos apresenta muitas características semelhantes ao que se observou nos projetos de colonização ocorridos nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, nas décadas de 60 e 70. Destaca-se, neste caso, a maneira como são construídos pelos novos moradores seus espaços de convivência, a partir da implantação, na área onde chegam, de novos municípios, muitos buscando estabelecer referências com as antigas áreas de moradias. São exemplos, Ji-Paraná (RO), Juína (MT) e tantas outras fundadas por migrantes de origem do Sul do Brasil em áreas de novas fronteiras agrícolas.

A segunda diz respeito às áreas de platôs, "a chapada", como é denominada pela população piauiense, utilizada por ela como local de uso comum. Recentemente com a chegada desses novos grupos, esta área adquire uma nova forma de uso, no começo da ocupação, na década de 80, somente para implantação de projetos agropecuários com

produção destinada essencialmente ao mercado, atualmente se destina também à formação de núcleos urbanos.

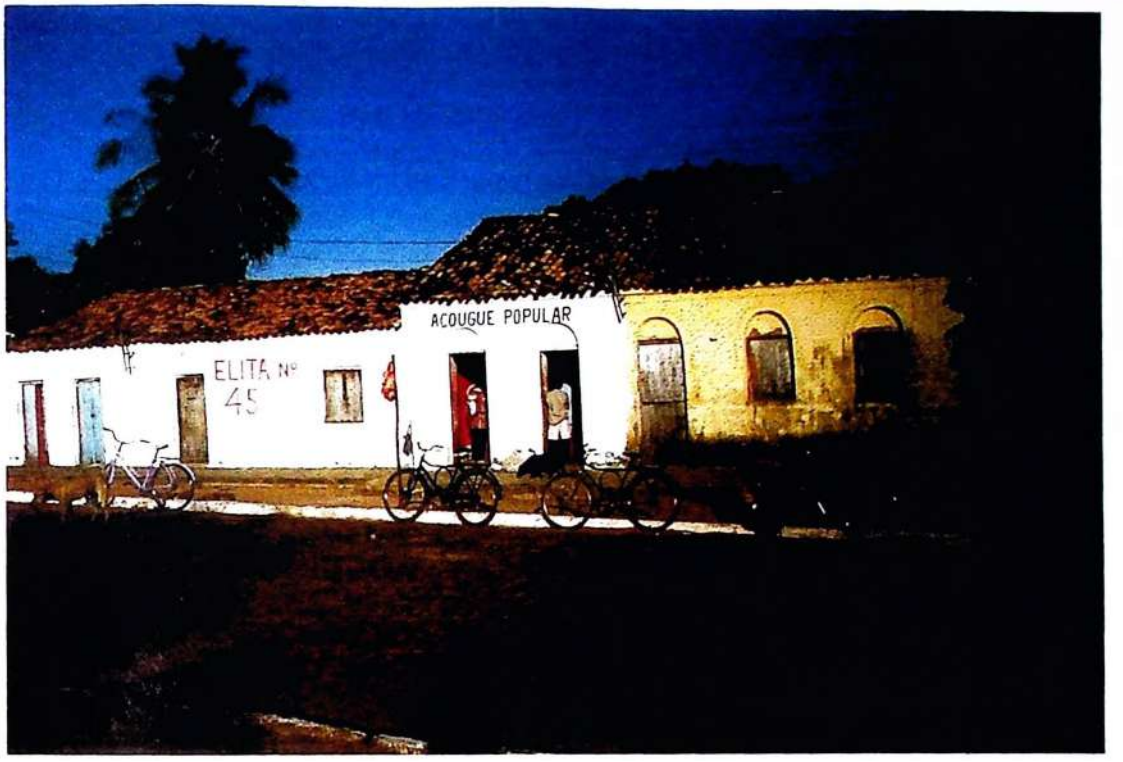
São as três modalidades de uso da "chapada" (uso comum realizado pela população piauiense, produção agrícola e instalação de centros urbanos pelos novos grupos que se instalam nos cerrados), ambas ocorrendo ao mesmo tempo nesse espaço. Isto vêm provocando novas situações de conflitos entre os novos e os velhos moradores dos cerrados piauienses, como veremos no próximo capítulo.

IV – A TRADIÇÃO E A RUPTURA NO UNIVERSO SÓCIO-ESPACIAL DOS CERRADOS SUL PIAUIENSES

Quem conhecia o sul do Piauí há quinze ou vinte anos e retorna hoje àquela região logo registrará algumas transformações na paisagem, não somente no espaço urbano dos pequenos municípios que se expandiu para a periferia, resultado da migração de população das áreas rurais. São visíveis, também, os contrastes manifestados naquela sociedade. Aparecem, de um lado, grupos camponeses adotando estilos de vida simples que se alteram muito pouco no decorrer dos anos; de outro, grupos modernizados de posse de símbolos da sociedade urbana industrializada (FOTO 12). Nota-se ainda que aquela paisagem adquiriu nesse intervalo de tempo novas formas e funções. Nela não se refletem apenas os traços da cultura piauiense, mas é nítido a interferência de novos habitantes que ali se instalam, os quais passam a reproduzir um outro estilo de vida, associado à cultura dos povos descendentes de europeus do sul do Brasil, ou de população com hábitos mais urbanos (FOTOS 13/14).



FOTO 12 – Dois estilos de vida convivendo lado a lado nos cerrados piauienses.
Foto do autor, Gilbués, em novembro de 1997.





FOTOS 13 e 14 – Açougues instalados em municípios do sul do Piauí. O primeiro, é característico da sociedade sul piauiense. O outro, com novas instalações, adapta-se às exigências dos novos moradores da região *Fotos do autor, Redenção do Gurguéia e Bom Jesus, respectivamente, em novembro de 1997.*

Dessa maneira, é possível constatar naquele espaço a convivência de duas culturas distintas, que se manifestam, por exemplo, nas características da arquitetura e organização das residências[135]; nas manifestações religiosas, já sendo observados cultos da igreja luterana, até então estranhos a essa região (FOTO 15); ocorre também formas diferenciadas de uso do espaço agrícola. Nesse último caso, os novos grupos produzem em grandes áreas onde se verifica uma homogeneidade de formas e cores, seja porque a terra está desnuda esperando a semeação sem vestígio de qualquer tipo de vegetação, seja porque planta-se em cada espaço um único produto (soja, milho, arroz, etc.), tudo isso acompanhado por maquinários modernos que aceleram o ritmo de construção dessa paisagem.



FOTO 15 – Culto improvisado da igreja luterana na casa de família "gaúcha" recém instalada em Gilbués. Observa-se, também, a presença de grupos étnicos-culturais que contrastam com a população cabocla piauense (FOTO 8). *Foto do autor, Gilbués, em novembro de 1997.*

[135] De maneira geral, na tradição piauiense (herança da colonização portuguesa) as casas são construídas de fronte à rua, as portas dão de encontro quase que diretamente com a rua, apenas separadas por uma calçada, sendo o quintal formado aos fundos, onde normalmente se cria pequenos animais domésticos. Em contrapartida, o padrão de construção das residências dos migrantes de origem do sul prioriza os quintais instalados na parte da frente enquanto a casa permanece ao fundo.

Ao lado ou a poucos quilômetros dali, nos vales úmidos, pequenas roças com suas cercas entrelaçadas. Nelas as formas são irregulares, mesclam cultivos variados em sistema de consorciamento onde planta-se em uma mesma área arroz, feijão, milho abóbora, melancia, etc.. Tais culturas dividem espaço com árvores nativas de diferentes tamanhos, prevalecendo uma aparente desordem. Nesse espaço, pouco se observa algum vestígio de qualquer tipo de maquinários, ou equipamentos mais modernos, quase todas as tarefas são realizadas com enxadas, machados, arados conduzidos por animais, etc. A ocorrência desses dois lugares, com sistemas de cultivos distintos, implicam, como salientam SADER & PACHECO (s/d), *"em organizações sociais específicas, acompanhadas de técnicas e práticas culturais também específicas. São tempos diversos."*[136]

Antes, entretanto, de tratarmos da organização econômico-social, cultural e espacial da população piauiense dos cerrados, faz necessário algumas considerações sobre categorias fundamentais na discussão desse capítulo.

A primeira delas refere-se ao conceito de **camponês**, ou melhor, ao que se está considerando nesse trabalho como tal. QUEIROZ (apud, CARVALHO, 1978:44), afirmando a validade de se definir essa categoria para a América Latina, acredita que *"a imensa variedade de pequenos produtores está a exigir um conceito que lhes exprima a categoria e sirva de denominador comum."* Nesse sentido, a referida autora, destaca que camponês *"é todo indivíduo que cultiva a terra com a mão-de-obra familiar e tendo em vista primeiramente a sua subsistência e não buscando lucro; coexiste, todavia com uma economia diferente da sua, entretendo com ela relações de complementaridade, uma economia urbana, a qual traz o excedente de sua produção*

[136] SADER, R. & PACHECO R. – Modernidade, Tradição e Ruptura – Algumas Reflexões sobre Aspecto da Paisagem Rural Brasileira (versão preliminar para discussão interna). s/d. (Mimeo).

para trocá-lo ou vendê-lo, adquirindo tudo aquilo que não produz. Distingue-se assim, do aborígene, cujas trocas se fazem com grupos de sistema econômico semelhante ao seu, e do pequeno agricultor, cuja produção inteiramente comercializada, tem por finalidade a obtenção do lucro."

Para Maria Nazareth Wanderley, em seu ensaio "O Camponês: um trabalhador para o capital", apontado por SADER (op.cit:09), discute a questão de que o capital não proletariza em sua totalidade a força de trabalho camponês, mas apenas parte dela; sendo assim o campesinato configura-se como parte importante no processo de reprodução do capital.

SADER (op.cit:10), complementando a visão de vários autores sobre a questão camponesa, se posiciona da seguinte forma:

"Em vista do exposto, incluo dentro do campesinato também outros produtores diretos, não somente os posseiros, mas também os meeiros, moradores, pequenos arrendatários e outras formas de trabalho familiar. Eles viabilizam a grande propriedade uma vez que, através do trabalho familiar, ou eventualmente como um assalariado temporário, assumem total ou parcialmente o custo de sua própria reprodução, produzindo um sobretrabalho. Suas reivindicações são também de acesso à propriedade ou uso da terra. As revoltas revestidas de caráter místico no Nordeste, por exemplo, como Canudos e Pedra Bonita, para citar apenas dois casos, contavam com contigentes de antigos meeiros, agregados e outros despossuídos do seu meio de produção, a terra. E as Ligas Camponesas apoiaram-se fortemente nesse tipo de produtor desde suas origens."

MOURA (1986:09) apresenta uma outra interessante definição de camponês, na qual o concebe não somente como um sujeito *"cultivador de pequenas extensões de terra, as quais controla com sua família"*, mas aquele que historicamente vive *"da terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a*

determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos a chamar de ciência."

Em vista do exposto aqui chega-se a conclusão de que o camponês pode ser, ao mesmo tempo, um produtor autônomo que cultiva sua terra para assegurar a sobrevivência da família e também um trabalhador para o capital. Continuará existindo, por um lado, porque é necessário dentro da lógica de reprodução do capital, por outro, porque possui forte ligação com a tradição, enraigada nas suas manifestações cotidianas da vida. Isso permite a ele, camponês, a sua permanência, mesmo que nessa tradição apareçam situações que apontam para certas rupturas.

É dentro dessa concepção de camponês que às vezes se transforma em trabalhador do capital, mas que assegura a sua cultura associada ao conhecimento da terra e de todo o ritmo da natureza, ou seja, que é um exímio conhecedor da realidade que o cerca, que se pretende estudar o universo camponês dos cerrados piauienses.

Um outra categoria que se buscou incorporar na discussão desse capítulo é o de **modo de vida**. Neste caso, tenta-se compreendê-la não a partir de parâmetros abstratos, mas em sua base empírica, na medida em que ela pode revelar as condições concretas da vida. Segundo MARX e ENGELS[137], são essas bases materiais da vida que não somente organizam a vida social, mas permitem entender os seus outros domínios. Nesse sentido, a importância da noção de modo de vida, nesses autores, ocorre em função de que a análise das relações sociais de produção, dadas concretamente, possibilitam constatar outros fenômenos aí envolvidos, como por exemplo, relacionados à temporalidade e a cultura. Cultura não no sentido apenas

[137] MARX, K. & ENGELS, F. – A Ideologia Alemã (I-Feuerbach). São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

material, mas tudo que diz respeito a regência das relações entre os homens. Dessa forma, a noção de **modo de vida** torna possível abranger a totalidade da vida.

De acordo com tais autores:

"Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (...) O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado ***modo de vida*** *dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são aquilo que eles são, coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com ou como produzem. Aquilo que eles são, depende, portanto, das condições materiais da sua produção."* (MARX & ENGELS:15) - (grifo meu).

Complementando essa noção de modo de vida, nesse caso, como ele se manifesta na sociedade camponesa, novamente MOURA (op.cit:22), traz uma importante contribuição ao entendimento dessa categoria. Busca identificá-la a partir da tradição e de uma organização social específica presente no universo camponês. Tal especificidade pode ser identificada na maneira independente em que o camponês procura manifestar suas crenças e costumes. É o caso, por exemplo, das diferenças nas celebrações dos dias comuns daqueles especiais, como esclarece, nesse trecho, a autora:

"Há, entretanto, um conteúdo efetivamente camponês que se insinua nos meandros dessas práticas, despontando com maior ênfase no coração das comunidades rurais: ele parece estar na forma de diferenciar, socialmente, os dias comuns dos dias especiais. São os santos e as divindades que dão sentido aos dias especiais. Os feriados nacionais estabelecidos pelo Estado não têm grande significado no meio rural. Se uma data nacional, como independência ou a proclamação da república chega ao conhecimento do camponês, não lhe altera a substância simbólica do tempo, como ocorre num dia de festejos de um santo padroeiro. A festa deste é forte o suficiente para gerar a parada do trabalho, enfim, a alteração do cotidiano nas áreas rurais, mesmo que não esteja prevista no calendário nacional."

Entende-se, dessa forma, que a manifestação do modo de vida de um determinado grupo resulta das condições materiais que asseguram a sua reprodução social. Nessas condições materiais estão aí incluídas tanto o meio natural quanto o arcabouço tecnológico, o desenvolvimento social e, sobretudo, as sociedades divididas em classes. Nesse sentido, cada classe reproduzirá suas práticas cotidianas específicas que se manifestam a partir de um conjunto de representações e tradições diferenciadas. No caso do modo de vida camponês esse conjunto de relações se manifesta cotidianamente no âmbito da família, da vizinhança, da forma de produzir, do acesso à terra e a outros elementos da natureza, ou ainda, no de suas práticas religiosas. São estas manifestações as que levam a formação dos valores específicos das populações camponesas.

Assim, das observações da nossa área de estudo, os cerrados piauienses, permite-me afirmar que ali ainda sobressai um campesinato cuja lógica de funcionamento (econômico, social, cultural, etc.) se mantêm de acordo com as definições apontadas anteriormente. É um trabalhador para si e para o capital, que visa sobretudo garantir a sobrevivência da família através do cultivo da terra e quando somente isso não é suficiente busca complementar a renda empregando-se em trabalhos temporários, seja no meio rural ou no urbano. Nesse sentido, esse grupo diferencia-se daquele que recentemente vem se instalando no Piauí cujas relações com a terra, a produção e o mercado se materializam a partir de uma outra lógica. Não se pode, no entanto, considerar que todos nesse último grupo sejam capitalistas, simplesmente pelo fato de serem tecnificados e sua finalidade voltar-se para a economia mercantil. Verifica-se que a maioria das famílias instaladas recentemente nos cerrados do Piauí estão em outro patamar de acumulação de capital, mas ainda não são

consideradas capitalistas, porque o que predomina em sua organização econômica é o trabalho familiar sobre o assalariado.

LENIN (1982), talvez seja o autor mais indicado para explicar o funcionamento dessas mediações do meio rural. Em seu caso, ao estudar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, antes da revolução socialista, verificou que o campesinato daquele país apresentava no seu interior diferenciações que o empurrava para uma das duas classes sociais antagônicas. Dessa maneira, do processo de concorrência entre os agricultores, da disputa pela posse da terra e da dependência econômica, levaria uma parcela da população camponesa (a maioria) a ingressar no grupo dos camponeses empobrecidos. Estes, em razão das dificuldades de trabalhar no lote tanto pela insuficiência de recursos quanto pela baixa produção obtida, transformariam-se em assalariados agrícolas permanentes ou diaristas.

Neste segmento, segundo o autor, enquanto alguns combinariam a venda de sua força de trabalho para empresários rurais ou industriais com a manutenção da lavoura no seu próprio lote, outros, após desfazerem de seus meios de produção, a terra, ingressavam-se definitivamente como trabalhadores assalariados. A outra parcela (a minoria) se transformaria na burguesia rural, classe que adquiria condições de acumular capital, seja concentrando a terra, comprando ou arrendando lotes de outros camponeses, seja obtendo ganhos provenientes da produção industrial ou agrícola, esta última, aliás, tornando-se mais elevada quanto melhores fossem as condições de manejo da terra (através da utilização de mais equipamentos adequados, de sistema de rotação de culturas, etc.), seja, ainda, explorando a força de trabalho do camponês pobre.

Apesar de se considerar a ocorrência da divisão de classes no interior de grupos camponeses, às vezes levando à formação de duas classes antagônicas, uma já capitalista em sua essência e outra assalariada, existe nesse intermédio várias mediações, ou seja, grupos que estão em diferentes patamares de acumulação de riqueza, de uso de técnicas, de relação com o mercado, etc.

A teoria de LENIN (op.cit) é importante para demonstrar que há sim o camponês remediado, e que ele em sua essência não é um capitalista, mesmo porque a sua base de produção é a própria família e não o trabalhador contratado com um salário. Transferindo tais considerações para os cerrados piauienses, observa-se que a maioria das pessoas que vêm recentemente se instalando naquela região são camponeses, pois o que ainda predomina no processo produtivo desse grupo é a mão-de-obra familiar, apesar dele utilizar do assalariamento em determinadas épocas do ano.

Mas, mesmo considerando que muitos dos novos habitantes dos cerrados sejam camponeses remediados ou ricos, estes já seguem uma lógica diferenciada do camponês piauiense, que ainda mantêm toda uma tradição em sua relação com a natureza, do trabalho regulado pela necessidade da família, etc. Ou seja, uma lógica camponesa construída historicamente, e, que, portanto, possui bases sólidas capaz de permanecer mesmo com o avanço de relações capitalistas. Não quero dizer, todavia, que o camponês dos cerrados piauienses (como em qualquer outro lugar) não receba influência do processo de modernização. Algumas vezes até mesmo incorpora certos traços dela, como por exemplo, adquirindo novas tecnologias (maquinários, insumos, etc.) que trarão benefícios para sua unidade de produção, o que lhe falta são oportunidades de acesso a esses avanços. Mas, isso não representa o fim da lógica

camponesa como muitos afirmam. O próprio CHAYANOV[138], um convicto defensor da unidade econômica camponesa, reconhecia que mesmo com o avanço do capitalismo na agricultura o camponês poderia incorporar certos traços desse modelo, não obstante, isso não necessariamente representava a sua desintegração, pois ele, mesmo integrado no circuito do mercado, funcionaria como sujeito de sua própria existência.

É com a intenção de mostrar o modo pelo qual o piauiense dos cerrados organiza o **tempo** e o **espaço** em suas diferentes dimensões, assim como, o aparecimento das primeiras manifestações de ruptura na tradição vigente, que tentaremos conduzir a abordagem desse capítulo.

4.1 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA, RELAÇÕES DE TRABALHO E PRODUÇÃO

A estrutura fundiária dos cerrados piauienses não apresenta muitas diferenças às de outras regiões do Brasil, ela extremamente concentrada. A maior parte das terras pertencem a uma pequena parcela da população piauiense, normalmente aquela que detêm o poder político local. O problema é que nesses últimos anos a concentração fundiária tornou-se ainda mais acentuada, indicando que a presença dos novos grupos não contribuiu para sua fragmentação mas, ao contrário, agravou ainda mais esse processo. No quadro 4 verifica-se, por exemplo, que todos os municípios aqui analisados apresentaram incorporação de áreas nos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares.

[138] Chayanov, A. – La Organizacion de la Unidad Económica campesina. Buenos Aires, Ed. Nueva Vision, 1974.

QUADRO 4 - Estabelecimentos e área ocupada segundo estratos de tamanho em municípios selecionados dos cerrados piauienses

ANO		1975						
MUNI - CÍPIOS		**Total**	**Menos de 2 ha**	**De 2 a 10 há**	**De 10 a 100 há**	**De 100 a 500 há**	**De 500 a 1.000 ha**	**Mais de 1.000 ha**
Gilbués	Estab.	531	5	83	246	161	24	12
	Área	78.473	5	363	11.164	33.392	15.500	18.061
Monte A. do Piauí	Estab.	263	1	12	134	90	17	9
	Área	55.659	1	71	6.355	18.807	12.109	18.061
Bom Jesus	Estab.	654	40	210	254	103	19	28
	Área	136.283	47	722	10.425	21.468	11.578	92.104
Red. do Gurguéia	Estab.	481	67	219	135	42	14	4
	Área	33.086	70	665	5.459	9.011	10.722	7.160
ANO		**1980**						
Gilbués	Estab.	630	7	117	318	159	23	8
	Área	80.985	9	474	14.234	33.505	15.415	21.058
Monte A. do Piauí	Estab.	487	36	137	193	93	13	15
	Área	66.125	42	553	7.827	19.069	9.049	29.586
Bom Jesus	Estab.	1.041	139	405	315	125	24	33
	Área	200.904	176	1.476	12.249	25.211	16.264	145.523
Red. do Gurguéia	Estab.	564	75	238	186	50	8	7
	Área	40.819	87	873	6.199	9.853	6.322	17.481
ANO		**1985**						
Gilbués	Estab.	739	1	93	441	160	29	15
	Área	99.172	1	462	16.454	28.722	19.765	33.766
Monte A. do Piauí	Estab.	722	32	288	267	100	14	21
	Área	91.231	36	1.049	10.140	20.134	9.087	50.791
Bom Jesus	Estab.	1.396	338	502	377	131	20	28
	Área	166.332	439	1.736	14.279	27.686	13.572	108.616
Red. Do Gurguéia	Estab.	767	161	322	196	63	15	10
	Área	51.220	232	1.225	6.479	11.851	10.854	20.577
ANO		**1995/6**						
Gilbués	Estab.	843	37	213	425	151	13	4
	Área	63.337	42	1.100	15.990	25.219	8.763	12.223
Monte A. do Piauí	Estab.	724	70	228	296	104	11	15
	Área	90.723	78	1.044	10.966	21.522	6.723	50.389
Bom Jesus	Estab.	11.176	80	317	562	154	27	36
	Área	338.748	86	1.215	9.817	30.570	16.978	268.352
Red. Do Gurguéia	Estab.	464	103	110	180	55	8	8
	Área	42.067	113	473	6.287	11.507	5.521	18.165

Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários de 1975, 1980. 1985 e 1995/6.

O caso de Bom Jesus é bem característico do vem ocorrendo nos cerrados piauienses. Esse município, em 1985, possuía 28 estabelecimentos no estrato de mais de 1.000 hectares, estes ocupavam uma área total de 108.616 hectares. Em 1995/6 o censo agropecuário havia registrado, no município em questão, um acréscimo de mais oito estabelecimentos com área de 1.000 hectares, ou seja, totalizando 36, no entanto, a área correspondente a esse segmento passou para 268.352 hectares, isto é, apresentou uma incoporação de área de 159.736 hectares. Mas quando partimos para a outra ponta da estrutura fundiária do município, observa-se uma situação distinta à identificada anteriormente. Em 1985, por exemplo, o censo indicava a ocorrência de 377 estabelecimentos no estrato de 10 a 100 hectares, estes ocupavam naquele momento 14.279 hectares. Já o censo de 1995/6 apontou um crescimento considerável no número de estabelecimentos desse estrato, que passou para 562. Este acréscimo de estabelecimentos não representou, porém, aumento da área ocupada mas, ao contrário, verificou-se uma sensível redução de seu tamanho, pois passou a ocupar apenas 9.817 hectares. Tendência parecida também se observou nos outros municípios aqui estudados. A análise atenta desses dados revelam que nos últimos anos a terra tornou-se ainda mais concentrada na região dos cerrados no sul do Piauí.

Apesar do controle das terras pertencer ao latifúndio, onde mais se nota é em Bom Jesus, apresentando uma superfície média de 7.500 ha no último estrato, o que chama a atenção nessa região é a marcante presença de população camponesa. Isso se comprova por sua grande participação no número de estabelecimentos agropecuários, sendo detentora da maioria deles, mas ocupando apenas uma parcela ínfima de terreno. Os dados apontam, nesse caso, que existe ali uma baixa flexibilidade da estrutura fundiária cuja expansão da área de propriedade camponesa ocorre de maneira muito lenta, às vezes reduzindo, conforme observamos no quadro 4.

QUADRO 5 – Estabelecimentos e área em uso com lavouras (temporárias permanentes) em municípios selecionados dos cerrados piauienses.*

1995/96

MUNI - CÍPIOS	TOTAL		Menos de 2 há		De 2 a 10 Há		De 10 a 100 ha		De 100 a 500 ha		De 500 a 1.000 ha		Mais de 1.000 ha	
	Est. Nº	Área dos estabel. (ha)	Est nº	Área (há)	Est nº	Área (ha)	Est nº	Área (ha)	Est nº	Área (ha)	Est nº	Área (ha)	Est Nº	Área (ha)
Gilbués	843	63.338	14	35	109	452	111	1.579	31	884	2	120	1	865
Tem AL do Piauí	724	90.724	30	66	119	462	96	1.473	24	1117	0	63	1	861
Bom Jesus	1176	338.749	33	78	166	738	196	1.516	45	721	4	256	9	2098
Red. do Gurg.	464	42.067	66	96	91	246	42	525	12	273	11	137	1	135

* Não estão incluídos os estabelecimentos com produção mista (lavoura e pecuária).
Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário de 1995/6.

Mas, quando se analisa a produção agrícola dos municípios selecionados nos cerrados (QUADRO 5) comprova-se que a sustentação econômica da região é de responsabilidade das unidades camponesas, na medida em que a maior parte da produção agrícola local está a cargo dos pequenos estabelecimentos, poucos são os grandes destinados à atividade agrícola.

QUADRO 6 – Estabelecimentos por grupos de área com lavoura em municípios selecionados dos cerrados piauienses

ANO	1975						
MUNI - CÍPIOS	**Total de estabel.**	**Total de estab. c/lavouras**	**Menos de 2 ha**	**De 2 a 10 há**	**De 10 a 100 ha**	**De 100 a 500 há**	**Mais de 500 ha**
Gilbués	531	511	47	421	43	0	0
Monte A. do Piauí	263	251	8	200	42	1	0
Bom Jesus	654	641	90	512	38	1	0
R. do Gurguéia	481	460	84	348	30	1	0
ANO	**1980**						
Gilbués	630	599	58	481	59	1	0
Monte A. do Piauí	487	439	100	289	46	4	0
Bom Jesus	1.041	1.002	234	670	95	3	0
R. do Gurguéia	564	545	131	370	44	0	0
ANO	**1985**						
Gilbués	739	669	86	524	58	1	0
Monte A. do Piauí	722	700	84	560	64	2	0
Bom Jesus	1.396	1326	545	727	53	1	0
R. do Gurguéia	727	725	278	407	36	4	0
ANO	**1995/6**						
Gilbués	843	268	14	109	111	31	3
Monte A. do Piauí	722	270	30	119	96	24	1
Bom Jesus	1.176	453	33	166	196	45	13
R. do Gurguéia	464	213	66	91	42	12	2

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

Nota-se, no entanto, uma tendência na região ao crescimento de estabelecimentos maiores direcionados à agricultura. Isso se observa, por exemplo, com os estabelecimentos com mais de 500 hectares (QUADRO 6). Nesse estrato, até 1985, não havia nenhum deles dedicando-se a lavouras, mas, em 1995/6, já se registrava ocorrência de agricultura nesse segmento. Essa nova situação pode resultar da presença dos novos grupos na região. Porém, a participação não representa muito se considerarmos o tamanho da área ocupada por esses estabelecimentos. A característica que transparece nesse estrato é a improdutividade da área sob seu domínio. Para comprovar tal afirmativa podemos observar como exemplo Redenção do Gurguéia. Esse município, em 1995/6, abrigava 08 estabelecimentos com de mais de 1.000 hectares cuja área de abrangência correspondia a 18.165 hectares. Destes, apenas 135 hectares estavam sendo utilizados com algum tipo de lavoura. Já nos pequenos estabelecimentos o comportamento é oposto, dos 110 estabelecimentos de estrato de 2 a 10 hectares, que ocupavam uma área total de 473 hectares, 91 deles possuíam atividade agrícola, correspondendo a uma área de 246 hectares. O fato de aparecer uma parte da área como não ocorrendo uso agrícola (227 hectares, nesse caso), não quer dizer que essas terras restantes são improdutivas, pelo contrário, é provável que elas estejam em pousios, pois é característica comum ao campesinato desse lugar, e ao de outros do Brasil, deixar a terra em descanso enquanto recupera a fertilidade.

SADER (1986:120) observou que para o campesinato o pousio tornava-se uma prática fundamental para poder manter o solo com capacidade de produzir, pois não dispõe de recursos financeiros que o possibilita adquirir corretivos agrícolas. Fazendo menção às características do uso do solo camponês no Bico do Papagaio, esclarece-nos:

"(...) O fato desse campesinato praticar longos pousios pode ter dado a impressão aos observadores apressados de que houvera abandono da terra. Não perceberam que essa mesma porção do terreno voltaria a ser cultivada após a reconstituição da cobertura vegetal. E o pousio é fundamental para a recuperação dos solos num sistema onde as técnicas são primitivas e onde não há possibilidade de utilização de corretivos químicos."

No caso dos grandes estabelecimentos, percebe-se que uma grande parcela deles vão abrigar a atividade pecuária (quadro 7). Essa opção pode ser também indicadora de que as terras assegurada pelos estabelecimentos pecuários estejam sendo utilizadas como uma reserva de valor, já que essa é uma prática corriqueira entre os fazendeiros pecuaristas brasileiros.

QUADRO 7 - Estabelecimentos e área ocupada com pecuária em municípios selecionados dos cerrados piauienses.

1995/6

MUNI - CÍPIOS	TOTAL		Menos de 2 há		De 2 a 10 ha		De 10 a 100 há		De 100 a 500 há		De 500 a 1000 ha		Mais de 1.000 ha	
	Esta-Belec. nº	Área dos estab.	Est. Nº	Área	Est. Nº	Área	Est. Nº	Área	Est. Nº	Área	Est. Nº	Área	Est. nº	Área
Gilbués	843	63.337	07	7	36	170	138	5.751	63	12.827	09	5.823	0	0
Mte Al. do Piaui	724	90.729	17	19	47	238	106	4.370	57	13.071	09	5.131	08	29.621
Bom Jesus	1176	338.749	13	14	35	155	144	5.994	64	12.693	14	10.053	16	81.142
R. do Gurg.	464	42.067	15	18	23	113	88	3.195	29	5.515	05	3.282	06	14.714

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário de 1995/6.

No que concerne à pequena propriedade dos cerrados do sul do Piauí, observa-se um fenômeno que merece destaque. No seu interior ocorre uma grande fragmentação, principalmente naquelas com área inferior a 100 hectares. Essa situação pode ser justificada em razão de que as famílias camponesas dessa região promovem, ao longo de sucessivas gerações, parcelamentos da área sob seus domínios. Tais

parcelamentos resultam sobretudo do processo de partilha da terra ocorrida a partir da herança[139] cuja tradição (comum no Nordeste e, em particular, no Piauí) é dividir a propriedade entre as partes em tamanhos iguais. A manutenção desse costume chegou a tal ponto de tornar-se, em muitos casos, impossível continuar a divisão de uma propriedade entre os herdeiros, dado o seu tamanho reduzido[140]. Quando a propriedade é insuficiente para todos, alguns membros da família são obrigados a trabalhar como parceiros ou assalariados em terras de outrem. Ocorre também de muitos abandonarem a região, migram na esperança de conseguir algum emprego nos grandes centros urbanos, especialmente em Brasília e São Paulo (MAPA 6).

Trata-se, neste caso, de uma situação muito semelhante à vivenciada pelos pequenos produtores do Sul do Brasil que deixam aquela região em busca de terras nos cerrados piauienses. No entanto, o que diferencia esses dois grupos é o fato de que os primeiros abandonam (ou adiam) a condição de camponês para transformarem-se em operários nas grandes cidades, enquanto os segundos tentam reproduzir essa condição em outra área, no caso, no sul do Piauí.

O processo intenso de fragmentação da pequena propriedade indisponibilizando terras para que a família camponesa possa trabalhar de forma individualizada em sua propriedade, força essa família a novas alternativas para se reproduzir enquanto tal.

---

[139] Essa denominação vai além do código civil brasileiro, segundo o costume local herança significa um acerto entre as partes que prescinde a participação de advogados ou recorrência a uma lei externa ao grupo. Margarida Maria Moura encontrou no Vale do Jequitinhonha/MG, situação semelhante de repasse da terra camponesa entre as sucessivas gerações. In: Os Herdeiros da Terra. São Paulo, Hucitec, 1978.pp.49.

[140] Essa prática de divisão dos bens de forma igualitária entre os herdeiros (homens e mulheres) persiste no Piauí desde o período colonial. Ocorria, às vezes, a herança (neste caso de famílias da oligarquia piauiense) constituir-se de várias propriedades em diferentes locais, mesmo assim, nos invetários todas elas apareciam divididas em partes iguais, cada herdeiro tomando posse do que lhe cabia. Isso é possível comprovar no texto que segue sobre o Piauí colonial: "Através das descrições patrimoniais, percebe-se que as fazendas eram complexos agropecuários que compreendiam as terras, o gado, escravos, roças, casas de morada e retiro. Algumas tinham até engenhos. Entretanto, estas unidades produtivas eram totalmente desmembradas e os lotes distribuídos entre os participantes da partilha. Às vezes o invetariado tinha mais de uma fazenda, situadas em locais distantes, mesmo assim, na divisão dos bens os herdeiros recebiam frações de todas elas." IN: BARBOSA,T.M.B. – Op.cit.p.154.

Nos municípios dos cerrados piauienses (especialmente em Redenção do Gurguéia), a ausência de terra pertencentes aos camponeses propicia-os à execução de formas coletivas de produção, sobretudo aquelas que envolvem os membros de uma mesma família ou parentes próximos (irmãos, cunhados, primos, etc.). Mesmo os que se casam e deixam de pertencer ao núcleo familiar continuam mantendo um vínculo com os outros membros assegurado através da propriedade da terra. Esse tipo de relação é mantida na grande maioria das unidades de produção camponesa da região.

A divisão de trabalho nessa parceria familiar ocorre de acordo com a capacidade e o tempo que cada membro dispõe. Nela, todos os componentes participam. Aos homens cabe, por exemplo, se encarregar do trabalho mais pesado (roçar, carpir, etc.), as mulheres, juntamente com as crianças, contribuem em atividades paralelas ou complementares, semeando, cuidando da horta, preparando a comida para os que estão na roça, etc. Da mesma forma que o trabalho, os gastos com a produção, do preparo da terra à colheita, são também divididos de acordo com a disponibilidade de recursos que cada um possui. A partilha da produção obedece a essa mesma regra, a cada pessoa (aquela que não convive no núcleo familiar) corresponde aquilo que ela necessita para se manter. Ocorrem situações em que os pais ou os avós não podem mais trabalhar, nesse caso os filhos ou netos repassam aos progenitores uma parte da produção.

Outras formas de parceria visando o trabalho na terra aparecem nos cerrados piauienses. Uma delas envolve pequenos proprietários e não proprietários, que mantêm ou não algum vínculo de parentesco. Essa relação se manifesta da seguinte maneira: quando o camponês proprietário não apresenta condições econômicas de utilizar ele mesmo a terra produtivamente, então, cede parte dela para o trabalho em parceria a um outro camponês, este normalmente sem ou com pouca terra. Neste caso, o dono da

terra a entrega sem nenhum benefício, apenas a roça cercada. Cabe ao parceiro sem terra se encarregar do trabalho de limpar, arar, plantar e colher. Neste modelo de parceria costuma-se repassar um quarto (1/4) da produção total ao dono da terra e o restante permanece com parceiro produtor. A esse tipo de acordo firmado verbalmente denomina-se a "Quarta".

O sistema de parceria ocorre também com o médio e o grande fazendeiro piauiense. Nesta relação, os proprietários cedem suas terras no sistema de "Meia", cabendo a estes a tarefa de limpar e arar a área e ceder as sementes, enquanto o meeiro a de plantar, fazer a manutenção da roça e colher. Da produção obtida metade é cedida pelo meeiro ao proprietário, que ocorre comumente em forma de produto *"in natura"*.

Considero nesta última relação de parceria também um tipo de arrendamento não capitalista, em função dele caracterizar-se por uma renda-em-produto, que algumas vezes pode aparecer também sob a forma de renda-em-trabalho. Na área de estudo, a forma de renda mais utilizada é a de renda-em-produto, sendo estabelecido um contrato verbal acertado entre as partes, em termos de um percentual da produção obtida. Nela estão excluídas quaisquer outras formas de pagamento pelo aforamento da terra, como por exemplo, o uso de dinheiro.

Esse tipo de arrendamento se caracteriza por permitir dividir os riscos da atividade com o proprietário, caso ocorra perdas total ou parcial da produção o prejuízo recaí sobre ambas as partes. Assim, essa forma de arrendamento, bastante difundida nos cerrados piauienses, diferencia-se de outras cujos traços apresentam um caráter mais capitalista. Nessa, o sistema se baseia na obtenção de uma renda cuja sobra está acima do lucro médio adquirido pelo proprietário com o aluguel de sua terra[141]. Em tal sistema quando ocorre de a pessoa que arrendou a terra perder sua safra por problemas

[141] OLIVEIRA, A.U. de- Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo, Ática, 1987,p.73.

climáticos ou outra causa qualquer, o proprietário não deixa de cobrar uma renda. Além disso, no arrendamento capitalista, firmado através de um contrato escrito, estão inseridos também obtenção de recursos do sistema financeiro e a utilização de maquinários agrícolas modernos.

Entretanto, mesmo considerando que existam formas de renda da terra com características não capitalistas elas acabam assumindo um caráter capitalista quando se inserem no processo de produção do capital, como assegura OLIVEIRA (1987:77):

"A renda pré-capitalista da terra é diretamente produto excedente, ao contrário da renda capitalista da terra, que é sempre sobra acima do lucro, fração da mais-valia, portanto. Embora na origem as primeiras formas da renda da terra sejam pré-capitalistas, cabe esclarecer que sob o capitalismo elas perdem esse caráter, à medida que entram no processo de produção do capital. Ou seja, ainda que afirmemos serem essas formas de renda de origem pré-capitalistas [renda-em-trabalho, renda-em-produto e renda-em-dinheiro], porque historicamente tiveram existência anterior ao capitalismo, hoje elas devem ser entendidas dentro da lógica contráditória do capital. É através delas que o próprio capital, contraditoriamente, se produz, criando as condições necessárias para implantar e desenvolver seu processo de reprodução ampliada."

Nos cerrados piauienses, o sistema de arrendamento do qual participam os camponeses, de um lado, e os médios e grandes fazendeiros, de outro, embora apresentando traços de relações não capitalistas, é o que mais se aproxima do arrendamento capitalista. Nele ocorre com muita frequência a super exploração do camponês meeiro; é o que também apresenta um maior número de conflitos envolvendo as partes. Em todos os municípios aqui pesquisados, especialmente em Redenção do Gurguéia, foram detectadas situações de tensões decorrentes dessa relação, principalmente em função do fazendeiro proprietário querer impor ao camponês meeiro as condições para o uso da terra.

A prática mais adotada nos municípios dos cerrados do sul do Piauí é a do fazendeiro ceder suas terras para o cultivo de produto agrícola (geralmente o arroz), no

entanto, o camponês meeiro fica obrigado a cumprir algumas regras, tais como desocupar a área logo após a primeira colheita, sendo ela (a terra) repassada ao proprietário que a utiliza para a pastagem do gado. A desocupação da terra nestas condições prejudica o camponês, pois ele ainda poderia obter de sua plantação mais de uma colheita (conhecida como soca). Na maioria das vezes, o não aproveitamento da soca reduz seu rendimento pela metade. O depoimento deste camponês é esclarecedor do processo de expropriação que se estabelece entre o camponês meeiro e o grande proprietário:

"Aqui quem tem a terra não tem patrão, o patrão é a gente mesmo. Agora, quem não tem a terra sofre muito, porque vai trabaiá como arrendado e, você sabe como é o trabaio de arrendado, onde o trabalhadô não tem vez nem de comê o legume verde, principalmente na meia, porque na meia, você sabe como é, o dono executa a terra, beneficia até o ponto de plantá. Aí, dá a semente e o rendeiro vai plantá. Quando chega no tempo do legume se ele fô comê daquele legume, ele tem que tirá aquela tirinha ir contando o que já foi tirado, depois tem que descontá aquilo. Esse tipo de coisa pra ele [o fazendeiro] é uma beleza, porque enquanto ele fica mornando o corpinho nas boas camas, só pegando a sua parte que já vêm dentro do saco, o infeliz do trabalhadô fica aguentando muriçoca na vazante. Tem vez que o dono da terra logo na primeira colheita já manda colocá o gado nas terra, e aí prejudica a pessoa que é meeiro, porque ele ainda pudia pegá a soca."

(T.,morador em Redenção do Gurguéia, entrevista realizada em março de 1994).

"(...) ali você planta o arroz, aí quando o arroz tá assim [aponta o tamanho da plantação] já planta logo o capim. No outro ano o cabra já vai se bater em outro canto, aquela dali é só um ano. Plantou ali logo depois planta o pasto. Hoje a soca é difícil, porque quando o cabra começa a apanhar o arroz já é empurrado pelo gado."

(M., morador em Redenção do Gurguéia, entrevista realizada em novembro de 1997).

"Às vezes você vai trabalhando, trabalhando para seu patrão, daqui a pouco ele começa a se levantar, começa a comprar gado, situa suas terras de pasto, e aí o trabalhadô tá fora da área. Não trabalha mais (...). Esse ano mesmo [1997], o fazendeiro me deu uma terra do baixão para desmatar, a gente desmatou e em troca a gente plantamo o pasto pra ele. O trabalho da gente é desmatar a área e limpar e vai dá o pasto dele zelado. A gente vai zelar o legume e ele vai ficar com o pasto dele zelado, sem que precisasse depender de nada."

(D.,morador em Redenção do Gurguéia, entrevista realizada em novembro de 1997).

Fica claro nos depoimentos acima a maneira pela qual acontece a apropriação da renda da terra por parte do fazendeiro, que através dela subordina a força de trabalho do camponês. Percebe-se aqui que o fazendeiro não precisou usar seu capital para contratar mão-de-obra, utilizou-se de relações não capitalistas para, ao mesmo tempo, desbravar a área e obter melhoramento dela como, por exemplo, se beneficiando do pasto plantado, sem precisar abrir mão de seu capital. Portanto, o simples fato de possuir a terra tornou-se uma condição importante para o fazendeiro acumular capital, na medida em que apropriando do fruto do trabalho de outrem possibilitou-o produzir mais capital.

Além do sistema de arrendamento que emprega uma parcela significativa da população piauiense dos cerrados, há também o assalariamento, menos difundido, ocorrendo principalmente em determinados períodos do ano. Neste caso, são mais frequentes em épocas de fazer o roçado, quando o fazendeiro e, até, mesmo, alguns camponeses necessitam realizar a limpeza da área para a semeadura, ou em épocas de colheita. Nesse último caso, aos camponeses a contratação de mão-de-obra de terceiros somente é realizada quando apenas o trabalho da família camponesa não é suficiente.

O pagamento do trabalhador sem terra que precisa empregar-se como assalariado, normalmente se faz em dinheiro e, via de regra, é aviltante[142]. Porém, nessa área ocorrem outras formas de relação de trabalho, sobretudo quando estão envolvidas famílias camponesas. Na colheita, por exemplo - tarefa que necessita ser executada com uma certa urgência, pois se as chuvas são mais intensas nesse intervalo as perdas são maiores – são contratadas pessoas para a "cata" do produto (ocorre principalmente em relação ao arroz) cujo pagamento se faz em produto (1/5 da

[142] Paga-se (1997) por um dia de trabalho, variando de 10 a 12 horas, R$ 5,00. Em alguns municípios (é o caso de Redenção do Gurguéia), costuma-se utilizar o valor referência de um quilo de carne para cada dia de trabalho.

produção recolhida). Há aí uma participação marcante das mulheres, que muitas vezes levam também seus filhos menores para ajudarem-nas, aumentando a produção colhida. Aliás, as mulheres e as crianças desempenham um importante papel no processo produtivo dos cerrados do sul do Piauí; as primeiras costumam, frequentemente, assumir a condução do lar, quando os maridos migram em busca de emprego nos grandes centros urbanos, elas ficam ainda encarregadas de cuidar dos filhos pequenos. Estes, por sua vez, participam desde os 8 ou 10 anos do trabalho familiar, tais como, no trabalho na roça, na lida com os animais ou no recolhimento e transporte de lenha para suas residências, etc.

Nos períodos de colheita ocorre também o sistema de "troca de dia", do qual participa camponeses proprietários e não proprietários parceiros, ambos com roças para executar o trabalho de colheita. Aqui, um busca suprir a necessidade do outro, pois enquanto na roça de um camponês ainda não amadureceu o produto ele e sua família aproveitam para ajudar o compadre, o amigo ou o vizinho, sendo esta ajuda retribuída no momento oportuno. Esses laços de solidariedade ou de reciprocidade camponesa aparecem em outros momentos da vida dos habitantes dos cerrados piauienses, como veremos em outro momento desse texto.

Há ainda no universo das relações de trabalho dos cerrados do Piauí, a vaqueiragem, relação que, conforme mencionamos no primeiro capítulo, vem desde o início da colonização desse Estado e foi fundamental na formação da sociedade piauiense, e que atualmente continua presente como prática costumeira na vida daquela população. A rigor a vaqueiragem segue as mesmas características do passado piauiense, ou seja, o vaqueiro é quem toma conta da fazenda, pois dificilmente o proprietário permanece nela, preferindo se instalar na cidade. Neste caso, o vaqueiro é o administrador da fazenda executando todo o serviço da lida com o gado, desde o serviço de formação do pasto até,

às vezes, executar o comércio das rezes. A ele cabe um pagamento em produto (1/5 das crias). Portanto, seus rendimentos dependerão de sua capacidade de administrar: quanto mais lograr ampliar o plantel da fazenda, maiores serão os seus ganhos.

É possível todavia hoje ao vaqueiro acumular um certo plantel de gado, constituindo no maior sonho adquirir um pedaço de terra seu para formar sua própria fazenda. Entretanto, diferentemente do passado, ele dificilmente consegue atingir esse sonho, em razão do seu empobrecimento. O que ainda permanece como antes é o fascínio que essa profissão exerce sobre os piauienses. No universo camponês, o ato de vaquejar (mesmo que seja cuidar de um pequeno número de rezes de outro ou seu) significa um sinal de prestígio (FOTO 16). Além disso, ser aceito, atualmente, como vaqueiro numa fazenda significa também ter um lugar para morar e manter a sobrevivência da família, já que lhe dá direito ainda a um pequeno lote na propriedade do patrão, onde planta aqueles produtos necessários e complementares a sua sobrevivência.

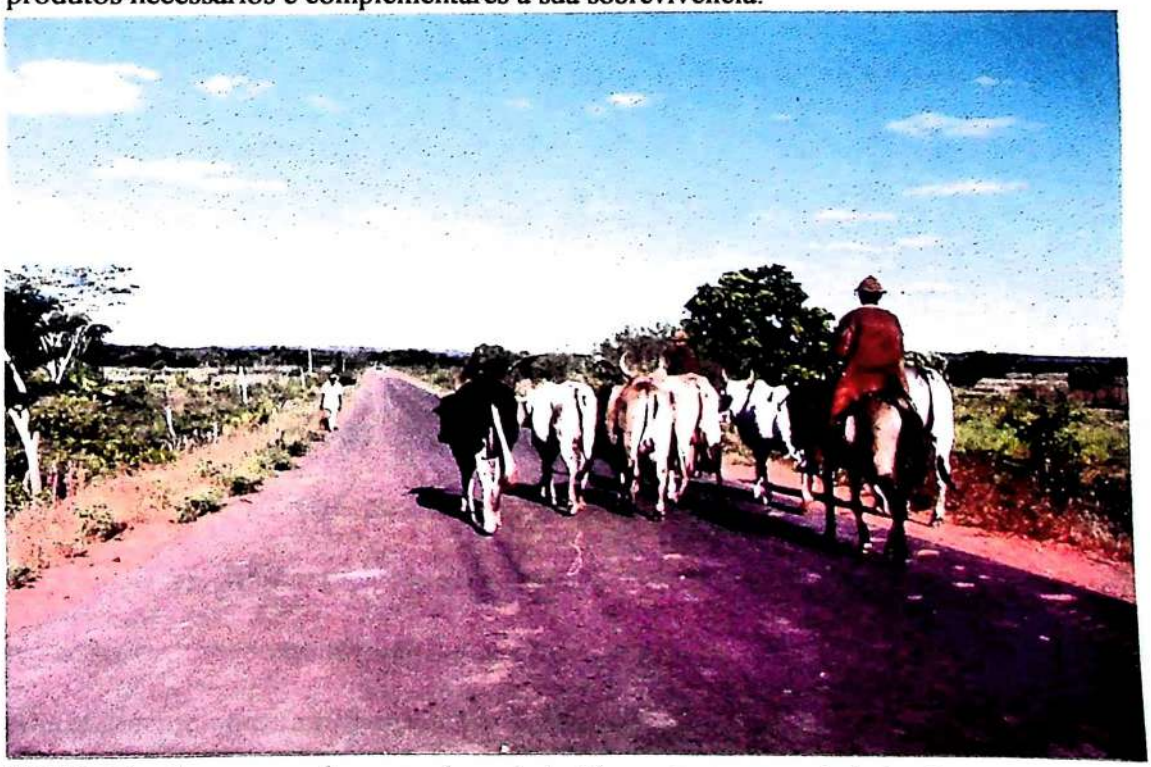


FOTO 16 – A presença dos vaqueiros ainda é importante na sociedade piauiense pelo seu papel de destaque na formação territorial daquele Estado.
Foto do autor, Redenção do Gurguéia, março de 1994.

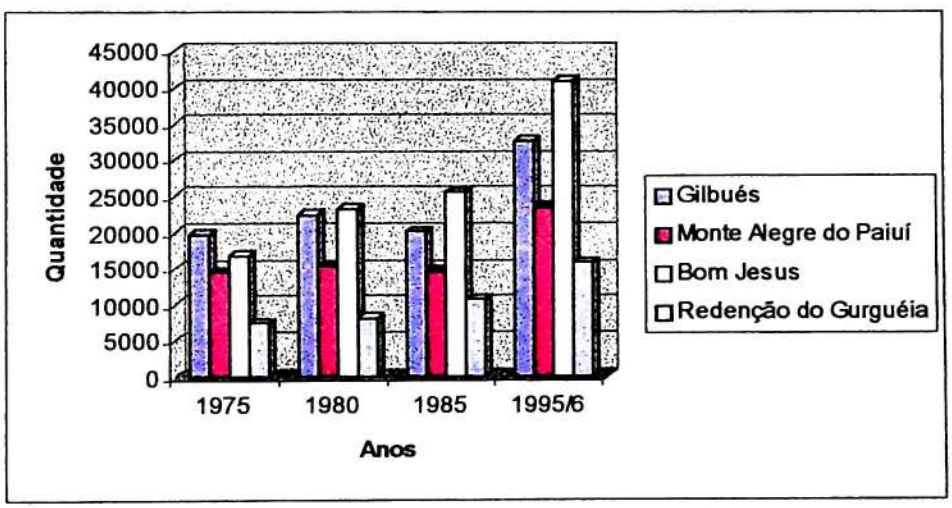
Apesar da crescente presença de novos grupos, as atividades econômicas comandadas por piauienses ainda são as que apresentam maior destaque na área. Via de regra, elas estão associadas a formas tradicionais de produção, no sentido de que esse grupo se utiliza de poucas técnicas agrícolas[143] mais avançadas. Predominam a agricultura camponesa realizada em pequenas roças ao longo da vazante e nos "baixões" e a pecuária extensiva, principalmente de gado bovino e, em menor volume caprino. A pecuária bovina é praticada tanto por camponeses quanto por fazendeiros. Os primeiros, costumam possuir um pequeno plantel que serve como um patrimônio e, ao mesmo tempo, como um complemento de alimentação da família a partir do leite e seus derivados. Em alguns casos tais produtos também são utilizados para auxiliar na renda do camponês, na medida em que ele vende o excedente para os moradores da sede dos municípios. Nessa classe de proprietários a comercialização de parte desse patrimônio somente ocorre em momentos de extrema necessidade: por problema de saúde; para a realização de uma viagem de um membro da família; o arame que precisa ser comprado para o conserto da cerca, etc.. Enfim, especialmente naquelas situações em que o camponês não encontra outra alternativa para obter recursos.

O avanço de novas formas de produção na região baseada na agricultura comercial e realizada por novos moradores que ali se instalam não diminuiu a importância da pecuária, que ainda continua sendo a principal atividade econômica dos cerrados do sul do Piauí, para a qual se registrou um crescimento nos últimos anos (GRÁFICO 8). Dela participam sobretudo os próprios piauienses, mas recentemente já se observa, nos municípios aqui selecionados, a presença de novos grupos, principalmente nordestinos de outros estados que desenvolvem essa atividade em bases mais modernas, ao contrário da maioria dos piauienses que ainda se utiliza de formas

[143] Os municípios aqui analisados são basicamente agrários.

tradicionais para praticá-la, como por exemplo, criar o gado solto nas terras da "chapada" .

GRÁFICO 8 - Pecuária bovina (em número de cabeças) em municípios selecionados dos cerrados piauienses



Fonte:FIBGE. Censos Agropecuários de 1975, 1980, 1985 e 1995/6

Na área de estudo, a pecuária bovina é desenvolvida de maneira mais expressiva por pequenos e médios proprietários e alguns poucos grandes fazendeiros. Esses últimos, que estou chamando aqui de tradicionais fazendeiros, mantêm uma outra relação com essa atividade, pois - assim como suas terras que se destinam ao arrendamento -, utilizam-na para obter lucros. Nesse caso, parte significativa desses fazendeiros sobrevivem da renda obtida com a terra e com a comercialização de seu rebanho.

O comércio desses animais é feito na maioria das vezes entre pessoas da própria região, médios e grandes fazendeiros que compram dos pequenos, ou comerciantes que compram rezes para o abate destinadas ao consumo local, etc. Ocorre também o comércio bovino com grupos de outras regiões do próprio Piauí ou de outros Estados. Normalmente, participam dessa relação comercial pessoas intermediárias,

caminhoneiros, que adquirem animais nessa área para serem revendidos em outros mercados compradores. Destacam-se aqui, Picos, Floriano e Teresina, no Piauí, e os Estados da Bahia (principalmente Barreiras), Pernambuco, Rio Grande do Norte, Tocantins e Goiás. Uma parte desses animais destina-se a recria (os mais novos) e a outra vai direto para o abate. O transporte do rebanho para esses mercados é realizado quase que exclusivamente por caminhões (FOTO 17).



FOTO 17 – Caminhões de intermediários que compram gado bovino e produtos agrícolas nos cerrados piauienses e revendem em centros urbanos maiores do próprio Piauí ou de outros Estados.
Foto do autor, Redenção do Gurguéia, em março de 1994.

As atividades agrícolas dos piauienses dos cerrados são basicamente aquelas realizadas por camponeses, poucas são as grandes propriedades dedicando-se a esse segmento, estas serão utilizadas para o criatório bovino. Isso fica claro no depoimento desse camponês:

"Hoje as terra dessa região aqui é tudo debaixo de pasto, é só algum fazendeiro que planta. Eles não mexe mais com plantio não, o negócio deles é mais gado."

(M., morador em Redenção do Gurguéia, entrevista realizada em novembro de 1997).

Quando existe produção agrícola em área de domínio de grandes fazendeiros ela é quase sempre de responsabilidade de parceiros que arrendam as terras. É importante lembrar que a agricultura realizada por esses grupos ocorre essencialmente na vazante; as outras áreas terão um outro tipo de uso, como veremos, somente no caso da mandioca o seu cultivo acontece em área mais altas. Dessa maneira, destaca-se na produção da área o arroz (principal produto da região), feijão, milho, mandioca, fava, melancia, algodão, etc.. O cultivo desses produtos ocorre de forma consorciada ou "produção casada", onde dentro de uma mesma área planta-se dois ou mais produtos. É comum nessa região na propriedade camponesa, consorciar arroz com milho e/ou milho com feijão, melancia e abóbora ou ainda, arroz, milho, fava e algodão. Com a adoção de consorciamento de culturas é possível ao camponês obter uma maior produção de sua roça. Nas propriedades maiores com arrendamento, a produção é realizada com uma certa especialização (arroz, feijão, etc.), mas muitas vezes o fazendeiro permite que o rendeiro faça o consorciamento, desde que ocorra a divisão de toda a produção recolhida.

As técnicas adotadas por esse grupo são em sua maioria rudimentares, salvo em algumas propriedades que fazem o trabalho de aração com pequenos tratores. São

poucos, entretanto, os camponeses que dispõem de maquinários desse porte em suas roças, mesmo porque quem os possue são os grandes e médios fazendeiros que os cedem para o trabalho em outras roças mediante o pagamento do aluguel da máquina, apresentando quase sempre preços extorsivos[144]. A limitação ao uso de técnicas como essas levam os camponeses a terem como única alternativa o uso de equipamentos mais simples ou da própria força. No preparo da terra, por exemplo, utiliza-se o arado puxado por animais (FOTO 18); na derrubada da "mata" (pequena vegetação que cresce nos intervalos entre uma plantação e outra) faz-se com machados e foices, posteriormente tal vegetação é queimada (FOTO 19).

O fato do arroz ser produzido em maior escala, favorece ao camponês a obtenção de um excedente que será comercializado. Os demais produtos, em sua maioria, serão utilizados para o próprio consumo da família[145].

Devido à ausência de depósitos adequados para o armazenamento da produção durante um tempo mais longo, o camponês constrói em sua própria roça pequenos depósitos chamados de "ranchos", que servem tanto para armazenar a produção temporariamente quanto, às vezes, para a morada. Como não possui meios de transportes mais rápidos para escoar essa produção para a residência que se localiza na cidade ou numa área mais elevada da propriedade, o camponês utiliza-se, na maioria das vezes, de carros de bois, ainda presente nos costumes camponeses dos cerrados piauienses. Na habitação é reservado um espaço especialmente para estocar a

---

[144] O preço médio de uma tarefa (medida local que equivale 0,35 hectare) de terra arada por tração mecânica custava (em 1997) na região cerca de R$ 30 a 40.

[145] GODOI (1999:91), analisando uma comunidade camponesa do Sudeste do Piauí, define a esse tipo de produção destinada à família de "aprovisionamento", em substituição a de subsistência. Segundo a autora, que se orienta a partir de Sahlins (1970), "A produção para o aprovisionamento não se caracteriza exatamente como 'produção para uso', isto é, para consumo direto e as famílias podem produzir para troca, de modo a obter, indiretamente, o que precisam e não produzem, enquanto a 'economia de subsistência' está marcada por uma concepção equivocada do trabalho camponês, sintetizada no binômio trabalho contínuo-sobrevivência." Aceitamos essa orientação, mas com a ressalva de que a produção camponesa dos cerrados piauienses é destinada prioritariamente para o consumo da família.

produção, o paiól; parte dela permanecerá ali no decorrer do ano, que será destinado ao consumo da família camponesa, uma outra parte, correspondendo ao excedente, é rapidamente comercializada.

O fato da comercialização do excedente ser executada logo após a colheita deve-se a não existência de um local com capacidade suficiente para armazenar toda a produção. Contudo, isso ocorre principalmente porque o camponês precisa saldar suas dívidas assumidas com a casa comercial (armazém, farmácia, etc.), na compra daquelas mercadorias que ele não produz, mas são necessárias a sua sobrevivência (açúcar, sal, remédios, tecidos, material escolar, etc.), normalmente vendidas por preços muito superiores aos encontrados em centros urbanos maiores. Essa situação leva o camponês sofrer um duplo processo de expropriação. Se por um lado, ele é obrigado a comprar produtos mais caros, por outro, é sujeitado a vender sua produção muito abaixo do que ela realmente vale (custo de produção mais o volume de trabalho familiar nela incorporado).

As poucas alternativas de preços no mercado local e a impossibilidade de buscar outros mercados, contribui para que ele (camponês) acabe cedendo parte de sua produção ao próprio dono do armazém, como forma de pagamento de suas dívidas. É possível acompanhar o grau de expropriação dessa população através do comércio de arroz, que se verifica na seguinte situação: durante a colheita (entre março e maio)[146] uma saca do produto (60 quilos) com casca chega a ser vendido por até R$ 5,00. Nesse mesmo período, compra-se um prato (medida local que corresponde a 3 litros ou aproximadamente 3 quilos) de arroz sem casca no armazém por R$ 2,00, sendo acrescido esse valor em períodos de estiagem. Para se ter uma noção, com uma saca de arroz com casca obtêm-se o equivalente a 12 (doze) pratos do produto descascado.

---

[146] Há nessa área a produção de um outro tipo de arroz, chamado de "arroz ligeiro", cuja plantação ocorre em outubro e a colheita em dezembro.





FOTOS 18 e 19 – Aração com tração animal e uso das queimadas. Técnicas adotadas no cotidiano da população camponesa piauiense.
Fotos do autor, Redenção do Gurguéia, em novembro de 1997.

A forma como se dá essa exploração é esclarecida nas palavras desse camponês:

"Têm aqueles que pega da sua roça 40 sacos de arroz, mas quando chega no mês de maio já não tem nenhum caroço, aí tem que viver do paiól dos outros, comprando meio saco no valor de um. Às vezes, a pessoa vende um saco por um preço depois de três mês tá comprando um prato quase no valor do saco que ela vendeu. Esse lugar aqui não é pobre, moço, pobreza quem faz é a pessoa, são os fazendeiros."

(M., morador em Redenção do Gurguéia, entrevista realizada em novembro de 1997).

A grande parte da produção camponesa é comprada por pessoas do próprio local, aquelas que possuem mais recursos (os comerciantes, fazendeiros, etc.). Adquirem normalmente com o intuito de armazenar o produto e posteriormente vendê-lo, quando ele obtiver melhores preços. Há também pessoas de fora da região que aparecem com caminhões para negociar individualmente o preço do arroz com os camponeses, sendo ele transportado para áreas de outros Estados ou do próprio Piauí, como é o caso de Picos e Floriano (centros regionais), onde o arroz é beneficiado. Às vezes esse mesmo produto retorna meses mais tarde com preços muito aviltados (normalmente em épocas de estiagens).

Nesse sentido, a produção de arroz dos novos habitantes dos cerrados torna-se importante, pois quebra um pouco com essa cadeia de especulação, formada pelo fazendeiro local e os intermediários que aparecem na região somente para comprar e revender o produto. A presença da produção dos grupos recém chegados à região já repercute no comércio local, como reconhece esse camponês:

"Olha, o que está salvando a gente aqui é o arroz produzido pelos projeteiros, porque quando eles não estava aqui o preço do arroz era muito alto, isso acontecia principalmente no periodo de seca, quando o fazendeiro estocava o produto e deixava para vender nesses momento em que o povo estava apurado. Hoje isso acontece menos."

(entrevista concedida pelo Sr. Eliziário, em nov./97).

Além das atividades econômicas levantadas aqui, como sendo as predominantes dos cerrados do sul do Piauí, existem outras de menor volume, mas que desempenham um papel relevante, pois é parte integrante da complementação da vida da população piauiense dos cerrados. As principais são: a pesca, no rio Gurguéia e seus afluentes; o extrativismo de buriti, planta comum na área e que se desenvolve nos brejos; o extrativismo de caju e pequi, presentes nas partes mais altas, na "chapada"; e, ainda, a manga que ocorre nas vazantes. Todas elas matas nativas. O extrativismo desses produtos é importante para a população local, pois permitirá, por um lado, auxiliar no consumo alimentar da família, por outro, com a sua comercialização ("*in natura*" e alguns em forma de doces) é possível obter algum dinheiro que ajuda na manutenção da vida camponesa.

4.2 - O TEMPO CÓSMICO E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DA SOCIEDADE PIAUIENSE

Ao contrário dos novos habitantes dos cerrados que de posse de tecnologia mais avançada e de novas variações de espécies conseguem produzir em diferentes condições climáticas, o camponês piauiense possui uma relação intrínseca com a dinâmica da natureza. O tempo que predomina é o da natureza, é esse quem define as tarefas do camponês, não somente aquelas cotidianas, mas todo o planejamento da

vida, por isso mesmo as várias tentativas de desvendar a sua lógica. Em Redenção do Gurguéia, numa entrevista com uma família camponesa, aparecia de forma nítida a maneira pela qual as pessoas se relacionam com a dinâmica da natureza. Nesse episódio, seu Eliziário, um senhor de aproximadamente 70 anos, me relatava alguns dos procedimentos utilizados, principalmente pelas pessoas mais velhas do lugar, para prever como seria o comportamento do "inverno" que chegaria meses mais tarde. Um deles consistia em observar as condições atmosféricas na "época de São João", que ocorre no mês de junho. Aquele período era o mais propício para as observações da natureza, pois seu comportamento seria um importante prenúncio do que iria ocorrer no "inverno" futuro.

Segundo o que me dizia:

" (...) do dia 23 para o dia 24, de São João e São Pedro, a gente presta atenção nos seis próximos dias da semana, cada dia representa um mês de inverno, porque seis dias são seis meses, aí a gente sabia quais era o mês que chovia e quais o mês que não chovia. Ali se o dia fosse de janeiro, e de manhã fosse nublado isso queria dizer que era o começo de janeiro que chovia, se fosse nublado a tarde, isso indicava que era o fim de janeiro que chovia, a situação de cada um dos dias representava como ia ser os mês de inverno."

(Entrevista concedida em novembro de 1997).

O acompanhamento da dinâmica da natureza é parte da lógica desse campesinato, que cria suas crenças em função dela. É por essa razão que a previsão do tempo atmosférico veiculado diariamente pelos meios de comunicação parece não apresentar sentido dentro desse universo camponês. Na mesma entrevista destacada anteriormente, dona Claudina, esposa de seu Eliziário, duvidando das previsões do "homem do tempo da televisão", apontava que:

"(...) As experiências que a gente fazia antigamente dava tudo certinho, hoje ninguém liga mais para isso, as coisas se sabe pela televisão, mas pelos astros ninguém sabe mais. Tudo diferenciou, e ai faz como o dizer do povo: que quando os homens quisesse saber mais do que Deus mudava os tempos e tá tudo mudando. Os homens querem saber mais do que Deus (...). Já não sabe quando vai chover, às vezes na televisão diz que vai chover e não chove. Eu gostava mais dos tempos de antigamente que as pessoas tinha mais sabedoria."

(Entrevista concedida em novembro de 1997, em Redenção do Gurguéia)

O tempo biológico da vida assim como o do trabalho no universo camponês piauiense também segue uma ordem natural. Dessa maneira, o ato de acordar, dormir ou alimentar-se é definido pelas necessidades do corpo em sintonia com o tempo da natureza. Tal situação contrasta com o do relógio verificado no cotidiano do meio urbano industrial, ou mesmo, nas modernas fazendas onde hoje já estão incorporadas em suas relações o domínio e a lógica do capital.

Esse tempo controlado pelo relógio ou pelo olho do patrão já é observado nos projetos agropecuários dos cerrados piauienses. Neles, os trabalhadores têm um horário definido para começar e terminar as atividades diárias, cumprindo exatamente o horário estabelecido. Às vezes, em épocas de colheitas e plantio, o trabalho ultrapassa o período diurno e entra noite a dentro quando as grandes máquinas colhetadeiras ou semeadeiras com suas fortes luzes (grandes vagalumes, como observou um camponês) comanda o ritmo da produção. Há o tempo controlado para sair e voltar do almoço. Mesmo quando as condições atmosféricas não permitem os trabalhadores são destinados a outras funções, que eles realizam sem muito interesse. Nesse caso, funciona o tempo comandado pelo dinheiro para o qual o que não se pode é perder tempo. Na outra organização do tempo, a do camponês piauiense, não ocorre essa linearidade, baseada em tarefas programadas e rotineiras. Neste universo o que sobressai é a autonomia do camponês em organizar o seu próprio tempo de acordo com

suas necessidades e as condições naturais que o meio oferece. Essas práticas vêm desde os seus antepassados, como assinala FALCI (1995:23):

"No Piauí, o tempo de plantar e de vaqueijar estava ligado ao tempo natural de 'seca e inverno', o tempo de batizar, de casar, das festas religiosas e até de morrer estava por sua vez ligado às imposições da igreja, porém limitado pela geografia, pelo tempo natural."

Assim, o tempo do camponês dos cerrados piauienses torna-se múltiplo, variado e flexível. Não existe um controle do seu tempo, ele pode ir à roça na parte da manhã e na parte da tarde ocupar-se de outras tarefas: amolar um machado, foice ou enxada, colher estrume para fertilizar a horta, preparar a ração para o gado, ou mesmo cuidar de alguma rês doente, etc. Tudo isso é parte das tarefas do cotidiano do camponês cuja realização ocorre sem se preocupar com um controle de horário. É ele também quem decide, de acordo com cada ciclo da natureza, quando impor um ritmo mais acelerado ao seu trabalho e um outro de maior relaxamento.

No período das chuvas, denominado de "inverno", quando é necessário preocupar-se com a plantação, as tarefas da família camponesa se multiplica. Nesse momento, a maior parte do tempo se destina aos afazeres da roça, deles participando todos os componentes da família. Um pouco antes do inicio do "inverno" (setembro ou outubro) se faz o roçado da área e, posteriormente, as queimadas. Quando surgem as primeiras chuvas limpa-se a área e é feita a semeadura, e no final do "inverno" (abril e maio) faz-se a colheita. Sendo que para cada uma dessas situações define-se intensidade de força de trabalho diferenciada. O período de maior relaxamento das atividades camponesas ocorre na estiagem ("verão"), de abril a setembro, nesse momento o ritmo de trabalho será menor e direcionado, basicamente, para algumas funções, quais sejam: a do acompanhamento de sua pequena criação de gado bovino, caprino e/ou suíno (aquele camponês que a possui), a de manutenção da roça, a de

arrancar a mandioca (entre junho e julho) para a realização da "desmancha" ou "farinhada", etc.

O gado bovino tem seu controle, na maioria das vezes, diariamente. Deixa-se o rebanho na roça durante o dia e recolhe-o ao curral ao entardecer. Em não se encontrando mais pasto nas roças transfere-se esse rebanho para as áreas das "chapadas" que será acompanhado somente em ocasiões esporádicas, sendo ele novamente recolhido quando iniciar as chuvas e ocorrer pasto nas roças. Esse serviço de lida com o gado é realizado paralelamente ao da manutenção da roça, trabalho que consiste, normalmente, em recuperar um cerca em estado ruim , em manter o controle do crescimento do mato, etc. Além dessas tarefas, muitos camponeses aproveitam para se dedicar a outras atividades, tais como a exploração dos solos argilosos (encontrados na vazante) para a elaboração de tijolos e telhas, realizados em pequenas olarias; a confecção de utensílios domésticos elaborados manualmente com a palha do buriti; a confecção de redes através de fiação; a realização de potes em barro (FOTOS20/21/22)



FOTO 20 - Confecção de cestos com palha de buriti.
Fotos do autor, Redenção do Gurguéia, em janeiro de 1996.





FOTOS 21 e 22 – Camponesas em seus trabalhos de fiação e produção de potes, tradições que aos poucos estão desaparecendo nesta região. *Fotos do autor, Redenção do Gurguéia e Monte Alegre do Piauí, respectivamente, em janeiro de 1996.*

Nesse sentido, CHAYANOV (op.cit:75/76), torna-se uma referência importante na análise das influências que o ciclo da natureza exerce na definição do grau de intensidade do trabalho anual, para o qual o camponês impõe em sua unidade de exploração. Em seus estudos sobre o campesinato russo pré-revolução, observou que o número total de dias de trabalho anualmente empregado pelos camponeses na agricultura nunca ultrapassava o percentual de 50% de toda à força de trabalho disponível (considerando, nesse percentual, também *"todo o trabalho em ofícios não agrícolas")*. Acredita-se aqui que:

"A principal razão para tal reside, sem dúvida alguma, nas peculiaridades da organização do trabalho na agricultura. Em contraste com a indústria, onde os processos de trabalho não se relacionam com nenhum momento do dia, nem do ano, uma grande parte do processo agrícola é de natureza exclusivamente estacional e alguns aspectos necessitam de condições climáticas particularmente favoráveis que nem sempre se apresentam."

Mais adiante, afirma:

"A semeadura, a ceifa, a colheita e algumas tarefas de cultivos especializados exigem às vezes uma acumulação excepcional de massa de trabalho em períodos de tempo insignificantes, enquanto em outros períodos do ano agrário, que podem ser muito prolongados, a agricultura não encontra onde empregar a força de trabalho camponesa. (...) Deve-se acrescentar que, em diferentes períodos da exploração agrária, há mudanças bem marcadas não somente em número de dias de trabalho, como na intensidade de trabalho de cada dia."

O trabalho é apenas uma das dimensões a que se destina o tempo do camponês dos cerrados piauienses, há também o tempo destinado a outras dimensões da vida, como por exemplo, aos festejos motivados por uma homenagem a um(a) santo(a) padroeiro(a). Para tais ocasiões, que às vezes duram vários dias, os camponeses se preparam durante todo o ano. Nesse momento especial todos se reúnem para homenagear o evento, participam das missas, das procissões, dos forrós, etc. Aqueles que moram nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Brasília, retornam

especialmente para participar das festas. Nesse sentido, os festejos significam o lugar do encontro, não somente com os familiares e conhecidos, mas com todo o universo simbólico que manifesta a população camponesa dessa área. Destaca-se também nesse outro tempo, que não é o do trabalho propriamente dito, o momento da pesca, o da caça, etc., enfim, é o tempo da totalidade da vida (FOTO 23).

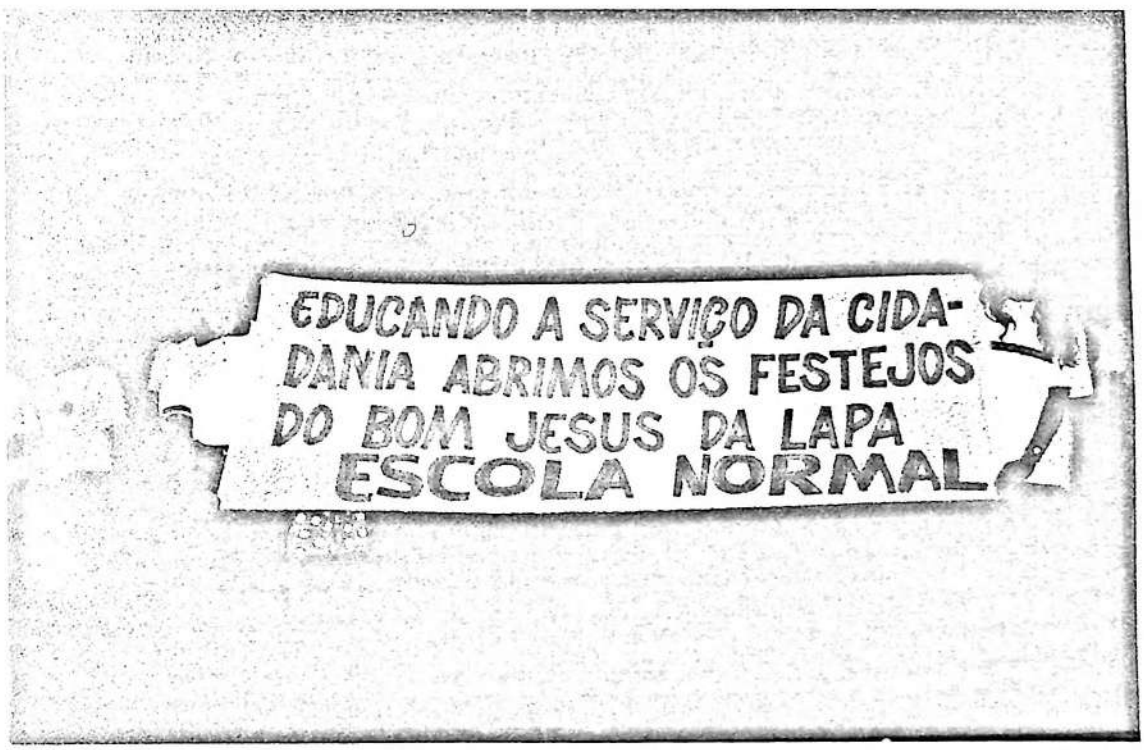


FOTO 23 – O tempo da festa. Abertura dos festejos em homenagem ao santo padroeiro do município de Redenção do Gurguéia, Bom Jesus da Lapa. *Foto de Carolina Folha de Miranda, Redenção do Gurguéia, em agosto de 1998.*

Às vezes, no cotidiano da comunidade camponesa piauiense dos cerrados, trabalho e lazer fazem parte de uma só perspectiva, na medida em que não é possível separar de uma maneira muito nítida o que seja o tempo do trabalho e o que seja o tempo do lazer. Em muitos casos, por exemplo, o que parece ser um trabalho, para o camponês configura-se em mais um momento para o qual são construídos divertidos diálogos. Nos trabalhos de campo nessa região presenciei várias dessas situações. Numa delas, em Redenção do Gurguéia, os camponeses havia recém colhido o feijão e era preciso debulhá-lo. Juntaram-se, então, em uma das casas, os familiares e alguns vizinhos para executar o serviço. Entretanto, a realização daquela tarefa mais parecia um dos muitos encontros descontraídos que acontecem cotidianamente ao entardecer nos quintais e/ou calçadas, nos quais conversam sobre os mais variados assuntos. Assim, realizavam aquele serviço mas conjuntamente se divertiam com as conversas.

Em outra situação, dialogando com um camponês da região ele me relatava o acontecimento de uma "farinhada". Em suas palavras aparecem com nitidez todo o universo simbólico que ainda permanece nas relações camponesas daquela área. Suas descrições do evento demonstravam que aquilo não se caracterizava exatamente como um trabalho, todavia mais parecia uma festa. Isso porque representava um momento especial em que se reuniam os amigos e familiares para participar do serviço cuja finalidade é a de produzir farinha de mandioca e outros derivados. No entanto, no período que se executa a "farinhada", ocorrem entremeadamente vários momentos de descontração. Neles, são preparadas comidas variadas, para as quais são engordados, durante todo o ano, os animais (porcos, galinhas, etc.) que serão executados durante o evento; as noites são reservadas para a reunião de todos, onde ficam em volta de uma fogueira ou no terreiro contando estórias; lembram do tempo de seus antepassados; realizam-se também os forrós, dos quais adultos e crianças participam.

Além disso, a "farinhada" representa, sobretudo, uma forma de manifestação da cooperação camponesa, na medida em que as pessoas não pertencentes ao núcleo familiar que participam do evento estão ali para ajudar o vizinho, o amigo ou o parente, e não cobram nada pelo serviço. Mas, quando a "farinhada" se dá por encerrada, o dono da casa costuma distribuir entre os participantes um pouco do que foi produzido (farinha, tapioca, etc.). Este ato representa uma maneira de agradecimento. A presença das pessoas ali configura, para a família anfitriã, uma manifestação de consideração que ela retribuirá quando um dos colaboradores realizar a "farinhada" em sua propriedade.

Tal sistema de cooperação camponesa está de acordo com o identificado por SHANIN (op.cit:28), para o qual constata que:

"(...) não obstante, é a aldeia e a vizinhança que parece oferecer o marco mais imediato para a tradicional cooperação camponesa na produção fora da exploração familiar. Neste nível, se realizam abundantes trabalhos para os que o trabalho de uma só família não é suficiente. Isto, não obstante, se faz sem utilizar o trabalho assalariado através da ajuda de vizinhos ou de uma 'parte' institucionalizada, onde se obtém a ajuda de um grupo amplo (por exemplo, para a construção de uma casa) enquanto que a família beneficiada providencia alimento e bebida. Diversas formas de cooperação de 'vizinhanças' se juntam para a limpeza dos terrenos, a colheita, o cuidado do gado, etc."

O espaço possui também múltiplas formas de uso, sua organização segue uma lógica camponesa. As cidades da região dos cerrados são geralmente simples, poucas ruas são pavimentadas, às vezes apenas a principal, onde se concentram os estabelecimentos comerciais. As casas são construídas de telhas ou palhas (estas são mais comuns nos povoados) levantadas com alvenaria ou adobo (tijolos feito com barro), ou, ainda, com varas de madeiras entrelaçadas e preenchidas com barro. As paredes da frente fazem limites com a rua (ocorre às vezes a construção de uma calçada, entre a casa e a rua, utilizada como local de encontro nos finais de tarde),

poucas são as casas com portão; durante o dia as portas costumam permanecer abertas, permitindo que as pessoas possam adentrar à residência sem precisar serem anunciadas. No seu interior os espaços são amplos, separados por paredes cuja altura aproxima-se de um pouco mais de dois metros (não chegam até o teto). Existem, normalmente, dois ou três quartos, sala, despensa ou paiól onde serão guardados os mantimentos. A cozinha é ampla e invariavelmente está construída nos fundos da residência de onde tem contato com o quintal, facilitando, assim, dispensar restos de alimentos aos animais domésticos. O quintal também é enorme, se separa dos vizinhos por cercas com madeira entrelaçada. Nele, costuma-se criar galinhas, porcos, cultiva-se variadas plantas frutíferas (caju, manga, banana, etc.), planta-se pequenas culturas (mandioca, abóbora, etc.).

Alguns traços culturais dos piauienses são tidos como estranhos para população que se instala nos cerrados, em sua maioria de origem do sul do Brasil, onde prevalece a cultura européia, que apresenta outros costumes tanto no que diz respeito aos hábitos alimentares quanto ao comportamento social. Assim, na convivência dessas duas culturas aparecem situações de choques os quais somente serão amenizados caso ocorra a compreensão da cultura do outro, ou que sejam estabelecidos limites que possibilitem avistar até que ponto uma pode penetrar no espaço da outra. O exemplo de deixar a casa aberta permitindo que o parente, o vizinho ou um conhecido adentre ao interior da residência sem precisar ser anunciado, costume bastante difundido entre os piauienses dessa região, e que contrapõe ao dos "gaúchos" cujas casas, a maioria delas, são muradas e com portões, demonstra que há ali a presença de dois grupos com universos culturais diferenciados. No depoimento que segue de um migrante gaúcho, recém instalado em Gilbués, confirma o fato de que é preciso haver uma consciência

clara das diferenças do outro, como forma de amenizar as situações de conflitos no encontro entre os dois grupos:

"(...) É, isso é uma coisa que a gente observa aqui em casa e que de vez em quando a gente leva um susto. Ainda hoje no almoço aconteceu isso, um rapaz que é funcionário do Estado, é conhecido da gente, preocupado em prestar um serviço aqui pra gente, porque a nossa conta de telefone não apareceu esse mês. Então, a gente foi procurar lá e quando chegamos aqui ele já estava lá quase a mesa do almoço, nós levamos um susto. Isso é uma coisa que lá no Sul não se faz, as pessoas lá no Sul bate à porta, toca a campainha e só entram quando convida elas pra entrar. Aqui não, aqui as pessoas chegam vão entrando e chamam lá no fundo: - 'ô, compadre como está fulano...' Às vezes a gente não sabe onde é a casa de uma pessoa, então pergunta para alguém na rua, então a pessoa diz: 'eu sei onde é', e vai entrando na casa da pessoa e a chama lá no fundo (...). São costumes diferentes que é preciso saber lidar porque se não cria conflitos. Então, o que é isso? Isso é uma característica do povo daqui que se sente à vontade, e na maneira do povo daqui isso é uma forma educada, amorosa e gentil de tratar bem uma pessoa que pediu uma informação pra ela. Você vai recriminar ela por causa disso, não pode, é um costume, então tem que se adaptar a isso, você não pode mudar a cidade."

(G.,entrevista concedida em novembro de 1997, em Gibués).

Nas cidades dos cerrados piauienses a rua é uma extensão da casa, é o lugar da convivência social, do coletivo, do encontro. Nela as crianças realizam suas brincadeiras e os adultos conversam sobre o seu cotidiano do trabalho, suas expectativas quanto ao "inverno", a história de vida de seus antepassados, as estórias de assombrações que mexe com o imaginário de todos, a situação de seus parentes e conhecidos na cidade grande, a política local e nacional, etc. Enfim, é na rua que se articula, em suas mais diferentes dimensões, a vida camponesa.

Nesse sentido, SADER (1986:134) expressa bem como o espaço camponês é construído a partir de suas variadas situações da vida cotidiana. Analisando o espaço do Bico do Papagaio, região entre os Estados de Tocantins e Maranhão, a autora comenta:

"O espaço das relações não é constituído apenas pela soma das casas, que são parte evidente, porque aparente dessa realidade – o povoado. São as tarefas em conjunto, é a ida em grupos para o trabalho diário, são as solidariedades obrigatórias de uma vida em sociedade, de uma história partilhada e vivida no cotidiano. O hábito de ao cair da tarde colocar os bancos na porta das casas, e o vai-e-vem dos vizinhos para uma conversa em comum, o comentário sobre suas vidas, suas lutas, é que constróem, mais além das formas e estruturas espaciais, todo o edifício de solidariedades camponesas".

O local de morada nos municípios dos cerrados piauienses também se define pela lógica camponesa. Os núcleos urbanos, onde residem a maior parte da população, localizam-se normalmente na borda da vazante cujas águas resultantes das cheias não os atingem. Entretanto, muitas das casas construídas são uma extensão da roça, ou em muitos casos, ao lado da casa estão localizados os currais, utilizados para a pernoite do gado leiteiro. É comum também a presença de animais circulando livremente pelas ruas das cidades[147], o que demonstra, nesse local, quanto do rural se integra ao urbano.

A própria dinâmica da cidade está associada ao ritmo do trabalho camponês. Ao amanhecer os homens juntamente com seus filhos mais velhos, às vezes, também as mulheres deslocam-se para às roças onde permanecem até o final da tarde, o almoço é elaborado na própria roça, ou às vezes é levado pelos filhos menores. No "inverno", durante o dia, as cidades ficam praticamente vazias, somente ao anoitecer volta-se a presenciar um movimento das pessoas que se juntam em frente as casas para conversar. A partir de maio ou junho o ritmo de trabalho é menor, nesse momento a vida social nas cidades torna-se mais intensa, a população passa a organizar seu espaço para as festas: as novenas, os forrós, as vaquejadas, etc (FOTO 24).

Os municípios são constituídos do núcleo urbano principal, onde está a sede do poder político local, e dos povoados, denominados pela população de "interior" (veja

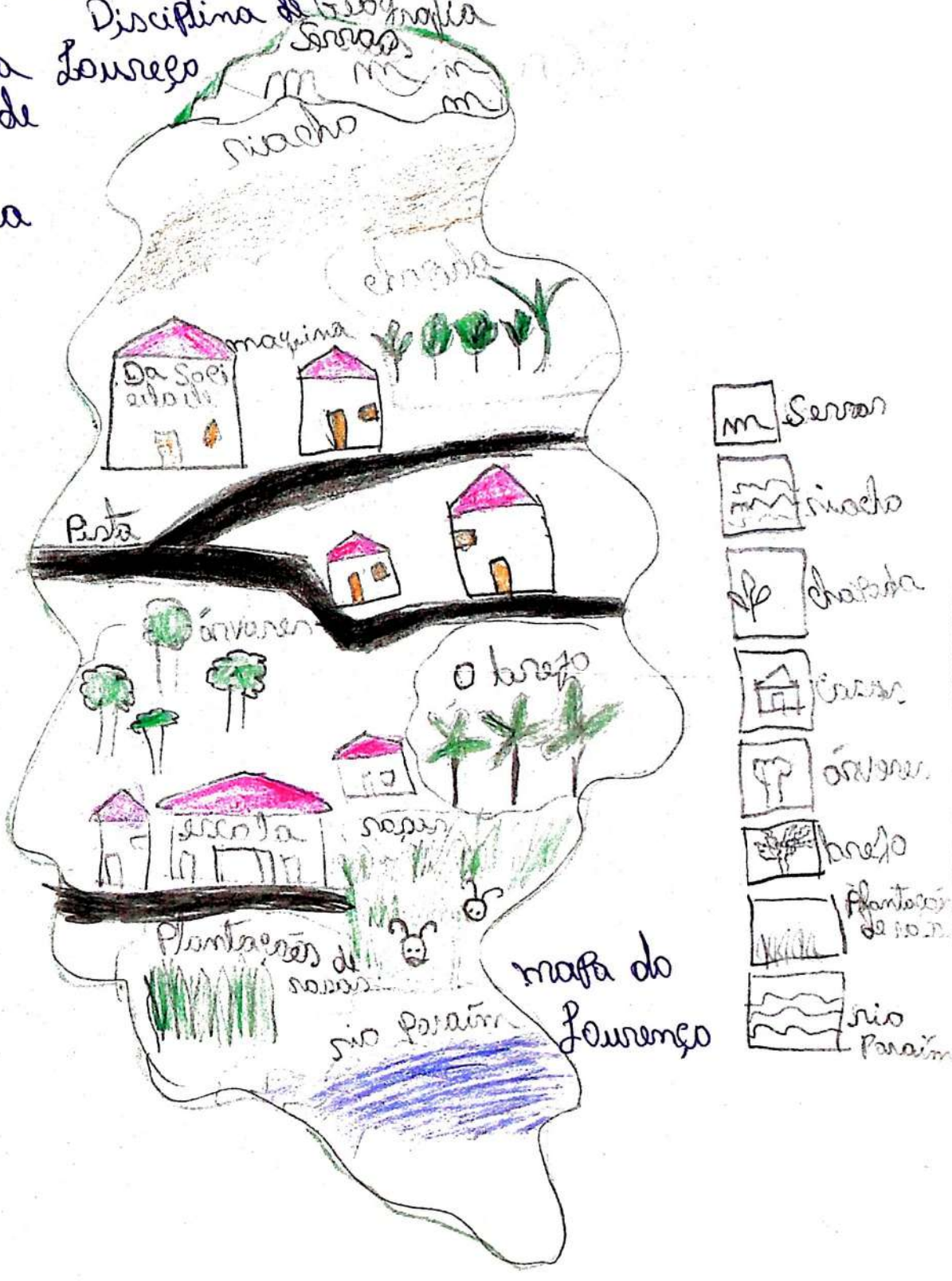
[147] O procedimento de deixarem soltos os animais pela cidade tem provocado vários conflitos entre o poder público local (que nos últimos anos vêm adotando a política de prender tais animais e só os soltam mediante pagamento de multas) e os camponeses. Isso ocorre sobretudo naqueles municípios com maior presença de novos moradores.

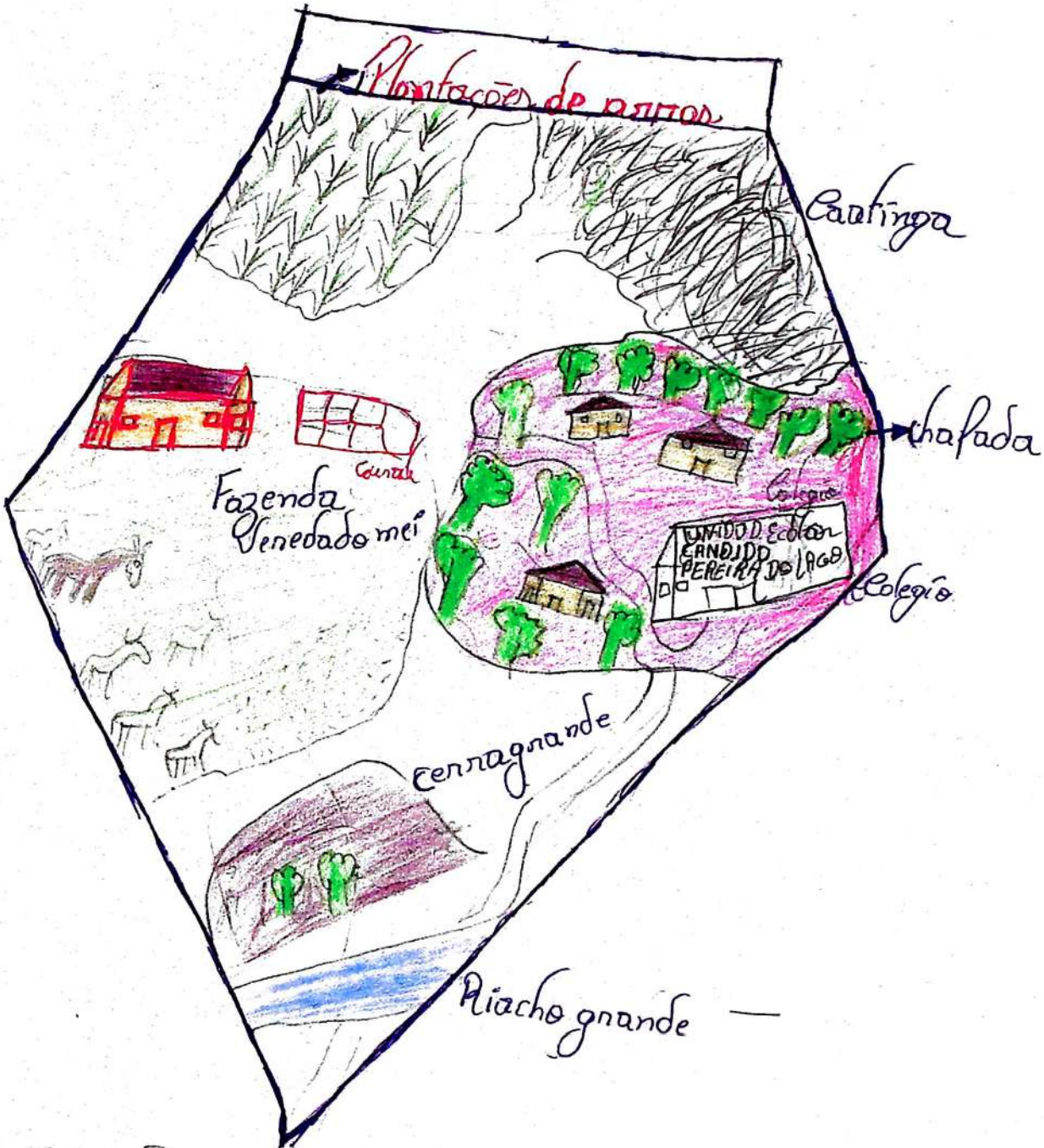
mapas cognitivos elaborados por crianças moradoras nessas áreas). Tais povoados são formados normalmente por casas simples que se encontram dispersas ou em pequenas aglomerações, nelas habitam pequenos proprietários, arrendatários, agregados, posseiros, etc. Essas áreas são desprovidas de comércio, posto de saúde; às vezes, há apenas uma escola precária onde estudam crianças das séries iniciais todas juntas. O contato dessas pessoas com a sede do município ocorre de maneira esporádica, somente quando necessitam adquirir certos bens que não produzem, ou quando precisam ir ao banco receber a aposentadoria ou, ainda, em épocas de eleições quando vão depositar seu voto em algum candidato; nesse caso é o próprio político que se encarrega do transporte, esperando, é claro, receber os votos dos eleitores transportados. Muitos dos habitantes dos povoados constróem uma casa na cidade que será destinada ao alojamento de seus filhos estudantes.

Além da organização do espaço da convivência coletiva e o da morada, há também nos cerrados piauienses outras dimensões de uso da terra. Um deles, é o domínio das terras cercadas, na vazante, que se destina ao uso particular para a produção agrícola e o acolhimento do gado, que ocorre em pequenas áreas de pasto, como mencionamos aqui. O outro é o das terras não cercadas, na chapada, que se destina ao uso comum da população. Tentaremos no próximo item demonstrar como se manifesta esse último tipo de uso e o que vêm mudando com a chegada de novos habitantes aos cerrados.

IV Unidade escola José Dário dos Santos
Professora Roberes
Aluna Fabiana 5ª C nº 20
Data 20/11/22
Disciplina de Geografia

Atividade
econômica
município de
Redenção
do Gurguéia





- Fazenda Venedo do meio onde fica 3 Km do São José
- Caatinga serve para gente caçá
- São José o serto de fuga
- Cerra grande fica Perto do São José



FOTO 24 – O tempo da festa. Concentração da população para assistir as vaquejadas e as corridas de cavalo, algumas das atividades realizadas durante os onze dias de festejos.
Foto de Carolina Folha de Miranda, Redenção do Gurguéia, em agosto de 1998.

4.3 - PERMANÊNCIA E RUPTURA NO USO DA TERRA COMUM

Uma das questões que tem confrontado diretamente os interesses dos velhos e dos novos moradores dos cerrados piauienses, constituindo em um fator que vem provocando tensões entre os dois grupos, trata-se do uso da terra da "chapada". Do que foi exposto anteriormente, constatamos que essa área é a preferida para ocupação, seja ela de forma produtiva ou não, dos novos grupos que se instalam na região, muitos

deles delimitando[148] as suas propriedades com cercas. Ocorre às vezes apenas um descampado com pequenas faixas de terras de vegetação as quais indicam o término de uma propriedade e o início de outra. As que apresentam uso, estão associadas, em sua grande maioria, à agricultura (FOTO 25 e 26) que ocupa grandes extensões onde ficam também as instalações, tais como galpões, silos, etc.

Para a população piauiense dos cerrados esse tipo de domínio sempre foi concebido como de uso comum, independentemente se a área pertencia a um particular ou era devoluta[149]. Nela habitavam poucas famílias, quando isso ocorria, estas, normalmente, instalavam-se em terras de "baixões", com maior umidade. O termo "chapada", para população local não designa apenas um espaço com características naturais distintas das da vazante, mas está incutido no seu imaginário coletivo que ali constitui-se em um lugar que pode ser apropriado por todos.

Para a população local essas terras sempre foram designadas de "terras sem dono", "terras de ninguém". Não havia o costume de cercá-las. As pessoas utilizavam-na amplamente para retirada de lenha destinada ao abastecimento dos fogões; de madeiras que serviam na construção das casas, delimitação dos quintais e o cercamento das roças da vazante; para a coleta de mel e também frutos em matas naturais, tais como pequi e caju; para a caça; além disso, soltava-se ali todo o gado em determinadas épocas do ano. Essa última atividade configurando-se como uma das principais formas de uso dessa área pela comunidade, conforme será exposto mais adiante.

---

[148] Recentemente esse procedimento de cercamento das terras das chapadas vem sendo executado também pela população piauiense que possui propriedades nesses domínios. Muitas dessas propriedades são utilizadas para a produção de pastos.

[149] Estas terras estariam dentro daquilo que se definia como "terra de compáscuo" expressão utilizada, até mesmo juridicamente, no Brasil para designar as áreas de uso de pastos coletivos que poderiam pertencer tanto a um domínio privado como público. In: CAMPOS, N.J. – Terras de Uso Comum no Brasil – Um Estudo de suas Diferentes Formas. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 2000.





FOTOS 25 e 26 – Platôs planos da chapada do sul do Piauí: presença de um novo tipo de uso,introduzido pelos novos moradores da região.
Foto do autor (26) e de Nelson Kublic (27), Gilbués, em novembro de 1997 e maio de 1995, respectivamente.

Antes disso, é necessário definir o que se considera terras comunais. Para tanto nos reportemos a alguns autores. THOMPSON (1998:149), em seu estudo das comunidades camponesas inglesas do século XVIII, define essa modalidade de uso da terra como sendo aquela cujos camponeses concebiam como as de direito comum. Eram as terras destinadas aos pobres, que pertenciam a uma dada comunidade, portanto era esta a quem cabia demarcar o direito de uso. Nesse sentido, o autor diz que:

"Não é que John Clare, ou os Commoners por quem ele falava, fossem comunistas primitivos. Vistas de sua perspectiva, as formas comunais expressavam uma noção alternativa de posse, por meio de direitos e usos triviais e particulares que eram transmitidas pelo costume como propriedade dos pobres. O direito comum, que em termos vagos era vizinho da residência, era direito local. Por isso, era igualmente um poder para excluir estranhos. Ao tirar as terras comunais dos pobres, os cercamentos os transformaram em estranhos em sua própria terra."

ALMEIDA (apud, Godoi, 1999:59) define esse sistema de uso como sendo,

"situações nas quais o controle da terra não é exercido livre e individualmente por um grupo doméstico determinado, mas sim através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares de pequenos produtores diretos, que compõem uma unidade social."

CAMPOS (2000:07) considera que:

"Em termos gerais, a terra de uso comum tem características associadas a uma terra do povo – uma terra que é de todos. No entanto, não se constitui numa terra pertencente ao povo, no sentido de haver a propriedade coletiva de um grupo, uma comunidade ou várias comunidades em conjunto. Trata-se do uso comum de determinados espaços por inúmeros proprietários individuais independentes, servindo-lhes como um 'suplemento', sendo, do mesmo modo, utilizado por pessoas ou grupos de não-proprietários. Nesse último caso contudo, a noção de suplemento desaparece, pois aquela terra passa a ser a única que encontram com condições de usufruir."

Do que foi exposto, entende-se a terra de uso comunal como a manifestação de um direito adquirido por populações, desde tempos imemoriais, de usufruir de determinados locais cuja apropriação privada ainda não se faz presente, ao menos no

sentido de não haver a constituição de cercamentos definindo limites e formas particulares de uso. É uma terra, a princípio, pertencente a todos, ou seja, que todos da comunidade podem se reservar o direito de apropriar de certos recursos por ela oferecidos. Seu uso, porém, não ocorre de maneira indiscriminada, mas obedece a regras estipuladas pelo próprio grupo que dessa terra usufrui. O costume está no centro dessa prática de uso da terra, que à medida em que o tempo passa transforma-se em leis, assegurando-se um direito aos seus usuários.

Segundo THOMPSON (op. cit: 86), o uso de terras comunais faz parte dos costumes de grupos camponeses adquiridos em tempos remotos resultando de *"um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelavam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança (...)."* Nesse sentido, os costumes, que é um fator ligado à terra, constituem uma lei que nasce da prática cotidiana do grupo camponês. Ainda nas palavras desse autor:

"Na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume. O próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei. Num tratado sobre aforamento do final do século XVII, ficamos sabendo que os costumes devem ser interpretados de acordo com a percepção vulgar, porque os costumes em geral se desenvolvem, são produzidos e criados entre as pessoas comuns, sendo por isso chamados vulgares consuetudines. Para sir EDWARD CORE (1641), os costumes repousam sobre dois 'pilares – o uso em comum e o tempo imemorial. Para CARTER, em Lex custumaira (1696), os pilares já eram quatro: a antiguidade, a constância, a certeza e a razão."

Nessa mesma direção de interpretação SIMPSON, apud THOMPSON (op. cit.), discute os direitos comuns de uso das terras comunais a partir da lógica do direito costumeiro, mas que essa concepção vai se transformando à medida em que a terra passa a ser apropriada de maneira privada. Assim, considera que os direitos comuns

"surgiram como direitos consuetudinários associados ao sistema comunal de agricultura praticado nas comunidades primitivas das vilas. Num período muito antigo, essas vilas eram rodeadas por extensões de descampados [...] nessas terras, os habitantes das aldeias, como uma comunidade, apresentavam seus animais, e delas colhiam lenha, turfa e outros produtos. Com o decorrer do tempo, quando o aumento de população e a redução da qualidade de terras incultas deram origem a aglomeração e conflito, os direitos deles passaram a ser mais claramente definidos, mais ainda eram direitos comunais, principalmente aqueles relativos aos descampados, considerados como terra da própria comunidade. O sistema dos direitos de posse convertia os aldeões em arrendatários, e a teoria da lei atribuía a posse plena da maioria das terras da herdade ao senhor. Alguns de seus arrendatários, é verdade, eram proprietários plenos, mas a maioria mantinha a condição de vilão vinculado à terra, e dada a preeminência do senhor, era natural que ele fosse tratado como o 'proprietário' dos descampados. Assim, uma teoria da propriedade individual suplanta noções anteriores mais igualitárias."

O uso comum das terras no Brasil constitui da mesma maneira um direito costumeiro que já era amplamente praticado antes mesmo da chegada dos primeiros portugueses, surge com as várias nações indígenas que habitavam esse território. Com os colonizadores, entretanto, são instituídas novas formas de uso comum da terra, muitas das quais permanecem ainda nos dias de hoje e são herança da influência lusitana incutida na cultura de distintos lugares do Brasil.

As formas de uso comum introduzidas pelos portugueses aqui foram variadas, indicando que em Portugal pré-colonização já era difundida em todo o seu território essa modalidade de uso da terra. Segundo consta, a prática de tais costumes ocorria antes mesmo de se expandir por toda a Europa sistemas agrários característicos dos povos romanos e germânicos (CAMPOS,op.cit.:43); no entanto, são desses que os portugueses vão receber grande influência nas práticas de uso comum adotadas em território luso. Destacando que no caso dos primeiros (os romanos) as terras comunais resultavam de uma relação entre Estado e proprietários, ou seja, a terra constituía em "um bem do Estado, paralelo ao dos proprietários privados e com direito ao usufruto." (CAMPOS, op.cit.:25). Enquanto que para os segundos (os germânicos), a terra

comunal definia-se como um "suplemento à propriedade individual." (MARX, apud CAMPOS, op.cit.:26).

São partes desses sistemas os introduzidos no Brasil com o processo de colonização luso, mas que são complementados por novas formas relativas ao modo de vida da cultura indígena, já existentes nesse território, e dos africanos. Como confere CAMPOS (op.cit.:186),

"Em teoria, o uso comum da terra no Brasil, em suas diferentes situações mostram a influência do direito romano, e mesmo visigótico. Mas de outro lado, ocorre situações que ambas as ingerências jurídicas não conferem. São situações em que dominam formas de uso comum da terra derivadas de outras vivências histórico-socio-espaciais (africana, indígena), ou mesmo com configuração jurídica indefinida."

A característica de ocupação colonial portuguesa muito contribuiu para definir o uso das terras em comum no Brasil. As próprias autoridades daquele país corroboraram para disseminação desses costumes, na medida em que ao mesmo tempo que garantiam a apropriação privada do território por certos grupos privilegiados, deixaram também frações dele para o uso coletivo. Isso fica evidenciado, por exemplo, nas sesmarias concedidas para as quais havia regulamentos determinando a existência de faixas de terrenos de uma légua entre as terras doadas. Nessas áreas – e também dentro do próprio domínios do sesmeiro, já que as terras não eram cercadas e apresentavam grandes extensões – passa a desenvolver práticas de uso comum por toda a população, principalmente como local destinado à alimentação do gado.

Em território piauiense essas características de uso comum das terras estiveram presentes desde o início de sua colonização, como esclarece MOTT (op.cit:65):

"O gado era geralmente criado solto: como não havia cerca dividindo as fazendas uma das outras, e existindo consuetudinariamente uma légua de terra de uso comum entre as mesmas, sucedia certamente que os animais de um proprietário se misturassem com os dos outros vizinhos. A maneira de se evitar tais perdas e descaminhos era o de marcar com ferro quente o dorso de todos os animais, ou então, fazer certos talhos numa das orelhas do mesmo, de maneira a distinguir as reses de diferentes fazendas. Nas fazendas dos jesuítas, por exemplo, duas marcas eram

utilizadas distinguindo dois conjuntos de propriedades: os animais pertencentes à chamada 'Capela Grande' eram ferrados com o sinal X e os da 'Capela Pequena', com o sinal Y."

Um viajante que passara pelo Piauí no século XVIII, faz também referências ao tamanho das propriedades doadas e ao uso que se fazia do terreno livre deixado entre as sesmarias, como esclarece-nos o autor no texto que segue:

"As terras do Piauí são repartidas aos moradores em sesmarias ou datas de três léguas, cuja cultura consiste na criação de gados, mais vacum que cavalar. Cada uma das sesmarias forma uma fazenda, deixando-se uma légua para a divisão de uma e outra fazenda. Na dita légua entram igualmente os vizinhos a procurar os seus gados, sem contudo poderem nela levantar casas e currais."[150]

O direito costumeiro de uso comum de terras livres ainda permanece em grande medida na tradição da população piauiense. GODOI (op.cit.), em seu estudo sobre o cotidiano e história, através da memória, de populações sertanejas de São Raimundo Nonato, no semi-árido piauiense, encontrou situações de uso comum da terra que muito se semelham às dos cerrados do Sul do Estado. Naquela área, a autora identificou três modalidades de terras de uso comum: "terras de conjunto", "terras de padroeiro" e "terras de ausente".

As "terras de conjunto" se caracterizam, segundo a autora, por ser "terra não retalhada" pertencente a grupos de famílias. Nesse sentido, "não é 'terra liberta' (devoluta), mas patrimônio de um 'conjunto de parentes'. (GODOI, op. cit.:94). Essa terra é utilizada por aquela população tanto de maneira individual, através das roças, como para uso comum, nesse último caso, apropriando-se de alguns recursos naturais ali existentes, sobretudo para a exploração de madeira. A segunda modalidade, as "terras de padroeiro", constituem em terras de santo (nesse caso, São Pedro), cujo apossamento se dá de forma comum pela população local. A outra modalidade de uso,

[150] "Roteiro do Piauí a Goiás." (Anônimo), Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXII, parte 1, 1900, p.79. In: MOTT, L.R.B. – (op.cit.:51).

as "terras de ausente", aparece nas regiões de maior altitude nessa área do sertão, e se caracteriza por não haver um dono definido, nesse sentido, "terra de ausente".

Do que foi possível apreender do trabalho dessa autora, essa última modalidade é a que apresenta maior aproximação com o tipo de uso que ocorre na nossa área de estudo. Assim como em São Raimundo Nonato, nos cerrados sul piauiense as "terras de ausente" também localizam-se nas "chapadas". Apesar da população local não utilizar essa expressão "terra de ausente", mas frequentemente a de "terra que não tem dono" ou "terra de ninguém", apresenta as mesmas características de "terras de ausente", ou seja, poucos, anteriormente, reivindicavam para si a posse dessa área, portanto, poderiam ser apropriada coletivamente os seus recursos.

Não obstante, nos últimos anos amplia nesse domínio sua apropriação privada que se manifesta através dos cercamentos. A partir de então a situação de uso dessa área passa a mudar.

No contexto social local, a área de uso comum constitui em um ponto vital que contribui para a manutenção do modo de vida daquela comunidade. Mantêm-se ali um equilíbrio estabelecido entre a terra de uso particular (predominante na vazante) e a terra de uso comum (na "chapada"). No caso dessa última, seus recursos naturais são amplamente aproveitados pela coletividade, tais como lenha, madeira, plantas medicinais, mel, caça, etc. Além disso, as terras da "chapada" são utilizadas para a atividade pastoril que ocorre especialmente no período de estiagem. Tal procedimento é adotado por todas as pessoas que possuem algum plantel de gado (bovino, caprino, etc.) seja de um grande fazendeiro ou de um simples camponês proprietário de apenas um pequeno rebanho.

A solta desse gado na "chapada" costuma ocorrer durante todo o ano, mas torna-se mais intenso nos meses de maior estiagem (junho, julho, agosto, setembro)[151] quando a roça da vazante já não possui pasto o suficiente para alimentar o rebanho, ou é necessário deixar a roça livre para que esse pasto possa ser novamente recomposto. Nesse momento transferem-se os animais para a "chapada" cujas pastagens naturais e aguadas nos "baixões" favorecem a sua permanência durante todo o período de chuvas escassas. São deixados nas roças apenas aqueles que se destinam ao trabalho de puxar arado ou carros de boi e as vacas com bezerros pequenos. O acompanhamento do rebanho quando está na "chapada" é precário, somente os vaqueiros dos maiores fazendeiros seguem esporadicamente seu deslocamento, que às vezes se afasta a grandes distâncias em busca de melhores pastos.

O gado dos camponeses, normalmente, permanece em áreas mais próximas da sede do município, o que permite um melhor acompanhamento pelos seus donos; em muitos casos ocorre diariamente, ou seja, na parte da manhã é enviado para a "chapada" e ao entardecer é novamente recolhido ao curral. Essa prática, nos municípios dos cerrados, vem se ressentindo nos últimos anos, principalmente porque essas terras são cada vez menos disponíveis para o pastoreio do gado, pois foram elas, aos redores da sede dos municípios, as primeiras a serem cercadas.

Durante o período em que o gado permanece na "chapada" ocorre algumas perdas em razão da morte de algum animal, por doença ou porque houve ataques de onças. Essa perda, no entanto, normalmente não é significativa. O roubo de rezes somente tem proliferado nos últimos anos, mas também não é frequente, principalmente porque cada rês possui sua identificação definida por uma marca

[151] Atribui-se a solta do gado na "chapada" predominante no "verão" ao fato de que no "inverno" ao alimentar-se das pastagens da "chapada" o rebanho pode adoecer.

(iniciais do nome e sobrenome do dono) registrada no dorso do animal, sendo executada por um tipo de ferro quente. Além disso, se estabelece uma espécie de pacto ou cooperação entre as pessoas da localidade, no sentido de que cada uma cumpre um certo papel de vigiar ou informar, caso tenha conhecimento, da situação do rebanho do outro. É comum, por exemplo, a um vaqueiro ou a uma outra pessoa qualquer, que andando pela "chapada" depara com uma rês perdida ou doente que não lhe pertence ou não está sob seus cuidados, informar imediatamente ao respectivo dono o paradeiro e a situação do animal.

Apesar desse processo se manter, são visíveis as alterações na sua dinâmica. Essa área que se destinava (e ainda parte dela se destina) tanto ao uso camponês quanto ao do capitalista tradicional, ambos dependendo dela para reproduzir-se, vem apresentando uma certa desarticulação. Isso ocorre principalmente após a instalação de novos habitantes dos cerrados que têm seus interesses justamente voltados para o domínio das "chapadas", e que atualmente passa a ocupá-lo com outro tipo de uso.

É verdade que essa desarticulação se acentuou com os novos habitantes, mas não se pode afirmar aqui que esse processo de ruptura nasça no momento exato em que chegam outros moradores com uma outra mentalidade de uso. Isso já vinha se gestando dentro da própria sociedade piauiense dos cerrados, na medida em que muitas das pessoas (proprietárias e não-proprietárias) tratavam de cercar as terras dessa área, sobretudo aquelas mais próximas das sedes do município (FOTO 27).

As razões para tal procedimento são variadas. Dentre elas podemos citar a ocorrência de uma certa valorização dessas terras, o que começa a despertar nas pessoas do local por essa área um interesse que ia além daquele de uso coletivo.

Há também o fato de alguns donos, receosos de suas terras serem ocupadas por outrem, optaram por cercá-las, a maioria deles destinando a área para a produção de pasto, utilizando do sistema de arrendamento. Outras vezes eram os próprios posseiros que implantavam uma roça nesse domínio e permaneciam ali, já tentando assegurar um "pedaço de terra" para si, ou ainda, eram camponeses remediados que de posse de informações privilegiadas indicando que a área de interesse era devoluta procuravam logo garantir o seu pedaço. Enfim, a área começa a despertar e confirmar o uso privado.

Tal fato demonstra que foi a partir da introdução de relações capitalistas mais intensas na região, que precede a chegada de novos moradores, o motivo principal do aparecimento dos primeiros sinais de ruptura no sistema de uso comum da terra, manifestada através do cercamento. É nesse momento que se torna mais visível a diferenciação entre os proprietários e os não-proprietários de terra. Os primeiros passam a usufruir de sua propriedade, ou de uma terra apropriada indevidamente, cercam-na e garantem espaço para a manutenção do seu rebanho. Os segundos, sem terra própria ou às vezes insuficiente, e com o uso limitado da "chapada", deixam de praticar a atividade de "criação", que se constitui em um importante patrimônio seu e de sua família. Percebe-se assim que, a partir de então, fica mais evidente a divisão das classes sociais nos cerrados piauienses.



FOTO 27 – Terras de uso comum da "chapada" próximas ao núcleo urbano, as primeiras a serem cercadas.
Foto do autor, Redenção do Gurguéia, em novembro de 1997.

Aqui novamente retomamos THOMPSOM (op.cit.:146), o qual traz uma excelente contribuição para o entendimento de como o cercamento das terras comunais da Inglaterra, no século XVIII, marca o início de uma maior separação das classes sociais:

"Ele atingia as raízes da economia de múltiplas ocupações e ensinava aos pequenos camponeses a nova realidade das relações de classes. O ódio de John Clare ao símbolo dessa nova situação – o fazendeiro novo-rico, desejoso de ascender socialmente – ilustra a crescente separação de classes que o cercamento encarnava [...]. Talvez essa separação já estivesse se desenvolvendo há muito tempo. Mas, até o cercamento, ela ficava mascarada por outras relações nascidas das normas agrícolas ditadas pelos costumes e dos direitos de uso partilhados sobre a terra. A organização do trabalho no sistema de campo aberto estimulava a cooperação; e a defesa dos direitos comuns requeria a proteção tanto dos direitos menores como dos maiores. O cercamento rasgava a máscara, não só para revelar mais claramente os interesses diferentes dos pequenos e grandes proprietários de terra, mas também para favorecer uns às expensas de outros [...]. O cercamento tinha uma visibilidade terrível, mas instrutiva."

Após a instalação dos novos habitantes esse processo se acentuou e adquire novas características. O conjunto de relações que se mantinha (e ainda se mantêm, porém com menos força) com a terra de uso comum, apesar de algumas alterações, ainda estava lá, as tensões entre o uso camponês e do capitalista tradicional existia, mas de maneira muito sutil. Às vezes surgiam certas pelejas porque uma determinada pessoa retirava madeira do que se considerava propriedade do outro. Mas isso não demandava muita discussão, mesmo porque, a partir do momento em que uma pessoa se intitulava dona da área e era reconhecido pelo grupo, dificilmente alguém tentaria usufruir daquele espaço sem o consentimento do suposto proprietário, principalmente se considerarmos que ali impera um código de ética bastante rígido entremeando as relações da população local[152].

Além disso, quando não era mais possível explorar uma determinada área da "chapada" ampliava-se a opção de uso para locais mais longínquos. Nesse caso, os confrontos são amenizados também porque todos comungam do mesmo universo simbólico; isto é, apesar de apresentar diferenciações de classe no grupo, isso não impede, entretanto, que as relações sociais sejam pautadas por valores construídos conjuntamente durante o processo histórico, definindo, assim, pactos entre as pessoas. Pode-se citar aqui, por exemplo, o paternalismo e o compadrio, situações que permeiam amplamente no universo da sociedade dos cerrados piauienses.

O choque pela área de uso comum vai ocorrer de maneira mais transparente com os empreendedores que chegam ou os piauienses que entram em contato com as transformações, ou seja, grupos que já têm incorporado outros valores em sua conduta. Nesse caso, a oposição na forma de uso da "chapada" é evidente, o que vem

[152] Nesse sentido, impera nas manifestações sociais dessa comunidade, a respeito do uso comum da terra, aquilo que GODOI (op.cit.:68) denomina, apoiada em Bourdieu (1990), de "economia moral".

provocando situações de tensões entre os novos e os velhos moradores. São constantes, por exemplo, as reclamações de ambas as partes sobre o uso das terras da "chapada".

Os piauienses, por exemplo, alegam que depois da ocupação desse domínio por empreendedores, a vida ficou mais difícil, principalmente porque nas áreas onde se instalam os projetos agropecuários praticamente é derrubada toda a vegetação, o que escasseou a caça, não existe mais lugar para exploração de lenha, madeira, mel, frutos, etc[153]. Também seus rebanhos não têm lugar para pastar, pois os pastos naturais foram retirados e no lugar desenvolve-se a produção agrícola. Alegam que os locais de uso comum ainda disponíveis estão ficando raros e cada vez mais distantes. A outra parte, os empreendedores, reclamam dos piauienses, inclusive com queixas junto ao poder público local, porque estes frequentemente invadem suas propriedades em busca de caça e frutos, também derrubam a vegetação de áreas preservadas (nos fundos de vale) para obter lenhas e madeira.

Mas, as queixas maiores dizem respeito a solta do gado na "chapada", que acaba ocupando as mesmas terras de cultivos (FOTO 28), o que vem provocando, segundo alegam, enormes prejuízos para aqueles que desenvolvem agricultura nesse domínio, porque o gado alimenta-se da plantações, pisoteiam-nas, etc. Essa situação é mais grave nos municípios que apresentam áreas mais representativas com projetos agropecuários, tais como Gilbués e Bom Jesus. O depoimento do Sr. Guilherme, presidente da Univerde, em Gilbués, é bastante elucidativo sobre essa questão:

---

[153] Nessa situação há também uma diferença importante entre as formas de uso dadas pelos velhos e os novos moradores que ocupam as terras da "chapada". Os fazendeiros locais ao ocuparem essa área para a produção de pasto costumam deixar certos tipos de vegetação, como as árvores frutíferas. Enquanto os novos grupos que ocupam a área para produção agrícola retiram toda a vegetação por conta da mecanização. Essas duas formas de uso é sentida e comentada pela população local.

"A gente tem dificuldade na chapada com a questão do gado. A informação que se tem é que o povo que tem sua origem aqui, ele então usava a chapada para soltar o gado, era incomum, o vaqueiro ia lá e cuidava. O gado ficava lá em cima no período da seca. E, hoje, como nós estamos ocupando essas áreas para a agricultura fica complicado. Nós da Cooperativa o que estamos tentando fazer de diferente é inaugurando pequenas áreas com poços artesianos, o que torna viável, por exemplo, manter lá alguns animais em torno dessa água que vem dos poços artesianos.(...) Com a nossa chegada aqui, os que moram na parte baixa da serra perdeu uma opção de criar o seu gado, ele vai ter que aos poucos encontrar um outro espaço. Só que essa relação ainda não funcionou até hoje, porque ele continua mandando o gado lá pra cima e esse gado está invadindo as áreas de agricultura. Então, está se criando, vamos dizer, uma situação de conflito, mais ainda, está criando um problema sério porque a gente não sabe de quem é o gado, porque este a maioria não tem marca, e, por outro lado, é bastante gado que sobe a serra e não se sabe ao certo o que fazer com esse gado, porque ele estraga a lavoura, dá um prejuízo grande e não é retirado. Então, eu não sei o que vai acontecer mais na frente, vai ter que tomar uma decisão. Talvez vai ter que fazer o mesmo que o prefeito de Gilbués: baixar um decreto e os jumentos que tinha na cidade aqui que não deixava ninguém dormir, ele excomulgou todos por decreto. Então, botou uma pessoa aqui que a noite laçava esses animais e levava embora, isso limpou a cidade. Talvez lá tinha que fazer a mesma coisa. Precisa encontrar um meio que o gado não estrague lá a lavoura, e como o gado não é racional ele não quer nem saber. (...) Talvez tenhamos que nos reunir tanto os que trabalham em cima da serra quanto os que tem gado na parte baixa da serra para chegarmos a um acordo sobre isso. Todos que produzem lá em cima estão tendo esse mesmo problema. E é um problema sério porque a pastagem em cima da serra é muito boa, em algumas áreas que foram abandonadas e cresceu o pasto, elas são excelentes, as pastagens são de primeira qualidade e o gado sabe disso."

(entrevista concedida no município de Gilbués, em novembro de 1997).

As palavras do Sr. Guilherme são claras no sentido de indicar uma nova situação que vem se presenciando nos cerrados piauienses. Numa direção aponta para as transformações em todo o sistema de uso da terra comum, ou seja, a partir da chegada do novo, altera geograficamente todo o conjunto de relações que se estabelecia anteriormente com o uso da terra. Na outra, demonstra uma permanência do direito costumeiro que resiste às mudanças.

Resta saber por quanto tempo conviverão esses dois sistemas que apesar de possuírem regras diferentes ocupam o mesmo espaço. Um deles desaparecerá, ou poderão ocorrer adaptações de ambas as partes. É possível que a força do capital corroa

o sistema existente, mais antigo, no entanto este oferecerá as mais variadas formas de resistência. THOMPSOM (op.cit), observou nos documentos do século XVIII, na Inglaterra, que mesmo no momento de quase inexistência de terras comunais, os camponeses ainda persistiam com tradição de ocupar essa área para uso comum. Havendo a impossibilidade de deixar os animais soltos, pagavam-se, então, a garotos e garotas para que estes conduzissem, através de uma corda, tais animais nas poucas áreas de pastagens que ainda permaneciam.



FOTO 28 – Rebanho bovino, pertencente a camponeses e fazendeiros locais, pastando em área dos projetos agropecuários, antes terras de uso comum. A sobreposição de uso das terras da "chapada" começa a produzir conflitos entre os novos e os velhos moradores dos cerrados piauienses. *Foto do autor, Gilbués, em novembro de 1997.*

CAMPOS (op.cit.231) igualmente identificou em vários lugares do território brasileiro essa manifestação de resistência. Verificou que mesmo com a redução das áreas de uso comum, uma parcela da população ainda persiste em assegurar esse direito costumeiro. Tal situação pode ser observada, por exemplo, em pequenas franjas de terras livres, públicas ou privadas não cercadas, amplamente aproveitadas para os mais diferentes tipos de uso, como o próprio autor relata:

"Privados de se utilizarem de terras de uso comum, pequenos produtores, não-proprietários, sem-terras, etc., passaram a soltar seu gado em beira de estradas ou caminhos, trevos de rodovias, terrenos abertos ou baldios que estejam sem utilização, beira de rios ou mar, áreas pantanosas, entre outras. É também comum junto às vias rodoviárias (federais, estaduais) tanto a ocorrência de cavalos e bois à solta quanto a existência de pequenas roças de feijão, milho ou mandioca."

Esses exemplos demonstram que o campesinato vai criando, nas situações mais adversas, novos mecanismos para continuar se reproduzindo.

No nosso caso, cabe perguntar como será a condução desse processo nos cerrados piauienses quando as relações capitalistas estiverem ali mais avançadas, a partir da ampliação do cercamento das terras? Principalmente, como serão mediadas as tensões produzidas por esses dois modelos distintos de ocupação do território? É provável que as respostas surjam nos próximos estudos, daqui há alguns anos, já que o que se tentou mostrar nesse trabalho foi o início desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sul do Piauí convive hoje com uma nova dinâmica de seu território gestada nos últimos anos e cuja característica principal é a presença de dois modelos diferenciados de produção do espaço. Um deles, comandado pelos agentes econômicos que ali se instalam aproximadamente a partir da década de 80, prioriza uma agricultura produtivista estruturada em grandes e médias propriedades assentadas nos platôs planos das chapadas, utilizando técnicas mais modernas e com a participação de pouca mão-de-obra. Em tal modelo o que mais interessa é produzir para o mercado consumidor, seja ele localizado nos centros urbanos brasileiros ou em qualquer outro lugar do mundo. A intenção aqui é a de se manter com o lucro da venda de seus produtos nesse grande mercado, evidentemente seguindo as regras estabelecidas por ele. Por exemplo, produzir em larga escala adotando a política de preços baixos.

O outro modelo é aquele conduzido pela população local, e diferencia-se do anterior quanto às características da produção das atividades econômicas, ao uso de técnicas e às formas de uso da terra. Na condução de tal modelo participam, de um lado, os tradicionais fazendeiros, dedicando-se, em sua maioria, a pecuária bovina extensiva, de outro, os camponeses, com suas pequenas atividades associadas à agricultura e à criação de animais domésticos e não-domésticos. Nesse universo da população piauiense, o que distingue os primeiros dos segundos é o fato de que os tradicionais fazendeiros se ocupam de atividades voltadas exclusivamente para o comércio; estes se mantêm a partir da renda obtida com a terra e com a exploração da mão-de-obra camponesa, assentados em relações não-capitalistas de produção.

Entretanto, os camponeses mantêm, através de seu próprio trabalho, uma relação mais próxima com a terra e com a dinâmica da natureza. Para estes últimos, a prioridade é produzir para a família e para os outros grupos sociais que estão a sua volta, dificilmente vendem sua produção diretamente para o grande mercado. Isso ocorre somente quando há participação do comerciante intermediário. Destaca-se, ainda, nessa produção camponesa, o uso de técnicas mais simples e uma preocupação em absorver o máximo de mão-de-obra da família.

Esse último modelo, do qual participa a população piauiense, tem produzido historicamente várias contradições no seu interior resultando frequentemente em focos de conflitos. Neles se envolvem, de um lado, os tradicionais fazendeiros e, de outro, os camponeses, sobretudo os posseiros. O elemento gerador de tais conflitos, em grande medida, dá-se com a ocupação das terras da vazante e/ou dos baixões, áreas com maior umidade e fertilidade natural, e onde a presença dessas personagens é mais intensa.

Com a implantação daquele outro modelo de produção do espaço, do qual são responsáveis principalmente os agentes econômicos recém instalados nos cerrados piauienses, passam a coexistir ali novas situações de tensões envolvendo agora, de um lado, estes novos moradores, e de outro, a população local. Trata-se, nesse caso, de tensões provocadas pela superposição de uso das terras da "chapada".

Essa nova dinâmica do território sul piauiense definida nas últimas décadas caracteriza-se, também, por suscitar outras alterações na organização espacial pré-existente. Algumas delas ocasionadas nas estruturas em vigência desde os primeiros colonizadores portugueses. É o caso, por exemplo, da maneira como ocorre a distribuição da população piauiense no território, marcada pelo seu caráter disperso e cuja herança associa-se à pecuária, atividade central na formação das bases territoriais piauienses.

Resulta desse processo a existência de centros urbanos com pouca relevância do ponto de vista demográfico. Nessa região dos cerrados, a população preferia permanecer em pequenos povoados ou se isolar em faixas reduzidas de terrenos ao longo dos baixões e das vazantes, locais onde há maior presença de água. Esse precioso líquido encontrado nos vales úmidos tornou-se, aliás, no principal condutor do povoamento piauiense, constituindo ainda hoje o ponto de referência para a instalação daquela população. É ao longo ou próximo aos vales úmidos onde ela vai estabelecer-se, implantando ali suas moradias e os locais destinados a produzir os seus meios de vida.

Apesar de ainda estar presentes muitas daquelas características que definem particularidades no modo de vida da população piauiense dos cerrados, são visíveis as mudanças em vários segmentos desse quadro. A existência de água na superfície, que resultou em um fator determinante nas formas originais de ocupação daquele território, já não representa o mesmo papel com os novos agentes sócio-econômicos que ali se instalam. Tais personagens superam algumas limitações naturais e ocupam aqueles domínios vistos até há pouco tempo pelos piauienses como impróprios para a instalação de moradias ou para o desenvolvimento de atividades agrícolas; trata-se, nesse caso, dos platôs planos da chapada. Tais limitações são superadas com o uso de técnicas mais modernas, a partir das quais a água do subsolo pode ser retirada, e cujo destino será tanto para o consumo humano e de animais quanto para melhoramento da lavoura, através da irrigação. Mesmo sem o auxílio dessa última técnica é possível produzir ali introduzindo formas de correções do solo e culturas adaptadas àquele domínio. Assim, com a presença desses novos grupos, define-se formas diferenciadas de ocupação e uso daquele espaço.

As alterações são sentidas atualmente também no comportamento dos núcleos urbanos. Estes, que até recentemente abrigavam pouca população, começam a se expandir, apontando que está havendo ali considerável êxodo rural da população.

Tal processo resulta de duas motivações importantes observadas nos últimos anos nos cerrados piauienses. Uma delas relaciona-se às mudanças que vêm sendo produzidas na estrutura de organização social piauiense dos cerrados, principalmente no que diz respeito às relações de trabalho, destacando-se aqui o crescente desaparecimento do regime de agregação, amplamente difundido nessa região. Este passa a ser substituído por arranjos sociais que permitem ao camponês sem terra trabalhar na fazenda, mas morar fora dela; ou seja, já não se aceita, nessa região, com a mesma freqüência, a presença daquele pequeno agricultor que juntamente com sua família prestava serviço na fazenda, na qual se lhe concedia uma diminuta faixa de terreno onde poderia instalar uma moradia e plantar alguns alimentos destinados ao seu sustento. Ao abandonar essas relações costumeiras mantidas com o camponês, o intuito do tradicional fazendeiro local é o de poder concretizar novas possibilidades para ampliar as formas de obtenção de renda da terra, que se manifesta através da meação e/ou do assalariamento. A outra motivação decorre da instalação de novos agentes econômicos que adquirem nos cerrados terras antes habitadas por posseiros, obrigando esses últimos a desocupá-las. São essas duas situações que vêm ocorrendo no sul do Piauí as principais responsáveis pelas expulsões de população de suas antigas moradias.

Nesse caso, a única alternativa que resta a esses trabalhadores que se transformam em sem terra e/ou sem moradia é seguir o caminho das cidades da própria região ou dos grandes centros urbanos, especialmente, Brasília e São Paulo. No entanto, os prejuízos desse processo que recaem sobre os pequenos agricultores posseiros, agregados, pequenos proprietários, etc. já não são por estes aceitos tão facilmente. Tais trabalhadores já reivindicam, frente aos sindicatos rurais ou ao poder público, direitos seus que foram retirados seja pelo proprietário que os expulsa da fazenda, às vezes de forma violenta, sem o devido ressarcimento das benfeitorias por eles realizadas, seja pelo velho ou novo

latifundiário-grileiro que se apodera de suas posses expulsando-os, da mesma maneira, através da brutalidade. Apesar de ainda poucos, observa-se também nessa região o aparecimento, nos últimos anos, de movimentos organizados de trabalhadores sem terra, deles fazendo parte principalmente ex-agregados e ex-posseiros, cuja luta é pelo direito de possuir um pedaço de terra ou de assentar-se novamente em suas antigas áreas de posse. Uma dessas lutas, por exemplo, foi travada recentemente por 22 famílias de posseiros da fazenda Barro Vermelho, no município de Redenção do Gurguéia, que após serem expulsas de suas posses lograram se organizar para garantir a permanência na terra.

O que chama a atenção no episódio citado acima é o fato de que as contradições semeadas pela expansão capitalista nos cerrados do sul do Piauí, seja ela comandada pelos grandes proprietários de terras originários do lugar, seja pelos novos agentes econômicos, produz em contrapartida uma resistência camponesa, que se manifesta a partir de outras dimensões. Há agora a participação em movimentos organizados, visando, além do enfrentamento direto com latifundiários, representantes do poder constituído, a busca em outras esferas, como no poder judiciário, de mecanismos que garantam o cumprimento de seus direitos, não somente de acesso à terra, mas à cidadania.

Diante do processo de avanço das relações capitalistas presenciado nos cerrados piauienses é provável que juntamente com o aprofundamento das contradições impostas por tais relações, os camponeses também reinventem e aprofundem novos atos de luta pela terra, que, em definitivo, significa uma luta para alcançar a condição de cidadãos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. Capistrano de – **Capítulos de História Colonial (1500-1800).** Rio de Janeiro, 5ª ed., Livraria Briguet, 1969.

AGUIAR, Geraldo Medeiros de – **Agriculturas no Nordeste. Apreciação e Sugestão de Políticas.** Petrópolis, Vozes, 1985.

ALMEIDA, Alfredo W.B. de – "Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – Uso Comum e Conflito", **Cadernos do NAEA**, nº 10, Belém/PA,UFPA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1989.

ANDRADE, Manoel C. de – **A Terra e o Homem no Nordeste.** São Paulo, Brasiliense, 1964.

---------- - **A Questão do Território no Brasil.** São Paulo-Recife, Hucitec-IPESPE, 1995.

ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni) – **Cultura e Opulência do Brasil.** São Paulo, Cia Editora Nacional, 1967.

ARAÚJO, Tânia B. de – "Herança de Diferenciação e Futuro de Fragmentação". **Estudos Avançados,** 11(29), São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, 1997.

---------- - "Nordeste, Nordestes: que Nordeste?" In: Affonso, R.B.A. & SILVA, P.L.B. (orgs.) - **Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo, Fundap/Ed. da Unesp, 1995.

BANDEIRA, Willian J. – "Notas Sobre a Posse e o Uso da Terra no Piauí." In: **Carta Cepro**. Teresina, V.7, nº 1, jan/jun, 1981.

---------- - "Os Programas e Projetos Governamentais e Seus Efeitos sobre a Estrutura Agrária Piauiense no Pós- 70". **Tese de Doutorado**, Instituto de Economia- Unicamp, 1993.

BARBOSA, Tânia M. B. – "A Elite Colonial Piauiense: Família Poder". **Tese de Doutorado**, Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas – Universidade de São Paulo, 1993.

BERTRAND, J.P. & LACLERCQ, V. – **O Mundo da Soja**. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1987.

BESKOW, Paulo R. – **O Arrendamento Capitalista na Agricultura**. São Paulo-Brasília, Hucitec-CNPQ, 1986.

BRANDÃO, Carlos R. – **Plantar, Colher, Comer: Um Estudo sobre o Campesinato Goiano.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981.

CAMPOS, Nazareno J. – "Terras de Uso Comum no Brasil: Um Estudo de Suas diferentes Formas". **Tese de Doutorado**, Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas – Universidade de São Paulo, 2000.

CARNEIRO, R., SAMPAIO, Y. & GOMES, G.M. – "Os Programas de Desenvolvimento Rural: Região Nordeste". In; PIMES (SUDENE) – **Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro**. Recife, SUDENE, 1984.

CARVALHO, João C.M. de – **Camponeses no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1978.

CARVALHO, M.M. – **O Nordeste e o Regime Autoritário**. São Paulo, Hucitec-SUDENE, 1987.

CASTRO, A.C. & Outros – **Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira: Síntese das Transformações**. Brasília, Binagri, 1979.

CEPAC – **Políticas Governamentais e Seus Efeitos sobre a Estrutura Agrária no Piauí.** Teresina, 1993.

CHAYANOV, Alexander V. – **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1974.

CORRÊA, Roberto Lobato – **Trajetórias Geográficas**. Rio de janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

DELAGADO, Guilherme C. – **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas, Unicamp-ICOM, 1982.

DIAS, Claudete M. M. – **Balaios e Bem-Te-Vis – A Guerrilha Sertaneja.** Teresina, Fundação Monsenhor Chaves, 1996.

DINIZ, J.A. – "Modernização e Conflito na Fronteira Ocidental do Nordeste". **Revista Geonordeste**, Ano I, nº 1, Aracaju, 1984. pp.12/20.

---------- - **A Área Centro-Ocidental do Nordeste.** Recife, SUDENE, (Série Estudos Regionais – 8), 1982.

DOMINGOS NETO, M. & BORGES, G.A. - **Seca Seculorum, Fragelo e Mito na Economia Rural Piauiense.** Teresina, 2ª ed., Fundação Cepro, 1987.

ENNES, Ernesto – **As Guerras nos Palmares: Subsídios para a sua História.** São Paulo/Rio de Janeiro/ Recife/ Porto Alegre, Cia Editora Nacional, 1938.

FALCI, Miridan B.K. – **Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais**. Teresina, Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

FAORO, Raymundo – **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro.** Porto Alegre-São Paulo, 2ª edição, Editora Globo-Edusp, 1975.

FIBGE – **Censo Agropecuário de 1975**. Rio de Janeiro, 1975.

FIBGE - **Censo Agropecuário de 1980**, Rio de janeiro, 1980.

FIBGE – **Censo Agropecuário de 1985.** Rio de janeiro, 1985.

FIBGE – **censo Agropecuário de 1995/96**. Rio de Janeiro, 1998.

FIBGE – **Censo Demográfico de 1991**. Rio de janeiro, 1991.

FIBGE – **Censo Demográfico de 1996.** Rio de Janeiro, 1996.

FUNDAÇÃO CEPRO – **Cerrados Piauienses (Estudo Preliminar)**. Teresina, 1992.

GALINDO, O. & SANTOS, V.M. – "Centro-Oeste: Evolução Recente da Economia Regional". In: Affonso, R.B.A. & SILVA, P.L.B. (Orgs.) – **Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo, Fundap/Ed. da Unesp, 1995.

GARDNER, George – **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte- São Paulo, Itatiaia-Edusp, 1975.

GIORDANO, Samuel – "Competitividade Regional e Globalização". **Tese Doutorado,** Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas – Universidade de São Paulo, 1999.

GODOI, Emília P. de – **O Trabalho da Memória: Cotidiano e História no Sertão do Piauí.** Campinas/SP, Editora da Unicamp, 1999.

GOVERNO DO PIAUÍ – **Processo de Planejamento Estratégico do Estado do Piauí.** Teresina, 1995.

GOVERNO DO PIAUÍ (Secretaria do Planejamento – SEPLAN) – **Projeto Piloto de Transporte Hidroviário na Bacia do Rio Parnaíba**. Piauí, 1995, mimeo.

GUIMARÃES, Alberto P. – **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro, 6ª edição, Paz e Terra, 1989.

GUERRA, A.T. – **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro, Fundação IBGE,1969.

HAESBAERT, Rogério – **Desterritorialização e Identidade: A Rede "Gaúcha" no Nordeste**. Niterói/RJ, EDUFF, 1997.

HOMEM DE MELO, F. – "A Agricultura nos Anos 80: Perspectivas e Conflitos entre Objetivos de Política." **Estudos Econômicos**, Vol.10, nº 2, IPE-USP, São Paulo, 1980.

---------- – "A Agricultura e a Política Econômica em 1983." **Revista Reforma Agrária,** Vol. 13, nº 3, Campinas, maio/jun. –1983. pp.8-23.

IANNI, Otávio – **A luta pela Terra**. Petrópolis, Vozes, 1978.

IOKOI, Zilda M.G. – **Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986**. São Paulo, Hucitec-Fapesp, 1996.

KAUTSKY, K. - **La Questión Agraria**. México, Siglo Veintiuno Editores, 1974.

LAMARCHE, Hugues – **A Agricultura Familiar**. Campinas/SP, Ed. da Unicamp, 1993.

LEAL, Victor N. – **Coronelismo, Enxada e Voto.** São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1993.

LIMA, Ruy C. – **Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas**. Porto Alegre, 2ª edição, Livraria Sulina Editora, 1954.

LINHARS, Maria Y. – **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro, Campus, 1996.

MARQUES, Marta I.M. – "O Modo de Vida Camponês Sertanejo e sua Territorialidade no Tempo das Grandes Fazendas e nos Dias de Hoje em RibeiraPB". **Dissertação Mestrado**, Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas – Universidade de São Paulo, 1994.

MARTINS, J. de Souza - **A Chegada do Estranho.** São Paulo, Hucitec, 1993.

---------- - **Expropriação e Violência: a Questão Política no Campo.** São Paulo, Hucitec, 1982.

---------- - **A Militarização da Questão Agrária no Brasil (Terra e Poder: O Problema da Terra na Crise Política).** Petrópolis, Vozes, 1985.

MARTINS, Sérgio M.M. – "Cidade sem Infância no Universo Pioneiro de Chapadão do Sul (MS)". **Dissertação Mestrado**, Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas – Universidade de São Paulo, 1993.

MARX, K. & ENGELS, F. – **A Ideologia Alemã e Outros Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

MELO, Claudio Pe. – **Novas Aventuras de uma Sesmaria**. Teresina, UFPI, 1992.

MORAES, Antônio R. – "Bases da Formação Territorial do Brasil". **Tese Doutorado**, Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas – Universidade de São Paulo, 1991.

MOREIRA, Roberto José – "A Agricultura Brasileira: Os Interesses em Jogo no Início dos Anos 80." **Revista Reforma Agrária**, Vol. 12, nº 6, Campinas, nov./dez., 1982. pp.3-16.

MOTT, LUIZ R.B. – **Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade**. Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1985.

MOURA, Margarida M. – **Camponeses.** São Paulo, Ed. Ática, Série Princípios, 1986.

---------- - **Os deserdados da Terra: Lógica Costumeira e Judicial dos Processos de Expulsão e Invasão da Terra Camponesa no Sertão de Minas Gerais.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

---------- - **Os Herdeiros da Terra: Parentesco e herança numa Área Rural.** São Paulo, Hucitec, 1978.

NETO, Wenceslau G. – **Estado e Agricultura no Brasil. (Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980).** São Paulo, Hucitec, 1997.

NUNES, Odilon – **Estudos de História do Piauí**. Teresina, 2ª ed., COMEPI, 1983.

---------- - **Pesquisas para a História do Piauí**. Teresina, ed. Artenova, 1971.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de – **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo, Ática, 1986.

---------- - "A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência". **Tese Livre Docência**, Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas – Universidade de São Paulo, 1997.

---------- - "A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais recentes no Campo Brasileiro". In: CARLOS, A.F.A. – **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo, Contexto, 1999.

---------- - **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991.

---------- - "Agricultura Brasileira: Transformações Recentes". In: ROSS, J.L. (org.) – **Geografia do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de – **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

---------- - **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro, Edições do Graal,1977.

PEIXINHO, Dimas M. – "Onças Vermelhas e Amarelas: A Ocupação dos Cerrados e a Dinâmica Sócio-Espacial em Rondonópolis – MT". **Dissertação Mestrado**, Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas – Universidade de São Paulo, 1998.

PIMES (SUDENE) – **Desigualdades Regionais No Desenvolvimento Brasileiro: A Expansão Capitalista, o Papel do Estado e o Desenvolvimento Regional no Brasil.** Recife, SUDENE, 1984.

PORTO, Carlos E. – **Roteiro do Piauí**. Teresina, Ed. Artenova, 1974.

PRADO JR., CAIO – **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

---------- - **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de – **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira**. São Paulo, IEB-USP, 1969.

RAFFESTIN, Claude – **Por Uma Geografia no Poder**. São Paulo, Ática, 1993.

REDWOOD III, J. & BARRETO, F. – "Avaliação dos Programas de Desenvolvimento Rural: Regiões Norte e Centro-Oeste". In: PIMES (SUDENE) – **Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro: A Política de Desenvolvimento Regional.** (vol.3). Recife, SUDENE, 1984.

ROCHA, Jonas – "A Pequena Produção Rural no Piauí". In: **Carta Cepro**. Teresina, V. 13, nº 1, jan./jun.,1988, pp.29-68.

ROSS, Jurandyr L.S. – "Os fundamentos da Geografia da Natureza". In: ROSS, J.L.S. (org.) – **Geografia do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1996.

SADER, R. & PACHECO, R. – "Modernidade, Tradição e Ruptura: Algumas Reflexões sobre Aspectos da Paisagem Rural Brasileira" **(Documento Versão Preliminar para Discussão Interna).** Mimeo.s/d.

SADER, M.R.C. de T. – "Espaço e Luta no Bico do Papagaio". **Tese de Doutorado**, Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas – Universidade de São Paulo, 1986.

SALES, Marta C.L. – "Estudo da Degradação Ambiental em Gilbués – PI: Reavaliando o "núcleo de Desertificação". **Dissertação Mestrado**, Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas – Universidade de São Paulo, 1997.

SANTOS, José V.T. dos – **Matuchos: Exclusão e Luta – do Sul para a Amazônia**. Petrópolis, Vozes, 1993.

---------- - **Colonos do Vinho: estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital**. São Paulo, Hucitec, 1978.

SHANIN, Teodor – **Natureza e Lógica da Economia Camponesa**. Editorial Anagrama, 1988.

SHANIN, Teodor - **La Clase Incómoda**. Madrid, Alianza Universidad, 1983.

SILVA, José Graziano da – **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, Unicamp-IE, 1996.

SOBRINHO, Barbosa de L. – **História de uma Sesmaria e Suas Aventuras.** São Paulo, Revista de História, Vol. LV, nº 110, abr./jun, 1977.

SPIX & MARTIUS – **Viagem pelo Basil (1817-1820)**. São Paulo, Melhoramentos, 1938.

SUDENE – **Dados Pluviométricos Mensais do Nordeste (Piauí).** Recife, Série Pluviometria – 2, 1990.

SZMRECSANYI, Tamás – "Considerações Sobre o Atual Modelo Agrícola." **Revista Reforma Agrária,** Vol. 13, nº 3, Campinas, mai./jun. – 1983. pp.3-7.

THOMPSON, E. P. – **Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional.** São Paulo, Cia das Letras, 1998.

TORRES, Romildo W.C. – "Cerrados Piauienses: O Celeiro de Alimentos em Exploração." In: **Carta Cepro**. Teresina, V.15, nº 1, jan/jun, 1994.

VALVERDE, Orlando – **Estudos de Geografia Agrária**. Petrópolis, Vozes, 1985.

VELHO, Otávio G. – **Frentes de Expansão e estrutura Agrária**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

WILKINSON, John – **O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção.** São Paulo-Salvador, Hucitec-CEPA-BA, 1986.

WOORTMANN, Ellen F. – **Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. São Paulo-Brasília, Hucitec-Edunb, 1995.